



Jó Klanovicz
Tiago Bonato
Luciana R. F. Klanovicz (orgs.)

ANAIS DO SEMINÁRIO
NACIONAL DE HISTÓRIA
– BRASIS:
PERSPECTIVAS
HISTÓRICAS

XX SEMANA DE
HISTÓRIA DA
UNICENTRO-
GUARAPUAVA

Guarapuava: DEHIS-UNICENTRO-G,
2012



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

UNICENTRO

Reitor

Prof. Aldo Nelson Bona

Campus Santa Cruz

Prof. Ademir Fanfa Ribas

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

Prof. Carlos Eduardo Schipanski

Departamento de História da UNICENTRO-campus Santa Cruz

Chefe do Departamento

Profa. Liliane da Costa Freitag

Laboratório de História Ambiental e Gênero

Prof. Jó Klanovicz/Profa. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Laboratório de Ensino de História

Profa. Maria Paula Costa/Profa. Carmem Lucia Gomes De Salis

Laboratório de Cultura, Etnias e Identificações

Profa. Beatriz Anselmo Olinto

Laboratório de Política, Poder e Instituições

Prof. Marcelo de Souza Silva



SUMÁRIO

Organização

Comissão organizadora e Corpo Editorial, 4
Comissão científica, 4

Apresentação, 5

Programa geral, 6

Resumos por Simpósio Temático, 7

- ST 01 – História, memória e ficção: entrecruzamentos das relações com o passado
- ST 02 – Experiências da escravidão e liberdade (séculos XIX/XX)
- ST 03 – Religiões: perspectivas teórico-metodológicas
- ST 04 – Política, poder e instituições
- ST 05 – Gênero no Brasil: perspectivas históricas
- ST 06 – Perspectivas do ensino de história
- ST 07 – Sociabilidades em perspectiva: redes econômicas, administrativas e sociais na dinâmica dos impérios coloniais ibéricos – séculos XVIII-XIX
- ST 08 – Diálogos entre história e arte
- ST 09 – Fontes: metodologias e conceitos
- ST 10 – Culturas, etnias e identificações
- ST 11 - História ambiental, história rural e da ciência

Textos completos por ST, 43



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ORGANIZAÇÃO

Comissão organizadora e Corpo Editorial

Prof. Dr. Jó Klanovicz (organizador do volume)
Prof. Msc. Tiago Bonato (organizador do volume)
Profa. Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (organizadora do volume)
Profa. Dra. Silvia Gomes Bento de Mello
Profa. Msc. Milton Stanczyk Filho
Profa. Msc. Kety Carla de March

Comissão científica

Profa. Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO)
Profa. Dra. Silvia Gomes Bento de Mello (UNICENTRO)
Profa. Msc. Kety Carla de March (UNICENTRO)
Prof. Msc. Tiago Bonato (UNICENTRO)



APRESENTAÇÃO

O seminário reuniu profissionais de História nos seus mais variados níveis (professores de Ensino Fundamental e Médio das redes pública e privada, estudantes de graduação em História e áreas correlatas, historiadores e historiadoras, docentes de ensino superior e pesquisadores), para tratar do estado da arte e das concepções teórico-metodológicas e temáticas a respeito do Brasil em sua pluralidade. O projeto previa a oferta de minicursos, conferências, atividades culturais e simpósios temáticos que agremiariam comunicações de pesquisa. Todas essas modalidades tiveram atividades aceitas após a submissão, apreciação e aprovação da Comissão Científica do evento. O evento foi desenhado para propor leituras históricas que tratassem não só de pesquisas de caráter local e regional, mas também do papel e das experiências de ensino, pesquisa e extensão de outras instituições interessadas em participar do seminário. Os objetivos foram reunir, discutir e intercambiar estudos na área de História por meio da realização de seminário com a participação de pesquisadores(as) do Brasil, e de público assistente geral, publicizar experiências e debates técnico-científicos entre profissionais de ensino superior e pesquisa (docentes, pesquisadores, estudantes de pós-graduação) na área de História; fortalecer a pesquisa, o ensino e a extensão na área de História dentro da instituição, nos curso de graduação, na linha de pesquisa, bem como no programa de pós-graduação em História, da UNICENTRO; fomentar a produção de trabalhos científicos na área, e estimular a formação de recursos humanos na área de História. O total de participantes, como apresentadores, ouvintes, conferencistas e professores da rede pública chegou a 413 pessoas, de diversas regiões do Brasil.

A comissão organizadora



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

PROGRAMA GERAL

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
08h	Credenciamento e entrega de materiais (Hall da Sala de Eventos)	ST Religiões (Sala 235)	ST Política, Poder e Instituições (sala de eventos)	ST História da Arte (sala de eventos)	ST Culturas, Etnias e identificações (sala de eventos)
09h30	Lançamentos de livros (sala de eventos)	ST História, Memória e Ficção (sala de eventos)	ST Gênero Mesa 01 (Sala 235)	ST Fontes : metodologia e conceitos (miniaudatório)	ST H. Ambiental (miniaudatório)
10h	Conferência de Abertura: 20 anos de Semana de História (sala de eventos)	ST Exp. da Escravidão e Liberdade (XIX/XX) (miniaudatório)	ST Impérios Ibéricos (miniauditorio)		
12h					
14h	Mini curso: “O império português e suas fontes: leitura paleográfica e possibilidades de pesquisa”. (miniaudatório)	Mini curso: “O império português e suas fontes: leitura paleográfica e possibilidades de pesquisa”. (miniaudatório)	Mini-curso “Restauração de Documentos” Equipe do CEDOC	Mini-curso “Restauração de Documentos” Equipe do CEDOC	Mini-curso “Restauração de Documentos” Equipe do CEDOC
18h					
19h	Credenciamento e entrega de materiais (Hall do Auditório)	ST Gênero Mesa 01 (sala de eventos)	Conferência	Noite Cultural (Auditório Francisco Contini)	Conferência
19h30	Lançamentos de livros (Auditório Francisco Contini)	ST Perspectivas do Ensino (miniauditorio)	Profa. Dra. Martha Daisson Hameister (UFPR) (Auditório Francisco Contini)		Prof. Dr. Carlos Renato Carola (UNESC) (Auditório Francisco Contini)
20h	Conferência: Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira (UNESP/Franca) (Auditório Francisco Contini)				



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST História, Memória e Ficção: entrecruzamentos das relações com o passado

Organizadores(as) do ST: Ms. Rodrigo Gomes Araújo (UFPR); Ms. Daiane V. Machado (UFPR)

De acordo com Paul Ricoeur, a memória é a primeira relação que estabelecemos com o passado, sendo a história a segunda. Também para o historiador Roger Chartier, a “epistemologia de verdade que rege a operação historiográfica e o regime de crença que governa a fidelidade da memória são irredutíveis, e nenhuma prioridade, a importância da memória para a ciência da história, uma vez que sem ela, esta relação pesquisa historiográfica seria impossível. Tal posição é reforçada por Chartier, para quem a história não pode ser vista como a única forma de relação com o passado, havendo ainda a memória e a ficção. Seria mesmo ingênuo acreditar que apenas a historiografia em sua forma acadêmica é capaz de construir conhecimento sobre o passado. Nosso simpósio temático propõe reunir pesquisadores e acadêmicos interessados relação entrecruzam e se distanciam.

Resumos do ST:

GONÇALVES JUNIOR, Ernando Brito. *Cinema e história: a revolução mexicana em tela.* A proposta de investigação que aqui se apresenta, possui como objetivo discutir a maneira com que a Revolução Mexicana e seus principais protagonistas foram retratados no cinema dos Estados Unidos e do México, além de analisar como alguns filmes tentaram construir identidades, alteridades e representações relacionadas aos seus países e a América Latina. Levando em consideração tal proposta de pesquisa, serão elencados seis filmes: Viva Zapata (1952), Villas Rides (1968) e Meu ódio será sua herança (1970), produzidos nos Estados Unidos e Emiliano Zapata (1970), Reeds: México Insurgente (1974) e A morte de Pancho Villa (1975). Assim, levaremos em conta as discussões propostas pelos historiadores Robert Rosenstone e Marc Ferro, para discutirmos as relações entre história e cinema. Nesse sentido, esta pesquisa visa contribuir para as discussões a respeito da Revolução Mexicana, bem como com as pesquisas relacionadas à construção de identidades na América Latina.

KOSTECZKA, Luiz Alexandre Pinheiro. *Identidades e os road movies na América Latina.* Os filmes Viajo porque preciso, volto porque te amo e Estrada para Ythaca reafirmaram a importância gênero road movie no desenvolvimento do cinema nacional e da América Latina e inseriram novas nuances formais e de conteúdo narrativo para esse estilo do audiovisual. Como veremos, esses filmes compõem um imaginário acerca dos espaços e memórias, além disso, estabeleceram um diálogo com as tradições filmicas que os antecederam. Todos esses motes grifados em itálico estão intimamente conectados às conceituações provenientes das reflexões dos estudos culturais e pós-coloniais. Dessa forma, buscarei também apresentar alguns textos fundamentais de Said, Hall, Bhabha e Canclini – reconhecidos como pós-colonialistas e culturalistas – a fim de esclarecer os alicerces teóricos e metodológicos dessa tentativa de análise que almeja indicar o que há de histórico nessas, e outras, produções cinematográficas.

LIMA, Solange de. *A representação do imigrante alemão em Aleluia, Gretchen!* O presente trabalho tem por objetivo analisar a representação do imigrante alemão no filme Aleluia, Gretchen! de 1976, dirigido pelo cineasta Sylvio Back. O filme mostra uma família alemã que está construindo sua vida aqui no Brasil, mas mesmo longe de seu país de origem acaba simpatizando



com os ideais nazistas. O filme constrói a imagem do imigrante partindo de estereótipos, generalizando a simpatia pelo nazismo, como se esta fosse comum à todos os imigrantes. Para a análise do filme foram utilizados autores que trabalham com a relação de história e cinema, como Robert Rosenstone e Marcos Napolitano; e ainda autores que abordam a imigração alemã e sua relação com o nazismo, como René Gertz e Marionilde Brephol.

MACHADO, Daiane Vaiz. *Um lugar para se preservar a memória e escrever a história: “Museu Coronel David Carneiro”*. O objetivo deste trabalho é compreender como o historiador paranaense David Carneiro representou a Revolução Federalista no “Museu Coronel David Carneiro” e qual a relação entre o passado visualizado no museu e o lido em suas obras. Acredita-se que a instituição de um “lugar de memória” (NORA, 1993), o “Museu Coronel David Carneiro”, e sua atividade como museólogo foi fundamental para sua produção sobre a Revolução Federalista no Paraná, cuja concepção interpretativa delineou a historiografia oficial sobre o tema. Os objetos expostos no museu “comprovam”, atribuem legitimidade à narrativa que objetivou “reconstituir” o evento, ao mesmo tempo em que proporcionam ao leitor da sua produção historiográfica uma “visibilidade ao invisível do passado.” De tal maneira, a história naquele espaço museológico foi representada segundo as concepções de seu diretor.

PINTO, Hugo. *As significações do fascismo italiano: o imaginário nas narrativas de Vasco Pratolini e Carlo Levi*. A pesquisa reivindica um espaço que lhe é próprio, na estreita relação entre História e Literatura. A história política e cultural centrada na memória dos dois clássicos neorrealistas. Cristo sì Fermato a Eboli e Cronache di poveri Amanti constituem uma parcela da memória social dos indivíduos fascistas no período entre meados da década de 20 e 30 do século passado, uma história feita com base na interdisciplinaridade, na busca por objetos cada vez mais específicos. Paradoxalmente relacionar o poder instituído, na figura do Estado, com as variadas formas de imaginar e de carregar consigo o simbólico, nas relações e representações coletivas, no que tais indivíduos possuem em suas vivências, ou mesmo algo que foge ao seu alcance, no seu inconsciente coletivo. Entendemos que as fontes supostamente prontas, que residem nas narrativas literárias, são passíveis da explicação/compreensão, no mais apurado senso da História, para que tais análises nos auxiliem a construir, através das personagens e seus relatos, o corpo e a massa densa empreendida na pesquisa historiográfica. Dessa maneira as diferentes formas de renovar o imaginário, diante do universo ficcional das obras, nos seus usos e desusos, na forma como se passa os aspectos sociais, compondo as diversidades presente nas mentes e corações das pessoas, sob diferentes configurações, constituídas como parte da formação de identidades individuais e coletivas, presente na ação individual da leitura das obras, é nossa principal fonte, e tudo o que mais implica na metodologia para estas reflexões.

ZANIN, Maycon. *Estado, cidadãos e direitos nas histórias em quadrinhos*. As histórias em quadrinhos (HQs) representam hoje um meio de comunicação de massa de grande penetração popular, produzidas nos mais diversificados suportes, atingindo um público-alvo que vai desde crianças a jovens-adultos. Nesta perspectiva, o presente estudo de caso busca analisar o imaginário norte-americano representado nas Histórias em Quadrinhos (HQs), sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, examinar os diálogos do personagem do Capitão América, na estória “Lar em Chamas”, presente no nº 79 do Almanaque do Capitão América, publicado no Brasil, pela Editora Abril, no mês de dezembro de 1985. Procurando compreender, a divulgação de ideais e valores culturais De e Para a sociedade estadunidense, quanto a função do Estado e o papel desempenhando



Anais do Seminário Nacional de História – Brasília: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

pelo Cidadão no exercício deus Direitos. Ao explorar de diferentes maneiras o simbolismo das expressões utilizadas, estabelecer uma relação entre a ficção retratada e a realidade, o autor nos dá a oportunidade de refletir as mudanças ocorridas na sociedade e nos seus costumes, pois, num cenário fictício, o leitor é levado a aceitar o discurso do personagem como “verdadeiro”, num nível mais cotidiano, que combate situações de perigo para deixar o mundo melhor.



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST Experiências da Escravidão e Liberdade (séculos XIX/XX)

Organizadores(as) do ST: Prof. Dr. Marcelo de Souza Silva (UNICENTRO/G); Ms. Camila Barreto Santos Avelino (UFPR); Ms. Edilson Pereira Brito (UNICAMP)

Este simpósio temático busca reunir pesquisas diversas sobre experiências da escravidão e liberdade, cultura, cotidiano, memória e identidades da população africana e de seus descendentes. Acolheremos estudos sobre cultura, religiões, formação de identidades destes sujeitos no período da escravidão e também naquele denominado pela historiografia como pós-emancipação. Contemplaremos ainda estudos sobre trajetórias individuais e coletivas de comunidades negras no século XIX e XX.

Resumos do ST

FRANÇA, Francieli de Oliveira. *No banco dos réus: aspectos da violência escrava em Guarapuava na segunda metade do século XIX.* O presente estudo busca analisar a violência entre senhores e escravos em Guarapuava na segunda metade do século XIX. Atentando-se para interpretação dos significados de liberdade atribuída pelo próprio escravo. Para tanto, utilizamos um processo-crime produzido na Comarca de Guarapuava entre os anos de 1866 e 1867 onde o cativo é apresentado com o réu e o senhor como vítima. A partir dessa documentação, e embasado nessa perspectiva, é possível pensar as tensões sociais e as constantes renegociações que delineavam o cotidiano de senhores e escravos na sociedade paranaense do século XIX.

SALVALAIO, Luzia Dematé, CORDEIRO, Jean Renato. *Uniões estáveis não sacramentadas entre escravos em Guarapuava no século XIX.* O presente artigo tem como objetivo avaliar as relações entre escravos formadas em Guarapuava-Paraná no século XIX a partir de documentos eclesiásticos encontrados na paróquia da referida cidade, bem como entender as relações formadas entre esses escravos que não eram sacramentadas pela igreja, mas que a partir da análise de dados encontrados nos livros de batismos pode-se inferir que haviam uniões consensuais estáveis entre determinadas famílias. Como exemplo disso tem-se a análise dos batismos de algumas escravas descritas como solteiras pertencentes a Domingos de Siqueira Cortes, que por conta do período de intervalo entre os filhos pode-se entender que estavam vivendo em uma união estável, haja vista que tal ocorrência era muito comum no período.

VIANA, Janaina Nunes. *Negras mulheres: estudo da trajetória social de mulheres afrodescendentes em Guarapuava-PR (1860-1893).* O trabalho busca analisar as trajetórias de mulher negra e escrava em Guarapuava na segunda metade do século XIX. Utilizaremos como fonte os Processos Crimes que envolveram essas mulheres em diversas situações de sociabilidades e conflitos. A condição social dos sujeitos envolvidos nesses processos eram as mais variadas, tais como, senhores, forras, escravas e outros. A proposta apresentada nesse trabalho é referenciada no trabalho de conclusão de curso. A pesquisa está sendo realizada no Centro de Estudo e Documentação – Unicentro/Guarapuava CEDOC/G, onde se localiza os Processos Crimes que eram registrados na Comarca de Guarapuava. Cada processo contém um número específico de páginas, porém todos têm como autor a Promotoria Pública. O trabalho está sendo elaborado com as fontes primárias que são recorrentes dos processos realizados, as abordagens serão feitas a partir dos mesmos, explicitar os elementos que compuseram o contexto das relações sociais no período



escravista, qual era o trajeto da mulher negra na cidade de Guarapuava e pontuar a trajetória social da mulher das décadas de 50 a 90 a partir dos crimes que envolveram como vítima ou culpada.

ZARANSKI, Eric de Paula. *A pena de morte e a ineficácia jurídica em Guarapuava no século XIX.* O presente trabalho objetiva comparar, através da legislação do período, dois processos criminais oriundos do século XIX, na região de Guarapuava/PR. Ambos os processos envolvem escravos que se manifestaram ora como réu, e ora como vítima de crimes que ecoaram na sociedade guarapuavana novecentista. O Código Criminal do Império de 1830, prevê penas que asseguram o ser humano contra a violência por parte de qualquer indivíduo da sociedade brasileira. A Lei de 10 de junho de 1835 previa a pena de morte à escravos insurretos, e era uma forma de interromper as revoltas escravas que ocorriam constantemente. A lei de *horrenda exceptione* surge devido à conjuntura histórica da época, e é justamente a ineficácia das leis, que esse trabalho visa analisar. Este estudo sobre Guarapuava é inédito, e objetiva contribuir com a história local. O resultado parcial dessa pesquisa, vê no Código Criminal do Império uma legislação elitista, que visou a exclusão de indivíduos não morigerados da sociedade brasileira, como foi o caso do escravo, mesmo ele tendo o papel de vítima nos processos criminais. O trabalho aponta também para a funcionalidade da Lei de 1835. Vemos que na prática ela funciona contra escravos criminosos, como foi no caso de 1866 em Guarapuava, em que José executou seu senhor na área rural da *villa*. Por que a lei funcionou contra o indivíduo desprovido do conhecimento das leis, e para o senhor de escravos não, mesmo num período em que as discussões acerca da abolição ecoavam fortemente?



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST Religiões: perspectivas teórico-metodológicas

Organizador do ST: Prof. Dr. Flamarion Laba da Costa (UNICENTRO/G)

Tem como objetivo proporcionar comunicações de docentes e discentes sobre pesquisas em História das religiões, possibilitando a comunicação de trabalhos realizados sobre os mais diversos conceitos doutrinários religiosos.

Resumo do ST:

COSTA, Flamarion Laba da. *O discurso de Frei Boaventura Kloppenburg com relação aos espíritas nas décadas de 1950/1960.* A presente comunicação se baseia na pesquisa que estamos realizando sobre o discurso produzido por frei Boaventura Kloppenburg nas décadas de 1950 e 1960 com relação ao Espiritismo no Brasil. O frei Boaventura foi nomeado pela Igreja Católica na plenária de CNBB de 1953 como debatedor oficial contra o Espiritismo que estava em franca ascensão em território brasileiro. O Espiritismo foi introduzido no Brasil nas décadas finais do século XIX ganhando grande projeção ainda naquele século, continuando sua expansão no século XX. No final do século XIX com o advento da República a Igreja Católica perdeu sua condição de Igreja oficial, oportunizando que outros credos tornassem públicas suas convicções doutrinárias, fato esse que causou grande preocupação para os dirigentes católicos, que a partir da fundação da CNBB em 1952, organizaram um movimento de reação aos novos credos nomeando para tanto clérigos que se ocupariam de construir um discurso de combate aos perigosos desvios doutrinários para a população brasileira. É esse discurso construído por frei Boaventura contra os espíritas que estamos analisando na presente pesquisa.

MULLER, Azemir; UCHAK, Francielle; CARVALHO, Jakeline Santos. *História e religião: estudo sobre a umbanda em Guarapuava/PR.* A História enquanto ciência nos oferece uma gama de possibilidades para o estudo das sociedades e suas respectivas doutrinas. Nesta perspectiva, a Umbanda despertou interesse por se tratar de uma religião brasileira que sincretiza vários elementos, inclusive de outras religiões como o catolicismo, o espiritismo, as religiões afro-brasileiras e a religiosidade indígena. A Umbanda é entendida como um conhecimento integral entre a religião, a filosofia, a ciência e as artes. No presente estudo, procuramos analisar as características desta crença na cidade de Guarapuava/PR. Por se tratar de um município tradicional, o estudo torna-se relevante para sabermos como uma religião cheia de preconceitos e estigmas consegue se estabelecer em uma região predominantemente católica. Esperamos que esta pesquisa traga possíveis contribuições para sanar dúvidas à respeito da Umbanda e que o mesmo sirva de esclarecimento para os leigos e de aprofundamento para os simpatizantes da doutrina. Os estudos relacionados às religiões quando vinculados a História nos mostram a trajetória e a importância das mesmas ao longo do tempo.



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST Política, Poder e Instituições

Organizadora do ST: Prof. Dra. Carmem Lúcia Gomes de Salis (UNICENTRO/G)

O simpósio temático proposto tem por objetivo discutir pesquisas que se dedicam à análise de objetos nas áreas de história e movimentos sociais, história e política e história e instituições, valorizando as relações entre cultura e política, cultura e etnias e dando especial atenção à história regional.

Resumos do ST

GAVA, Eliziane. *Instituição política e representatividade cidadina: associação voluntária de moradores do bairro Jardim das Américas (AMJA).* A presente comunicação tem como tema uma instituição política às margens da cidade de Guarapuava, que voltada às questões da moradia apresenta como uma das pautas de suas reuniões a promoção de ações urbanas para o Bairro, com isso filia-se a órgãos públicos e privados. Essas políticas públicas no ambiente urbano do Bairro são fomentadas pela Associação Voluntária de Moradores do Bairro Jardim das Américas (AMJA) no período de três gestões consecutivas do mesmo presidente (1995-2001), registradas em Livros Atas e configuram o objeto de pesquisa, a fim de entender a participação política de tal instituição. Assim, as ações da Associação sugerem intervenções urbanas, delineiam relações de sociabilidade e tal participação incorpora discussões políticas no âmbito público cidadão. Para tanto, esta instituição não partidária, mas dentro de um sistema jurídico-administrativo, faz parte de um grupo de pressão inserido num sistema político de interações entre sujeitos e instituições de função urbanizadora, com o objetivo de participar civicamente na vida da cidade. Uma sociabilidade cultural e política em um voluntarismo de uma Associação a formar vetores de sentidos na preocupação com questões urbanas.

DE SALIS, Carmem Lucia Gomes. *A fênix ressurgida: os debates políticos acerca da lei de Reforma Agrária no período militar.* Em novembro de 1964 foi aprovado o Estatuto da Terra, lei que definia várias questões latentes no contexto político nacional. Dentre elas figurava a possibilidade de se realizar a mudança da estrutura agrária do país. A obstinação de Castello em organizar um conjunto de leis que permitisse a realização da reforma agrária, a despeito do fortalecimento dos anti-reformistas, ultrapassava o argumento da manutenção do poder. Isso porque sua iniciativa ao invés de aglutinar apoio político, acabou estilhaçando ainda mais uma base aliada frágil no que tange às propostas reformistas e porque já congregava em seu interior interesses políticos diversos. Neste sentido a pesquisa buscou analisar os discursos do General Castello Branco, bem como dos parlamentares no período de 1964 a 1966, objetivando evidenciar as tensões políticas que envolveram as discussões acerca da aprovação do Estatuto da Terra de 1964.

INGLEZ, Wilson. *Território, nação e os processos de territorialização: a questão do território federal do Iguaçu.* Tendo por objeto de pesquisa a constituição do Território Federal do Iguaçu (1943-1946), situado onde hoje fica a cidade de Laranjeiras do Sul- Pr, o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) problematizará a questão do nacionalismo e da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas, especialmente as relações entre território e nação e os processos de territorialização – de modo a desnaturalizar o discursos que fundamentam a grandeza da Nação e forjam a identidade nacional no território. Serão utilizadas como fontes documentos referentes ao Território do Iguaçu que se encontram no Centro de Documentação e Memória de Guarapuava (CEDOC\G),



bem como as obras “Nerje Laranjeiras do Sul - Raízes da Nossa Terra - a História Épica e Contemporânea”, de João Olivir Camargo, “Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização e “História do Paraná”, ambos de Ruy Christovam Wachowicz.

PRATES, Ângela Maria M. C. *O coronelismo no Brasil de ontem e de hoje.* A importância de discutir o fenômeno do coronelismo no Brasil se faz por que apesar de sua existência oficial ter sido entre 1890 e 1930, contemporaneamente encontramos seus resquícios em todo país impactando a prática social e política. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir o fenômeno do coronelismo no Brasil e mostrar que apesar de oficialmente não existir mais, no cotidiano do cidadão continua vivo como nunca. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada para a elaboração da dissertação de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – Estado, Direito e Políticas Públicas defendida na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2011. À época de sua existência, o coronelismo possuía instrumentos de manutenção do poder, que eram o voto, a enxada e a urna. Na atualidade eles são o voto, as urnas, as câmeras e os microfones, pois muitos políticos são donos de empresas de telecomunicação, falada ou escrita. Os neocoronéis possuem instrumentos sofisticados para continuar mantendo o seu curral eleitoral, embora a legislação eleitoral tenha sido inovada até então. As principais características da ação social coronelista são o clientelismo e o assistencialismo, que perduram de alguma forma até hoje nas intervenções estatais. São resquícios de uma época em que no Brasil o estado não tinha uma intervenção efetiva nas demandas sociais, principalmente nas demandas dos trabalhadores rurais, e, portanto, os coronéis eram as principais figuras no comando e na decisão do que fazer com as necessidades dos trabalhadores.

SANTOS, Leonilso Souza. *Rasgo nas almas: atuação da Pastoral Rural na diocese de Guarapuava (1974-1990).* O presente trabalho versa sobre atuação da Pastoral Rural na circunscrição diocesana de Guarapuava entre os anos 1974-1990. Trata-se de uma explanação sobre os resultados iniciais de pesquisa, a qual vem sendo desenvolvida a nível de mestrado, junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Centro Oeste. A dissertação em construção vem estabelecendo novas possibilidades de análise, e consequentemente, problematizando algumas compreensões já cristalizadas sobre à atuação da Igreja Católica na chamada questão agrária brasileira, na segunda metade do século XX. Pautada na análise do Boletim Diocesano e em Documentos Oficiais da Igreja de Guarapuava, a pesquisa foca-se nas múltiplas maneiras de intervir da instituição na vida social e como lança mão de um discurso híbrido para justificar tal atuação, criando assim, regiões de sentido.

SCHOLZ, Jonathan Marcel. *Regionalismo e elites locais: apropriações políticas e culturais.* Propõe-se na presente comunicação oral uma análise histórica e historiográfica de um caso datado. Instiga-se a pensar como as elites dirigentes dos municípios de Chopinzinho, São João e São Jorge D’Oeste forjaram suas identidades políticas, culturais e sociais no sudoeste paranaense da década de 1960. Partindo do fato de que tais municípios foram emancipados politicamente na “onda imigratória” sulista das décadas de 1950 e 1960, entende-se que existe uma cultura política comum entre os representantes públicos dos referidos municípios, já que os mesmos partilham afinidades culturais, postulados, motivações, crenças e costumes afins, por serem oriundos, sobretudo do Rio Grande do Sul. A partir da noção do conceito de cultura política elaborado pelo historiador francês Serge Bernstein e da ideia de região teorizada pelo historiador brasileiro Durval de Muniz Albuquerque intenta-se cruzar e dinamizar as reflexões sobre a legitimação política e ideológica de



territórios em duas escalas: 1º num contexto mais amplo há a tentativa por parte das elites sudoestinas de legitimar e consolidar o sudoeste paranaense enquanto “região” e 2º em um plano microrregional: Envolvem disputas pela posse de distritos e comunidades entre Chopinzinho, São João e São Jorge D’Oeste no período. Tal análise é um recorte temático e faz parte de um trabalho maior que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa em Política e Movimentos Sociais, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) iniciado em 2012.

SILVA, Walderez Pohl da. *A biografia histórica: questões teóricas e metodológicas.* Durante um longo período, a biografia histórica foi vista como modelo de história tradicional, mais propensa à apologia do que à análise, mais preocupada com os fatos do que com as grandes estruturas socioeconômicas, políticas e culturais. Entretanto, nos últimos trinta anos, ela tem retornado com força, ocupando amplos espaços nos meios editoriais e quase sempre aparecendo no topo das listas de livros mais vendidos. A partir dessa perspectiva, este artigo tem por objetivos discutir as principais motivações que levaram importantes historiadores, tanto nacionais, como estrangeiros, a revalorizar a produção de biografias históricas e as questões teóricas e metodológicas que são suscitadas atualmente, em torno dessa prática de escrita. Para tanto, buscou-se sustentação em autores como Pierre Bourdieu, Giovanni Levi, Benito Bisso Schimdt, entre outros. A partir daí, concluiu-se que o processo de produção biográfica, tão antigo quanto o processo da produção histórica, agora em seu retorno continua a enfrentar problemas antigos e recentes que dizem respeito à construção do saber histórico. Entre esses estão a relação entre indivíduo e sociedade, entre unidade e fragmentação, entre narração e explicação.

SOUZA, Janete de. *Território e natureza fazendo a nação: o discurso de Affonso Celso e Sebastião Paraná no limiar do século XX.* Neste projeto temos como objetivo a análise de certos atributos de regionalidade que se inscrevem no interior dos discursos das obras *Porque me ufano de meu país* de Affonso Celso e *Chorographia do Paraná* de Sebastião Paraná, que procuraram definir o Brasil e o Paraná através de uma narrativa romântica recoberta de otimismo nacionalista. A partir destas análises procuraremos identificar o papel dos intelectuais do IHGB na formação de discursos que buscavam tornar possível o sentimento de “pertencimento” a todos os indivíduos em uma concepção nacional republicana. Dentro desta perspectiva, procuraremos identificar as relações de poder que se inscrevem na formação destes discursos propagadores de uma verdade histórica para a nação. Os autores exaltam riquezas naturais de forma generalizante, onde as paisagens são a representação de um território recoberto de possibilidades bastando apenas, aos brasileiros tomarem “consciência” disso.



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST Gênero no Brasil: perspectivas históricas

Organizadoras do ST: Prof. Dra. Luciana Klanovicz (UNICENTRO/G); Prof. Ms. Kety Carla De March (UNICENTRO/G)

Resumos do ST

ALMEIDA, Juliana de Fátima de. *A mulher na música sertaneja entre 2000 e 2005.* A pesquisa histórica na área de gênero e música é emergente e necessária, para a história, todavia foram pouco problematizadas até então. A música no momento atual é vista como uma fonte histórica importante, podendo fornecer importantes elementos para a construção do saber historiográfico. Este trabalho pretende analisar a representação das mulheres nas canções sertanejas entre 2000 a 2005. É necessário destacar, todavia, que esse trabalho está em fase inicial, e faz parte da pesquisa de Iniciação Científica Voluntária (ICV) da UNICENTRO. A metodologia do trabalho é feita através da pesquisa em sites especializados em música, como, por exemplo, o site Mofolândia que possui um arquivo com as cem músicas que mais fizeram sucesso no rádio no Brasil, entre 1958 a 2011, além de revistas especializadas. Neste mapeamento inicial pode-se observar que a temática das mulheres ocorre principalmente por meio de determinadas temáticas como amor, traição, abandono entre outros. Tais temáticas têm sido recorrentes em canções sertanejas, nesse sentido mostra-se relevante sua problematização dentro dos estudos de gênero colocando-os em debate por meio da perspectiva histórica.

ANDREOLA, André Luiz. *Mulheres na engenharia: mito ou realidade?* Gênero e ciência são construções historiográficas que possuem tensões, as quais permitem um debate entre ambas. Sabe-se que é recente a inserção de mulheres em diversas áreas, essas por sofrerem distinção de gênero já foram mal vistas, portanto é ambíguo aceitar mudanças sem uma análise detalhada. Essa pesquisa acadêmica, em fase inicial busca analisar dados quali-quantitativo de fontes seriais sobre a inserção e a formação de mulheres nos cursos de engenharia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no período de 2003 a 2011. Entendemos esse período como um momento recente para pesquisa histórica nos cursos de engenharia no sul do Brasil, estando marcados nos últimos 40 anos. Até o momento, dados revelam que há um aumento significativo de mulheres nos campos de engenharia, principalmente nos cursos ligados ao Meio Ambiente, Bioprocessos e à Biotecnologia, porém observamos que nos cursos de engenharia elétrica a inserção de mulheres se encontra em um nível muito baixo.

ANDREOLA, André Luiz; ZVIR, Elisiane. *Dança de salão: trajes e seus discursos.* Este trabalho deriva do projeto “Da Herança Do Tradicionalismo Gaúcho: A Dança De Salão”, que buscou mapear os motivos e influências do ponto de vista histórico, que levam as pessoas a participar de determinados grupos de dança de salão em Guarapuava/PR e como a cultura tradicional gaúcha é colocada na utilização dos trajes tradicionais, por homens e mulheres. Ao trabalhar com História e Etnografia, optamos pelo uso de cadernos de campo, observação participante e entrevistas semi-estruturadas com participantes do grupo de dança gaúcha Orgulho Pampeano. Com este trabalho conclui-se que um dos principais motivos para a participação dos integrantes do grupo estão ligados à necessidade de lazer dos integrantes do município e não ao tradicionalismo proposto no discurso do grupo de dança. Em relação ao uso de trajes, percebeu-se que o rigor imposto por movimentos culturais tais como o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná (MTG-PR) não é levado em consideração por todos, principalmente pelas mulheres. Já os



homens afirmam que o uso dos trajes de acordo com as propostas institucionalizadas da tradição gaúcha é um símbolo de “orgulho pela tradição”.

BARBOSA, Eduardo Mady. *Práticas proibidas: análise dos processos-crimes de incesto na Comarca de Rebouças.* O presente trabalho tem por finalidade apresentar uma visão da pesquisa realizada junto à elaboração da dissertação como requisito para conclusão do curso de Mestrado em História perante a Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná. A pesquisa foi realizada junto ao Cartório Criminal da Comarca de Rebouças que engloba os municípios de Rebouças e de Rio Azul, no Estado do Paraná. Foram encontrados e catalogados 245 processos, dentre esses 31 processos crimes onde as mulheres foram vítimas, destes 05 por incesto. O recorte temporal deu-se pelo surgimento da Comarca em 1932 até 1947, ponto final estabelecido visando resguardar os autores, vítimas e testemunhas deste “teatro trágico”, que acompanha a humanidade desde a sua origem junto às civilizações primevas até os dias atuais, onde seres humanos tentam se encontrar e conviver com uma diversidade biológica, individual e cultural que veio a tona com o encurtamento das distâncias. A alteridade diante da intolerância, violência e perplexidade, o “prazer” do incesto diante da dignidade do outro. Práticas perenes onde não somente as mulheres foram vítimas. Padrões sociais de comportamento revelados por um olhar historicizado utilizando-se como metodologia a pesquisa histórica documental consubstanciada nos pressupostos teóricos-metodológicos da análise de discurso proposta por Michael Foucault.

BARBOSA, Michele Tupich. *A maternidade adiada: apontamentos para uma discussão.* Este trabalho é fruto das discussões realizadas na disciplina Gênero e Cultura, ministrada pela professora doutora Miriam Adelman, ofertada pelo curso de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná, no ano de 2010. O objetivo principal do presente texto é iniciar uma discussão a respeito da escolha pelo adiamento da maternidade por parte de mulheres da sociedade brasileira, nas últimas duas décadas. Para tal abordagem foram utilizadas reportagens de Revistas destinadas ao público feminino, que abordam temáticas referentes à maternidade. De igual modo, este trabalho visa inserir as discussões de gênero na produção do conhecimento histórico. Gênero é aqui entendido como uma categoria de análise e uma categoria social, portanto o objeto de pesquisa será investigado a partir das suas significações simbólicas e de suas práticas sociais.

CARTELLI, Michele Cristina. *Homicídio de mulheres no Brasil.* Nesta comunicação procura-se historicizar, sob a perspectiva dos estudos de gênero, os homicídios contra as mulheres no Brasil entre as décadas de 1980 e 2010. Os estudos de gênero vem dialogando com a história e como também campo teórico para os diversos movimentos sociais de mulheres. Percebemos que a violência contra as mulheres é composta por um comportamento violento e coercivo em que a vítima possui um relacionamento com o próprio agressor. Alguns teóricos tem apontado e relacionado tal recorrência estatisticamente alta com a manutenção do patriarcado nas sociedades atuais por conta da dominação masculina. Por meio de um levantamento de dados da polícia (?) no período entre 1980 e 2010, foram registrados mais de 92 mil mortes de mulheres e procura discutir esses dados em relação à bibliografia específica de gênero. O objetivo dessa pesquisa é produzir conhecimento histórico mas acima de tudo possibilitar a visibilidade da violência em nossa sociedade para estimule o debate e traga a cena do debate público formas de coibir e diminuir tais estatísticas.



CARVALHO, Ana Paula Rodrigues; GOEDE, Melanie. *A concepção de sucesso e felicidade presente nos parâmetros de Beleza.* O presente trabalho busca analisar o conceito de beleza na contemporaneidade e a importância que a beleza adquiriu devido à convicção dos possíveis benefícios que esta proporciona. Foi proposto para 53 voluntárias, entre 17 e 50 anos de Guarapuava seis questões relativas à beleza. A maioria das respostas dada a pergunta que se refere ao que é beleza, fez emergir quase que uma indiferença pelos padrões propostos pela sociedade. Porém, um grande número respondeu que recorre ao *photoshop* e que estaria disposta a se submeter a uma cirurgia estética, o que de consequência revela o propósito de se encaixarem dentro dos parâmetros de beleza impostos. Destas respostas emerge a convicção que em uma sociedade sempre mais pautada nas aparências ser bela facilitaria a obtenção de um bom trabalho, de sucesso e de uma vida feliz.

de MARCH, Kety Carla. *A justiça criminal e os jogos de masculinidades no Paraná dos anos 1950.* Esse trabalho objetiva analisar tramas discursivas que possibilitam a compreensão de fragmentos dos encadeamentos da formação de sujeitos masculinos no Paraná dos anos 1950, a partir do aparato jurídico, da instituição detentora do discurso autorizado, da força de lei que normatiza, regra, disciplina, apresenta os caminhos e que julga os desvios. Assim, observamos como o aparato jurídico pode promover regulação social e como os sujeitos que se encontram nessa trama também jogam buscando se enquadrar ao que os reduz e os controla. Para a compreensão da construção de novas subjetividades, observamos quatro processos ocorridos no Estado do Paraná entre 1950 e 1959, nas Comarcas de Curitiba e Guarapuava. Esses processos selecionados – dois homicídios, uma lesão corporal e um estupro – coletados no Arquivo Histórico de Guarapuava e também nos arquivos da Primeira Vara do Júri da Comarca de Curitiba, servirão como amostragem de tipologias criminais e práticas sociais envolvendo o julgamento de subjetividades masculinas manipuláveis e flexíveis, a fim de compreendermos a construção de um modelo de masculinidade nas entrelinhas desses processos criminais, buscamos nessas fontes padrões discursivos, elementos que se repetem, que se reforçam a fim de estruturar essa construção. Cada um desses sujeitos esteve envolto em experiências de vida individuais e também partilhadas, como os discursos médicos, religiosos, políticos e jurídicos que foram semelhantes para todos. A diferença fundamental está na forma com que esses discursos foram apreendidos e reelaborados, corporificados, por esses sujeitos que, a partir disso, tornaram-se singulares. Observar as falas dos atores jurídicos possibilita alcançar os padrões discursivos que constituem modelos. Por outro lado, as falas dos sujeitos comuns envolvidos nesses processos nos permitem pensar de que forma esse discurso é transportado e se solidifica na sociedade, sendo reforçado ou negado. Para tal, utilizaremos como referências principais os debates historiográficos em torno da categoria analítica de gênero, masculinidades e subjetividades no encontro com o poder jurídico.

HOPATA, Liliane Franciele. *A atuação da mulher no rádio iratiense: o Programa Suplemento Feminino, 1982-1984.* Este trabalho tem por objetivo analisar a atuação feminina na radiodifusão na cidade de Irati/PR a partir do programa “Suplemento Feminino”, apresentado na Rádio Najuá entre 1982 a 1984, pela locutora Genoveva Zavilinski.

KIELB, Adriane Busatta. *O casamento como uma indústria cultural.* Diante das inúmeras possibilidades que a pesquisa histórica vem conseguindo abarcar ao longo do tempo, e uma delas é a estrutura cultural, este trabalho compreenderá uma análise tanto historiográfica como analítica



acerca da questão do casamento. Analisar o casamento do ponto de vista de uma indústria cultural, percebendo assim, as transformações do ato cerimonial, passando não mais a um evento de cunho somente espiritual, religioso, mas, para uma relação de status social e satisfação pessoal das partes envolvidas. Neste sentido a pesquisa compreenderá um levantamento de dados referentes às últimas 4 décadas através de periódicos relacionados com o assunto. Analisar-se-á também as transformações em relação aos vários momentos que abrange o casamento, como foram e como são realizados nos dias atuais, como: decoração da igreja, os trajes dos noivos, o salão, os convites, enfim o que foi integrado e o que foi desintegrado mapeando desta maneira a formação do casamento como um todo.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. *Corpo e erotismo no Brasil.* Nesta comunicação discuto a erotização de corpos masculinos nas telenovelas brasileiras ao longo da década de 1990, tendo seu auge nos primeiros anos da década de 2000, e como esse processo veio a ser problematizado na imprensa escrita nacional. A erotização é um tema recorrente na construção da identidade nacional, mas a erotização masculina só emergiu com força nesse momento no âmbito das produções culturais brasileiras. Se ao longo da história da telenovela brasileira o erotismo esteve ligado ao corpo feminino por meio de diversas personagens/atrizes podemos apontar as novelas escritas por Carlos Lombardi especialmente as telenovelas “Uga, Uga” que atingiu altos índices de audiência para o período em que foi exibida assim como a telenovela “Kubanakan” que trouxeram à tona atores que interpretavam personagens que a imprensa escrita (des)qualificou-os como “descamisados”. Assim, nessa comunicação pretendo mapear tal debate e discutir a masculinidade em relação ao erotismo e, assim como, estabelecer a comparação com o erotismo feminino presente nas telenovelas. Para discutir o assunto, foram utilizadas reportagens publicadas em revistas de circulação nacional como Veja e Istoé. Do ponto de vista teórico-metodológico, busquei construir uma interpretação das tensões que apareceram na imprensa por meio da relação entre história e gênero.

MOREIRA, Rosemeri. *Os estudos históricos e a desnaturalização do “corpo militar”.* Este artigo é uma reflexão sobre a inserção da temática de pesquisa “mulheres militares e mulheres policiais” nos estudos históricos e sociológicos, e a paulatina desconstrução do “corpo militar”. Corpo este, naturalizado como masculino/homem. Mesmo que as mulheres tenham sido incorporadas oficialmente nas Forças Policiais e nas Forças Militares no início do século XX (EUA, França e Inglaterra), e em meados do mesmo século nos demais países do ocidentais, a invenção da mulher militar/policial passou a constar como temática de pesquisa histórica no Brasil somente na década de 2000. Justifica-se dessa forma a reflexão sobre a construção histórica desse objeto de pesquisa. Para tanto, serão discutidas: a ausência desse tema nos estudos de História das Mulheres no Brasil; a incorporação posterior nos estudos de Gênero e a paulatina desnaturalização do corpo militar. O artigo apresenta e analisa as principais pesquisas históricas no Brasil que abordam essa temática.

MUCELIN, Patrícia Carla. *“O que é normal... e o que não é”: um guia sexual para as mulheres.* Partindo das análises do nosso projeto de pesquisa para o mestrado em história, que tem como proposta estudar a Nova Cosmopolitan e a Playboy como fonte e objeto da pesquisa, este artigo discorre sobre a análise de uma reportagem presente na revista Nova Cosmopolitan, na edição número 5 do ano de 1974 e leva o título “O que é normal... ..e o que não é”. Procuramos entender como esta revista dimensionava seus discursos sobre sexualidade para mulheres, como uma forma de informá-las e educá-las sobre o assunto. Pretendemos também perceber como o



artigo construiu uma identidade feminina na qual as leitoras pudessem se identificar e que possuísse os atributos da mulher ideal de Nova Cosmopolitan. Baseamos a análise através da categoria gênero para compreendermos como ocorre a relação de poder entre homens e mulheres dentro desses discursos normativos e para que a mulher seja pensada como identidade construída social e culturalmente na dinâmica das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos instituintes. A revista procura desvendar o que ela chama de “mitos”, combatendo-os com as verdades de psicólogos, médicos, psiquiatras e outros especialistas no assunto. Estes possuíam o poder de ditar condutas consideradas normais para a vida sexual das mulheres. Através da nossa análise percebemos que a reportagem está estruturada como um guia para que as mulheres possam seguir uma determinada conduta que as posicione dentro de um padrão de normatividade, instituído pela revista como pertencente a uma identidade determinada.

SVARCZ, Kariane Camargo. *Mulheres na Engenharia: uma construção histórica acerca das relações de gênero na região centro-oeste do Paraná.* O presente trabalho objetiva a análise e discussão acerca do ingresso e permanência de mulheres nos cursos de Engenharias da UNICENTRO, partindo de um ponto de vista histórico e de uma construção histórica em Gênero e Ciência, tendo em vista que a tecnologia e a ciência constroem o gênero, onde o papel tradicional de homens e mulheres pode ser mudado através das tensões e contingências sociais e científicas. Estando em seu processo inicial, essa pesquisa busca analisar dados quali-quantitativos de fontes seriais sobre a inserção de mulheres nos cursos de engenharia da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, nos campos de Irati e CEDETEG (Guarapuava) nos períodos de 2001 a 2011. Percebe-se, que no Paraná, o campo das Engenharias não recebeu ainda uma interpretação geral quantitativa no sul do país, sendo que já se desenvolveu várias pesquisas sobre o assunto, mas não históricas. Por meio de pesquisas já desenvolvidas, dados revelam que há um ingresso significativo de mulheres nos cursos de engenharia de alimentos, maior que de homens, e de engenharia ambiental. Já no curso de Engenharia Florestal, a porcentagem de ingresso feminina é tanto menor, comparada com os outros cursos. É com o intuito de analisar tal questão que configura-se a presente pesquisa.

VIANA, Joseane Teixeira; ALMEIDA, Juliana de Fátima de; NORTE, Jaqueline. *Considerações e percepções sobre homofobia no curso de História noturno da UNICENTRO.* Homofobia é o termo comumente utilizado para nomear um preconceito irracional diante da homossexualidade ou da pessoa homossexual, colocando-a em posição de inferioridade e utilizando-se muitas vezes, a violência física e/ou verbal. Dentro deste contexto, a pesquisa se deu em função da diversidade de relações em sala de aula. Apesar ter pretensão antropológica, com o emprego do caderno de campo e de observação, o trabalho apresenta cunho histórico. Foi usado como instrumento de aferição de dados a fim de perceber as nuances sobre o conceito e também a violência atrelada à homofobia. Os dados foram computados e colocados em gráficos, foram entregues panfletos sobre o assunto. Esse instrumento foi aplicado nas turmas de 1º ao 4º ano noturno do curso de História da UNICENTRO, para a disciplina Antropologia Cultural no ano de 2011. Como embasamento teórico foi consultada bibliografia sobre relações de gênero, homofobia, educação sexual. A construção do conceito homofobia é baseada em ideários midiáticos. Com a pesquisa constatou-se que em sala de aula há discussões sobre a pluralidade sexual, todavia o preconceito é mascarado com a hipocrisia, e esses acadêmicos como futuros professores não estão prontos para trabalhar com essa diversidade nas escolas. Notou-se que os heterossexuais são a maioria no curso de História - noite da Unicentro. As pessoas acreditam que a violência física ou



verbal é praticada contra os homossexuais, ignorando que essa violência na verdade atinge o ser humano, independente de sua orientação sexual, levando em consideração comportamento, vestuário, ou trejeitos, pautado apenas na intolerância.

ZANELLA, Jessica Caroline. *“Entre Audrey Hepburn e Marilyn Monroe: representações femininas do cinema norte-americano na revista 'O Cruzeiro' (1953-1962)”*. Trata-se da apresentação do projeto, de fase inicial, “Entre Audrey Hepburn e Marilyn Monroe: representações femininas do cinema norte-americano na revista 'O Cruzeiro' (1953-1962)”. A proposta do projeto é analisar as diferentes representações de feminilidade, da sexualidade e da construção sedutora dos corpos das atrizes Audrey Hepburn e Marilyn Monroe no Brasil, a partir da leitura da revista “O Cruzeiro” entre 1953 a 1962. Esta pesquisa tem a intenção de investigar as construções históricas sobre as atrizes citadas na cultura da mídia da época, buscando assim desconstruir, do ponto de vista dos estudos de Gênero e História, as imagens que foram atreladas a elas. Para isso, utilizo as revistas “O Cruzeiro” e as biografias das atrizes.



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST Perspectivas do Ensino de História

Organizadoras do ST: Prof. Dra. Carmem Lúcia Gomes De Salis (UNICENTRO/G); Prof. Dra. Maria Paula Costa (UNICENTRO/G)

Este simpósio tem por objetivo propiciar um espaço de debates entre pesquisadores envolvendo questões teórico-metodológicas sobre um importante campo de investigação: o ensino de história. Privilegiaremos abordagens que visam problematizar tanto a formação de professores quanto a prática e experiências das aulas de história no âmbito da cultura escolar.

Resumos do ST

BOMBARDA, Ricardo Augusto. *A narrativa e as relações de poder no livro didático público de história da Secretária de Educação do Estado do Paraná.* A pesquisa ainda encontra-se em sua fase inicial, sendo essa apenas o projeto. Este por sua vez pretende abarcar a criação do livro didático produzido pela Secretária de Educação do Estado do Paraná, que tem sua primeira edição em 2006, o qual foi distribuído gratuitamente em todas instituições de ensino estadual do estado, para o ensino médio, a coleção tratava de todas as matérias ao qual os alunos trabalhariam ao longo dos três anos letivos que compreendem o ensino médio. O trabalho vai se reter apenas a edição de história, sendo assim analisarei uma unidade temática, esta sendo relações de poder a análise compreendera as diretrizes a qual deve "nortear" o livro. O objetivo consiste em compreender como ocorre a composição do livro, que tipo de saber escolar esse traz em sua construção, quais as correntes históricas presentes, temporalidades, como são trabalhados os temas e fontes, como se constitui a narrativa histórica, e analisar sua difusão e confecção. Para isso utilizarei tabelas analíticas e confrontação dos dados. E intuito ainda contribuir com rica discussão sobre os livros didáticos, sobre sua avaliação e composição para a área de história e do ensino, e a utilização da Nova História, entre outras discussões inerentes do século XXI.

BONETE, Wilian. *O que pensam os alunos jovens e adultos sobre a história? Considerações iniciais.* Neste estudo, ainda em fase de elaboração, pretende-se verificar, a partir das discussões acerca da cultura escolar e a produção do conhecimento histórico, o que pensam os alunos jovens e adultos da EJA sobre a história, quais são suas ideias, conceitos e saberes históricos. Para tanto, serão analisados questionários e narrativas aplicados a alunos do ensino fundamental (5^a a 8^a série) em escolas públicas da cidade de Guarapuava – PR, a partir do conceito de consciência histórica elaborado por Jörn Rüsen e Agnes Heller e da Didática da História. Como a pesquisa ainda se encontra em andamento, neste texto serão apresentadas algumas considerações sobre as delimitações do objeto de estudo e as análises iniciais dos questionários aplicados.

CARVALHO, Ana Paula Rodrigues. *A construção da narrativa sobre o fascismo no livro didático.* Este trabalho busca analisar o tema fascismo italiano a partir da análise de dois livros didáticos, História Global de Gilberto Cotrim e História de Ronaldo Vainfas, Sheila Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. Cabe ressaltar a complexidade que envolve esta discussão, pois o fascismo se propôs como regime totalitário e a sua influencia dentro da sociedade italiana alcançou várias esferas. O objetivo deste trabalho consiste em compreender de que forma esse tema é construído pelos autores dos livros analisados. Portanto, buscar-se-á entender se esta narrativa possibilita uma pluralidade de interpretações históricas, envolvendo não só aspectos políticos e econômicos, mas também culturais e sociais que permitem aos alunos perceberem a relação entre o



Estado e a sociedade como bilateral composta por vários “sujeitos históricos” e não somente um. Este trabalho se desenvolve a partir dessas interrogações, destarte é primordial analisar de que forma o livro didático trabalha com os pontos acima citados, visando permitir ao aluno uma compreensão mais ampla e concreta sobre o fascismo.

COSTA, Maria Paula. *Aprendendo e ensinando história na perspectiva das Diretrizes Curriculares De História do Estado do Paraná.* Sabemos que o ensino de história no final do século XX sofreu um processo de repensar dentro da academia, passando a questionar sobre a formação de seus professores. Neste sentido indagações foram explicitadas no interior da disciplina de História, exemplo disto foi o reconhecimento do papel do professor como mediador do conhecimento e dos bens culturais fundamentais para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem. O presente trabalho terá como principal objetivo analisar as propostas das Diretrizes Curriculares da Educação Básica de História do Estado do Paraná (2008) e a implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) no Paraná.

Palavras-chave: Professores, Diretrizes Curriculares, Ensino de História.

DE SALIS, Carmem Lúcia Gomes. *O Estágio Supervisionado e a EaD: um relato de experiência.*

JASKIU, Janaina. *Construindo representações de gênero no cotidiano escolar.* Na realidade escolar é possível observar violências de gênero sejam elas implícitas ou explícitas. A naturalização das relações de gênero faz com que estas não sejam percebidas no cotidiano escolar e, dessa forma, acabem por ser reforçadas. Esta proposta tem como finalidade trabalhar com professores das diversas disciplinas do currículo da Educação Básica, problematizando as representações de gênero, bem como as relações de poder que delas decorrem, refletidas no espaço escolar, debatendo possibilidades de abordagens interdisciplinares que contribuam para a construção de uma autonomia intelectual dos alunos diante do mundo em que vivem. Partindo da compreensão de que as práticas sociais são construídas historicamente, bem como as representações que delas criamos, e embasados no objetivo da educação básica exposto nas DCEs, a escola é o espaço privilegiado para problematizá-las através do conhecimento científico. Para abordar as representações de gênero e as relações de poder inerentes a elas nas disciplinas curriculares, o ponto de partida será a perspectiva de um novo campo de investigação proposto para a História, o da Educação Histórica. Desta forma nesta comunicação pretendo apresentar como as relações de gênero estão inseridas no cotidiano escolar.

MOTTA, Hélia Nogueira. *A tecnologia de informação e comunicação a serviço do ensino de história: história oral e memória.* O intuito da pesquisa visa aproximar passado e presente, antigas e novas gerações, para que os alunos sintam interesse pela cultura local, costume e religiosidade dos pioneiros fundadores da comunidade. Essa aproximação se dará por meio da metodologia da História oral, que trará aos novos pesquisadores conhecimentos importantes e trocas de experiências significativas a produção do conhecimento histórico dos alunos. Pretende-se desenvolver nos alunos a compreensão sobre a história local em que estão inseridos como uma questão de provocar o encantamento pelo local onde vivem e sintam-se pertencentes a aquela realidade social e tenham orgulho pela sua história e de seus antepassados. Como aliado ao processo de ensino e aprendizagem será utilizado como ferramenta significativa às novas tecnologias de ensino, mediado pelo uso do Ambiente de Aprendizagem Virtual (AVA) como recurso teórico-metodológico e



inclusão digital no ensino da disciplina de História. Objetiva-se reconstruir e preservar a memória local, dentro de uma proposta voltada ao trabalho de produção de fontes históricas da localidade de Faxinal do Céu, abordando a temática da história local, a metodologia para realização das atividades será a história oral, com suporte tecnológico da plataforma moodle. O trabalho será voltado para a construção da cidadania, assumindo o exercício de valorizar a cultura e o patrimônio da localidade em que se encontram inserido, transmitir a cultura do meio social, conseqüentemente construindo sua própria identidade. Desta forma nesta comunicação pretendo analisar a construção deste caminho de pesquisa que teve início no dia-a-dia da sala de aula.

OLIVEIRA, Roberson de. *Professor e sua prática.* A apresentação será referente ao trabalho de conclusão de curso (TCC). Este consistirá em uma investigação referente à maneira como os professores do ensino fundamental de História planejam suas aulas, como eles aplicam os conteúdos planejados e como reorganizam suas práticas. Para realização da pesquisa e produção de um artigo, será utilizado como fonte um questionário e observações das aulas dos professores de História do ensino fundamental, e ancorado nos pressupostos teóricos desenvolvido pelo historiador alemão Jörn Rüsen. O procedimento metodológico que norteará a pesquisa será a análise etnográfica, pois ela oferece o suporte necessário para se chegar a resultados relevantes, e dessa maneira contribuir com as reflexões sobre o ensino de História no Paraná. Esse questionamento se mostra pertinente, já que a formação de uma consciência crítica se torna fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, levando-se conta que tanto a ciência histórica quanto o ensino de História desempenham um papel singular nesse processo, o qual deverá passar inevitavelmente por um sistema de ensino que corresponda ao esforço feito pela população mais humilde, que contribui com uma parte significativa de sua vida para manter um sistema que hoje se mostra incompatível com esse esforço.

PROBST, Melissa. *Livro didático: representações da presença holandesa no Brasil colonial.* O presente artigo tem como tema “a representação da presença holandesa no Brasil durante o período colonial em livros didáticos”, e é resultante de atividades de pesquisa desenvolvidas ao longo do curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de análise crítica do conteúdo manifestado no texto didático. Para tanto, foram selecionados seis livros didáticos destinados ao Ensino Médio editados entre 2010 e 2011 e recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Para a realização da análise foram elencados cinco referenciais analíticos e tomou-se o livro “História do Brasil”, de Boris Fausto, como referencial teórico. O presente estudo tem como objetivos conhecer a forma de abordagem do referido conteúdo pelos livros didáticos, bem como analisar, a partir dos referenciais analíticos, o conteúdo de cada um dos livros didáticos, relacionando-o com as possibilidades de atuação do professor de História. A análise de conteúdo mostrou que o livro didático, nos dias atuais, ainda manifesta características de um discurso carregado com valores e verdades de caráter generalista, numa perspectiva Positivista. Percebe-se também que a transposição didática para o ensino de história merece discussões mais aprofundadas acerca da perspectiva historiográfica da construção da narrativa que compõe os livros didáticos.

ROSA, Marieli. *História da África e ensino de história nas escolas públicas de Guarapuava.* A Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 tornou obrigatório o ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino público e privado. Pretende-se compreender a formação dos professores, as dificuldades e desafios, bem como a capacitação desses professores e,



a idéia e conceito de África compreendido por esses profissionais, destacando o papel dos mesmos no processo de reconhecimento da História da África e da Cultura afro-brasileira. Buscar analisar a apropriação ou não de uma historiografia recente por parte dos mesmos e, quais as iniciativas governamentais, como cursos e projetos que se tornam mecanismos para auxiliar os professores no que se refere ao conteúdo de África. Busca-se através de questionários e entrevistas, identificar as idéias, conceitos, dificuldades e desafios que esse profissionais apontam, convivem e percebem no dia a dia com relação à História da África, procurando entender como o conhecimento da historiografia, a formação ou um possível aperfeiçoamento desta pode interferir no desenvolvimento dessas idéias. Essa lei trouxe uma série de conseqüências para o ensino e a formação dos profissionais, além de que, repensar a História da África e repensar a própria disciplina de História. Segundo Rüsen, a História enquanto uma ciência tem uma função didática. Ao entrar em contato com a História, esta deve dar ao sujeito um significado para a experiência no tempo, capacidade de interpretação e ampliação do conhecimento. Neste sentido, é a consciência histórica que permeia a compreensão do passado. Dessa forma, os fundamentos teóricos dessa investigação são baseados nos estudos de Rüsen.

SANTOS, Rodrigo dos. *O Ensino Rural: medidas para o campo paranaense (1946-1960)*. A pesquisa pretende analisar a modalidade de ensino: Educação Rural, nas duas gestões do governador do Paraná, Moysés Lupion. Identifica-se que, nos anos 1946-1950 e 1956-1960, períodos em que se instalou um programa educacional denominado desenvolvimento da comunidade, tendo como um dos principais componentes a educação rural. No período, havia uma preocupação com o campo, que se intensificou nos mandatos de Lupion. As fontes para compreender o período estudado e o objeto em evidência, a Educação Rural, são diversas: como o Jornal Folha do Oeste que mostra indícios de uma política educacional para a população rural de Guarapuava. Documentos online do Arquivo Público do Paraná, onde se encontram as mensagens dos governadores relatando suas gestões para a Assembleia Legislativa. O método empregado é o materialista histórico dialético, mais especificamente na categoria “totalidade” para captar as relações entre o econômico, o político e o educacional. Utilizamos o Econômico e o Político como ponto de partida para chegarmos ao social e no setor educacional. Tentamos uma análise teórica do contexto social, econômico político e cultural do período. A Educação rural independente do local de fixação, seja na administração federal, estadual ou municipal, surgiu como uma necessidade. Necessidade essa também pertinente aos nos dias de hoje com a emergência e a consolidação de novos mecanismos para o campo brasileiro como a modalidade de ensino: Educação do Campo.

SOUZA, Evandro de. *A produção do conhecimento histórico através da plataforma moodle empregada no ensino presencial*. Esta pesquisa - que ainda está em andamento - será orientada por uma investigação da produção do conhecimento histórico possibilitado pela plataforma Moodle (ligada às novas tecnologias), articulado por uma professora de História que desenvolveu o projeto de PDE intitulado “A Tecnologia de Informação e Comunicação a Serviço do Ensino de História: História Oral e Memória”, voltado para a turma do 3º Ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Professor Júlio Moreira. O colégio é da comunidade de Faxinal do Céu, pertencente ao município de Pinhão-PR. As fontes são os dados armazenados pela plataforma, consistindo em todo tipo de interação entre aluno e professor e também a articulação didática empreendida pela professora. Há uma grande necessidade de pesquisa na área do ensino, e, sendo assim, a pesquisa empreende-se no sentido de analisar como se deu a construção da plataforma. Através da investigação das fontes, será proposta uma interpretação histórica sobre a produção do conhecimento histórico através deste



ambiente virtual, sob a construção e articulação didática da professora. A análise central da pesquisa estará voltada para a produção do conhecimento histórico, e aos alunos, mas sempre sob a intermediação desta nova tecnologia que é o Moodle.

ZALUSKI, Jorge Luiz. *Casa grande e senzala: uma releitura para os quadrinhos.* A História enquanto disciplina tem como objetivo analisar os processos históricos, estes que são resultados das relações humanas em suas diferentes formas, lugares e tempo de manifestadas e instituídas na sociedade. Enquanto disciplina escolar visa também atender demandas sociais, como a Lei nº 10639/03, que inclui no currículo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas em todas as redes de ensino. Entre as propostas desta lei esta a diminuição da discriminação racial, e debates mais consistentes sobre a situação e participação do negro no Brasil nos diferentes tempos históricos. Durante muito tempo falar do negro seja ele escravo ou não fazia com que muitos professores recorressem às ideias de Gilberto Freyre apresentadas em Casa Grande e Senzala, obra que propôs mudanças significativas para a compreensão das relações escravas, mas que também foi bastante debatida por apresentar um posicionamento generalista, além da criação de um mito da democracia racial no país. Diante de tantas repercussões tidas como positivas para a compreensão da formação do Brasil e, em especial as relações escravas, foi elaborado uma espécie de versão resumida da obra no formato de história em quadrinhos. O quadrinho pretende auxiliar na compreensão do tema, no entanto apresenta características que já foram criticadas pela historiografia sobre o assunto. Diante disso, esta pesquisa consiste em identificar estes posicionamentos considerados inadequados pela atual historiografia, com a tentativa de levantar novas possibilidades para utilizar o material, como também às informações pertinentes apresentadas pelo quadrinho.



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST Sociabilidades em perspectiva: redes econômicas, administrativas e sociais na dinâmica dos impérios coloniais ibéricos - séculos XVII-XIX

Organizadores(as) do ST: Prof. Dra. Martha Daisson Hameister (UFPR); Prof. Ms. Francisco Ferreira Junior (UNICENTRO/G); Prof. Ms. Milton Stanczyk Filho (UNICENTRO/G); Prof. Ms. Tiago Bonato (UNICENTRO/G)

O objetivo do simpósio é problematizar aspectos relativos aos espaços ultramarinos portugueses e espanhóis entre os séculos XVI e XIX. Privilegiando abordagens com ênfase no aparato administrativo, nas dinâmicas familiares, nas construções narrativas e formações de redes sociais.

Resumos do ST

BONATO, Tiago. *Nas terras do fim do mundo: a representação dos gigantes nos relatos europeus sobre a Patagônia.*

BONETTI, Marcos. *Crime, cotidiano e sociabilidades Kaingang (Guarapuava, 1856-1889).* A presente comunicação visa abordar os aspectos da vida cotidiana dos indígenas da etnia Kaingang, no município de Guarapuava, durante a segunda metade do século XIX. Dentre os aspectos evidenciados, ressaltam-se as *estratégias* empregadas pelos índios em fandangos e corridas de cavalos, eventos estes que não raro serviram de palco à prática de crimes, sofridos e/ou praticados por parte dos indígenas. Tal abordagem se baseia na leitura e na análise de processos criminais (lotados no Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO), dos Relatórios de Presidentes da Província do Paraná (disponíveis no Arquivo Público do Paraná), e bem como das discussões bibliográficas já realizadas por historiadores, nacionais e internacionais, em torno dos aspectos em questão.

CHAGAS, Paula Roberta. *O parentesco espiritual em perspectiva: notas de pesquisa sobre as redes de compadrio na Curitiba setecentista.* A historiografia encarregada dos estudos sobre a história da família no Brasil colônia vem apontando algumas estratégias utilizadas pela elite para a manutenção de seu local social. Dentre as mais usuais estão as alianças matrimoniais, o pertencimento ao círculo de vereança local, o acúmulo de bens materiais advindos tanto do comércio quanto da posse de escravos indígenas e africanos e a consolidação de laços de compadrio. Quando se analisa os assentos paroquiais de batismo, é possível observar que os vínculos espirituais delineados a partir do compadrio, acabam então, por reforçar ou realinhar essas teias sociais entre os indivíduos. Uma vez que, nesse período, a referência social ao indivíduo está sempre ligada ao pertencimento a um grupo maior, no caso sua família, este “parentesco espiritual” constituía uma das formas mais significativas de firmar vínculos, seja por interesses políticos e econômicos, seja para reafirmar laços de sangue já existentes. Nesse sentido, o objetivo deste paper consiste em explorar as virtualidades desse tipo de documentação, bem como verificar a extensão, a qualidade e as possibilidades das redes de compadrio firmadas entre as primeiras famílias que se estabeleceram na região do planalto curitibano, no final do século XVII e início do XVIII, com ênfase nos arranjos do parentesco espiritual estabelecidas pelo casal Antonio Luiz Tigre e Anna Rodrigues França.

FERREIRA JUNIOR, Francisco. *“Para o serviço interior do reino”: a legislação sobre o recrutamento miliciano no Brasil na primeira metade do século XIX.*



KATO, Alan. *O Estado do meio: nem “pobre” nem nobre (Curitiba e Paranaguá no início do XIX).* A historiografia tem apontado que a distinção social teve reflexos na escolha do local de moradia citadina na América Portuguesa. Anotaram-se, muitas vezes sem fundamentação empírica, que nas vilas e cidades de além-mar havia zoneamentos para pescadores, oficiais mecânicos, comerciantes deste ou aquele ramo, elite (ou parte dela), etc. Em suma, analisam o “pobre” e o nobre da terra, mas não os estratos médios. Àqueles moradores que apesar de algum poder econômico, não tinham situação semelhante no contexto social. Possuíam escravos e, às vezes, mais de uma casa. Disputavam espaço nas posições mais baixas da milícia, ou nos cargos executivos do Concelho, mas não integravam a(s) elite(s). Ou estavam em ascensão ou, simplesmente, não tinham condições de galgar espaços melhores na estrutura social. É difícil qualifica-los, mas vale a tentativa. Objetivamos apontar os integrantes desse grupo difuso, e localiza-los no espaço citadino de Curitiba e Paranaguá no início do século XIX. Listas Nominativas de Habitantes, livros de entradas nas Irmandades, livros de eleições da Câmara são as fontes que qualificam os moradores. Plantas cadastrais, gravuras, descrições de viajantes, e a Décima Urbana são as fontes para reconstituir o loteamento e arruamento urbanos das vilas analisadas. O cruzamento dos dados arrolados e a sua espacialização proporcionou uma melhor visualização das variáveis socioeconômicas, o que nos auxiliou a compreender aonde estavam os moradores que não eram pobres nem nobres. Não por acaso, moravam próximos as elites. Possivelmente, buscando espaço nos mesmos logradouros, e mais do que isso, de semelhante posição social.

MORAES, Aline. *As alforrias numa sociedade de pequena posse: o caso do negro Belmiro (Guarapuava séc. XIX).* Morador numa localidade periférica do Brasil meridional, Belmiro Sebastião de Miranda, oriundo de Maceió, Alagoas e filho da africana Lucinda, era um dos escravos comprados pelo Coronel Pedro de Siqueira Cortes. Ainda que Guarapuava não fosse, no século XIX, por excelência uma região com grande número de cativos, seu desenvolvimento populacional e, conseqüentemente, de toda uma vida social, aponta para um crescimento na flexibilização da mão de obra escrava, principalmente quando observados o número de cartas de alforria compradas por volta de 1880. Neste ambiente, ao escravo de ganho Belmiro recai alguns indícios de vê-lo como ‘abolicionista’ pois teria ele comprado outras alforrias na localidade. Como afirma uma carta de justificativa de nome de rua aprovada na municipalidade, Belmiro era “preto na cor e branco nas ações”. De posse de tais dados a presente pesquisa visa analisar até que ponto o comportamento do negro Belmiro está, de um lado, em concordância com um ideal ‘abolicionista’ do período ou, de outro, em consonância com os ideais escravocratas de status e reconhecimento social numa sociedade em processo de formação. Para tal, ancorada nos encaminhamentos da micro-história italiana, buscar-se-á, ao olhar o microscópio da trajetória de Belmiro, reconhecer o amplo contexto social guarapuavano do século XIX. Entre as fontes relacionadas nominalmente à nossa personagem encontram-se processos cíveis, testamento, inventário post-mortem e demais documentos prosopográficos.

PEGORARO, Jonas Wilson. *Para o “bom governo”, o adequado oficial: o perfil dos ouvidores régios na América portuguesa (Paranaguá, século XVIII).* O trabalho que venho desenvolvendo a respeito dos ouvidores régios deslocados para a América portuguesa fez com que me deparasse com inúmeras questões sobre a formação de “redes governativas locais”. A inserção de um novo agente régio (o ouvidor) no espaço de atuação de diversos outros poderes provocou a necessária readaptação dos espaços de atuação dos agentes políticos-administrativos coloniais. Contudo, esta



comunicação visa apresentar um momento precedente ao processo de readequação dos poderes locais e a formação de novas redes governativas no interior da América portuguesa. A comunicação se propõe a apresentar um perfil dos ouvidores enviados para a Comarca de Paranaguá no século XVIII, tendo em vista as análises feitas por Mafalda Soares da Cunha a respeito da tarefa de nomeação do Estado português, e a necessária procura por nomes “com perfil político e social adequado às diferentes características e ao tipo de questões colocadas pelos diversos postos de governo”. No intuito de construir esse perfil dos oficiais foram utilizadas as leituras de bacharéis e os livros de mercês e chancelarias disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal.

STANCZYK FILHO, Milton. *Família, espaço e poder: notas sobre a gênese da ocupação e a construção de hierarquias na Curitiba setecentista.* Este artigo tem a intenção de apresentar, em linhas gerais, uma discussão que abarque, num primeiro momento, alguns apontamentos acerca do debate historiográfico sobre a história da família na América portuguesa colonial. Se, por um lado, têm-se como superadas questões referentes ao patriarcalismo e as grandes unidades agrárias de produção, enquanto ‘homogeneidade histórica’³ brasileira, recentes pesquisas vêm apontando algumas estratégias utilizadas, especialmente pela elite, para a manutenção de seu lócus social. Dentre as mais usuais estão as alianças matrimoniais, o pertencimento ao círculo de vereança local, o acúmulo de bens materiais e simbólicos advindos tanto do comércio quanto da posse de terra, de escravos indígenas e africanos e a consolidação de laços de compadrio.

ROSA, Andréia Marsaro da. *Bailes e Fandangos: uma análise dos ambientes de sociabilidade das classes populares através de processos-crime – Guarapuava (1854-1878).* As diversas formas de sociabilidade fornecem muitos elementos que ajudam a compreender as sociedades do passado. As relações pessoais, a forma como conviviam e os códigos que permeavam estas relações são poucos explorados em fontes como processos-crime. A proposta desta pesquisa em específico é o estudo das formas de sociabilidade, principalmente festas, das classes populares de Guarapuava na segunda metade do século XIX, através da análise de processos-crime - que neste estudo em questão totalizam cinco. Todos os processos analisados ocorreram em Guarapuava durante eventos sociais como bailes, fandangos e festas religiosas, no período de 1854 a 1878. O presente trabalho propõe uma breve definição do que pretende-se entender por sociabilidade, bem como algumas características dos fandangos e festas que servem de palco para a convivência desses atores sociais na segunda metade do século XIX. As relações secundárias, que ficam nas entrelinhas, que não levaram necessariamente todas as personagens à justiça que recuperamos, buscando visões de mundo, relações pessoais, julgamentos de valor e identificando na fala das testemunhas alguns episódios que fornecem detalhes da vida social.

ZAROSKI, Pamela Sue. *Uma janela para o Novo Mundo: uma análise das descrições de Hipólito da Costa sobre a população estadunidense 1798-1799.* Na segunda metade do século XVIII as modificações ocorridas na produção do conhecimento científico acabaram influenciando vários Estados, com características e intensidades diversificadas. A presente pesquisa busca analisar os reflexos desse movimento no Estado Português setecentista. Sob influência de ideais iluministas, Portugal promoveu e financiou diversas expedições naturalistas, com o intuito de mapear economicamente e criar uma rede mais estreita com suas colônias. A atual historiografia tem voltado seus esforços para os estudos das relações entre Portugal e Brasil no período colonial, e mais recentemente para a participação dos viajantes naturalistas do final do setecentos. No entanto



muitos dos relatos produzidos nessas expedições são relativamente inéditos, não havendo muitos estudos produzidos. Diante disso, esta pesquisa analisa os relatos de viagem produzidos por Hipólito da Costa, em sua expedição aos Estados Unidos da América, nos anos de 1798 e 1799. Através desses relatos é possível identificar que o viajante não se restringe a descrever somente aquilo que lhe forá solicitado pelo ministro do ultramar, mas revela através de descrições minuciosas elementos populacionais dos Estados Unidos da América. O foco desta pesquisa concentra-se em verificar como o olhar do viajante expresso em seus diários de viagem revelam o contexto histórico, social e cultural do qual ele está inserido.



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST Diálogos entre História e Arte

Organizadores(as) do ST: Prof. Dra. Silvia Gomes B. de Mello (UNICENTRO/G); Prof. Ms. Rafael Guarato (UNICENTRO/G)

A proposta deste Simpósio é reunir pesquisadores que se interessam por problemáticas ligadas a acontecimentos estéticos, explorando as relações entre História e Arte em suas múltiplas possibilidades – focalizando produções artísticas, culturais e intelectuais em seus processos de produção, circulação e percepção. Interessa, portanto, discutir acontecimentos ligados à literatura, às artes plásticas e gráficas, ao cinema, à fotografia, à arquitetura, à dança, à música, ao teatro intermeados por processos históricos vinculados, por exemplo, a práticas de escrita, a patrimônios culturais, a políticas públicas, a processos identitários, a modernidade e tradição, a memória.

Resumos do ST:

ALVES, Luiz Fernando. *Notas sobre a cortesia no Roman de la Rose de Guillaume de Lorris.* O propósito desta comunicação é apresentar algumas reflexões sobre a preceptiva amorosa desenvolvida por Guillaume de Lorris na primeira parte, escrita entre 1225-1245, do *Roman de la Rose*, poema didático que revela as formas de sentir e pensar da sociedade cortesã francesa do século XIII, uma vez que a partir das preceptivas da moda, etiqueta e literatura, buscava-se enquadrar as emoções em regras fixas. Lorris renova o entendimento do amor cortês numa lírica que se insere tanto na tradição trovadoresca medieval quanto na de preceptivas amorosas que remonta a *Arte de Amar* de Ovídio. A partir de uma interdisciplinaridade entre a nova história cultural, a história das ideias e a crítica literária, buscar-se-á compreender a linguagem da cortesia elaborada no romance, analisando sua representação de sensibilidades e a modernidade no pensamento medieval.

CORREIA, Willian Bruno; MORES, Lucas; BRANCO, Carlos Frederico. *Do Woodstock à Rua é Noiz: análise etnográfica do rock underground e do Hip-Hop em Guarapuava.* O objetivo desse trabalho é compreender as redes de sociabilidade construídas historicamente nos dois grupos culturais na cidade de Guarapuava- PR. Os atores sociais analisados pertencem ao Rock Underground e ao Hip-hop. Utilizando a etnografia urbana, a observação participante e entrevistas abertas, a pesquisa demonstrou que os agentes sociais que transitam nesses grupos são jovens, e pertencem a periferia geográfica e cultural desta cidade. O trabalho ainda possibilitou compreender questões de gênero, estética, estilos musicais e os circuitos e territórios em que estes agentes transitam, transformando localmente a cultura e o espaço urbano.

GRANDE NETO, Rodolfo. *Emoldurando Quadrinhos.* O reconhecimento de uma obra de arte não se encontra apenas na sua temática ou técnicas artísticas, a legitimidade de uma grande obra também está ligada ao seu lugar de circulação e a sua materialidade. Para que os quadrinhos alcançassem tamanho status fora preciso um longo percurso de profissionalização do artista. Nos EUA essa profissionalização tornou-se mais evidente com a popularização dos romances gráficos no final da década de 1970 que, mais tarde, fora estendida aos “comics”, como são conhecidas popularmente as revistas em quadrinhos de tiragem regular nos EUA. Esse novo fôlego dos quadrinhos reacendeu o mercado editorial, fazendo com que as editoras decidissem investir cada



vez mais na área, o que acabou gerando a chamada “invasão inglesa” da segunda metade da década de 1980. Porém, mesmo que o “comics” tenha aderido a nova temática, eles ainda são vistos artisticamente de uma maneira mais empobrecida que os romances gráficos principalmente pelo seu acabamento inferior. Assim, para uma revista regular ganhar destaque artístico entre as grandes obras ela precisa passar por todo um percurso que ascende toda a sua materialidade. O texto então se trata de por em debate o que vem a ser a arte atualmente e qual o papel dos quadrinhos nessa configuração. Para isso utilizo de teóricos como Walter Benjamin, Roger Chartier e Moacyr Cirne para debater o circuito da revista “Homem-Animal” personagem de série regular criado por Grant Morrison que, atualmente, se encontra como um dos grandes clássicos dos quadrinhos.

KROUNBAUER, Glaucia Andreza. *O circo popular no Brasil: a arte popular na sociedade capitalista.* As artes circenses chegaram ao Brasil a partir do século XVIII e se espalharam pelo território nacional com pequenas apresentações nas comunidades rurais e vilarejos. As companhias circenses com lona e picadeiro se estruturaram no século XIX, o período dourado do circo, impulsionadas, em grande medida, pelos ciclos econômicos que movimentavam parte da vida cultural brasileira. Os números circenses trazidos da Europa começam a incorporar dramas e apresentações musicais típicas do Brasil, formando um novo tipo de espetáculo conhecido como Circo-Teatro. Mas a partir do século XX os espetáculos circenses voltam a ocupar seu espaço à margem da vida cultural das classes dominantes – cabe destacar que as artes cênicas não tiveram espaço nas discussões da Semana da Arte Moderna, em 1922. Ao longo do processo de modernização do país o circo foi perdendo espaço nos centros urbanos, cada vez mais industrializados, e se refugiou nas periferias e zonas rurais, onde até hoje podem ser encontradas pequenas companhias circenses familiares que lutam para sobreviver à explosão das grandes empresas do entretenimento. Ou seja, a capitalização dos espetáculos acabou marginalizando aqueles que vivem no/do circo, acentuando as diferenças sociais. O presente estudo pretende elucidar questões referentes à trajetória do circo no século XX no Brasil, acompanhando o processo de estruturação do capitalismo no país. Sendo uma manifestação da cultura popular, a desvalorização dessa arte certamente nos leva a refletir sobre os valores sociais que têm sido construídos e a forma com que temos lidado com nossa memória e nossa história.

MELLO, Silvia Gomes Bento de. *Da beleza da Natureza à beleza da Arte: a paisagem paranaense nas viagens de Taunay.* A natureza e a arte são, por excelência, lócus de discussão sobre a beleza. E, nesta comunicação, ambos os lugares se fundirão, justamente, na construção do sentido do belo, nas considerações de Alfredo Taunay, em viagens pelo Paraná. Alfredo d’Escragnolle Taunay foi presidente da Província do Paraná entre 29 de setembro de 1885 e 3 de maio de 1886 e a tônica de seu governo foi realizar viagens pelo Paraná, acreditando que conhecer o território era condição para bem governá-lo. Das inúmeras possibilidades de análise dos relatos de tais viagens, interessará a tal comunicação problematizar o olhar de Taunay para a Natureza e a estratégia de aproximá-la à arte e ao fazer artístico: ao olhar a Natureza como quem olha uma obra de arte e equiparar a beleza da natureza à beleza das artes, Taunay permeava a sua escrita de atributos e sentidos que configurava os contornos que queria imprimir ao Paraná.

PEDROSO, Luis Auri. *Personagens das histórias em quadrinhos e a guerra do Vietnã.* Este trabalho trata das interfaces entre revistas em quadrinhos e acontecimentos históricos, abordando narrativas dos ‘fatos’ históricos neste tipo de publicação. Para tanto, as perspectivas de roteiristas e desenhistas a respeito de eventos como, por exemplo, a Guerra do Vietnã, tornando-se pertinentes.



“O conflito do Vietnã” de Doug Murray e Michael Golden (Editora Abril, 1990), retrata suas experiências como combatente, oferecendo, assim, a visão de uma testemunha ocular. Em “Justiceiro: Born” – com autoria de Garth Ennis e Darick Robertson, desenhos de Tom Palmer e publicada pela Marvel Comics em 2003 – o combatente é fictício, propiciando percepções diferenciadas a respeito da violência e de relações de culpabilidade ou inocência.

SANTOS, Rafael Guarato dos. “Do corpo sem órgãos” aos “órgãos sem corpo”: contribuições da filosofia contemporânea para o estudo em dança como arte. Partindo de discussões teóricas acerca das interfaces entre história e arte, o presente trabalho busca compartilhar reflexões acerca de usos (muitas vezes aleatórios) das concepções filosóficas de Gilles Deleuze para legitimar o fazer artístico. Para tanto, recorro ao texto “Corpo Sem Órgão”, contido na obra “Mil Platôs” (em parceria com Félix Guattari), para explicar as contribuições ao processo de criação, ao propor o abandono as significações e subjetivações, a virtualidade como mecanismo de gerar algo Novo. Tais argumentos se tornaram sedutores para a comunidade artística, principalmente àquelas destinadas a produções não convencionais, tornando-se recorrente seu uso na cena da dança brasileira. No entanto, em recente obra, o filósofo Slavoj Žižek efetua conexões entre pensamentos filosóficos que tornam o discurso deleuziano não tão “criativo” quanto aparenta. Ao inserir a filosofia francesa em exemplos históricos, Žižek percebe certa incompatibilidade em afirmar a virtualidade deleuziana por si só, levando-o a inverter o jogo de palavras entre “corpo” e “órgão” como meio de combinar o clássico maniqueísmo ontológico entre idealismo e materialismo.



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST Fontes: metodologia e conceitos

Organizadores(as) do ST: Ms. Hilton Costa (UFPR); Ms. Rachel dos Santos Marques (UFPR)

As denominadas fontes em história são os vestígios do passado, matéria-prima do(a) historiador(a). É por meio deles que se buscam os questionamentos lançados ao passado. Em geral, tais vestígios não foram construídos essencialmente para responder as questões dos(as) historiadores(as), assim eles guardam informações que não são necessariamente explícitas ou intencionais, mas que, com o auxílio de métodos específicos, podem ser extraídas. É por meio da metodologia que as reminiscências do passado transformam-se, então, em fontes. A relação entre fonte e método é, portanto, primordial no trabalho historiográfico, e seguidamente determina inclusive o tipo de resultado obtido. No entanto essa relação nem sempre é totalmente harmônica: cada fonte e cada método apresentam dificuldades em sua utilização, problemas que o(a) historiador(a) deve buscar resolver antes de dar prosseguimento à sua pesquisa. Alguns desses problemas são comuns a diversos pesquisadores, daí que a discussão desse tema pode ser de grande relevância, compartilhando questões, possíveis respostas e criando novas indagações. Propõe-se este simpósio com o objetivo de promover esse debate essencial para historiadores(as) e suas pesquisas, em particular, e para uma melhor compreensão dos processos de produção do conhecimento histórico, de forma geral.

Resumos do ST

ALMEIDA, Viritiana Aparecida de. *Audiência pública: representação social das políticas de ações afirmativas na mídia televisiva.* Este trabalho tem como objeto de análise o debate sobre as ações afirmativas na Audiência Pública – AP realizada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no período de três a cinco de março de 2010 e sua veiculação entre vinte e nove de fevereiro e catorze de março do mesmo ano pelos jornais Nacional e da Record. A análise do objeto de estudo se justifica pela ausência de trabalhos no âmbito das ciências humanas que foquem o debate das políticas de discriminação positiva na AP e o modo como foram veiculados pelos meios de comunicação de massa. O objetivo é verificar se os telejornais, ao veicular as notícias na mídia televisiva sobre os discursos debatidos na AP, omitiram os argumentos favoráveis às cotas raciais, em detrimento dos contrários a fim de fortalecer a ideologia da democracia racial brasileira. O que foi feito através da utilização dos métodos qualitativo e quantitativo, os quais apontaram que na AP prevaleceram os argumentos favoráveis às cotas raciais, enquanto que nas mensagens dos telejornais sobressaíram os discursos contrários às políticas de cotas raciais. Resultados que revelam em apertada síntese que a mídia televisiva omitiu os argumentos favoráveis às cotas raciais e enfatizou os argumentos contrários discutidos na AP, fortalecendo a ideologia da democracia racial.

COSTA, Hilton. *Fontes intelectuais, intelectuais como fonte: o caso brasileiro de fins do século XIX.* O presente trabalho visa apresentar possibilidades de se pensar a produção intelectual brasileira de fins do século XIX na condição de fonte histórica segundo as premissas lançadas pelo contextualismo linguístico. A utilização da produção intelectual como fonte histórica não se constitui em algo novo, muito pelo contrário. Entretanto, recentemente tem se desenvolvido formas outras de se pensar este tipo de fonte. Notadamente, a partir da virada lingüística, da história conceitual, do contextualismo lingüístico a maneira da História problematizar a produção intelectual na condição de fonte histórica alterou-se. De modo, a se tornar horizonte, relativamente, usual



compreender que a produção intelectual não se explica em si mesma e nem pelo contexto externo, mas no entrecruzamento das duas perspectivas. A partir, sobretudo, dos anos dois mil alguns trabalhos começaram a pensar a produção intelectual brasileira de fins do século XIX sob tais premissas. Com efeito, configura-se como objetivo deste trabalho notar, seguindo as premissas expostas, como as teorias raciais se constituíram como parte de um vocabulário normativo para a intelectualidade brasileira de fins do século XIX, bem como discutir por que nesse momento e não e outro.

HELFENSTEIN, Janaina. *Fontes paroquiais na escrita da história: o rol de membros da comunidade luterana de Imbituva.* O presente trabalho tem como propósito apresentar algumas questões metodológicas acerca das fontes que integram o projeto de pesquisa “A composição das famílias luteranas de Imbituva, PR (1940-1959)” que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O corpus documental da pesquisa foi construído a partir dos registros paroquiais contidos no livro de Rol de Membros da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição do município já mencionado. O foco principal do projeto incide sobre o estudo de famílias e do compadrio, cuja identidade está relacionada à prática do luteranismo. Além disso, a pesquisa visa compreender o fenômeno social e cultural da reprodução da comunidade como um grupo etno-religioso considerando que a célula fundamental do grupo constituir-se-ia na família conjugal. Assim, pretende-se verificar, como se caracterizaria o “mercado matrimonial” que determinaria, em grande parte, as escolhas dos cônjuges na comunidade, bem como verificar também a existência de um “mercado” de testemunhas de casamento, de onde os noivos ou pais dos noivos escolheriam seus padrinhos, possibilitando assim, a percepção dos espaços de sociabilidade desses casais. Dessa forma, o trabalho ora proposto, além de pretender a execução de um estudo pormenorizado das famílias pertencentes à Igreja Evangélica Luterana no Brasil numa região ainda não privilegiada por estudos que utilizam os métodos da Demografia Histórica, justifica-se também pela necessidade de ampliação de estudos historiográficos que contemplem a análise da “vertente IELB” do luteranismo, vertente esta menos privilegiada nos estudos até aqui realizados pela historiografia especializada.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Sete registros por página e o que mais couber: apontamentos sobre a utilização de atas paroquiais para o estudo de escravos, livres pobres e elites.* O trabalho aqui proposto é parte de uma pesquisa de doutorado, ainda em andamento, mas integra também experiências adquiridas em trabalhos anteriores (monografia e dissertação) no trato e utilização de registros paroquiais. A proposta da comunicação é discutir o uso de fontes paroquiais com vistas a cruzamento nominativo, com ênfase, nesse momento, nas diferenças observadas entre registros que se referem a pessoas livres pertencentes às camadas superiores da hierarquia social, que tratam de livres pobres e aqueles que se referem a escravos. A grande variação na qualidade das informações encontradas implica na necessidade de adequação dos métodos com vistas a uma melhor identificação dos atores, elemento essencial na construção de uma base de dados nominal. Pretende-se discutir, também escolhas e caminho que levaram às construções dos bancos de dados utilizados nas pesquisas mencionadas.

ZAROSKI, Pamella Sue. *O paraíso é logo aqui: os relatos de viagem de Saint-Hilaire na construção da identidade regional paranaense.* A partir do século XVIII, ocorreu na Europa um crescente interesse em promover expedições de caráter científico. Influenciados por ideais iluministas, e por uma necessidade econômica e política, vários Estados europeus preocupados em



conhecer as propriedades naturais que lhes cercavam, passaram a enviar viajantes naturalistas para territórios no Novo Mundo. Ao longo dessas expedições, estes naturalistas registravam suas impressões em diários de viagem, memórias, correspondências e descrições. Essa documentação é definida pela historiografia como literatura de viagem, e fortemente utilizada dentro das produções brasileiras há bastante tempo. As primeiras produções historiográficas que utilizavam relatos de viagem, datam ainda da metade do século XIX, onde essa documentação era compreendida como uma expressão fidedigna da verdade. Porém a partir da década de 70 essa abordagem se modifica, e os relatos de viagem passam a ser utilizados através de uma perspectiva mais crítica, conferindo importância a intencionalidade evidenciada no discurso dos viajantes, bem como o lugar dessa enunciação, ou ainda os interesses particulares que permeavam suas representações. Nesta pesquisa, o principal objeto de estudo, constitui-se os diários de viagem do naturalista e botânico Auguste de Saint- Hilaire, em sua expedição pela região em 1822, e descritas em seu diário intitulado “ Viagem pela comarca de Curitiba”. O que objetiva-se é verificar como o olhar do viajante expresso em seu diário, influencia na formação da identidade regional paranaense, e como essas descrições permeiam o ideal construído sobre a região.



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST Culturas, Etnias e identificações

Organizadores(as) do ST: Prof. Dra. Beatriz Olinto (UNICENTRO/G); Prof. Ms. Andre Ulysses De Salis (UNICENTRO/G)

O Simpósio Temático aceitará pesquisas que abordem questões relacionadas às práticas e produções culturais; a reflexão sobre a produção de história cultural, pesquisas em torno das construções identitárias, manifestações étnicas e migrações de grupos humanos.

Resumos:

PETRINI, Abigail Duarte; WADI, Yonissa . *A interdição ganha volume: o sistema de justiça civil em Guarapuava entre 1940 e 1950.* Este trabalho esboça algumas preocupações relativas à Comarca de Guarapuava, especificamente com relação à Vara Cível e aos processos de interdição que nela circularam nas décadas de 1940 e 1950. Em 1940, na Comarca de Guarapuava quatro processos de interdição foram constituídos, e em 1950 esse número dobrou, alcançando oito processos de interdição. Percebo os processos civis de interdição, que avaliam a capacidade do sujeito de reger sua pessoa e administrar seus bens e que tem a loucura como tônica, como uma prática cultural que teve espaço dentro de um quadro com referências à modernidade. A curatela à qual a pessoa interdita estava sujeita era uma prática legal institucionalizada, que rompia com quaisquer outras formas de relação do sujeito julgado incapaz com a sociedade e com seus bens. Se por um lado o sistema de justiça detinha uma ordem organizacional, material e de recursos humanos para efetivar o exercício do poder do Estado tal como estabelecido em códigos e leis, por outro lado os sujeitos que foram requerentes ou requeridos nos processos buscaram através de táticas diversas alcançar seus objetivos dentro dessa ordenação. Neste trabalho, objetivo traçar uma panorâmica sobre como estava constituída e dinamizada a organização jurídica da Comarca de Guarapuava, também focando os sujeitos que participaram dessa organização e que, em última instância, puderam ser compreendidos como participantes e exemplares das normas e das leis. Problematizo quais elementos e dinâmicas socioculturais estiveram mobilizadas para que fosse efetivada uma maior adesão das práticas jurídicas de interdição junto àquela população.

OLINTO, Beatriz Alseldo. *História, poderes e identificações: diálogos possíveis entre Foucault, Elias e Agamben na Contemporaneidade.*

SILVA, Bruna. *A escrita identificando lugares: Revista História: questões e debates.*

SCHIPANSKI, Carlos Eduardo. *São Sebastião: padroeiro contra a peste, fome e a guerra.*

LIMA, Danieli Aparecida. *Morro da Cruz: manifestação religiosa popular, a passagem do Monge João Maria pelo Paraná.*

SCARPIM, Fábio Augusto. *A pia união das filhas de Maria em uma paróquia de origem italiana.* O presente artigo analisa a associação religiosa Pia União das Filhas de Maria em uma paróquia formada por imigrantes italianos e descendentes no município de Campo Largo – PR, no período de 1937 a 1965. Utiliza como fonte as atas da referida associação no contexto de romanização do catolicismo brasileiro. Procura enfatizar os modelos de virtude, valores morais e



comportamento que a Igreja Católica buscou impor para um grupo de moças que serviriam de espelho para as demais.

CRUZETTA, Fernanda. *Emigração de brasileiros para o Paraguai – 1954-1975.*

PIETTA, Gerson. *João Cândido Ferreira e o discurso médico/eugênico.*

GOMES, Gilvana. *As redes de sociabilidade na revista A Divulgação (1947-1955).*

GOMES, Gilvana. *A comunidade suábica em Guarapuava: algumas observações sobre a literatura convergente.*

CAMPOS, Marilda Alves de. *Lourença Juquiá: uma índia de três mundos.*

TELEGINSKI, Neli Maria. *Comida, memória e identidade étnica: reflexões em torno das tradições culinárias eslavas no centro-sul do Paraná.*

MANEIRA, Regiane. *A infestação de gafanhotos nos faxinais de Irati/PR na década de 1940.*

BERALDO, Renilson. *Suábios e “brasileiros” através de diálogos entre fontes.*

MELLO, Silvia Gomes Bento de. *Governamentalidade moderna: políticas territorial e populacional no governo de Alfredo Taunay.*

GUIMARÃES, Valdir Machado. *A história da visualidade nos costumes da região central do Paraná, através de retratos de casais.*

PUCHALSKI, Victor. *Considerações a respeito da pirataria no império português oriental.* Ao inaugurar a rota do cabo, no século XV, Portugal elevou o comércio marítimo a uma escala continental e, como consequência, iniciou conturbadas relações com os povos que entrou em contato. A exclusividade do comércio português, garantida pelas bulas papais, impulsionava calorosos discursos sobre direito internacional entre as nações europeias, porém tais discursos nunca mencionavam os povos orientais. A historiografia atual sobre o oriente português – como Geneviève Buchon e Luiz Filipe Thomas – afirma que as dinâmicas orientais devem ser entendidas em seus devidos contextos, pela própria idiossincrasia de seus contextos sócio-culturais. As produções documentais derivadas dos conflitos entre portugueses e muçulmanos no oriente, por outro lado, mostram-se naturalmente tendenciosas, julgando aqueles que se opunham às pretensões imperiais portuguesas como piratas ou infratores. O presente trabalho busca explicar sobre o conceito de pirataria no Império Português Oriental, especificamente na região do Malabar, na Índia.

DE SALIS, André Ulysses. *A imigração suíça no Brasil: As manifestações dos grupos helvéticos.*



RESUMOS POR SIMPÓSIO TEMÁTICO

ST História Ambiental, História Rural e da Ciência

Organizadores do ST: Prof. Dr. Jó Klanovicz (UNICENTRO/G); Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva (UFFS-Chapécó)

Este simpósio temático busca reunir trabalhos de pesquisa vinculados aos campos da história ambiental, da história rural, e da relação entre essas duas com a história das ciências. Na construção das relações entre humanos e não humanos, a historicidade reside na extensão do tecido das relações humanas para o mundo de não humanos, a espera de respostas a serem interpretadas a partir da mediação das ciências. Nesse sentido, este simpósio aglutinará as mais diversificadas concepções de história ambiental, rural e da ciência, com vistas a difundir assuntos atualmente trabalhados nos três campos.

Resumos do ST

ARAÚJO, Franciele Aparecida de Paula. *Ecocinema e cinema animado: uma leitura de história ambiental.* Esta pesquisa tem o objetivo de analisar filmes animados, ecocrítica e história ambiental, e como se estabelece a relação de afeto e emoção de humanos com não humanos, mostrando a forma como essa cultura da mídia se utiliza da emoção construindo uma nova visão prevalecente sobre ambiente e, qual o impacto negativo ou positivo desse discurso em relação a o humano e o ambiente onde ele está inserido. Dessa forma, o ecocinema apresenta-se como um campo amplo para pesquisas históricas e, discussões sobre as representações das emoções humanas em diferentes ambientes. Do ponto de vista da história ambiental, o interesse é promover novas leituras e discussões do que é um ecofilme, do ponto de vista da história como um todo o interesse é traçar novos caminhos que permitam e estimulem um nova leitura do ecofilme, como uma produção sociocultural explicadas pelas relações de poder inerente a ele. A pesquisa será realizada tendo como eixo a relação de afetividade de humanos com não humanos, os documentos a serem trabalhados são, portanto textos ambientais direcionados a percepções e representações sobre a relação entre humanos e não humanos que, silenciam ou hiperestimam, determinados acontecimentos, determinados conceitos e/ou determinados processos de interação ecológica, bem como a análise de filmes que trazem intrinsecamente essa relação afetiva.

BRANCO, Carlos Frederico. *A soja transgênica na década de 1990 na imprensa paranaense e nacional.* Este projeto de Iniciação Científica, em estado inicial, pretende compreender, sob o ponto de vista da História Ambiental, a estruturação e o desenvolvimento do debate sobre a soja (*Glycine max*) transgênica no estado do Paraná, entre as décadas de 1990 e 2000, por meio da imprensa. No estado atual em que se encontra a pesquisa, está sendo coletada as primeiras fontes na década de 1990, na imprensa paranaense e nacional.

FERREIRA FILHO, Clayton Barbosa. *O caso Rhodia e a contaminação de Cubatão/SP, nos anos 1980.* Este artigo pretende analisar as questões relativas à poluição industrial na no município de Cubatão/SP, discutidas pela mídia impressa regional entre o final dos anos 1980 e início da década de 1990. Cubatão/SP tornou-se importante pólo industrial brasileiro na segunda metade do século 20 e ficou famoso na imprensa nacional e internacional em razão de sua pesada poluição industrial. Ao partir das denúncias de poluição industrial em rios da região da baixada santista, a mídia impressa seria o grande vetor do debate sobre a questão ambiental no país, e construiria um



discurso sobre o perigo tóxico que não estava somente ligado à opinião pública e à problemática ambiental em escala global, mas também à redemocratização do país. Com base na análise de matérias do Jornal A Tribuna, pretende-se compreender a representação dos discursos produzidos pelo jornal.

FONSECA, Maíra Kaminski da. *Chernobyl-1986 – Goiânia-1987: tecnodesastres a partir da imprensa na visão de História Ambiental.* Esta pesquisa de Iniciação Científica, financiada pela Fundação Araucária tem como proposta uma análise de história e historiografia ambiental sobre desastres ambientais tidos como “tecnodesastres”, especificamente os acidentes de Chernobyl, na ex-República Soviética da Ucrânia (1986) e o vazamento de Césio-137, em Goiânia, Brasil em 1987, e como tais eventos foram tratados na imprensa brasileira. A pesquisa levará em conta registros que tratam desses eventos em imagens e reportagens que tem constituído narrativas e experiências de desastres, que circularam na grande mídia brasileira, com ênfase no acervo da revista Veja. A pesquisa está em fase inicial, tendo cronograma de atividades previsto para 12 meses, com início das atividades no mês de agosto.

GÄRTNER, Monique. *Análise dos discursos políticos sobre a contribuição suábica em Guarapuava/PR.* Esta comunicação refere-se à pesquisa que está sendo desenvolvida no mestrado em História da UNICENTRO. O objetivo é discutir algumas percepções elaboradas na região de Entre Rios, distrito do município de Guarapuava/PR, a partir de correspondências trocadas entre imigrantes de origem germânica, que vieram a se instalar naquela localidade, estabelecendo uma colônia agrícola baseada na agricultura convencional de grande porte desde 1951. Estes imigrantes, conhecidos como "suábios do Danúbio", são oriundos da Iugoslávia e chegaram ao Brasil na condição de refugiados de guerra. Entre os discursos favorecedores de sua instalação na localidade de Entre Rios, estiveram presentes algumas construções discursivas, tais como a ideia de justificar a permanência e a ocupação da área devido à semelhança do território à Europa, a partir do clima propício ao plantio de culturas igualmente "europeias", como o trigo e a cevada. Outro discurso emergente na colônia era o de que era possível "europeizar" a paisagem local, partindo-se das características de laboriosidade dos imigrantes. Como resultado, além de um desenvolvimento socioeconômico peculiar da colônia, hoje bem sucedida do ponto de vista econômico, a escolha realizada no passado em termos de agricultura reverbera no presente sob a forma de consequências socioambientais específicas, especialmente na consolidação de uma agricultura em regime de *plantation*. Para esta comunicação buscarei discutir os discursos sobre a natureza e o ambiente elaborados em correspondências sobre a colônia, emitidas nos anos 1970, quando ela comemorava 20 anos de existência.

KLANOVICZ, Jó. *Plantations no sul do Brasil: aspectos de história ambiental e modernismo agrícola.* Este trabalho discute Este paper expõe projeto de pesquisa sobre história ambiental de monoculturas “modernas” no sul do Brasil, especialmente as de soja e de frutas de clima temperado, que emergiram como símbolos da industrialização da natureza na região a partir da década de 1960. É importante notar que diversos setores no Brasil tem, recentemente, reforçado a imagem do país como um “celeiro do mundo”, identificando brasileiros e brasileiras, de diversas formas, como cidadãos e cidadãs de um país agrícola “moderno”.

MACHADO, Jhonattan Felipe dos Santos. *O programa Agrinho no Paraná: uma visão histórica.* Esta pesquisa de iniciação científica em fase inicial tem por objetivo tratar de questões



ambientais relacionadas ao Programa Agrinho, que inicialmente tinha a proposta voltada ao combate do uso excessivo de agrotóxicos em regiões do Paraná. Porém com o passar do tempo o projeto evoluiu e passou a abranger diversas áreas ligadas a conscientização de crianças a preservação e cuidados especiais com o meio ambiente por meio de revistas e personagens animados.

MORES, Lucas. *A história ambiental da soja nas páginas do jornal Esquema Oeste (1970-1975)*. Hoje o Brasil é o segundo maior produtor de soja mundial, e o estado do Paraná ocupa a mesma posição em âmbito nacional. Entretanto a primeira grande expansão da soja em território paranaense ocorreu no início da década de 1970. Este trabalho tem por objetivo problematizar as relações entre humanos e não humanos nas plantations de soja neste período, através da metodologia da história ambiental. A fonte utilizada para isto será o jornal Esquema Oeste, sendo este jornal o de maior circulação na cidade de Guarapuava no período. O trabalho aqui apresentado faz parte da pesquisa de iniciação científica em estado inicial “História Ambiental da Introdução das plantations de Soja (*Glycine max*) no Paraná, na segunda metade do século 20”. Ao analisar historicamente as relações entre humanos e não-humanos, problematiza-se também o conceito de plantations abordado tradicionalmente por visões da história econômica e social, e não pensando nas relações ecológicas ocorridas dentro de populações e comunidades.

SILVA, Claiton Marcio da. *Plantio de café e as pesquisas em ciências do solo no Brasil (1951-1963)*. Este trabalho discute as pesquisas em ciências do solo no Brasil (1951-1963) em meio à plantação de café. Trata-se de uma leitura preliminar, de projeto em andamento, vinculado à relação entre ciência, agricultura e meio ambiente.

ZVIR, Elisiane. *Amazônia: utilizar ou preservar?* A expedição Amazônia (1982-1983), projeto organizado pelo oceanógrafo Frances Jacques-Yves Cousteau, documentou tanto as “maravilhas” da fauna e da flora como a exploração predatória do bioma amazônico. Ocorreu durante os últimos anos do regime militar que vigorou no Brasil (1964-1985), período em que foram impostos fortes projetos de industrialização que tinham como base o ethos desenvolvimentista e a exploração exacerbada da natureza. Essa expedição foi a maior incursão científica documentada na região até aquele momento, tendo gerado diversos produtos de mídia. Esses adentraram no imaginário de homens e mulheres com diversas formas de discursos, desde a Amazônia como um “mundo desconhecido” até a um ambiente em ameaça e possível de ser utilizada para fins lucrativos. Essa pesquisa de iniciação científica tem buscado discutir dados resultantes da expedição e sua relação com um país envolto pela ideia de desenvolvimentismo, mas que conviviam tensamente com concepções conservacionistas sobre a Amazônia. Até o momento, dados da revista *Veja* mostram que a expedição ao revelar a riqueza da Amazônia, também denunciou a exploração predatória do bioma. Ao mesmo tempo há discursos capitaneados pelo regime militar, cujos buscavam conciliar desenvolvimento com preservação.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

TEXTOS COMPLETOS



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ST História, memória e ficção: entrecruzamentos das relações com o passado



IDENTIDADES MÓVEIS: OS NOVOS *ROAD MOVIES* BRASILEIROS MOVING IDENTITIES: THE NEW BRAZILIAN *ROAD MOVIES*

Luiz Alexandre Pinheiro Kosteczka

Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade - UNESP – Assis. E-mail: akosteczka@hotmail.com

Resumo: Os filmes *Viajo porque preciso, volto porque te amo* e *Estrada para Ythaca* reafirmaram a importância do gênero *road movie* no desenvolvimento do cinema nacional e da América Latina e inseriram novas nuances formais e de conteúdo narrativo para esse gênero do audiovisual. Como veremos, esses filmes compõem um *imaginário* acerca dos *espaços* e *memórias*, além disso, estabeleceram um diálogo com as tradições filmicas que os antecederam. Todos esses pontos estão intimamente conectados às conceituações provenientes das reflexões dos estudos culturais e pós-coloniais. Assim, buscarei também apresentar alguns textos fundamentais de Said, Hall, Bhabha e Canclini – reconhecidos como pós-colonialistas e culturalistas – a fim de esclarecer os alicerces teóricos e metodológicos dessa tentativa de análise que almeja indicar o que *há* de histórico *nessas* produções cinematográficas.

Palavras-chave: Identidades; Road Movies; Pós-colonialismo; Estudos Culturais.

Introdução

Esse artigo se dividirá em dois momentos distintos. O primeiro apresentará duas recentes produções do cinema brasileiro e à luz dos questionamentos suscitados a partir de suas formas audiovisuais – o *quadro*, a *encenação* de uma entrevista, as diferentes escolhas de *película* para o registro visual – tentará observar como esses filmes constroem e discutem o frutífero tema das identidades. Como veremos, esses filmes compõem um *imaginário* acerca dos *espaços* e *memórias* e estabeleceram um diálogo com as *tradições* filmicas que os antecederam. Todos esses pontos foram grifados em itálico, pois, são objetos das reflexões dos estudos culturais e pós-coloniais possibilitando existência do segundo subtítulo que buscará apresentar alguns textos fundamentais dos chamados *pós-colonialistas* e *culturalistas*. Este momento analisará, primordialmente, o desenvolvimento teórico de Edward Said, Stuart Hall e Homi Bhabha e do argentino Nestor Garcia Canclini, um dos mais renomados *tradutores* das ponderações dos estudos culturais e pós-coloniais para a América Latina.

Não obstante, os estudos culturais e pós-coloniais foram importantes para o desenvolvimento da tese de Alessandra Soares Brandão consagrada aos *road movies* latino-americanos. Apresentarei dois filmes posteriores ao texto de Brandão, *Viajo porque preciso, volto porque te amo* (2009) e *Estrada para Ythaca* (2010), que reafirmaram a importância de questões do desenvolvimento do cinema nacional e da América Latina e inseriram novas nuances formais e narrativas para o gênero dos filmes *de estrada*. Dessa maneira, o objetivo desse trabalho não será pensar *uma* história da emergência dessas duas produções filmicas, mas observar o que *há* de histórico *nos* seus suportes audiovisuais. Esse objetivo se inspirou nos estudos desenvolvidos pelo historiador Robert A. Rosenstone (1988; 2010) e no acréscimo do conceito de *historiophoty* de Hayden White (1988), perspectivas ainda pouco apropriadas pela historiografia do cinema brasileiro.

Novos enquadramentos para as identidades

Ouvimos o sintonizar uma estação de rádio, as ondas sonoras superam o ecrã negro e persistem em um *quadro* filmado a partir de um veículo em movimento. Nesse *plano noturno* inicial de *Viajo porque preciso, volto porque te amo* (Karim Aïnouz e Marcelo Gomez), só é possível visualizar o que é iluminado pelos faróis do carro, de forma que a luz define o espaço



visível. Em seguida, um *corte* enseja um novo *plano* que revela o contraste entre o dia e a noite. Esse início, com um *quadro* escuro seguido por outro claro, pontuou um movimento espacial e exasperou essa sensação pelo constante trepidar da câmera que acompanhou a oscilação da estrada. A narração em *off* que permeará todo o filme e o *quadro* filmado do interior do veículo indicaram que o narrador ocupa o mesmo espaço da câmera, ou seja, é ele que registra o que nós espectadores estamos autorizados a ver. Nesse prelúdio, a *voz em off* do personagem “José Renato” (Irândir Santos) inventariou os vários instrumentos levados consigo para essa viagem: os escalímetros, as bússolas, os mapas e, além desses, uma câmeras *digital* e outra *8 mm*. Na continuidade desse longa-metragem, o protagonista nunca estará presente no campo visual, no entanto, narrará ao espectador a sua jornada de uma investigação geológica pelo nordeste brasileiro. Essa atividade profissional é reminescente de uma íntima relação entre o narrador e o ambiente que o cerca. O espaço experimentado e empírico de seu trabalho será confrontado pela memória do homem que viajará no árido pelo simbólico ciclo de 30 dias. Será o território que o aprisionará em uma jornada que paradoxalmente o auxiliará a revisitar as traumáticas lembranças do rompimento amoroso com sua ex-esposa, a personagem “Galega”.

Alessandra Soares Brandão (2009) analisou os *road movies* Latino Americanos e, hipotetizando o desenvolvimento de noções de *(im)obility* (mobilidade/imobilidade) nos documentos audiovisuais, aproximou-se de alguns conceitos provenientes das filosofias pós-estruturalistas e pós-coloniais, tais como, *nomadismo*, *hibridismo* e *transculturalismo*. Não se separaram, no desenvolvimento central de seu texto, as políticas dispersivas e subjetivas com as quais objeto fílmico estabelece seus diálogos. À luz desse conceito de *(im)obility*, podemos perceber como o filme *Viajo porque preciso, volto porque te amo* indicou as relações de “José Renato” com o limites dados pelo espaço físico mas, não menos importante, os subterfúgios onipresentes aos dilemas de uma memória que é registrada pelas duas câmeras que o personagem carrega consigo. Com o caminhar da narrativa, as angústias e incertezas do universo particular do protagonista se fundem aos objetivos iniciais de um geólogo que buscava examinar os aspectos físicos e as formas de ocupação de um território que viria a ser transformado pela ação humana.

A tese de Brandão teve a qualidade de dirigir a atenção para um gênero que se configura em uma filmografia crescente e relevante para o cinema brasileiro e latino-americano. A aguardada adaptação fílmica para o romance *beatnick On The Road*, dirigida pelo brasileiro Walter Salles, é um sinal da proeminência desses filmes no fazer cinematográfico. Não devemos esquecer que Salles é íntimo do tema *road movie*, *Central do Brasil* e *Diários de Motocicleta* são as suas produções mais reconhecidas do gênero, vide os relativos sucessos comerciais e *na academia* desses. Uma de suas primeiras realizações, *Terra Estrangeira*, foi ambientada no início do governo Collor e tematizou a conturbada emigração de um jovem brasileiro para Portugal. Brandão sustentou que os caminhos trágicos do personagem principal sugerem sentimentos de perda e vazio em virtude de um exílio forçado por causas econômicas. Conectando a figura dramática de um jovem rapaz ao nosso passado colonial, metaforizado pelo Portugal contemporâneo, esse filme representa a negociação da identidade em crise daquele momento político brasileiro (BRANDÃO, 2009, p.111-112).

Existe, segundo Brandão (Ibid., p.2), um notável interesse em cinematografar as temáticas das jornadas no contexto de produção latino-americano, o que levou observar as respostas desses filmes às questões de mobilidade e deslocamento (*displacement*), segundo ela, essenciais no mundo contemporâneo. Os filmes (do Uruguai, México, Argentina e Brasil), analisados em seu trabalho, enfatizam a perspectiva transnacional da autora para abordar produções de narrativas distintas. Da



mesma maneira, a forma filmica foi também objeto de seu texto, ela dedicou um importante momento de sua tese para apresentar as novas possibilidades técnicas desse gênero, principalmente as formas do *quadro* para o *road movie*, enfatizando a propriedade do *quadro dentro do quadro* (*frame-within-a-frame*), exemplar nas cenas filmadas de dentro de veículos, permitindo múltiplos *enquadramentos* dentro de apenas um *frame*. Não se separaram, no desenvolvimento central dessa tese, as políticas dispersivas e subjetivas com as quais objeto filmico estabelece seus diálogos. Dessa forma, os *estudos culturais* e *pós-coloniais* foram fundamentais para o desenvolvimento de suas reflexões acerca da teoria e filmografia contemporânea. Ao assistirmos um filme como a idílica jornada de *Viaje hacia el Mar* (2003), são visíveis as questões do enquadramento. No constante movimento do veículo a câmera não oscila e foca claramente os personagens dentro do espaço, persistiu a busca pela valorização das paisagens que envolvem os atores nesse filme que representou, de acordo com Brandão, uma distopia em relação ao passado e sintoma de uma crise dos projetos nacionais na América Latina.

Com a atuação e direção dos “Os Irmãos Pretti & Primos Parente” *Estrada para Ythaca*, um recente *road movie* brasileiro, apropriou-se de dois *enquadramentos* distintos (4:3 e 16:9) para narrar a viagem dos quatro personagens abalados pela morte de um amigo. Fábio Andrade, em uma breve resenha para a *Revista Cinética*, argumentou que essas duas maneiras de enquadrar o campo visual representaram a isolamento dos personagens diante da paisagem que os cercava (4:3) ou a abertura para o mundo ao redor dos protagonistas (16:9). É possível qualificar essa alternância de diferentes composições de *quadros* – de acordo com Noël Burch (1992) uma propriedade constitutiva do cinema – como uma propriedade que sintetiza as experiências audiovisuais qualificadas como *road movies*. Em *Easy Rider*, na cena conhecida como “dropping acid”, a mudança da película para o registro dessa sequência proporcionou um enquadramento diferente do empregado durante grande parte do filme e pontuou a sensação de que a utopia perseguida pelos dois protagonistas foi subsumida por uma nova consciência produzida por drogas psicodélicas.

Essas inversões também estão presentes, como exemplo, nas cenas iniciais em *super-8* de *O Céu de Suely* (Karim Ainouz) em contraste com as tomadas subsequentes do filme. É possível inferir que esses *road movies* não abandonaram algumas das marcas primordiais desse gênero e, não menos importante, estão a buscar um diálogo com as tradições filmicas do cinema nacional brasileiro. Uma das cenas marcantes de *Estrada para Ythaca* é a recriação da sequência do manifesto do *cinemanovista* Glauber Rocha em *Vento do Leste* de Jean Luc Godard. Nessa realização da *nouvelle vague francesa* a *mise-en-scène* da encruzilhada era uma possível metáfora dos conflitos experimentados pelo realizador símbolo do cinema novo brasileiro. Os “Irmãos Pretti & Primos Parente” recriaram essa sequência e projetaram em um de seus personagens os dilemas do manifesto de Glauber Rocha, o que conseqüentemente nos leva a refletir se esse tributo retrospectivo buscou estabelecer uma continuidade com a memória de um cinema vivenciado no Brasil na década de 1960 e 1970.

Um dos registros que marcaram a experiência de *Viajo porque preciso, volto porque te amo* é a entrevista de uma prostituta que idealizava uma “vida lazer”. Essa sequência foi encenada com claras citações ao *cinema direto* do etnólogo e realizador francês Jean Rouch, pois, sem a intervenção do entrevistador no plano diegético, a entrevistada descrevia suas percepções de mundo e manifestava as expectativas de um Brasil sertanejo e rural. A imobilidade do personagem do árido era confrontada pela mobilidade do viajante proveniente das cidades, de modo que esse momento nos dá a sensação de que uma fronteira imaginária fora rompida e dois mundos antagônicos se



entrecruzaram. Ao entrevistar a empobrecida mulher dos recônditos cantos do Brasil, o protagonista/entrevistador tenta se libertar de sua memória, constantemente ativada pelas lembranças de um relacionamento desfeito, no entanto, não se libertará dos acontecimentos memorizados pelos dispositivos de registro de imagem e som. O que nesse filme é visto como uma impossibilidade de separação do passado era, de acordo com Ismail Xavier, um desejo para Glauber Rocha, “este desejo de história e de percepção totalizante do momento exige uma figuração dramática à altura. E Glauber a procura através da cristalização do movimento do mundo em metáforas capazes de fornecer a imagem simultânea, global, unificadora da experiência social” (XAVIER, 2001, p. 128).

Argumentar que esses novos *road movies* brasileiros respondem às várias tradições de se fazer cinema é conspícuo de afirmar que o único compromisso desses emergentes artífices é a aproximação ou a negação de seus antecessores. Para isso, mobilizo uma definição fundamental de Stuart Hall: a “[...] *tradição* é um elemento vital da cultura, mas ela tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas. Está muito mais relacionada às formas de *associação* e *articulação* dos elementos” (HALL, 2003, p. 243, grifos meus). Podemos concluir que os quadros visíveis nesses filmes trouxeram aos espectadores novas imagens de um Brasil que está em inevitável e contínuo processo de reavaliação de sua identidade, seja no protagonista de *Viajo porque preciso, volto porque te amo* que buscou se readequar à perda de sua esposa, ou, pela explícita revisão da identidade do cinema brasileiro conduzida pelos realizadores de *Estrada para Ythaca*.

Estudos culturais e a mobilidade das identidades

Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente, de Edward Said, tratou de mapear os processos discursivos de dominação de um lugar geográfico amplo e de diversas composições culturais e sociais. Para Said, o oriente é uma tradição de pensamento e, acima de tudo, uma invenção do ocidente, tratando-se de uma estratégia que os aparatos coloniais utilizaram para nominar e classificar o colonizado pelas expansões imperialistas das nações modernas (SAID, 1995). Essa obra foi um dos postulados iniciais daquilo que por convenção é chamado de pós-colonialismo e teve como objetivo apresentar o *orientalismo* como a produção de discurso de uma *intelligentsia* ocidental na passagem do século XVIII para o XIX. Um *regime de verdade* que se fez visível em práticas de sujeição daqueles que viveram em culturas ao contrapelo do ocidente. Importante nesse complexo *sistema de verdade* foram as circulações de ideias entre intelectuais, agentes estatais e iniciativas particulares; as experiências de viagens desses sujeitos possibilitaram a formação de discursos que se tornaram, em medida, hegemônicos nos saberes das ciências sociais e humanas no decorrer da primeira metade do século XX.

A crítica do saber moderno e ocidental, exposta principalmente na obra de Michel Foucault, foi um dos alicerces teóricos das reflexões desenvolvidas por Said. Os textos do reconhecido intelectual francês foram referenciais para a compreensão do oriente como uma formação discursiva: “O orientalismo, portanto, é um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado” (SAID, 1990, p. 51). Said também dirigiu uma crítica contumaz à vigorosa tradição acadêmica que ainda se dispunha a aceitar uma compreensão homogeneizante para o entendimento de sociedades reconhecidamente heterogêneas. A consideração dessas complexas relações de poder presentes no mundo colonial e a demarcação de cultura como o lugar de embate político e de transição entre diferentes visões de mundo asseguram o *Orientalismo* como um texto referencial na



contemporaneidade.

Com a semelhante intenção, de superar a concepção de cultura como fruição e contemplação, que as problematizações de Stuart Hall se sustentam, de forma que, no seu entendimento a cultura é fluida ou um “vir a ser” (HALL, 2003). Vários grupos identitários foram objetos do seu olhar investigativo – dos guetos de migrantes em Londres aos movimentos punks e skinheads – a fim de problematizar a identidade em um momento de deslocamento dos centros da modernidade. Antes de prosseguir, devo admitir que se trata de uma tarefa complexa o exercício de mapear as ascendências teóricas que asseguram Hall como um dos mais eloquentes pensadores contemporâneos. Uma de suas peculiaridades é estabelecer uma visão crítica dos limites conceituais de suas próprias referências, qualificando como complexa uma síntese esquemática de seus trabalhos. Para ele, a significativa importância do estruturalista francês Louis Althusser estava no deslocamento do olhar para as práticas e seus efeitos nas estruturas, procurando romper com as leituras deterministas dos escritos Karl Marx, essa aproximação a Althusser contrapunha-o a E. P. Thompson, um de seus colegas do *Centre for Contemporary Cultural Studies at the University of Birmingham*. A presença de Foucault também é constante nos estudos de Hall, mas a liberdade em utilizar da noção de *formação discursiva*, para tentar definir de modo claro o que são os *estudos culturais*, não o impediu de tecer críticas quanto à fragilidade de demarcação da função do Estado na obra de Foucault.

Observar qual é o papel exercido pelo Estado na modernidade – ou, a transformação de sua função nos paradigmas modernos pelas investidas do que é conhecido como *pós-modernidade** – é uma das preocupações fundamentais de Hall. A desconstrução do Estado e o desmonte da ideologia do sujeito de classe “já dado” efetivados nos escritos de Antonio Gramsci (Ibid., p. 306) – profundo revisor dos escritos de Karl Marx – serviram como um alicerce das elaborações teóricas para problema do Estado, basilar na contemporaneidade de Hall e em extensão de todos os pós-colonialistas. Mas foram com algumas aferições de Jacques Derrida que o trabalho de Hall conflui, em termos, de maneira plena. Ele cultivou a noção de *différance* em um horizonte de significados conflituosos e as *fronteiras imaginadas*** pelos sujeitos como *places de passage*, sugerindo a fluidez das demarcações de gênero, raça e identificação. Todas essas indicações conceituais são subsídios incorporados e fundamentais, na formação crítica de Stuart Hall. Como ele mesmo assinalou, a *rasura derridiana* se contrapõe aos *essencialismos* de tentativas de afirmação de grupamentos identitários, desde os minoritários ou aqueles em situação dominante de poder.

Os racionalismos polarizadores - centro/periferia, dominante/dominado, popular/culto – ainda persistem e formalizam discursos a respeito de raça, etnia, gênero, identidade, nacionalidade e culturalidade. Esses binarismos são difusos em lugares de enunciação muito além do estrito espaço acadêmico e se epitomizam nas falas definidas por Homi Bhabha como essencialistas. Substituir essas lógicas discursivas pelo reconhecimento de uma *intimidade intersticial* nos diversos níveis das relações humanas é um dos objetivos desse intelectual de origem indiana. Não existe, nos seus estudos, a tentativa de localizar uma cultura ideal, estabelecida e imóvel, afirmando primordialmente a mobilidade das fronteiras, naturais somente no primeiro nível da aparência.

*“Mesmo que o pós-modernismo não seja uma nova era cultural, mas somente o modernismo nas ruas, isso, em si, representa uma importante mudança no terreno da cultura rumo ao popular – rumo a práticas populares, práticas cotidianas, narrativas locais, descentramento de antigas hierarquias e grandes narrativas” (HALL, 2003, p. 319).

**Não se deve omitir o impacto do conceito de *comunidade imaginada* de Benedict Anderson nas pesquisas de Hall. Cf. ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. New York: Verso, 1991.



Dessa forma, é o espaço ocupado pela negociação entre os vários grupos de identificação que produz os discursos e significados do *cultural*, pois o posicionamento dos indivíduos não é estrutural mas, em termos, situacional e conjetural.

Os escritos do médico da Martinica Frantz Fanon foram cruciais para as formulações críticas do colonialismo empreendidas por Bhabha. Fanon, próximo dos escritos do psicanalista Lacan, estava familiarizado a presenciar a difícil demarcação dos limites entre os mundos imaginados pelo colonizador e pelo colonizado, ou seja, a tênue fronteira entre os *interdependentes eu* e o *outro* (BHABHA, 1998). Não obstante, a dimensão de *agência* é fundamental para a compreensão geral das propostas de Bhabha, pois os colonizados/pós-colonizados traduzem alguns dos *signos* hierárquicos da metrópole e os *agenciam* produzindo novos significados,*** para ele, [...] o poder da tradução pós-colonial da modernidade reside em sua estrutura *performativa, deformadora*, que não apenas reavalia os conteúdos de uma tradição cultural ou transpõe valores ‘trans-culturalmente’ (Ibid., p.333).

Longe de um otimismo, são as tensões nessas fronteiras imaginadas que constituem o objeto privilegiado por Bhabha. Corroborar a impossibilidade de *auto-geração* dos significados e desnaturalizar a *nação* é uma das funções da *performance* e o tom pessimista fora dado ao referenciar o livro *Civilizations And Its Discontents* de Sigmund Freud: “É sempre possível unir um número considerável de pessoas no amor, desde que restem outras pessoas para receber a manifestação de sua agressividade”(FREUD apud BHABHA, 1998, p.211). A exacerbação da agressividade não é unilateral, mas pode *vir a ser* experimentada e utilizada pelo próprio colonizado na sua nova condição de *pós-colonizado*.

A avaliação da condição contemporânea é, com pouca margem para imprecisões, um dos *motifs* que impulsiona a teoria *pós-colonial*. Bhabha reivindicou o lugar da “teoria” para a compreensão dos percursos da política, observando as rupturas e as condições contemporâneas de seus significados, pois, “não existe verdade política ou social simples a ser aprendida, pois não há representação unitária de uma agência política, nenhuma hierarquia fixa de valores e efeitos políticos” (BHABHA, 1998, p.54). Hall não se afasta da teoria política para a sua leitura da *identidade cultural*, recorrendo ao conceito de *intelectual orgânico* de Gramsci para afirmar a atividade intelectual como detentora de duas propriedades indissociáveis: o comportamento de vanguarda de contraposição à intelectualidade tradicional e a busca pela difusão do conhecimento, ou seja, ações que combinadas deveriam ensejar o papel da atuação política do intelectual contemporâneo.

As ações e comportamentos políticos também são objetos priorizados por um dos principais representantes dos estudos culturais na América Latina. O argentino Néstor García Canclini reconfigura alguns conceitos originários dos *culturalistas* em relação às especificidades da conjuntura latino americana. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade* (2000) é um dos textos referenciais de um novo ponto de vista para com os projetos modernizantes nas Américas. Ao observar a zona de conflito entre a *emancipação, expansão, renovação e democratização*, Canclini sustentou a hipótese da impossibilidade de uma modernidade sul-americana análoga aos projetos europeus e das colônias anglo-saxãs na América. Tal esforço hipotético o levou a inferir a respeito da incoerência da aplicação de conceitos operacionais estritamente modernos para analisar as condições desse continente. Precisamos atravessar – *entrar*

***O filme *Les Maîtres Fous* (1955), de Rouch, testemunhou como os Haukas do Níger apropriavam vários símbolos do poder colonial em seus rituais.



– a modernidade sul-americana para percebemos as impossibilidades de suas formações nacionais como totalidades coerentes.

Quando ponderou a respeito dos contrassensos do projeto moderno na América Latina ele conteve reservas quanto às condições *pós-modernas*. Para Canclini, não existiu uma superação da *condição moderna*, mas a *hibridação* com uma das características elementares desse vasto espaço de unidades políticas fragmentadas por todo o século XX. Elencar as possíveis *estratégias para entrar e sair da modernidade* fomentou a construção narrativa da obra de Canclini aqui apresentada, os temas que se apresentaram no texto são comuns com as preocupações dos *estudos culturais*: definir a função do *mercado*; explorar as *contradições do projeto modernista*; refletir acerca da função da *arte* em sociedades de públicos letrados e não-letrados; a *função do passado* e o problema de definição do *popular*; e sublinhar a dinâmica oblíqua dos *poderes*. As suas conclusões para a *saída da modernidade* apontaram para a necessidade de uma reavaliação dos nossos olhares dirigidos à arte. Pois, são os artistas que revelam as ubiquidades dos modelos aparentemente conexos, são as suas imagens projetadas no imaginário que expõe as diversidades e complexidades do mundo urbano da América Latina (CANCLINI, 2000).

Conclusões

Chegar à obra de Canclini, propositalmente, aproximou o tema dos *estudos culturais* para o objeto desse artigo. As viagens *narrativizadas filmicamente* expuseram a fuga do moderno fenômeno urbano para o espaço transitivo e idílico da *estrada*, os quadros em grande profundidade de campo em *El Viaje hacia el Mar* (2003) podem dar conta dessa minha suposição. No entanto, o confronto de *tradições*, talvez mais explícito em *Y tu Mamá También* (2001), trouxe aos espectadores a característica fragmentada das sociedades e sujeitos que, no fim do século XX e início do XXI, repensam e ressignificam os seus sentimentos de pertencimento às identidades de gênero, vistas por Canclini como móveis e caracteristicamente híbridas. A *história* persiste, o passado ativado pela memória é constantemente reavivado e no caso de *Viajo porque preciso, volto porque te amo* redefine um sujeito em transformação. Ou ainda, o passado na forma de uma *tradição filmica* é retomado em função de uma nova proposta combativa para o presente, representado em termos audiovisuais na apropriação do manifesto do *cinemanovista* Glauber Rocha em *Estrada para Ythaca*.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço às frutíferas contribuições de meus colegas e de minha orientadora Karina Anhezini de Araujo; à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da UNESP/Assis pela disponibilização de uma bolsa regular; e ao CBEI/DFAIT que me contemplou com a bolsa ELAP para realização de pesquisas em território canadense.

Referências

- ANDERSON, B. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. New York: Verso, 1991.
- AUMONT, J.; MARIE, M. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Campinas: Papyrus, 2003.



- BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BRANDÃO, A.S. *Lands in transit: imag(in)ing (im)mobility in contemporary Latin American cinema*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- BURCH, N. *Práxis do cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DIÁRIOS de Motocicleta**. Argentina, EUA, Reino Unido, Alemanha, **Easy Rider**. Dir. Dennis Hopper, EUA, 1969.
- El Viaje hacia el Mar**. Dir. Guillermo Casanova. Uruguai e Argentina, 2003.
- Estrada para Ythaca**. Dir. Guto Parente, Luiz Pretti, Pedro Diógenes e Ricardo Pretti. Brasil, 2010.
- GARCIA CANCLINI, N. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- Les Maîtres Fous**, Dir. Jean Rouch. França, 1955. México, Chile, Peru e França, 2004.
- O Céu de Suely**. Dir. Karim Aïnouz. Portugal, Alemanha, França e Brasil, 2006.
- On The Road**. Dir. Walter Salles. EUA, França e Brasil, 2012.
- ROSENSTONE, R. A History in Images/History in Words. In: *The American Historical Review*. v.93, No. 5 (Dec., 1988), p.1173-1185. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1873534>>
- _____. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- SAID, E.W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- _____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- Terra Estrangeira**. Dir. Walter Salles and Daniela Thomas. Brasil e Portugal, 1996.
- Vento do Leste**. Dir. Jean-Luc Godard e Jean-Pierre Gorin. França, Itália e Alemanha, 1970.
- Viajo porque preciso, volto porque te amo**. Dir. Marcelo Gomes e Karim Aïnouz. Brasil, 2009.
- WHITE, H. Historiography and Historiophoty. In: *The American Historical Review*. v.93, n.5 (Dec., 1988), p. 1193-1199. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1873532>>
- XAVIER, I. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- Y tu Mamá También**. Dir. Alfonso Cuarón. Mexico, 2001.

Sites consultados

<http://www.revistacinetica.com.br/tiradentes10dia5.htm>



UM LUGAR PARA SE PRESERVAR A MEMÓRIA E ESCREVER A HISTÓRIA: “MUSEU CORONEL DAVID CARNEIRO”

Daiane Machado

Doutoranda pela UNESP – Assis. E-mail: daiane_vm@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é problematizar como o historiador David Carneiro representou a Revolução Federalista no “Museu Coronel David Carneiro” e qual a relação entre o passado visualizado no museu e o lido em suas obras. Acredita-se que a instituição de um “lugar de memória” (NORA, 1993), o “Museu Coronel David Carneiro”, e sua atividade como museólogo foi fundamental para sua produção sobre a Revolução Federalista no Paraná, cuja concepção interpretativa delineou a historiografia oficial sobre o tema. Os objetos expostos no museu “comprovam”, atribuem legitimidade à narrativa que objetivou “reconstituir” o evento, ao mesmo tempo em que proporcionam ao leitor da sua produção historiográfica uma “visibilidade ao invisível do passado.” De tal maneira, a história naquele espaço museológico foi representada segundo as concepções de seu diretor.

Palavras-chave: David Carneiro; Museu Coronel David Carneiro; Revolução Federalista; historiografia paranaense.

O *museu de história*, como configurou-se e difundiu-se principalmente a partir do contexto pós-revolucionário francês, foi entendido como uma instituição destinada a “*établir en même temps qu’à illustrer les faits du passé, et à les rendre intelligibles, il apparaît avec la tradition des antiquaires, et nourrit les diverses histoires spécialisées [...]*” (POULOT, 2010, p.535). Nesse sentido, surge como uma espécie de “celeiro de fatos”, onde o visitante deveria ser transportado para o passado tal como foi vivido. A identificação com o ideal de objetividade rankeano torna-se explícita, compondo, assim, a cultura histórica oitocentista (GUIMARÃES, 2007, p.11-30).

No decorrer do século XX esta configuração museológica foi sendo questionada e problematizada, notadamente a partir da criação de lugares que remetem à representação de momentos traumáticos de um século permeado por guerras e violação dos direitos humanos. Todavia, o Museu Coronel David Carneiro, que é o objeto principal deste texto, ainda enquadra-se em uma perspectiva historicista de compreensão museológica. O que também significa dizer que o museu assume uma responsabilidade pedagógica com a história nacional: celebrar fatos memoráveis e assim contribuir para a formação patriótica de seus visitantes. Desta feita, propomos neste artigo analisar esse *museu de história*. Problematizamos o passado visualizado no Museu Coronel David Carneiro e suas relações com a escrita da história da Revolução Federalista no Paraná realizada por David Carneiro, o criador e mantenedor da instituição.

Nasce o museu

O menino David Carneiro fomentou, desde os oito anos de idade, o interesse em preservar objetos do passado. Incentivado pelo pai e pelo avô, sua coleção se iniciou com moedas, medalhas e cristais.

Aí começou realmente o Museu, que tomou um espaço novo e uma nova identidade quando eu, noivo na Lapa, via as Congadas e via o povo jogando fora o pouco que restava de material concreto do Cerco da Lapa. Aí eu me identifiquei através do meu sogro. Ele contava as histórias da Lapa (MILLARCH, 1982, p.3).

David Carneiro esteve intimamente ligado aos eventos atinentes ao episódio federalista no Paraná (1893-1895). Embora sua infância tenha sido povoada pelas memórias do avô que viveu e atuou no conflito, o interesse pela Revolução Federalista em solo paranaense, denominado de Cerco



da Lapa, foi aguçado quando Carneiro era noivo de Marília Suplicy de Lacerda, integrante de uma família tradicional da Lapa. A partir das conversas com o sogro, intensificou-se o interesse pelo episódio e se iniciou a busca por objetos que fizeram parte daquele acontecimento: armas, canhões, medalhas, uniformes, jornais, atas, diários, toda e qualquer espécie de documentação relativa ao evento que materializasse memórias da Revolução Federalista.

No mesmo período do noivado de David Carneiro, em 1924, o pai em viagens ao exterior garimpava objetos históricos para o acervo do filho, como podemos observar na carta escrita em Oestende, na Bélgica:

Para as tuas colleções consegui: um espadim de commandante de submarino allemão; 3 chapas de *soko* prussiano, de oficial, sub-official e soldado (sendo este do celebre regimento ‘Waterloo’ que foi instituído com o resto das forças de Blucher, depois de sua Victoria contra Napoleão I) e uma peça de *destroyer* ‘Thetis’ capitonen da esquadilha ingleza que foi embotelhar o ninho de submarinos allemãs em Zeebrugge; uma pistola lança granada e uma granada de avião. Até agora estamos com 9 espadas e punhaes, todos muito interessantes. Não sei onde irás por toda esta carga que vamos preparando para o teu muzeu. Da censura tenho me preocupado, mas sem obter sucesso. Aqui nunca foi procurado isso porque ninguem se preocupada em collecionar. Quero ver si em Bruxellas terei mais sorte [...] (CARNEIRO, 1983, p.136).

O pai não viveu a tempo de ver onde o filho abrigaria tantos objetos históricos e foi em sua homenagem que David Carneiro denominou o museu que criou, em 1928, de Museu Coronel David Carneiro.

Vimos que de início os esforços se concentraram na aquisição de objetos relacionados a episódios militares, do Cerco da Lapa à Batalha de Waterloo. Mas, o acervo, que atingiu mais de 5.000 peças, também foi composto por quadros (muitos retratos de personalidades paranaenses), esculturas, obras de arte, instrumentos musicais, armaria, indumentária, instrumentos de castigo, ferramentas, utensílios, porcelanas, documentação e numismática. Esta diversidade do acervo denota que Carneiro não pretendeu transformar o Museu Coronel David Carneiro em um museu destinado a acolher somente o que remetesse a um determinado tema do passado. Assim explicou: “A formação do acervo não obedeceu a um sistema ou a uma época, ele foi formado do modo mais heterogêneo possível, pois *tudo o que aparecia e tinha um valor histórico era colocado no museu.*” (MARANHÃO, 1988).

O museu, então, é o espaço destinado a cultivar as memórias que estão representadas em tudo que possui “valor histórico”. David Carneiro pretendeu ressaltar no seu museu o que deveria ser preservado do passado, rememorado e vangloriado tanto pelo presente quanto pelas futuras gerações. Nesse espaço museológico, onde se ancoram memórias do passado, os laços de pertencimento deveriam ser fortalecidos. É nesta perspectiva que Carneiro instituiu um “lugar de memória”, pois “a razão de ser fundamental de um lugar de memória é deter o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas” (NORA, 2001, p.32).

Este “lugar de memória” foi projetado pelo filho mais velho de David Carneiro, David Antonio da Silva Carneiro Júnior, e compunha uma área de mais de três mil metros quadrados, dividida entre a residência de David Carneiro, o museu, uma sala de conferências sobre o positivismo, a Capela da Religião da Humanidade e o Instituto de Pesquisas Históricas e Arqueológicas. Anexo ao museu havia um espaço reservado à sua biblioteca constituída por cerca



de 30 mil exemplares.

O Museu Coronel David Carneiro foi mantido por David Carneiro. Mesmo sem custeio, o museu foi considerado possuidor da maior coleção particular do Estado e uma das maiores do país. Para Carneiro, isto só foi possível graças à “incompetência” da direção do Museu Paranaense.

Para criar e manter o museu foi necessário que o Museu Paranaense não existisse. Existia, mas era em situação latente, não clara. Porque se ele existisse, eu não teria possibilidade de criar museu nenhum. E, por exemplo, uma das partes mais importantes do meu museu é a que diz respeito a resistência da Lapa. Tudo, tudo que eu tenho sobre a resistência da Lapa estaria nas mãos do governo. Mas o Museu do Estado não teve funcionários e diretores que soubessem lutar pelas coisas que estão. Eu, por exemplo, trouxe para o Paraná a espada usada pelo almirante Barroso no dia da Batalha do Riachuelo [contra o Paraguai]. Isso mostra que nem os museus históricos do Brasil trabalharam direito, senão isso não aconteceria (ABRÃO, 1988).

Fundado em 1876, o Museu Paranaense foi o primeiro do Estado. Ao lado do Museu Nacional, do Museu Paraense Emílio Goeldi e do Museu Paulista, é um dos mais antigos do Brasil. A exemplo destas instituições, o Museu Paranaense foi criado como um museu de história natural. A identidade nacional buscada desde o fim do estatuto colonial teve no museu de história natural um forte aliado, haja vista que cabia a ele reunir e ressaltar a diversidade da fauna e da flora do território nacional. Neste caso, “não teria sentido, para tanto, criar museus históricos, pois não havia, ainda, ‘história nacional’ palatável, não convindo incorporar a história do colonizador” (MENESES, 2007, p.120).

Conforme os estudos de Ulpiano T. Bezerra de Meneses, os primeiros espaços museológicos propriamente históricos começam a surgir a partir da década de 1920. No caso particular do Museu Paranaense, este processo se iniciou alguns anos antes com a gestão de Romário Martins, entre 1902 e 1928. Neste período, o Museu Paranaense se transformou em um dos espaços de divulgação das ideias paranistas e, por consequência, começou a ter uma feição de museu histórico (CARNEIRO, 2009). Imerso nesta atmosfera de pensar sobre o regional, surge o Museu Coronel David Carneiro que, de certa forma, concorre com o Museu Paranaense na coleta dos objetos de “valor histórico”.

O Museu Coronel David Carneiro foi declarado de utilidade pública por lei estadual, votada em 27 de fevereiro de 1929. Também obteve reconhecimento pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) quando este escolheu o acervo do museu para compor uma série de publicações de catálogos de museus cujas coleções tinham interesse nacional, ou seja, remetiam a uma “história oficial da nação” (PELLEGRINI, 2006, p.46). Segundo os editores do catálogo,

Fugindo ao critério antiquado de uma coleção rígida e tristonha imobilizada em suas vitrines, tendendo, ao contrário a ser um laboratório contínuo de pesquisas históricas e científicas, o Museu Cel. Davi Carneiro é um órgão vivo de educação e de consulta, que franqueia sua biblioteca especializada aos estudiosos; edita obras de interesse; organiza cursos conferências – constitui, em suma, um centro cultural apreciável e que merece ser conhecido de todo o país (CATÁLOGO, p.22).

O reconhecimento do Sphan fez parte da política de salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional, conforme promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.



Regulamentou-se no decreto que o Sphan, como órgão federal, deveria juntamente com Estados e municípios estimular a instituição de museus dedicados à conservação e exposição de obras históricas e artísticas. Para tal concretização, foram criadas, por exemplo, as superintendências regionais. David Carneiro foi designado para estar à frente

da superintendência da região Sul, que compreendia o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como o principal meio de ação do Sphan era o tombamento, Carneiro passou a listar o patrimônio histórico das três regiões, lembrando que para o tombamento os bens móveis e imóveis deviam se vincular aos “fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, 2011).

Seguindo esta linha de raciocínio, foram escolhidos por representar tais “fatos memoriais” do passado nacional, na década de 1940, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel; o Colégio Jesuítico de Paranaguá; a Casa de Câmara e Cadeira, em Lapa; e a casa do Coronel Joaquim Lacerda, também em Lapa. David Carneiro também participou das primeiras restaurações das ruínas jesuíticas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, e da Igreja Matriz, em Lapa, no Paraná (MENDES, 1988).

A publicação do catálogo do acervo Museu Coronel David Carneiro pelo Sphan, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, data do mesmo período dos tombamentos no Paraná, o que evidencia que a posição de Carneiro naquela instituição pode ter contribuído para dar credibilidade ao seu museu e, talvez, até mesmo facilitado aquisições.

David Carneiro, além de ter sido o criador e mantenedor de um “lugar de memória”, com o cargo no Sphan participou ativamente na eleição do que deveria ser preservado do passado, contribuindo, assim, para dar visibilidade a bens que deviam remeter o observador aos “fatos memoráveis” da história nacional.

Já em 1929, o museólogo Carneiro defendia que o museu, enquanto instituição social, tinha como dever defender bens patrimoniais, notadamente da região que o abriga. Quando se tratasse de monumentos históricos e artísticos caberia aos administradores dos museus fixarem no local de origem os devidos “dizeres esclarecedores”, ou seja, dar explicações a respeito do surgimento, do fato histórico a que pertenceu, assim como dos “julgamentos” sobre a sua função para a Humanidade. Eis a finalidade do museu para David Carneiro: orientar os trabalhadores e as novas gerações, segundo os preceitos de Augusto Comte.

O David Carneiro museólogo, um ano após a fundação do museu David Carneiro, publicou *Museus*. A obra pretendeu mostrar a importância da constituição de espaços museológicos, ressaltando a sua função social de ensinamento e de instrução do proletariado e também o seu destino de acordo com a ciência positiva. Segundo Carneiro, “a função atual dos museus é a instrução do proletariado, é de dar-lhe idéia das maravilhas do Mundo em que vive, ou de ligá-lo pelo coração através da arte ou da tradição histórica, ao passado” (CARNEIRO, 1929, p.13).

O museu cumpre uma função pedagógica, sendo instrumento para concretizar as teses de Comte sobre a incorporação do operariado à sociedade moderna – medida “necessária” para a reorganização da sociedade. Em “tempos anárquicos” era função do museu demonstrar a glória dos heróis por meio da lembrança da defesa de causas justas, tornando presente um passado que ensina pelos exemplos morais.

Se, segundo os pressupostos de Carneiro, o museu deveria dar glórias aos heróis do passado



e contribuir para defesa do patrimônio histórico e artístico nacional: que exemplo maior teria o Paraná do que o daqueles homens que se bateram valentemente na sangrenta Revolução Federalista em defesa e honra da República de Floriano Peixoto? A partir desta concepção, Carneiro verá o Cerco da Lapa, episódio da Revolução Federalista, como objeto de investigação privilegiado. Julgará, segundo os preceitos positivistas, qual o papel histórico do conflito e qual o seu significado na trajetória da Humanidade. O evento será tratado por Carneiro em muitas de suas obras, em fases distintas e com objetivos diversos, notamos então em seus textos a retomada da Revolução Federalista, do Cerco da Lapa e seus “heróis”. Foi este tema que despertou em David Carneiro o interesse em criar um museu. Desta forma, necessitamos estudar como David Carneiro museólogo representou a Revolução Federalista no Museu Coronel David Carneiro e qual a relação entre o passado visualizado no museu e o lido em suas obras.

A história no museu

A história do Museu Coronel David Carneiro se confunde com a história contada no museu, pois, embora o acervo contasse com objetos de tempos e espaços distintos, voltou-se, sobretudo, para um passado em especial: a Revolução Federalista e o Cerco da Lapa. Desta forma, David Carneiro ao criar um “lugar de memória”, o Museu Coronel David Carneiro, instituiu o seu local de produção privilegiado a partir de temas pertencentes ao acervo do museu no qual era diretor.

O acervo do museu integrou as fontes utilizadas nas obras e é recorrente nas produções de Carneiro notas de rodapé que avisam o leitor sobre como encontrar determinada peça de artilharia, espada, uniforme militar, carta, ofício ou jornal no Museu Coronel David Carneiro. Entre os seus livros, os que abordam o episódio do Cerco da Lapa durante a Revolução Federalista no Paraná são os que se sobressaem em relação ao rigor da descrição do cenário. Os objetos expostos no museu “comprovam”, atribuem legitimidade à narrativa que objetivou reconstituir o evento, ao mesmo tempo em que proporcionam ao leitor da sua produção historiográfica uma “visibilidade ao invisível do passado” (GUIMARÃES, 2007, p.27).

Essa forma de articulação entre a escrita da história e o que se pode ver do passado disposto nos museus remete a princípios da cultura historicista do século XIX, para a qual “*la muséographie de l'histoire s'est définie par la capacité de faire resurgir fidèlement le passé dans le présent et, concurremment, de produire ou de garantir la vérité savante*” (POULOT, 2010, p.536). Nesta perspectiva, o acervo que foi organizado e visualizado no Museu Coronel David Carneiro também foi encontrado nas narrativas de David Carneiro sobre a Revolução Federalista, como elemento que confere “certeza” aquele passado. A história naquele espaço museológico foi representada segundo as concepções de seu diretor.

Ao pretender “ressurgir o passado no presente”, estabeleceu-se um laço entre as temporalidades, pois “o museu é o acervo de coisas do passado que ficaram resguardadas para que servissem de modelo de incentivo à trabalhos futuros” (CARNEIRO, 1988). Assim, Carneiro não propôs apenas uma ação contemplativa aos visitantes do museu uma vez que acreditava que o passado interessa ao presente na medida em que ensina, que visa o “agir” no futuro.

E quais seriam os ensinamentos deixados pela Revolução Federalista? Vamos tentar responder esta questão em duas etapas, partindo da produção intelectual de David Carneiro sobre o tema. A primeira etapa de uma possível resposta se refere ao exemplo de lealdade e de ação que “os paranaenses” deram no conflito, servindo o evento para dar *visibilidade nacional ao Paraná*. Carneiro defendeu a ideia de que esse foi o período mais marcante da história paranaense,



discordando de Romário Martins e de Francisco Negrão que não o consideraram como ele e Ermelino de Leão. Para eles, “a Revolução Federalista tivera importância capaz de moldar a feição social do nosso Estado” (CARNEIRO, 1971, p.5). O período que compreende a revolta no Paraná é, para Carneiro, um momento que não deve ser apagado da história, uma época que serve de tema para um estudo social, que, bem ao gosto positivista, “*visa à nossa própria evolução*” (CARNEIRO, 1971, p.4).

O episódio federalista em si, para Carneiro, é um divisor de águas na história do Estado. É o primeiro movimento nacional de participação militar intensa em seu território, do qual o Paraná deve se orgulhar já que cumpriu o seu papel, pois, apesar de invadido, defendeu a República e foi parte importante para a sua manutenção.

A defesa para tal concepção de Carneiro na historiografia, e que perpassa suas obras, é que a resistência dos defensores do Cerco da Lapa desestabilizou as forças revolucionárias, atrasando a investida sobre São Paulo e dando tempo para que os *pica-paus* se reorganizassem militarmente (SÊGA, 2005, p.119). Em suas palavras:

A história do Cerco da Lapa é simples. O cerco começa no dia 26 de janeiro de 1894 e vai até o dia 11 de fevereiro. Durante esse período morrem os chefes mais importantes uma perda de vidas importantes, e o Paraná mostra que era capaz de assumir um compromisso, realizar historicamente o seu dever (ABRÃO, 1988, p.4).

Conforme a citação de Carneiro, “vidas importantes” contribuíram para barrar o avanço das tropas revolucionárias comandadas por Gumerindo Saraiva. Aqui reside a segunda etapa de nossa possível resposta. Dentre os diversos personagens denominados de “heróis” por David Carneiro, dois receberam destaque especial, o barão do Serro Azul e o Coronel Antonio Ernesto Gomes Carneiro – ambos teriam ajudado a “salvar” a pátria. O Coronel Gomes Carneiro foi o defensor da Lapa, pois a cidade somente capitulou com a morte deste “bravo”. O barão do Serro Azul é exposto, acima de tudo, como um “herói” paranaense que procurou defender a cidade de Curitiba coletando dinheiro para o “empréstimo de guerra”, que seria entregue aos maragatos para livrar a cidade de tropelias, saques e estupros.

David Carneiro utilizou tanto a linguagem historiográfica quanto a ficcional para reavivar e mitificar a memória dos “heróis” barão do Serro Azul e Coronel Gomes Carneiro - exemplos de civismo para as gerações futuras -, contribuindo, assim, para a elaboração e manutenção de elementos importantes do imaginário social paranaense, pois como chamou a atenção Bronislaw Baczko (s/d),

É assim que através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade, elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom comportamento, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do chefe, o bom súdito, o guerreiro corajoso, etc(s/d, p.309).

Esses “imaginários sociais” pensados por Baczko derivam de memórias de eventos que, por sua vez, podem ser reforçados, legitimados, refutados, (re)lidos e (re)interpretados de acordo com os anseios do presente. Para David Carneiro, a Revolução Federalista é fornecedora de bons exemplos, pois em seus “heróis” os paranaenses poderiam se reconhecer enquanto membros de uma



mesma coletividade. Foram eles “os defensores da recém-proclamada República brasileira” (FRANCO, 2010).

O enaltecimento dos “heróis” em suas produções chega a ser um argumento repetitivo, cansativo, todavia, faz parte de uma estratégia de escrita e da visão de mundo positivista (CARVALHO, 1990). A repetição tem um sentido muito claro em sua produção: inculcar, incentivar crenças comuns, incitar à ação. A repetição existente nas obras de David Carneiro visa à prática de ensino da “memorização”; decorar é um ato de memorizar e, segundo Paul Ricoeur, um exercício de memória. David Carneiro assinala com esta prática uma forma de transmissão de uma memória que se pretende oficial - a memória do Cerco da Lapa e seus “heróis”. Uma memória coletiva legitimada pelo ensino da história é na *compulsão de repetição* que reside *excessos de memória* (RICOEUR, 2007, p.92; SILVA, 2002, p.426).

Na tentativa de manter viva na memória da população paranaense esse “momento ímpar em sua história”, além de procurar tornar visível esse passado no Museu Coronel David Carneiro, nosso personagem publicou diversos artigos e livros.* A Revolução Federalista foi um dos temas mais estudados por ele, sobre o qual, torna-se referência.

Pois bem, como esta concepção interpretativa permeia o *nosso* presente? Qual teria sido o seu alcance? Estas questões certamente remetem a outra pesquisa, mas simplificadamente faremos alguns apontamentos.

A legitimação desta narrativa pode ser pensada a partir da reedição das obras de David Carneiro por órgãos oficiais do Estado. O livro *O Cerco da Lapa e seus Heróis* foi terminado em 1933, publicada em 1934 e reeditado em 1991 pela Biblioteca do Exército, no momento da comemoração dos 100 anos da 5ª. Região Militar. Nas palavras do prefaciador (não identificado), o livro trata com fidelidade da “gloriosa epopéia dos Heróis da Lapa”. O mesmo discurso de rememoração de uma “epopeia” está presente na obra *O Paraná e a Revolução Federalista*. Esta obra foi publicada por ocasião das comemorações do “Cinqüentenário do Cerco da Lapa”. O livro foi reeditado pela Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, em 1982, que reservou parte da tiragem para distribuição à rede estadual de bibliotecas e entidades culturais.**

A mesma narrativa com tons de epopeia sobre o Cerco da Lapa pode ser encontrada em produções audiovisuais recentes. Podemos citar dois exemplos: o filme *O Preço da Paz* (2003) e a curta metragem *Amor em Tempos de Guerra* (2011), exibida no quadro “Casos e Causos”, programa da RPC TV, emissora paranaense afiliada da Rede Globo. Como podemos notar, a memória do episódio em solo paranaense continua sendo evocada.

Referências

ABRÃO, R. Jogo da Verdade. *Correio de Notícias*, Curitiba, p. 4. abr. 1988. Seção Bomdomingo.

*Alguns títulos: *O cerco da Lapa e seus heróis* (1934, 1991 e 2004), *Os fuzilamentos de 1894 no Paraná* (1937), *O Paraná e a revolução federalista* (1944 e 1982), *Rastros de Sangue...* (1971), *Gomes Carneiro e a consolidação da República* (1979), *O Paraná na história militar do Brasil* (1942 e 1995). Ver o apêndice do demonstrativo da produção de David Carneiro em minha dissertação de mestrado: MACHADO, Daiane V. *O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro*. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2012.

**Outro importante livro é *O Paraná na história militar do Brasil* (1942 e 1995). A obra foi escolhida para ser reimpressa pela *Coleção Farol do Saber*, editada entre 1993 e 1996. Foi idealizada na gestão do prefeito de Curitiba, Rafael Greca, segundo ele, “são 32 títulos, destinados a resgatar os textos mais importantes da historiografia paranaense”. GRECA, Rafael de M. *Coleção Farol do Saber*. Disponível em: <<http://www.rafaelgreca.org.br/blog1/?p=709>>. Acesso em: 18 jun. 2011.



- BACZKO, B. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi* (Vol. 05, Anthropos-Homem): Lisboa Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s/d.
- CARNEIRO, C.M.S.B. *O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná 1902 a 1928*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2009.
- CARNEIRO, D. *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. [S.I.: s.n.], 1938.
- _____. *Museus*. Curitiba: João Haupt, 1929.
- _____. *Rastros de Sangue...* Curitiba: Max Roesner, 1971.
- CARVALHO, J.M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CATÁLOGO Museu Coronel David Carneiro. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.
- DOSSE, F. *A história a prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.
- FRANCO, André L. dos S. *As armas de outubro: militares e políticos no movimento belicista de 1930 no sul do Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2010.
- FUNARI, P.P. A.; PELEGRINI, S. de C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GRECA, R.de M. *Coleção Farol do Saber*. Disponível em: <<http://www.rafaelgreca.org.br/blog1/?p=709>>. Acesso em: 18 jun. 2011.
- GUIMARÃES, M.L.S. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n.2, p. 11-30, jul.-dez. 2007.
- HISTÓRICO da 5ªRM-5ªDE. Disponível em: <<http://www.5rm5de.eb.mil.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2011.
- IPHAN. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 23 jul. 2011.
- MACHADO, D.V. *O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro*. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2012.
- MARANHÃO, M.. David Carneiro. *Nicolau*, Curitiba, out. 1988. Pasta David Carneiro. Biblioteca Pública do Paraná, Documentação Paranaense. [sem referência a página].
- MENESES, U.T.B.de. Comentário XII: Visões, visualizações e usos do passado. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n.2, p. 117-123, jul.-dez. 2007.
- MILLARCH, A. O paranaense sempre foi metido consigo mesmo. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 10 set. 1982. Caderno Fim de semana, n. 77, p. 3.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PASTINA J.de L. apud MEMÓRIA de David. Direção: Berenice Mendes. Produção de Fernando Morini. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1988. 1 DVD.

POULOT, D. Musée d'histoire. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. (org.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SÊGA, R.A. *Tempos Belicosos: A Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos; CEFET-PR, 2005.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ST Experiências da escravidão e liberdade (séculos XIX/XX)



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

UNIÕES ESTÁVEIS NÃO SACRAMENTADAS ENTRE ESCRAVOS EM GUARAPUAVA NO SÉCULO XIX

Luzia Dematé Salvalaio

Graduanda do 4º ano de História – UNICENTRO-Guarapuava. E-mail: luz_dematte@hotmail.com

Jean Renato Cordeiro

Graduando do 4º ano de História – UNICENTRO-Guarapuava. E-mail: jean_renato@hotmail.com

Fernando Franco Netto

Professor do curso de Economia da UNICENTRO-Guarapuava. E-mail: ffranconetto@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo avaliar as relações entre escravos formadas em Guarapuava-Paraná no século XIX a partir de documentos eclesiásticos encontrados na paróquia da referida cidade, bem como entender as relações formadas entre esses escravos que não eram sacramentadas pela igreja, mas que a partir da análise de dados encontrados nos livros de batismos pode-se inferir que haviam uniões consensuais estáveis entre determinadas famílias. Como exemplo disso tem-se a análise dos batismos de algumas escravas descritas como solteiras pertencentes a Domingos de Siqueira Cortes, que por conta do período de intervalo entre os filhos pode-se entender que estavam vivendo em uma união estável, haja vista que tal ocorrência era muito comum no período.

Palavras-chave: Relações; Uniões consensuais; Escravidão.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de mil oitocentos e quarenta e nove, no oratório que serve na falta da Igreja Matriz, nesta Vila de Guarapuava, batizei solenemente e pus os santos óleos a Josefa inocente, nascida há dezessete dias, filha de pai incógnito e de Cezarina, escrava solteira do Alferes Domingos de Siqueira Côrtes. Foram padrinhos João Manoel da Silva e sua mulher Maria Alves da Luz. Todos moradores desta paróquia. Do que para constar faço este assento. O Vigário Antonio Braga de Araújo (ASSENTAMENTOS DE ESCRAVOS,1-198).

Hoje em dia existem muitos debates acerca do tema casamento, algumas pessoas se casam por amor, as más línguas dizem haver o casamento por interesse, em que um dos cônjuges contrai matrimônio pensando nos bens que o seu parceiro possui. O casamento na sociedade é algo bem comum, pessoas de diversos níveis sociais e também de culturas diferentes se casam, essas pessoas se casam por vários motivos como já foi citado, mas e agora, se for para fazer um recorte de tal tema? Se o foco for falar de casamentos no século XIX na atual cidade de Guarapuava, Paraná? E se eu restringir ainda mais tal pesquisa, sendo que tais casamentos devem dizer respeito aos escravos que viveram nesta cidade (Guarapuava) e neste período (XIX)?

Pois é justamente a isto que esta pesquisa está relacionada. Será que houve matrimônios no período? A resposta é sim, de acordo com o livro de assento de casamento de escravos encontrado na Paróquia Nossa Senhora de Belém, localizada no centro da cidade de Guarapuava, Paraná, na Rua Visconde de Guarapuava, número 236. Os documentos comprovam que existiram sim casamentos de escravos nesse período e localidade. Partindo da certeza da existência de matrimônios entre escravos analisa-se então os dados referentes aos batismos. E são nos registros de batismos que nos deparamos com uma questão intrigante: o elevado número de batizando com



informação apenas da mãe e de pais ausentes. Essa questão permeou durante todo o período de pesquisa, sendo então necessária uma atenção maior a tal fato.

O que sabe-se é que questões que envolvem as relações entre escravos são bastante complexas, mas podemos obter dados preciosos sobre essas relações através dos sacramentos dos quais eles tinham acesso. Os batismos, os casamentos e por fim os óbitos são de extrema importância na hora de avaliarmos laços firmados pelos escravos, tem-se também as relações de compadrio, que eram resultadas pelo batismo de inocentes e também formavam laços sociais. Mas, algumas questões intrigam o pesquisador, pois, sabendo que os documentos apesar de dizerem muito deixam passar questões corriqueiras ligadas ao dia a dia dessas pessoas o que nos resta é supor, é avaliar dados e ir um pouco além dos documentos.

A pesquisa aqui exposta busca analisar as relações existentes entre escravos em Guarapuava-Paraná, cidade localizada nos Campos Gerais, o período de análise é o século XIX. Os dados analisados fazem parte do livro de assento de casamento, batismos e óbitos de escravos encontrado na Paróquia Nossa Senhora de Belém, localizada no centro da cidade de Guarapuava, Paraná, na Rua Visconde de Guarapuava, número 236.

A citação abaixo é de Natália Garcia Pinto e trata-se da importância do casamento entre os escravos, conforme suas palavras vemos que:

Em relação aos cativos se pode deduzir que o casamento seria vantajoso, pois teriam um companheiro para partilhar as agruras sofridas dentro do cativeiro. Ou como afirma Robert Slenes em Na senzala uma flor relata as vantagens do matrimônio entre escravos, pois este possibilitava o desfrute de uma habitação separada e, conseqüentemente, dormir e comer com parentes, escolher com quem dividir o lar, o fogo, a fumaça – rituais simbólicos – e, a partir da própria organização do lar escravo, preservar memórias, forjar projetos e identidades.(PINTO, 2010, p. 11.)

Dessa forma é possível notar que em várias regiões do Brasil houve o casamento de escravos como uma forma de estratégia entre eles em busca de melhores condições de vida. O escravo já não queria mais viver sozinho, por mais que as condições fossem difíceis ele queria ter com quem compartilhar sua vida. São diversas as fontes que afirmam a presença do matrimônio entre os escravos. E diante disso é possível afirmar que a própria igreja via o casamento entre os escravos com bons olhos.

Um outro detalhe importante que deve ser levado em consideração é que além das uniões sancionadas pela igreja, aquelas formais, também existiam muitas uniões consensuais entre os escravos, ou seja os escravos formavam suas famílias por conta própria, se amasiando e tendo filhos, enfim formando suas famílias mesmo sem o reconhecimento formal da igreja. Isso pode ser observado por exemplo, no caso de uma escrava, que nos registros aparece como solteira e que nesses mesmos registros de batismo não consta o nome do pai, mas se analisarmos com atenção os intervalos entre o batismo de um filho e outro (intervalo gestacional) pode-se deduzir que esta escrava podia sim estar vivendo em uma união estável, mas que por algum motivo não havia sido sancionada pela igreja.

A leitura das fontes eclesíásticas aponta para o não reconhecimento por parte da Igreja Católica das relações consensuais de escravos. O nome do pai só era registrado no batizado do filho se houvesse uma relação legítima com a mãe, ou seja, a Igreja precisava antes



legalizar a união, para então reconhecer a figura paterna. (SANTANA, 2010, p.5)

A citação acima diz respeito a hipótese levantada a respeito da existência de uniões estáveis não sacramentadas em Guarapuava e ainda nos faz questionar o porque dessas uniões não estarem sendo legitimadas pela igreja, considerando que as possibilidades eram muitas quando o assunto era o impedimento ao matrimônio. Enfim, adentra-se agora na questão da formação de famílias de escravos em Guarapuava no século XIX.

Dos matrimônios de escravos de Guarapuava-Paraná

Não faz muito tempo que a discussão sobre haver ou não famílias escravas no Brasil teve uma conclusão. Já sabe-se que a formação de famílias entre escravos foi algo concreto. Em Guarapuava foi algo presente durante todo o século XIX. Segundo Fernando Franco Netto.

[...]Guarapuava foi uma dessas regiões do Brasil Meridional que produziu relações relativamente estáveis para a população escrava, onde a comunidade era provavelmente unida em se tratando de laços de afinidade e de estratégias parentais. Ao mesmo tempo, a atitude de seus proprietários permite inferirmos que eles também participavam dessas estratégias, oferecendo condições para que os escravos pudessem se relacionar melhor com outras pessoas, principalmente os livres.(FRANCO NETTO, 2009, p.269)

A partir dessa assertiva, pode-se concluir que muitas foram às estratégias produzidas pelos escravos na localidade em função das relações que estavam acontecendo, principalmente quando verifica-se que os proprietários de escravos também participavam dessas relações.

Levando em consideração que Guarapuava era caracterizada pela existência de pequenos plantéis de escravos, temos que ponderar que o acesso ao matrimônio era muito mais difícil que em unidades maiores. Com efeito, entre todos os casos de filhos legítimos de nossa amostra, os pais casados eram da mesma propriedade. Investigando os dados salta aos olhos a fecundidade do ventre de certas escravas, que batizaram seus filhos com uma frequência regular.(SANTOS, 2011, p. 38.)

Os dados sobre casamentos de escravos em Guarapuava no período que compreende os anos de 1813 a 1886, informam um total de 141 registros de matrimônios. Nesses registros chamados de Assentos de Casamento podem ser encontradas diversas informações, como por exemplo a data do matrimônio, o nome dos noivos, a idade, a cor, o nome do proprietário entre outros detalhes que servem para nos amparar diante desta pesquisa. Esses números dão a entender que o casamento era um interesse de ambas as partes, os noivos cativos e seus senhores.

Após uma tabulação de dados com relação aos escravos ser feita na paróquia pode-se notar que 34 era o número referente aos noivos que eram escravos, 46 era o número dos noivos na condição de libertos e o número 56 é correspondente aqueles noivos que não tinham uma condição definida no documento trabalhado. Por isso o termo usado para identificá-los é “omissos”. Quatro dos noivos são denominados como livres e 1 como degradado. Com relação a condição das noivas tem-se a seguinte numeração: 29 delas são descritas como escravas, 39 como libertas, 70 são



omissas e 3 são livres.

O que percebe-se então ao considerarmos nos registros a condição caracterizada como indefinida, e que como uma hipótese de pesquisa, muitos deles tem um passado escravo, haja vista as características apresentadas, como, por exemplo, aparecer somente o primeiro nome, sem constar o sobrenome, a cor, o proprietário, as características do domicílio, entre outras anotações. Portanto, ao considerarmos essas informações, verifica-se a importância relativa que o casamento dos cativos teve nas estratégias por eles definidas.

As famílias formadas a partir do plantel de Domingos de Siqueira Cortes

Domingos de Siqueira Cortes foi um daqueles grandes proprietários na localidade de Guarapuava que possuía, dentro dos padrões de domicílio na região poderia ser considerado um importante domicílio. Vários são seus irmãos e parentes que também viveram na localidade, haja vista que nos registros encontra-se o sobrenome de família fazendo parte de outros domicílios em Guarapuava. Domingos aparece no Rol dos Paroquianos com a idade de 32 anos, sendo de cor branca e casado com Francisca Rosa de Jesus, também de cor branca e com 26 anos de idade.

Em sua propriedade, no período de 1849 à 1884, sete escravos ou com passado escravo casaram-se. No total foram quatro homens e três mulheres e ainda de acordo com o registro de batismos da paróquia em questão, pode-se notar que alguns filhos de mães solteiras pertencentes a Domingos de Siqueira Cortes, foram batizados no período de 1849 a 1871. Um dos casos analisados é da escrava Cesarina, não há nos registros de casamentos nenhuma informação de que ela tenha se unido em laços matrimoniais, se fossemos levar apenas esse fator em consideração a família de Cesarina a ser tratada aqui poderia ser caracterizada como matrifocal, por só aparecer o nome da mãe nos registros, mas analisando os dados referentes a esta família surgem algumas indagações.

Pelo que consta nos registros a escrava/mulata/crioula e descrita como solteira, Cesarina pertencente ao senhor acima referido foi a primeira mãe “solteira” a batizar um filho neste plantel, vindo depois a batizar mais quatro filhos seus, todos sem o nome do pai nos registros. Tratando-se do batismo da menina Josefa, em uma quarta-feira dia 28/11/1849, como padrinhos temos o casal João Manoel da Silva e Maria Alves da Luz. Posteriormente Cesarina batiza um outro filho seu, desta vez um menino. O batismo acontece em uma segunda-feira dia 19/10/1857, a criança recebe o nome de José e tem como padrinhos o casal João Ribeiro de Moraes e Gertrudes Maria das Dores. Passado algum tempo temos o batismo de Dinna, a terceira filha de Cesarina foi batizada em um domingo, dia 21/01/1861 e seus padrinhos foram Bento de Siqueira Côrtes e Rosa Maria de Jesus, que são neto e avó. Depois no dia 01/11/1863, um domingo, foi a vez do menino Marcos ser batizado, tendo como padrinho o tenente Policarpo Antunes Ferreira Maciel. O último batismo registrado pela mãe Cesarina refere-se a mais uma menina chamada Joana e aconteceu no dia 05/02/1865 um domingo, a menina teve como madrinha a liberta/solteira Benta de Souza.

Outra escrava a batizar filhos na condição de solteira foi Serafina, no dia 14/12/1851 um domingo ela batiza sua filha Rita, os padrinhos da menina são o casal João Ribeiro de Moraes e Gertrudes Maria das Dores. Serafina ainda batiza Victória, em um domingo, dia 15/10/1854, que recebe como padrinhos Pedro Lustosa de Siqueira e Maria de Belém.

Josefa foi outra escrava/crioula de Domingos de Siqueira Cortes a batizar filhos seus. Sendo que a primeira a ser batizada foi Isidia, no dia 01/01/1868 uma quarta-feira, esta teve como padrinhos Antonio Caetano Coelho de Amaral e Maria Madalena. Depois dela foi a vez de Luís ser



batizado, na data de 21/11/1869 um domingo, o menino foi batizado por Pedro Alves da Rocha Loures e sua esposa Francisca de Paula França. Por último tem-se o registro do batismo de José, que aconteceu numa segunda-feira dia 06/11/1871 e os padrinhos do menino foram José Antonio de Almeida França e sua esposa Maria das Dores França.

Essas foram as escravas de Domingos Siqueira Cortes que batizaram filhos na condição de mãe solteira, o nome do pai das crianças não aparece em nenhum dos casos, mas, devemos levar em consideração por exemplo o caso da primeira escrava a batizar filho no determinado plantel, que foi a Cesarina, de acordo com os registros ela batizou cinco filhos seus que tem o pai como ausente, mas aqui abro um questionamento, será que ela era mesmo mãe solteira, ou vivia num relacionamento consensual que apenas não tinha sido reconhecido pela igreja ainda e para ela isto já bastava? A julgar o tempo de intervalo entre um batismo e outro vemos que de fato esta é uma possibilidade plausível, ainda se compararmos com o caso de uma outra família reconhecida pelo matrimônio que também batizou seus filhos vemos que os intervalos são em períodos bem parecidos. Este fato só reforça a ideia de que a família era algo bem mais presente do que aquilo que os registros de casamento nos oferecem.

Considerações finais

O presente trabalho de pesquisa abordou alguns aspectos importantes sobre os registros de casamento de escravos num período em que pode-se separar em duas grandes fases com relação à escravidão no país. Num primeiro momento o período em que o tráfico atlântico tinha força no processo de acumulação dessa mão-de-obra para as propriedades agrícolas. Num segundo momento, as transformações por que passaria a sociedade e a economia interna e internacional em face das Leis que proibiriam o tráfico atlântico, bem como o processo de enfraquecimento das estruturas escravistas internas. Assim sendo, o trabalho procurou analisar aspectos relacionados com as possibilidades de união estável entre os cativos numa localidade voltada para a economia interna.

Percebe-se que apesar dos registros informarem as poucas uniões estáveis, no período estudado, ao considerarmos parcela significativa de indivíduos que poderiam ter seu passado escravo, essa relação se torna importante no trabalho, haja vista que o porcentual de cativos que estão se casando se torna expressivo. Com relação às estratégias das famílias escravas, o domicílio de Domingos de Siqueira Cortes é relevante no sentido de que os casais que oficialmente realizavam o matrimônio se perpetuavam no tempo, expandindo suas famílias com filhos e netos.

O objetivo final da pesquisa foi então mostrar aquela flor existente nas senzalas, e muito bem representada por Robert Slenes em sua obra *Na senzala uma Flor*, que é uma resposta a citação feita por Charles Ribeyrolles: (1859, p.40,41) “Nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem nem esperanças nem recordações, eu pude perceber a flor em forma de família no caso da escravidão em Guarapuava, podendo então concordar com a ideia de Slenes quando diz que a flor, no caso, a família entre cativos, está marcada por esperanças e recordações. A flor que me refiro podia ser encontrada nessas famílias escravas formadas que dividiam entre si, seu lar e suas esperanças e suas recordações.



Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha família que sempre me incentivou, meu marido pela paciência comigo em dias de nervos a flor da pele. Por fim agradeço ao meu orientador professor doutor Fernando Franco Netto por todo apoio e ao CNPQ por possibilitar o período dedicado a pesquisa.

Fonte

Assentos de escravos (Batizados, Casamentos e Óbitos). Arquivo Eclesiástico da Catedral Nossa Senhora de Belém, Guarapuava, PR. Livro 3B, fls. 01-198.

Referências

FRANCO NETTO, F. População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX. 2005. 395 f Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba. 2005.

PINTO, N.G. Entre laços, tramas e vontades: as relações familiares de escravos e libertos na Pelotas oitocentista do século XIX. (1830/1850) p. 11. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279399006_ARQUIVO_Textoanpuhsantaaria2010.pdf , acessado em 08/agosto/2012.

RIBEYROLLES, C., Brasil pitoresco: História-descrições-viajens-instituições-colonização, ed. Bilíngue (francês português) 3 tomos em 1 volume, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1859.

SANTANA, N.P. Os registros paroquiais como possibilidade de estudo de famílias escravas no sertão da Bahia (1850-1888) In.: Anais do V Encontro Estadual de História - ANPUH/BA. Universidade Católica de Salvador. Salvador,2010. Disponível em: www.anpuhba.org/anais.html , acessado em 03/ago/2012.

SANTOS, A.dos, Relações de compadrio e família escrava em Guarapuava. (1842-1863). UFPR, 2011.



A PENA DE MORTE E A INEFICÁCIA JURÍDICA EM GUARAPUAVA NO SÉCULO XIX

Eric de Paula Zaranski

Graduando em História – UNICENTRO-Guarapuava

Resumo: O presente trabalho objetiva comparar, através da legislação do período, dois processos criminais oriundos do século XIX, na região de Guarapuava/PR. Ambos os processos envolvem escravos que se manifestaram ora como réu, e ora como vítima de crimes que ecoaram na sociedade guarapuavana novecentista. O Código Criminal do Império de 1830, prevê penas que asseguram o ser humano contra a violência por parte de qualquer indivíduo da sociedade brasileira. A Lei de 10 de junho de 1835 previa a pena de morte à escravos insurretos, e era uma forma de interromper as revoltas escravas que ocorriam constantemente. A lei de *horrenda exceptione* surge devido à conjuntura histórica da época, e é justamente a ineficácia das leis, que esse trabalho visa analisar. Este estudo sobre Guarapuava é inédito, e objetiva contribuir com a história local. O resultado parcial dessa pesquisa, vê no Código Criminal do Império uma legislação elitista, que visou a exclusão de indivíduos não morigerados da sociedade brasileira, como foi o caso do escravo, mesmo ele tendo o papel de vítima nos processos criminais. O trabalho aponta também para a funcionalidade da Lei de 1835. Vemos que na prática ela funciona contra escravos criminosos, como foi no caso de 1866 em Guarapuava, em que José executou seu senhor na área rural da *villa*. Por que a lei funcionou contra o indivíduo desprovido do conhecimento das leis, e para o senhor de escravos não, mesmo num período em que as discussões acerca da abolição ecoavam fortemente?

Palavras-chave: Processos criminais; Lei; Sociedade; Escravos.

Os processos criminais são fontes históricas riquíssimas, onde podemos perceber mesmo por intermédio do escrivão, indivíduo responsável por escrever esses documentos jurídicos, a voz do escravo ecoando na sociedade. Muitos são os processos criminais em que o cativo foi considerado réu, julgado e culpado. A Lei de 10 de Junho de 1835 foi criada pelo Estado maior brasileiro a fim de tentar paralisar as diversas insurreições de escravos ocorridas período imperial. De origem elitista essa lei composta por cinco artigos, previa a pena de morte à escravos insurretos. RIBEIRO (2005) explica o caso da Revolta de Carrancas, ocorrida em Minas Gerais no ano de 1833, como sendo um dos motivos cruciais para a criação dessa lei.

Exatos cinqüenta e cinco anos depois que os escravos das fazendas Campo Alegre e Bela Cruz promoveram a chacina da família do deputado Gabriel Junqueira – supostamente insuflados por um homem branco que dissera que, em Ouro Preto, os negros, após matarem todos os brancos, eram já senhores -, a escravidão era abolida no Brasil. Naquele sangrento 13 de maio de 1833, iniciava-se a história de uma lei cujo objetivo era enforcar escravos a miúdo e rapidamente “em delongas de chacinas” (RIBEIRO, p.5, 2005).

Outro fator preponderante para a comutação das penas no período imperial se deu em 1830, com a criação do Código Criminal do Império. Esse código composto de 313 artigos, *à priori* direcionado à toda sociedade brasileira, previa penas exemplares aos sediciosos. Galés, degredo, penas de açoites direcionadas aos escravos, temos um Estado que tenta bloquear a tentativa de liberdade dos escravos, num período em que as elites produtoras brasileiras dependiam altamente do modo de produção escravista. O Código Criminal do Império brasileiro teve origem nas Ordenações Filipinas de 1603, a qual previa penas como as do Código Criminal, já citadas aqui, conforme denota PINTO (2010). “De inspiração liberal, é a imagem daqueles que o arquitetaram: o segmento



político letrado, donos de terra e escravos e grandes comerciantes.” (PINTO, p.3, 2010).

Interessante é apontar para a discussão das leis vigentes no período. Enquanto no Código Criminal do Império o escravo que cometia algum delito contra a pessoa de seu senhor, e que tinha a pena máxima integrada no artigo 192 do Código Criminal do Império - de galés perpétuas -, se sentia aliviado do cativo, já que não se depararia com as mazelas do seu infeliz cotidiano de trabalhador escravo, praticamente privado de direitos, levando as autoridades a considerar as penas deste código brandas demais. Nesse ínterim, discute-se a Lei de 10 de Junho de 1835, uma lei específica para os escravos criminosos. Eis mais uma tentativa do Estado em controlar a onda negra que ecoou fortemente no século XIX. Impossível não citar o caso da Revolta dos escravos malês em 1835, na região da Bahia, nordeste brasileiro. O termo *male*, significa *muçulmano*, e eram escravos letrados que se comunicavam entre si para organizar o levante, conforme explicita REIS (1986).

Guarapuava, na segunda metade do século XIX, detinha pequena parcela de cativos trabalhando nas lavouras da região. Dados indicam que a população cativa na região representava menos de 20% de toda a sociedade guarapuavana. Assim sendo, Guarapuava se configurou como uma região de poucos escravos, sendo também uma área isolada no sertão paranaense, para onde também eram enviados indivíduos não morigerados. Sediciosos, criminosos foram enviados à Guarapuava por meio do degredo. Para que a Guarapuava novecentista fosse povoada, além de incentivo com doações de sesmarias para indivíduos que vieram das mais diversas localidades do Brasil, Guarapuava foi espaço para indivíduos que vieram degredados, conforme nos conta FERREIRA JUNIOR (2012). FERRARINI (1971) nos mostra dados populacionais referentes ao ano de 1866, em que Guarapuava possuía 576 escravos numa população de 5428 indivíduos entre livres, brancos, e cativos. A população paranaense, no geral, era de 90 087 pessoas. Guarapuava não deteve em seus planteis um grande número de escravos vindos diretamente da África. Geralmente eram crioulos mesmo que se ocupavam das ferramentas para exercer o trabalho nas terras guarapuavanas.

Guarapuava do século XIX era uma região extremamente agrária, foi elevada à vila em 1852, e à cidade em 1871. E nesse ambiente em que havia alguns poucos sediciosos degredados, poucos escravos em relação a grandes centros escravistas, a resistência escrava se fez presente. O conceito de resistência escrava é bastante amplo indo desde “a lentidão no ritmo de trabalho [...] ao passo que a autodestruição por meio de suicídio, infanticídio ou tentativas manifestas de vingança eram as mais extremas no sentido pessoal.” (SCHWARTZ, p.219, 2001). Um processo crime alocado no Centro de Documentação e Memória da cidade de Guarapuava em parceria com a Universidade Estadual do Centro Oeste, denota a data de julho de 1866. Joaquim Pires Franco era um fazendeiro da região, senhor de três escravos, Francisco, Ínia e José. Buscou Francisco em Mandirituba, região de São José dos Pinhais, na província do Paraná. Francisco tinha aproximadamente 20 anos de idade quando foi preso na cadeia de Guarapuava, suspeito pelo desaparecimento de seu amo. Os outros dois acusados, Ínia, que fazia serviços de costura e serviços domésticos para Joaquim Pires Franco, uma moça de aproximadamente 20 anos de idade, proveniente da província do Rio de Janeiro, assim como o também acusado José, que veio de Paraty, também localizada na Província do Rio de Janeiro. A princípio, Francisco e Ínia acusam José pelo sumiço de Joaquim Pires Franco, pois podemos perceber através de seus depoimentos que José escravo, fora com seu senhor nos rincões do sítio denominado Bananas, de propriedade de Franco e iriam ficar alguns dias alocados no paiol do sítio para fazerem alguns serviços. Através dos depoentes, descobrimos que José saiu com Joaquim Franco com algumas ferramentas, comidas e



alguns cães. A escrava Ínia alegou que José voltara sozinho alguns dias depois acompanhado somente dos cães. Interessante o primeiro depoimento do escravo José, no qual ele acusa seu companheiro de lavoura, o escravo Francisco pelo sumiço de Pires Franco.

O juiz do caso, José Pedro dos Santos Pacheco, que na realidade era vereador da comarca de Guarapuava, mas serviu de juiz para o caso, mandou alguns negociantes da região que fossem com o Oficial de Justiça e fizessem o exame de corpo de delito Pires Franco, já que o mesmo encontrava-se morto e mal enterrado nas proximidades do sítio Bananas. Os negociantes fizeram ao realizar o exame de corpo de delito, jurados aos Santos Evangelhos, e encontraram junto das ferramentas que estavam ainda no paiol, um facão com marcas de sangue. José, em um de seus depoimentos alegou que conhecia a ferramenta, e que com ela teria picado fumo com mais tarde. O juiz não se convenceu da explicação de José sobre o caso, realmente parecendo muito confusa na descrição oficial de Eugênio de Santa Maria – o escrivão do processo crime -. José Pedro dos Santos Pacheco, perguntou o porquê de José utilizar um instrumento de tão grande porte somente para picar fumo. José respondeu que o facão estava mais próximo dele, por isso aproveitou a disposição do instrumento. O juiz continuou o longo interrogatório com o acusado José, descobrindo que o réu ficara com seu senhor somente um dia no mato, e que José não contara essa versão do crime, “visto que elle queria ter certeza do assassinato.” Os negociantes trabalhando como peritos tinham a certeza que a morte foi causada por um instrumento contundente, e que o homicídio não foi realizado por afogamento, incêndio ou envenenamento. No início de setembro de 1866, o juiz de Direito José Pedro dos Santos Pacheco ordenou a nomeação do Curador dos escravos indiciados, responsável por atuar como defesa dos mesmos, e amparando-os na forma da lei. O Curador foi uma figura que surgiu para a defesa dos réus escravos nos julgamentos das sentenças. Seu papel era utilizar as brechas das leis para aliviar a pena dos insurretos, sediciosos ou criminosos. Para auxiliá-lo no julgamento de culpa dos réus, o juiz de Direito selecionou testemunhas para que pudessem depor contra os escravos indiciados. A primeira testemunha era Eduardo Pedroso da Silva, um pedreiro, casado, natural de Antonina no Paraná, que “aos costumes disse nada”, ou seja, não tinha vínculo de parentesco com nenhum dos réus.

A segunda testemunha, Manoel José de Campos, de vinte e cinco anos de idade, também casado, lavrador assim como os escravos, natural de Sorocaba-SP, indagou que José matou seu senhor Joaquim Franco com um porrete na cabeça, e que o próprio escravo lhe contou. O assassinato teria ocorrido no período da tarde, e o motivo foi o excessivo trabalho que Joaquim deu a José. O senhor pediu para que o escravo encontrasse uma abelheira, num prazo de duas horas, e por isso Joaquim deu algumas bordoadas em seu empregado. Nesse ínterim, José encontrou um porrete e feriu mortalmente Joaquim Pires Franco. O juiz deu a palavra de defesa ao próprio escravo, que confirmou o depoimento de Manoel como sendo legítimo.

Mais uma testemunha, Procópio Frederico Cardoso, pedreiro, morador da villa Guarapuava, com trinta anos, casado, não tinha nenhum vínculo parental com algum dos réus. Procópio, assim como as outras testemunhas acusou José pela morte de Pires Franco. A versão é muito parecida. José acertou Franco com um porrete, após seu senhor dar um tapa no escravo, além de prometer um severo castigo. Em seu comentário acerca do caso, Procópio disse que sabia que não havia cúmplices e mais ninguém por perto, e que José confessara o crime para Procópio, na própria porta da cadeia. Mais uma vez José confirmou o depoimento da testemunha.

Interessante que no decorrer dos depoimentos das testemunhas do caso, tem-se a versão de o escravo José confessara o crime para os depoentes. Mas por que confessou, sendo que a princípio



havia feito de tudo para culpar seu colega de trabalho – levando-nos a crer que sabia que o que fizera era totalmente errado e haveria uma punição exemplar pelo mal que fez? Para RIBEIRO (2005) muitas vezes os cativos criminosos confessavam, pois acreditavam que através da confissão, poderiam ser absolvidos:

O chefe de polícia, Eusébio de Queiroz, em seu relatório acerca dos oito homicídios julgados na Corte, durante o ano de 1843, comentou “a morte do feitor de Jorge Mocke ao sair da fazenda em Jacarepaguá; dois escravos, que até confessaram, só porque se retrataram, foram absolvidos. O juiz de Direito apelou, por entender, que a decisão fora contrária à evidência, e inda pende essa questão.” (RIBEIRO, p.558, 2005).

No caso de José não será possível saber o porquê de ele confessar o crime. Não é possível sabermos se o cativo tinha a noção da possível absolvição através da confissão, nem mesmo por qualquer outro motivo, como foi a falta de alimentação, uma real tortura no caso citado por RIBEIRO (2005: p.558) em que um escravo chamado Manoel Cabra só confessou o crime porque o deixaram sem comida até a data do seu terceiro interrogatório.

A tortura, talvez, tenha sido antes uma ameaça: para que a confissão fosse obtida, ameaçavam com tortura. Nos rincões mais afastados do sertão brasileiro, vez por outra, seria empregada. Tortura feita pelos parentes das vítimas, extorquindo confissões extrajudiciais, diante de testemunhas que depois iriam depor depois que ouviram o réu confessar. (RIBEIRO, p.561, 2005).

Inclusive a fome, foi um dos motivos do porquê José assassinar seu senhor com duas porretadas na cabeça. Segundo o escravo, Joaquim Pires Franco não alimentava direito seus escravos. Fato esse, confirmado pelas próprias testemunhas do caso que ao interrogatório do juiz responderam. José, minutos antes do assassinato clamou ao seu senhor que o vendesse, ao que Franco respondera que seria mais fácil ele ir para o inferno do que vender José. Esse foi o estopim para que José mandasse ver duas porradas em Joaquim, matando-o na hora.

Julgado pelo artigo primeiro da Lei de 10 de junho de 1835, o destino de José seria a força, não tivesse sido morto de *phtisica pulmonar* na cadeia de Curitiba algum tempo depois.

Outro caso que merece atenção em Guarapuava, ocorreu em 1885, na área urbana da já elevada a cidade, em que Joaquim Silvestre, também senhor de escravos da região, arranjara confusão com o escravo Dima de propriedade do Capitão Pedro Alexandrino de Araújo, prometendo matar o escravo. O motivo? Dima queria casar-se com uma de suas escravas. Ocorreu que Joaquim Silvestre atirou em Dima, não sendo possível, através do processo crime, sabermos se o tiro ocasionou a morte do escravo. Não foi possível sabermos também, se Joaquim Silvestre e Dima tinham rixas anteriores à questão do casamento entre a sua escrava, e seu inimigo cativo. O fato é que o casamento entre escravos ora não era bem visto por parte de alguns senhores de escravos, já que os recém nascidos da união eram encarados muitas vezes, como custos de manutenção para o proprietário dos escravos, interferindo nos processos de trabalho dos cativos, e interferindo, conseqüentemente nas questões econômicas do patrão, conforme apontam FLORENTINO e GÓES (1997). Candido Guilherme Frederico, de cinquenta anos de idade, alfaiate de profissão, também natural de São Paulo, ouviu por cerca de oito horas da noite um tiro, e que segundo Lucidio Alves, a segunda testemunha, o tiro foi disparado por Joaquim Silvestre contra o escravo Dima, mas que “não offendeo”, nos levando a hipótese de que Dima escravo não faleceu com o tiro. Joaquim Alves



de Oliveira, outra testemunha, de quarenta e um anos de idade, lavrador na cidade de Guarapuava, disse que no dia 14 de novembro, estava andando a passeio e ouviu um tiro. Em seguida, perguntando a um escravo [de nome ilegível] sobre quem disparou, recebeu a resposta de que o tiro havia sido efetuado por Joaquim Silvestre. Ao todo foram cinco testemunhas que alegaram sendo o tiro disparado por Joaquim Silvestre contra o escravo Dima. O processo criminal, pequeno, de sete páginas, foi arquivado e não foi possível por meio dessa fonte saber o que realmente aconteceu com Dima e com Joaquim Silvestre na posteridade.

Considerações Finais

Qual foi a ineficácia da lei, como sugeriu o título deste texto? Tivemos na história do Brasil a Lei de 10 de Junho de 1835, em seu artigo primeiro, o qual levou à forca uma leva grande de escravos em todo o território luso-brasileiro. Este artigo nos diz:

Serão punidos com a pena de morte os escravos, ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente, ou fizerem qualquer outra grave ofensa física a seu senhor, sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, ao administrador, feitos e às mulheres que com eles viverem. Se o ferimento, ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites, à proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes. (RIBEIRO, p.67, 2005).

José, sabendo ou não das conseqüências matou Joaquim Pires Franco no ano de 1866, e como a Lei de 1835 estava em vigência, foi culpado através de sua própria confissão, por meio do auxílio de testemunhas e peritos que analisaram o corpo do infeliz senhor de escravos que até então residia em Guarapuava. Era a lei vigente, ela foi aplicada, por mais que consistisse em retirar a vida de alguém. Como comentei anteriormente, o crime foi confirmado pelo próprio réu, e não haveria nenhum constrangimento em aplicar a pena. Mas no caso de 1885? Joaquim Silvestre, logicamente não seria julgado pela Lei de 10 de Junho de 1835, mas no Império do Brasil tínhamos um Código Criminal feito exclusivamente para aplicar a pena em criminosos. O Código é elitista por não aplicar as possíveis penas à tentativa de homicídio no escravo Dima. Não cabe ao historiador criar hipóteses acerca do passado, mas fica a análise da falha das leis no processo arquivado, pois os artigos 201 a 206 desse mesmo Código Criminal presente na Seção IV: Ferimentos, e outras ofensas físicas, diz que:

Art.201. Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra offensa physica, com que se cause dôr ao offendido. Penas - de prisão por um mez a um anno, e multa correspondente á metade do tempo. Art. 202. Se houver, ou resultar mutilação, ou destruição de algum membro, ou órgão, dotado de um movimento distincto, ou de uma função especifica, que se pôde perder, sem perder a vida. Penas - de prisão com trabalho por um a seis annos, e de multa correspondente á metade do tempo. Art. 203. A mesma pena se imporá no caso, em que houver, ou resultar inhabilitação de membro, ou órgão, sem que contudo fique destruido. Art. 204. Quando do ferimento, ou outra offensa physica resultar deformidade. Penas - de prisão com trabalho por um a tres annos, e multa correspondente á metade do tempo. Art. 205. Se o mal corporeo resultante do ferimento, ou da offensa physica produzir gravo incommodo de saude, ou inhabilitação de serviço por mais de um mez. Penas - de prisão com trabalho por um a oito annos, e de multa correspondente á metade do tempo. Art. 206. Causar á alguém qualquer dôr physica com o



único fim de o injuriar. Penas - de prisão por dois meses a dois anos, e de multa correspondente a duas terças partes do tempo. Se para esse fim se usar de instrumento aviltante, ou se fizer ofensa em lugar público. Penas - de prisão por quatro meses a quatro anos, e de multa correspondente a duas terças partes do tempo.

A denúncia feita pelo Inspetor de Quarteirão em novembro de 1885, tendo algumas testemunhas que teceram comentários legitimando a origem do disparo por arma de fogo, não teve efeito nenhum a partir do processo criminal. Não há sequer questionamentos do proprietário do escravo Dima, pois Joaquim Silvestre ferira a propriedade alheia. No início deste texto comentei que o processo crime é uma das únicas fontes em que é possível perceber a voz do escravo, mesmo que haja o intermédio de outra pessoa, que nesse caso é o escrivão do processo. No processo crime que consta Dima como vítima, também localizado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual do Centro Oeste e da Prefeitura Municipal de Guarapuava, não há o depoimento da vítima, se considerarmos que o tiro não o levou à morte.

Agradecimentos

À equipe do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual do Centro Oeste e da Prefeitura Municipal de Guarapuava; à professora Terezinha Saldanha, pela orientação do trabalho, ao professor Milton Stanczyk Filho, ao professor Tiago Bonato, e ao professor Marcelo Silva, todos do Departamento de História da UNICENTRO.

Referências

- FERRARINI, S. *Escravidão Negra na Província do Paraná*. Curitiba: Lítero Técnica, 1971.
- FERREIRA JUNIOR, F. *A Prisão Sem Muros: Guarapuava e o Degredo no Brasil do Século XIX*. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.
- FLORENTINO, M; GÓES, J.R. Da Guerra e da Paz Entre os Escravos. In: *A Paz nas Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico no Atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- PINTO, L.R. *Sobre a Arte de Punir no Código Criminal Imperial*. XIV Encontro Regional da ANPUH - Rio. Memória e Patrimônio, de 19 a 23 de Julho de 2010, p.8. Disponível em: <www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276652470_ARQUIVO_SobreaartedepunirnoCodigoCriminalImperial.pdf>.
- REIS, J.J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RIBEIRO, J.L. *No Meio das Galinhas as Baratas Não Têm Razão – A Lei de 10 de Junho de 1835 – Os Escravos e a Pena de Morte no Império do Brasil – 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- SCHWARTZ, S. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ST Política, poder e instituições



REGIONALISMO E ELITES LOCAIS: APROPRIAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS

Jonathan Marcel Scholz

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da UEM.

E-mail: johnnypeavy@hotmail.com

Resumo: Propôs-se no presente trabalho uma análise histórica e historiográfica de um caso datado. Nesse meio, instigou-se a pensar como as elites dirigentes dos municípios de Chopinzinho, São João e São Jorge D'Oeste forjaram suas identidades políticas, culturais e sociais no sudoeste paranaense da década de 1960. Partindo do fato de que tais municípios foram emancipados politicamente na “onda imigratória” sulista das décadas de 1950 e 1960, entende-se que existe uma cultura política comum entre os representantes públicos dos referidos municípios, já que os mesmos partilham afinidades culturais, postulados, motivações, crenças e costumes afins, por serem oriundos, sobretudo do Rio Grande do Sul. A partir da noção do conceito de cultura política elaborado pelo historiador francês Serge Berstein e da ideia de região teorizada pelo historiador brasileiro Durval de Muniz Albuquerque intenta-se cruzar e dinamizar as reflexões sobre a legitimação política e ideológica de territórios em duas escalas: 1º num contexto mais amplo há a tentativa por parte das elites sudoestinas de legitimar e consolidar o sudoeste paranaense enquanto “região” e 2º em um plano microrregional: Envolvem disputas pela posse de distritos e comunidades entre Chopinzinho, São João e São Jorge D'Oeste no período. Tal análise é um recorte temático e faz parte de um trabalho maior que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa em Política e Movimentos Sociais, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) iniciado em 2012.

Palavras-chave: Região; poder; território; cultura política.

É consenso, principalmente para historiadores e políticos, que a memória é um elemento fundamental para legitimar e dar coesão as identidades políticas e culturais dos grupos sociais. Lembrar e forjar estórias dos antepassados - que sempre são corajosos, guerreiros, astutos e que honram a sua terra e região – é indispensável para consolidar a identidade de um povo.

Perto da abertura das comemorações que integram a semana Farroupilha, evento tradicional dos sul-rio-grandenses, no qual supostamente comemora-se as implicações políticas, sociais e econômicas causadas pela Revolução Farroupilha em meados do século XIX (1835-1845), vê-se claramente a atuação da memória. Entende-se que lembrar da proclamação da República Rio-Grandense, desafiando o poder imperial brasileiro naquele momento (e que dá um tom de rivalidade com a comemoração da Independência brasileira), é digno de lembrança e que mostra a força do seu povo e estado. Esse evento os diferencia dos “outros”, é uma questão de alteridade.

No entanto, essa identidade sul-rio-grandense não foi construída somente dentro de suas fronteiras territoriais.* Ela foi reforçada e (re)construída quando os gaúchos migraram para outros territórios. Esse é o caso da “onda imigratória” sulista que desembarcou principalmente nas décadas de 1950 e 1960 no sudoeste paranaense em busca de terras férteis para plantio e retirada de madeira (WACHOWICZ, 1987).

A atuação dos imigrantes gaúchos foi fundamental nesse processo. Vale pensar que, juntamente com os imigrantes catarinense (em número menor), tais pessoas vieram lentamente, mas em número contínuo para o sudoeste no século XX, espaço que até então era habitado por caboclos

*É notável dizer que aqui se defende a ideia de que as fronteiras são representações plurais, e não estáticas e imóveis como representam os limites geográficos. Ou seja, as fronteiras são fluídas, onde ocorrem contatos sociais, políticos e culturais. Ver mais em: BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.



“paranaenses” e índios em determinados pontos.

A influência desse movimento migratório é tão significativa que o mesmo é responsável por mudar e transformar o ambiente e o cenário sudoestino nos mais diferentes tons. Tons culturais, políticos, sociais e econômicos.

Nesse meio, defende-se que, de certa maneira, tais colonizadores sul-rio-grandenses formavam e mantinham uma cultura política. Isso quer dizer que os mesmos partilhavam afinidades culturais, postulados, crenças e costumes, por serem oriundos sobretudo de um mesmo espaço e território. No entanto, de maneira nenhuma se quer sustentar que todos os gaúchos eram “iguais” e defendiam as mesmas opções políticas ou ideológicas. De jeito nenhum.

Contudo, os imigrantes gaúchos que se encaminharam para o sudoeste paranaense vêm com as mesmas motivações e perspectivas de vida e futuro. Esse êxodo é um processo complexo, mas que psicologicamente une todos os sul-rio-grandenses nas suas conformidades e estímulos de prosperar em um espaço alheio ao seu lugar originário.

Para além da identidade comum, dos elos culturais que os unem, na sua grande maioria, esses imigrantes são homens e mulheres que tem como atividade profissional a agricultura (que não deixa de ser um aspecto cultural também). Esse é um fator a mais para harmonizar e unir os gaúchos que colonizaram o sudoeste paranaense, já que uma mesma categoria profissional estabelece padrões, similitudes e objetivos comuns.

O historiador francês Serge Berstein, ao reiterar que “a verdadeira aposta está em compreender as motivações que levam o homem a adoptar este ou aquele comportamento político” (BERSTEIN, p. 359, 1992), afirma sobre a cultura política que:

A hipótese das investigações sobre a cultura política é que esta, uma vez adquirida pelo homem adulto, constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas em função da visão do mundo que traduz. O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da acção futura, retira sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenómeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenómeno coletivo, partilhado por grupos numerosos. (BERSTEIN, p. 359, 1992).

Pode-se entender acerca de tais considerações que a cultura política é um elemento determinante do complexo comportamento humano, e ela informa, através das escolhas, posturas ideológicas e políticas do homem, a visão de mundo que ele traz consigo. Ao passo que seu estudo pode determinar as experiências vividas e ser fundamental nas ações futuras dos homens, a cultura política legitima sua dupla função, que é ser um fenómeno individual interiorizado pelo homem e demonstrar seu carácter coletivo, partilhado por grupos numerosos que comungam dos mesmos interesses e ideais.

Nessa perspectiva, nota-se que tais atores foram fundamentais no processo de consolidação política do sudoeste paranaense. O surgimento, a emancipação política e a estabilização de novos e variados municípios demonstram parte desse processo.

Analisemos a situação em um prisma microrregional. O município de Chopinzinho foi emancipado politicamente em 1954. O município de São João, antes distrito administrativo, emancipou-se de Chopinzinho em 1960. Já São Jorge D’Oeste, desmembrou-se de São João em



1963. Ou seja, a partir da emancipação política de um município, em pouco tempo, são estabelecidas três municipalidades.

Assim, entende-se que inicialmente, essa cultura política sulista foi responsável por criar uma elite dirigente. Os colonos brancos, descendentes principalmente de alemães e italianos foram os encarregados diretos para administrar esses novos municípios. Uma hipótese que reforça esse panorama é pensar que Chopinzinho foi uma colônia militar, a Colônia Militar do Chopim, criada por ordem do imperador D. Pedro II, em 16 de novembro de 1859 pelo decreto n.º 2.502 (RAMOS, p. 77, 2006). Isto é, o que seria o município de Chopinzinho atualmente era habitado por caboclos e militares a praticamente um século mas a emancipação do município se dará somente em 1954, no auge da migração gaúcha e catarinense para o sudoeste paranaense (WACHOWICZ, 1987, p.140).

Contudo, as emancipações políticas de São João perante Chopinzinho e São Jorge D'Oeste diante de São João denotam a fragmentação da estrutura elementar dessa cultura política. Os preceitos culturais, os postulados identitários continuam os mesmos, porém, os interesses políticos, econômicos e sociais mudam. Isso porque, esses dois municípios forjam suas próprias elites dirigentes com as devidas emancipações. A “bagagem cultural” dos atores políticos não é suficiente para manter os distritos de São João e São Jorge D'Oeste sob domínio chopinzinhense e sanjoanense respectivamente.

A partir desse contexto, a disputa pela legitimação de territórios entre os três municípios ficou estampada na década de 1960. Alguns distritos e comunidades que até então pertenciam a Chopinzinho ou São João, com as emancipações políticas de São João e São Jorge D'Oeste, são alterados administrativamente. Isto é, por exemplo, um distrito que pertencia a Chopinzinho, com o desmembramento de São João, passava a pertencer a este segundo. Ocorre uma justificação jurídica para tal fato, no entanto, não há uma legitimação social para essa mudança, já que muitas comunidades mantêm uma forte identificação com suas antigas cidades mantenedoras.

Desse modo, esse processo culminará em um contexto litigioso, no qual serão realizados vários plebiscitos para definir o pertencimento político e territorial de alguns distritos e comunidades (SCHOLZ, 2010).. Devido a isso, essa microrregião será reconfigurada de maneira política, social e territorial na década de 1960.

O Sudoeste dos gaúchos

Se nos municípios de Chopinzinho, São João e São Jorge D'Oeste, os sul-rio-grandenses (e catarinenses) desempenharam papel determinante nas emancipações políticas, formando inclusive as elites dirigentes, no sudoeste paranaense de forma ampla e geral não foi muito diferente. Uma pesquisa rápida mostra a influência dos gaúchos na formação das maiores cidades sudoestinas e conseqüentemente do seu corpus administrativo.

Para reforçar essa ideia, o jornal com nome sugestivo “A Integração” publicou em 1974 um artigo afirmando que, “O forasteiro que for gaúcho, em Pato Branco encontra uma série de regalias. Desde a não cobrança da corrida de táxi até grandes facilidades para fazer negócios.” (A OFENSA, 1974, p.21). Isto é, situações como essas justificavam a entrada e expansão de sul-rio-grandenses por todas as esferas da sociedade sudoestina, inclusive para a formação das elites políticas. Nota-se que essas “regalias” legitimarão o *status quo* dos gaúchos no sudoeste paranaense.

Compreendendo assim que os sul-rio-grandenses foram os principais atores políticos do sudoeste paranaense, pelo menos a partir de fins da década de 1940 e, sobretudo nas décadas de



1950 e 1960, nota-se que existe nesse momento, a partir dessa consolidação gaúcha no território referido, uma preocupação em legitimar o espaço ocupado. Devia-se construir uma identidade ao sudoeste paranaense e digamos, “colocá-lo no mapa”.

Nesse contexto, a vinda dos imigrantes sulistas para o até então “desconhecido” sudoeste paranaense foi estimulado pelo discurso oficial de Getúlio Vargas. Querendo proteger esses territórios do assédio paraguaio e argentino, Vargas decretou a povoação desses “espaços vazios”, desconsiderando a existência de índios e caboclos. Wachowicz argumenta que:

Uma das muitas providências tomadas por Getúlio no caso, foi enviar ainda em 1931, o Sr. Zeno Silva para percorrer in loco a região. De volta a Curitiba, preparou um relatório ao governo federal, sobre suas observações. Concluiu o mesmo afirmando que por deficiências do governo do Paraná, a região ficou em abandono e que no momento cumpria ao governo federal a tarefa de nacionalizar o oeste. (WACHOWICZ, p. 114, 1987)

Nesse sentido, a criação do Território Federal do Iguazu em 1943 e o desenvolvimento de Companhias Colonizadoras no oeste/sudoeste paranaense e oeste catarinense, como a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Ozório) foram as medidas adotadas pelo governo getulista para nacionalizar e “civilizar” esses espaços.

Todavia, essa colonização deveria seguir algumas pautas e critérios. A principal delas, como já foi ressaltada, é que a povoação deveria ser realizada prioritariamente pelos colonos da terra natal do presidente Getúlio Vargas (Rio Grande do Sul). Aliás, mais do que o nascimento no extremo-sul brasileiro, o conterrâneo do presidente que viria para o sudoeste paranaense precisaria se enquadrar no seguinte modelo: gaúcho branco e descendente de europeus, principalmente alemães e italianos.

Este é o estereótipo de sul-rio-grandense que se busca para firmar raízes no território sudoestino. Com sua vinda, ele se auto intitulará pioneiro, e assim, será o responsável por criar uma identidade para esse espaço. Nesse caso, procurar-se-á legitimar o sudoeste como terra de brancos, gaúchos e descendentes de alemães e italianos.

Por outro lado, ao passar dos anos, com as emancipações políticas de inúmeros municípios e com a consolidação dos mesmos no cenário regional - marcadamente influenciados por uma “bagagem cultural” sulista – as elites políticas sudoestinas tentam validar e obter reconhecimento do sudoeste paranaense enquanto “região” autônoma do Paraná. Procura-se legitimar a noção de região.

Desta forma, o interessante é perceber que fomos acostumados a ver as várias regiões de uma forma a priori. Ou seja, como se elas sempre estivessem lá, o norte, o sul, o sudeste, o nordeste e outras inúmeras determinações espaciais. Aliás, aqueles espaços sempre estiveram lá, o que mudou é como os homens os chamaram, os definiram e os entenderam. Nessa discussão, Durval Muniz de Albuquerque reflete que:

A região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a-histórico, como um referente identitário que existiria per si, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico. A história ocorreria na região, mas não existiria história da região. A história da região seria o que teria acontecido no interior de seus limites, não a história da constituição destes limites. (ALBUQUERQUE, p. 55, 2008)



Assim, entende-se que é necessário e fundamental problematizar o conceito de região. Isso porque, o sudoeste entendido enquanto região ganhou tal status de reconhecimento durante a colonização gaúcha em meados do século XX. No entanto, a impressão que se dá é que o sudoeste como definição espacial sempre existiu. Mas não, antes esse espaço era conhecido principalmente por campos de Palmas. Essa diferença implica em ações, na elaboração de diferentes discursos e ideias norteadoras de interpretação do espaço.

Entende-se dessa forma, que o sudoeste é uma construção. Construção humana encabeçada pelos sul-rio-grandenses. Albuquerque pensando na origem do termo região ainda reitera que:

A palavra região remete, pois, a comando, a domínio, a poder. A região é um espaço sob um dado comando, sob um dado domínio, um espaço regido por alguém, governado por alguma força (...) a região é um espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares.(ALBUQUERQUE, p. 57-58, 2008).

Por conseguinte, para justificar e sustentar essa ideia de sudoeste ocorreu a importação de hábitos, costumes, ideias e visão de mundo dos imigrantes gaúchos que formaram inclusive as elites dirigentes sudoestinas. No poder, legitimar uma cultura é muito mais fácil. Assim, no sudoeste houve em grande medida, a tentativa de recriar um novo Rio Grande Sul. Sinteticamente e de maneira bem atual, vale pensar na força que velhos hábitos gaúchos ainda mantêm no sudoeste. A criação de CTG's (Centro de Tradições gaúchas), a prática do chimarrão, churrasco e a torcida em massa pelos times futebolísticos do Rio Grande do Sul confirmam essa influência.

Considerações finais

Dessa maneira, evidencia-se que a colonização gaúcha no sudoeste paranaense, incentivada em grande medida por Getúlio Vargas e que priorizava a vinda do elemento branco, sul-rio-grandense, descendente de alemão ou italiano para esses espaços “vazios” teve dois objetivos centrais. Visava em primeiro lugar proteger e salvaguardar os territórios da influência argentina e paraguaia nas regiões de fronteira do Paraná. Em segunda instância, concomitantemente, pretendia “civilizar” esse espaço com sangue europeu. O colono com essas características seria o adequado para construir a história desse ambiente.

Nesse rol, esse êxodo gaúcho vai desenvolver-se a partir do início do século XX e alcançará seu *boom* principalmente nas décadas de 1950 e 1960, quando alterará completamente a dinâmica política, cultural, social e econômica desse espaço.

Formando as elites dirigentes de forma quase unânime dos municípios sudoestinos que foram se emancipando politicamente naquele momento, os sul-rio-grandenses através de uma *cultura política*, estabeleceram sua visão de mundo, perspectiva de futuro, noção de ideais culturais a serem seguidos nessa nova sociedade que estava sendo formada. O plano getulista estava funcionando.

Por outro lado, num plano microrregional quis-se demonstrar como essa cultura política era plural e ampla, já que vai se fragmentando aos poucos com o desmembramento político de São João



perante Chopinzinho e de São Jorge D'Oeste sob domínio político de São João. A “bagagem” cultural persiste, porém os interesses políticos, econômicos e sociais são diferenciados com a atuação das novas elites políticas desses municípios emancipados.

Finalmente, amarrando essas problemáticas, analisou-se como as elites políticas sudoestinas forjaram a noção de região. Ou seja, como a ideia de sudoeste foi construída por esses atores. Desse modo, notou-se que o sudoeste foi o espaço de transmissão da memória sul-rio-grandense. Tentou-se recriar ou no mínimo, copiar o ambiente dos pampas gaúchos em território paranaense, legitimando para isso os hábitos, costumes, ideais e crenças oriundos e trazidos do Rio Grande do Sul.

Agradecimentos

Deve-se reiterar aqui o apoio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e em especial, do prof^o Dr. Reginaldo Benedito Dias, como orientador da pesquisa de mestrado que aqui está se desenvolvendo.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. *O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Revista Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/62/72>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- PEGORARO, I.A. A influência gaúcha na política do sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos Antônio et al. *História: tradições e memórias*. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2011.
- RAMOS, G.C.P. A formação do território de Santa Catarina com base na concessão de terras públicas. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, área de Cadastro e Gestão territorial. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/15531/235992.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- WACHOWICZ, R.C.. Paraná, *Sudoeste: Ocupação e colonização*. 2^a ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.



A FÊNIX RESSURGIDA: OS DEBATES POLÍTICOS ACERCA DA LEI DE REFORMA AGRÁRIA NO PERÍODO MILITAR*

Carmem Lúcia Gomes De Salis

Professora do Departamento de História da UNICENTRO. E-mail: clsalis@uol.com.br

Resumo: Em novembro de 1964 foi aprovado o Estatuto da Terra, lei que definia várias questões latentes no contexto político nacional. Dentre elas figurava a possibilidade de se realizar a mudança da estrutura agrária do país. A *obstinação* de Castello em organizar um conjunto de leis que permitisse a realização da reforma agrária, a despeito do fortalecimento dos anti-reformistas, ultrapassava o argumento da manutenção do poder. Isso porque sua iniciativa ao invés de aglutinar apoio político, acabou estilizando ainda mais uma base aliada frágil no que tange às propostas reformistas e porque já congregava em seu interior interesses políticos diversos. Neste sentido a pesquisa buscou analisar os discursos do General Castello Branco, bem como dos parlamentares no período de 1964 a 1966, objetivando evidenciar as tensões políticas que envolveram as discussões acerca da aprovação do Estatuto da Terra de 1964.

Palavras-chave: Estatuto da Terra; Discursos Parlamentares; governo Castello Branco.

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca dos debates gerados na imprensa, principalmente no jornal *O Estado de São Paulo* e nos discursos parlamentares acerca da proposta do governo em sistematizar uma lei de reforma agrária para o Brasil, denominada Estatuto da Terra. Tal proposta, gerada no interior do primeiro governo militar por um grupo de estudiosos e técnicos da questão agrária, reacendeu uma série de debates acerca da questão da necessidade da realização da reforma agrária no primeiro governo militar.

Nos primeiros meses do governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), novamente a reforma agrária emerge como um dos temas centrais dentro da agenda do governo. Para muitos era um tema inconveniente e que a “revolução de março”, teoricamente, teria garantido, em boa hora, sua superação, juntamente com o perigo de uma ditadura comunista, tratava-se de tomar as rédeas da situação, vista como ameaçadora.

Tem sentido, neste caso, a perplexidade que causou a retomada, pelo Executivo, e justamente por ele, do tema. Segundo Campos “*é fácil imaginar as paixões despertadas pelo tema da reforma agrária. Castello Branco foi bombardeado com cartas, exortações e ameaças dos mais variados setores [...]*” (CAMPOS, 1994, p.691).

A oposição sofrida pelo governo, por parte dos mais variados setores, como destacava Campos, partia de premissas equivocadas, baseadas em distorções frente a real proposta sugerida pelo governo. As primeiras críticas foram impulsionadas pelas declarações do Presidente em favor da reforma agrária e da constituição de um grupo específico para elaborar as diretrizes dessa mesma reforma, ignorando sumariamente os projetos que se encontravam emperrados no Congresso desde o pré-64.

O “encastelamento” da proposta no interior do governo deu início a uma série de especulações, resultando, aliás, no contrário do objetivado pelo Presidente. O clima de desconfiança era alimentado pela ausência de informações oficiais sobre a matéria. Nos jornais e documentos da Câmara e Senado, emergiam questões sobre a necessidade de uma reforma agrária ou sobre o teor dessa reforma agrária. Essas especulações foram prematuramente, segundo o governo, levadas a

*Este trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa Isolado intitulado: “A Fênix Ressurgida: a Reforma Agrária no Governo Castello Branco (1964-1967)”.



público, pois o vazamento da proposta, ainda incompleta, ajudou a acirrar sobremaneira o debate.

Então, a primeira fase oposicionista a proposta do Estatuto da Terra caracterizou-se pela especulação quanto às intenções do governo, por vezes permeada de ameaças veladas que buscavam salientar os prováveis “desvios” do presidente com relação aos ideais da “Revolução” de março, obviamente tentando demovê-lo do seu intento. As especulações tornaram-se críticas sistemáticas a partir da exposição da proposta propriamente dita, quando o governo se viu pressionado, pela repercussão ocasionada, a ampliar o debate até então restrito ao grupo responsável pela formalização da proposta.

A partir de seus pronunciamentos em favor da reforma agrária, formou-se uma opinião praticamente unânime entre os setores oposicionistas, caracterizados pelas classes patronais e por partidos políticos que atuaram de forma contundente e favorável ao golpe. Neste sentido, a crítica destacava a suposta inversão de prioridades, impetrada por parte do governo, ao defender a organização de uma lei de reforma agrária em detrimento, segundo os oposicionistas da proposta, da “verdadeira” necessidade do homem do campo, a saber, uma política agrícola que proporcionasse as condições básicas de produção, ou seja, somente com uma efetiva política agrícola o governo atingiria seus objetivos de dinamização da produção.

A esta defesa da política agrícola, vinculava-se a ideia de que antes de distribuir terra havia a necessidade de amparar os proprietários já existentes. O grande problema da agricultura brasileira não estava na estrutura agrária, mas na falta de incentivos do governo. Assim, o editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, serve para resumir o posicionamento de todos os segmentos contrários às intenções do governo.

Em nossos comentários jamais deixamos de insistir num ponto que consideramos de importância fundamental para a preservação e desenvolvimento de nossa economia: qualquer esquema de reforma agrária que venha a ser aprovado pelo governo deve repousar, não na alteração da estrutura rural existente no país, mas sim na moralização e dinamização dos órgãos governamentais de incentivo e amparo ao agricultor. Em outras palavras o que está errado no Brasil não é o sistema de repartição e aproveitamento da terra, mas sim a maneira como esse sistema é aplicado por alguns proprietários de mentalidade ultrapassada - como certos senhores de engenho do Nordeste e pela quase totalidade das repartições públicas encarregadas de apoiar sobre várias formas o lavrador. Tal é a realidade que deve presidir as discussões e os julgamentos relativos à nossa política agrária e as providências que o governo está na obrigação de adotar em benefício de nossa agricultura e de toda coletividade brasileira.

Esse nosso ponto de vista tem a seu favor inúmeras conclusões científicas e práticas de validade indiscutível, como por exemplo as freqüentes revelações de dirigentes soviéticos a respeito das dificuldades intransponíveis surgidas na agricultura dos países comunistas, onde a repartição e a exploração das terras se fazem pelo Estado sem que atente para as qualidades da pessoa humana no que concerne à posse e aos anseios de progredir e de legar. (...) Quanto a nossa situação interna, o Sr. Presidente não precisa ir muito longe para interar-se das verdadeiras causas de nossa baixíssima produtividade de nossas lavouras. Examine por exemplo, o que ocorre com os postos Mecanizados e com as Fazendas Experimentais que o Ministério da Agricultura mantém no sul do Mato Grosso. Encontrará dezenas de tratores novos paralisados há mais de ano, porque os funcionários públicos que os deveriam manter em funcionamento recebem seus salários, quer essas máquinas permaneçam imóveis ou sejam postas a trabalhar. Verificará que o número de arados mecânicos perdidos de ferrugem pela falta de manutenção daria para dobrar ou triplicar a produção agrícola dessa fértil região.



Observará, enfim, que nem mesmo os estudos mais primários para a determinação de tipos ideais de pastagem foram realizados pelos postos agrícolas do governo.

Diante de tudo isso, no mínimo deveria ser feita a seguinte pergunta: se todos esses recursos fossem aplicados com eficiência e honestidade em benefício da região, necessitaria o governo do Marechal Castelo Branco de buscar soluções novas, de conseqüências imprevisíveis, para resolver o angustiante problema rural do Sul do Mato Grosso?

Evidentemente essa pergunta é válida para todo o território brasileiro, onde os sucessivos governos da República sempre se caracterizaram pela mais completa falta de apoio aos que trabalham no amanhã da terra (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18 set. 1964).

Esse pensamento encontrava eco entre os partidos de maior representação no Congresso. Paralelamente aos editoriais, representantes do PSD e UDN, em discursos no plenário da Câmara, rechaçavam a possibilidade de uma lei de reforma agrária com base nos mesmos argumentos salientados acima. Em discurso na Câmara, um dos maiores opositores do projeto do governo dentro do PSD de Minas Gerais, o deputado Último de Carvalho, ao analisar o problema da reforma agrária no país, incitava seus pares a manifestarem-se contrariamente à proposta do governo. Último de Carvalho estimulava outros congressistas, pois, segundo ele, quanto mais pontos de divergências fossem apresentados melhor, porque isso evitaria o envio ao Congresso de um projeto eivado de defeitos. Segundo seu posicionamento,

Todos os países que levam a sério o problema da reforma agrária decidem em termos de produtividade da terra. E o minifúndio é improdutivo. Mas acontece no Brasil mais o seguinte: dos três milhões e quinhentos mil proprietários no Brasil que vivem sob esta estrutura arcaica, dois milhões possuem propriedades de menos de cem hectares. Pois esses dois milhões de proprietários estão morrendo de fome em cima da terra, esses dois milhões de homens que possuem terras precisam ser atendidos pelo Poder Público. [...] o problema crucial – propriedade da terra – não deve ser dar terras a quem não tem, porque dois milhões de brasileiros possuem pequenas áreas de terras e morrem de fome em cima delas [...] (ÚLTIMO DE CARVALHO, 24 jun. 1964).

De acordo com suas afirmações o problema da produtividade do campo não se concentrava na questão da estrutura agrária, muito menos a solução do problema estaria atrelada à distribuição de terras. A solução deveria ser colocada em outros termos, tais como, financiamento, créditos, maquinário, enfim, por estes meios tornar as propriedades produtivas (DE CARLI, 1985, p.335). Em sua argumentação seguinte, afirmava que a estrutura agrária estava ultrapassada, não pela sua configuração espacial, mas porque não tinha condições de oferecer os índices de produtividade que todos esperavam. Isso, segundo sua explanação, devia-se ao fato que o agricultor brasileiro ainda utilizava-se de instrumentos equivalentes aos que existiam “*no tempo da pedra lascada, quando se fez o machado e a chavena de pedra.*” (ÚLTIMO DE CARVALHO, 27 jul. 1964). E na continuidade do seu discurso, aproveitou para criticar abertamente os assessores diretos do governo, encarregados de organizar a lei de reforma agrária, pois, para o deputado,

Dessa forma não pode haver produtividade no país. Os demagogos querem fazer a reforma agrária em termos de agrimensura, prometendo terra para acontecer aqui como aconteceu na Rússia, onde verificada a revolução socialista, não se deu terra a ninguém, deixou o povo sem terra como era antigamente. [...] o que é preciso é começar pelo princípio, e estou certo que o eminente marechal Castello Branco vai começar é pelo princípio, não



pelo fim, por onde aqueles socialistas avançados, querem começar a reforma agrária. Vamos começar pelo princípio, vamos levar os recursos necessários para que se forme no interior o instrumento da reforma agrária, o homem. Em seguida vamos levar a produtividade ao homem do campo que já possui terras.

Das críticas à intenção do governo, entendida como equivocada, passou-se ao ataque aberto contra a figura de Castello Branco, como “traidor da vontade popular”, pois um dos motivos, segundo seus interlocutores, do apoio da população à “Revolução de Março” teria sido o malfadado plano de reforma agrária do governo anterior. Destacava que a insistência na preposição da matéria poderia tomar rumos imprevisíveis, a exemplo do que aconteceu no período Goulart. De acordo com Último de Carvalho,

[...] o presidente Castelo e o dispositivo militar que o apóia ‘são expressão da vontade popular contra um dispositivo que contraria o pensamento e os anseios da Nação’ com o propósito de assinalar que o povo brasileiro se manifesta, na sua quase totalidade, pelo respeito ao direito de propriedade e pela erradicação do comunismo.

‘Com esse objetivo é que as forças populares se levantaram e galvanizaram as forças militares para que oferecesse à Nação essa revolução salvadora’. E acrescentou, ‘não é por isso, de admitir-se que esses homens, levados ao poder com objetivos certos, esqueçam os compromissos com o povo e procurem dar-nos uma reforma agrária com base na reforma da Constituição, contribuindo para o desaparecimento do direito de propriedade sobre o qual repousa a Democracia.’

Sr. Brito Velho perguntou ao orador se uma reforma da Constituição com vistas à reforma agrária contrariará os ideais da revolução. ‘Sim, se ela abolir o direito de propriedade’ respondeu prontamente. Declarou então que ‘se vier proposta ao Congresso nos termos sugeridos pelo governo deposto, o presidente Castello provocará outro movimento armado, porque com seu dispositivo teria aderido a um dispositivo político ideológico que o povo brasileiro não permite, nem tolerará’. Longe de nós admitir que o patriota que se chama Presidente Castello Branco, fosse involuir no sentido de esquecer o seu passado, a sua revolução, para aliar-se àqueles que se apóiam em S. Excia., apóiam-no para destruí-lo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 25 jun. 1964; ÚLTIMO DE CARVALHO, 24 jun. 1964).

Se no interior do PSD, crescia uma movimentação contrária aos pressupostos do governo, na UDN suas bases regionais evoluíam na mesma direção, ressaltando a necessidade de se respeitar as decisões firmadas na convenção de Curitiba, na qual estabelecia-se um posicionamento contrário à emenda da Constituição que viabilizaria os pagamentos das desapropriações em títulos da dívida pública, bem como outros dispositivos que versavam sobre a regulamentação da posse da terra e contratos de arrendamentos. No cerne da questão estava, na verdade, a difusão de pressupostos sobre a questão da reforma agrária, que divergiam sobremaneira dos estipulados pelo presidente Castello e seus assessores. A resistência crescente dentro do partido, advinha da idéia de que, segundo Bilac Pinto, presidente nacional do partido, as primeiras informações sobre as premissas a serem incorporadas ao projeto do governo eram diametralmente opostas às formuladas pelo partido. Assim, a ideia do projeto do governo passou a ser interpretada,

[...] de um modo geral, nos setores responsáveis da UDN, como filiado à corrente socialista, preocupando-se principalmente com a fixação da massa de operários rurais no campo e com a redistribuição das propriedades. Entre os peritos udenistas na matéria, os princípios deveriam ser, ao contrário, retirar do campo os excedentes de trabalhadores rurais, fixando-os na indústria urbana, ou em serviços e atividades artesanais, e garantir a atual estrutura agrária, que vem abastecendo o país e oferecendo 85% das suas



exportações, condições técnicas e financeiras de aumentar a produtividade, com referência a uma orientação geral que assegurasse o crescimento da quota de produção exportável (CASTELLO BRANCO, 1977, p.134).

O debate realizado com base em suposições quanto a natureza do projeto do governo tomou corpo e encontrou alvo certo com o “vazamento” do ante-projeto na imprensa. A reação foi imediata. As críticas concentradas na atitude do governo em defender a reforma agrária em detrimento de uma política agrícola, somaram-se à condenação das premissas contidas no anteprojeto do Estatuto, quando não o próprio Estatuto. Portanto, o fato do anteprojeto possuir uma parte específica dedicada à política agrícola, não serenou os ânimos, pois às vésperas de ser submetido à apreciação no Congresso, deputados e senadores ressaltavam que a política agrícola deveria substituir a lei de reforma agrária.

Elias Carmo, representante da UDN de Minas Gerais resume o motivo que desencadeava a oposição dos partidos frente à perspectiva de lei de reforma agrária do governo

O tema da reforma agrária excitou de tal maneira toda a nossa população, que quase nos envolvíamos em uma terrível guerra civil, não porque houvesse uma ala que se opusesse à reforma, mas sim aos métodos ou caminhos adotados para obtenção do melhor resultado (ELIAS CARMO, 22 jun. 1964).

O deputado udenista, ao estabelecer que não havia uma ala oposicionista à reforma, procurava ressaltar que, tal como havia acontecido no governo Goulart, o governo utilizava-se do tema como ferramenta política para atingir uma “ditadura comunista”, o presidente Castello estaria invertendo as prioridades, pois afirmava que “*antes de cuidarmos da distribuição de terras do próprio Estado ou de particulares, não pensamos seriamente em uma perfeita assistência ao agricultor.*” (ELIAS CARMO, 22 jun. 1964). Nestes termos, qual a razão para incitar novamente os distúrbios conhecidos, originados da defesa de “métodos e caminhos” que, segundo sua ótica, seriam inócuos para atingir os melhores resultados?

Foi sobre essa perspectiva que visava escamotear a negação de qualquer possibilidade de alteração da estrutura agrária, que abundaram exortações contra as intenções do governo, não somente referente à emenda constitucional, mas também, sobre vários dispositivos contemplados pelo projeto. O discurso era quanto ao formato e às prioridades, mas o fato era que esses grupos não admitiam nenhuma forma de reforma agrária.

O esteio da negação da emenda constitucional era a defesa da propriedade privada. Negar a emenda significava, para os anti-reformistas, defender a propriedade privada. Para Último de Carvalho, a idéia da emenda era inaceitável, pois abalava o direito de propriedade em suas bases e, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, dizia que incluía

A propriedade como um dos direitos inalienáveis do homem, não lhe conferindo o caráter transitório, como querem os reformistas. Temo toda vez que vejo legisladores, reformistas de gabinete e, sobretudo os militares da Utopia pretenderem transformar a reforma agrária, de técnica de produtividade e do aumento progressivo da produção agropecuária, em instrumentos da realização de seus sonhos mais ou menos vagos, numa sociedade mais ou menos ideal (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20 out. 1964).



Além da oposição individual dos partidos e das classes patronais, outros setores sustentavam uma notável oposição à emenda constitucional, era o caso da Ação Democrática Parlamentar que, conforme reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, passou a emitir notas “*deixando claro a sua disposição de ‘combater medidas que a pretexto da reforma agrária importem em confisco direto ou indireto da propriedade privada’.*” Segundo a mesma reportagem, “*isoladamente, também numerosos deputados, vão afirmando sua decisão de resistir a qualquer tentativa de emendar a Constituição para dar exequibilidade à reforma agrária*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2 out. 1964).

De fato, os discursos anti-reformistas tornaram-se mais violentos e centrados no objetivo de desqualificar a legitimidade do governo Castello ao afirmar que suas reformas não passavam uma mera continuidade das reformas apresentadas pelo governo João Goulart, seria a continuidade do esquerdismo no Brasil. O discurso proferido pelo Sr. Deputado Abel Rafael do PRP resumia a opinião de muitos congressistas e ao mesmo tempo condensava o teor no qual centravam-se as críticas ao governo e à sua proposta de reforma agrária. De acordo com este,

É a mesma coisa. É só mudar o nome. Estamos vendo que os mesmos teóricos estão procurando as soluções. São os mesmos homens, acadêmicos distantes da realidade social. Diríamos que são as mesmas pessoas. Quando, por ventura vamos a algum Ministério, são os mesmos assessores do tempo do Sr. João Goulart; na SUNAB, no Planejamento, em todo lugar, os mesmos homens. Então, são as mesmas soluções que eles nos apresentavam, embora dourando-as com palavras um pouco diferentes. A história se repete.

Nos parece que o governo do Sr. Castello Branco é o testamenteiro do Governo do Sr. João Goulart que nomeou seu testamenteiro o Marechal Castello Branco. As mesmas coisas ressurgem neste Governo. Para que houve uma revolução? Foi, por ventura, contra o Senhor João Goulart, ou contra o Senhor Brizola? Por mim eu nunca me levantaria contra o Sr. João Goulart, com quem tinha boas relações, nem contra o Sr. Brizola, contra quem, pessoalmente, nada tenho, mas sim, contra as suas idéias, contra o seu esquerdismo contra o rumo que tomava a administração no Brasil.

A mim, portanto, não interessa que seja o Sr. João Goulart nem o Sr. Castello Branco. Interessa o rumo de suas idéias, interessa o esquerdismo de sua administração. E hoje, vemos com desprazer que a revolução dominante pelos seus detentores, apenas substituiu os homens, não substituiu idéia nenhuma. Então, não é uma revolução de idéias, é apenas a luta de ambiciosos que tomaram o poder para realizar as mesmas coisas que os anteriores queriam realizar.(...)Queria dizer que o governo está sem bússola e sem leme. Agora vem a reforma agrária, a mesma do Sr. João Goulart e o Sr. Brizola. É melhor mandar buscar o Sr. João Goulart e o Sr. Brizola no exílio, porque eles teriam mais autenticidade para realizar essa reforma do que o Sr. Castello Branco, que veio em nome da anti-reforma agrária (ABEL RAFAEL, 26 out. 1964).

Em meio aos embates políticos, a Emenda Constitucional, foi aprovada, em 10 de novembro de 1964, pelas mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, seguida da aprovação do Estatuto da Terra, Lei 4504, em 30 de novembro de 1964.

A persistência do governo em manter as propostas da Emenda Constitucional e do Estatuto da Terra, a despeito da intensa movimentação anti-reformista, pode ser considerada como importante indício de sua convicção acerca da necessidade da reforma agrária. Para Castello, a estrutura agrária fincada do binômio latifúndio-minifúndio constituía um obstáculo estrutural para o processo de modernização e industrialização do Brasil.



Neste sentido, o jogo de forças estabelecido revelava muitos elementos de continuidade com o período anterior. Se por um lado havia o governo elegendo um determinado tipo de reforma agrária como elemento essencial ao processo de desenvolvimento do país, por outro havia um movimento anti-reformista, utilizando-se dos mesmos argumentos do pré-64 para refutar a ideia da reforma agrária.

Mas se não havia uma esquerda atuante, elemento que justificava, na visão desses, a permanente “vigília” geradora de toda sorte de obstrução com a qual o tema foi abordado, então o que lastreava a intensa oposição ao tema no período pós-golpe? Em verdade, o que estava na raiz do problema era o significado simbólico construído em torno do próprio tema. A *Reforma Agrária* necessariamente era tida como sinônimo do fim da propriedade privada ou fim do poder representado por esta. Desta feita, o que impulsionava o movimento oposicionista era a tentativa de barrar qualquer lei que, de certa forma, possibilitasse a mudança da estrutura agrária, configurando-se em uma ameaça a propriedade privada. Pouco importava se a reforma pretendida pelo governo tinha teor capitalista, explicitada em sucessivas reuniões com as bancadas partidárias e associações de classe, cujo discurso apontava para a preservação da propriedade produtiva.

Isso porque para a oposição, a ideia centrava-se na perspectiva de que o desenvolvimento rural, especificamente, e do país de uma forma geral, não necessariamente teria que vir precedido de mudanças na estrutura agrária do país. Como destaca Bruno, obstáculo não significava, propriamente, antagonismo (BRUNO, 1997, p. 109). E os militares contrários ao reformismo de Castello, que desde o início das discussões fizeram uma oposição velada no que se refere à lei do Estatuto da Terra, partilhavam desde mesmo princípio.

A promulgação do Estatuto, sem dúvida representou um avanço, mesmo diante dos trancos e solavancos sofridos no seu processo de estruturação. Apesar de ter sido vulnerável às pressões dos que efetivamente “compartilhavam os meandros poder do político” o Estatuto conseguiu condensar os fundamentos jurídicos que tornariam possível o desencadeamento da Reforma Agrária no Brasil.

Neste sentido, o Estatuto da Terra encerrava uma etapa e ao mesmo tempo reabria uma outra. Sua promulgação encerrava as reivindicações em prol de uma lei que regulamentasse um sistema de medidas capaz de transformar a estrutura agrária brasileira. Por outro, as conseqüências de sua malfadada aplicação, ou não aplicação, alavancou o ressurgimento das reivindicações em torno da reforma agrária, com vistas à aplicação do Estatuto da Terra. Ou seja, o Estatuto da Terra, nos dizeres de Palmeira, “*tornou-se uma referência capaz de permitir a reordenação entre os grupos e propiciar a formação de novas identidades,*” (PALMEIRA, 1989, p.95) empunhando velhas bandeiras.

Referências

- CAMPOS, R. *A Lanterna na Popa: Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
CASTELLO BRANCO, C. *Os Militares no Poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
BRUNO, R. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: A Nova Face Política das Elites Agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.
DE CARLI, G. *História da Reforma Agrária*. Brasília: Gráfica Brasileira, 1985.
PALMEIRA, M. Modernização, Estado e Reforma Agrária. In: *Estudos Avançados*. n.º 7, 1989.

Fontes



Discurso do Deputado Elias Carmo, na Câmara dos Deputados, em 22 de junho de 1964.
Discurso do Deputado Último de Carvalho, na Câmara dos Deputados, em 24 de junho de 1964.
Discurso do Deputado Último de Carvalho, na Câmara dos Deputados, em 27 de julho de 1964.
Agrimensura: medição de terras.
Discurso do Deputado Abel Rafael, na Câmara dos Deputados, em 26 de outubro de 1964.
Jornal *O Estado de São Paulo*, 25 de junho de 1964
Jornal *O Estado de São Paulo*, 18 de setembro de 1964
Jornal *O Estado de São Paulo*, 02 de outubro de 1964.
Jornal *O Estado de São Paulo*, 20 de outubro de 1964.



O CORONELISMO NO BRASIL DE ONTEM E DE HOJE

Ângela Maria Moura Costa Prates

Doutoranda em Serviço Social pela UFSC. E-mail: pratesammc@gmail.com

Resumo: A importância de discutir o fenômeno do coronelismo no Brasil se faz por que apesar de sua existência oficial ter sido entre 1889 e 1930, contemporaneamente encontramos seus resquícios em todo país impactando a prática social e política. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir o fenômeno do coronelismo no Brasil e mostrar que apesar de oficialmente não existir mais, no cotidiano do cidadão continua vivo como nunca. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada para a elaboração da dissertação de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – Estado, Direito e Políticas Públicas defendida na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2011. À época de sua existência, o coronelismo possuía instrumentos de manutenção do poder, que eram o voto, a enchada e a urna. Na atualidade eles são o voto, as urnas, as câmeras e os microfones, pois muitos políticos são donos de empresas de telecomunicação, falada ou escrita. Os neo-coronéis possuem instrumentos sofisticados para continuar mantendo o seu curral eleitoral, embora a legislação eleitoral tenha sido inovada até então. As principais características da ação social coronelista são o clientelismo e o assistencialismo, que perduram de alguma forma até hoje nas intervenções estatais. São resquícios de uma época em que no Brasil o estado não tinha uma intervenção efetiva nas demandas sociais, principalmente nas demandas dos trabalhadores rurais, e, portanto, os coronéis eram as principais figuras no comando e na decisão do que fazer com as necessidades dos trabalhadores.

Palavras-chave: Clientelismo; Assistencialismo; Poder; Mídia.

Partimos do pressuposto de que o fenômeno do coronelismo no Brasil, apesar de sua existência oficial ter sido entre 1889 e 1930, contemporaneamente encontramos seus resquícios em todo país impactando a prática social e política. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir este fenômeno e mostrar que apesar de oficialmente não existir mais, no cotidiano do cidadão continua vivo como nunca, expressando-se nas práticas cotidianas, tanto política como social. Trata-se de parte de uma pesquisa bibliográfica, a qual foi realizada para a elaboração da dissertação de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – *Estado, Direito e Políticas Públicas* defendida na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2011. A pesquisa bibliográfica “[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc [...]” (SEVERINO, 2007, p.122). Neste sentido, ela “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atendo (*sic*) ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA e MIOTO, 2007 p. 02). Assim, embasados em autores clássicos como Leal (1997) e Faoro (1987), entre outros, construímos o caminho do pensamento (MINAYO, 1994) mostrando o enlace que existe entre o fenômeno do coronelismo, do clientelismo e do assistencialismo nas práticas social e política no espaço público do país até os dias atuais.

O coronelismo foi um tipo de relação oligárquica no Brasil, que nasceu em 1889, durante o governo de Campos Sales e começou a findar (oficialmente) em 1930 com o processo de modernização, crescimento industrial, expansão dos meios de comunicação e a crise do café (LEAL, 1997). O nome ‘Coronel’ era obtido da Guarda Nacional, a qual foi criada em 1931, inspirada na Guarda Burguesa. Era “[...] uma milícia civil francesa que, por meio de um grupo armado representando os proprietários da sociedade, patrulhava as ruas substituindo as forças tradicionais” (GARCIA, s/d. p. 3). Vale ressaltar que o coronelismo não foi um fenômeno novo para a época, mas nova foi a sua “[...] coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo



republicano, mas liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do império” (FAORO, 1987, p. 621). Para Leal (1997), o coronelismo, enquanto sistema foi implantado com o Federalismo pela República substituindo o centralismo imperial. “O Coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidades de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas” (JANOTTI, 1992, p. 06).

A atuação do coronelismo ocupou um espaço peculiar, sendo os municípios do interior do país, mais precisamente no âmbito rural. Leal (1997) considera o coronelismo como um fenômeno complexo e é concebido como um sistema político que envolve o poder público e o poder privado em uma relação de cunho político, ou seja, “[...] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores da terra” (LEAL, 1997, p. 40). De acordo com o autor, a história político-administrativa do Brasil sempre foi configurada por ligações entre o espaço público e o privado, onde o último se sobressai. Segundo ele, a figura do coronel estava relacionada à liderança ocupando o lugar de maior destaque, com regalias. Assim, “[...] só volta ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais freqüentemente, para fins partidários” (LEAL, 1997, p. 41). Nessa relação existe um compromisso onde “[...] os coronéis apoiam o governador, que lhes dá carta branca em seus domínios; os governadores apoiam o presidente da República, este reconhece a soberania deles nos estados” (CARVALHO, 1997, p.4). Essa estratégia de apoio mútuo para a manutenção do poder facilita para que haja “[...] uma ascendência política, econômica e social, primeiramente em nível local, podendo ir aumentando sua influência a círculos cada vez mais amplos” (JANOTTI, 1992, p. 48). Assim, em sua prática política “[...] é possível reconhecer todos os seus passos, localizando-os no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal (JANOTTI, 1992, p.11).

Nesse sentido, compreendemos que o coronel mantinha seu poder e sua figura de líder mesmo à distância. “Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o ‘coronel’, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*” (LEAL, 1997, p. 42). Entendemos que o voto de cabresto é aquele em que o candidato mantém seus eleitores presos a sua figura por algum motivo. Essa é uma prática corriqueira no Brasil, pois é perceptível ainda o uso de serviços públicos para fins eleitorais, mesmo fora de tempos eleitorais. É quando o cidadão, ao utilizar um serviço público, entende que este só lhe foi possibilitado devido à intervenção de determinado político. Com isso, este ‘coronel’, assim chamado pelo autor, passa a ter o cidadão numa espécie de cabresto, para na hora em que precisar, este esteja pronto para votar nele.

De acordo com Leal (1997), o coronel é um sujeito que tem grandes fortunas e prestígio social, e com isso consegue ter importante influência em seu eleitorado. Ele também consegue ter ao seu redor força policial, empregados, capangas e agregados para auxiliar quando necessário, pois é grande proprietário de terra e “[...] recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do regime municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre a pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe na sociedade” (FAORO, 1979, p. 621).

Os coronéis eram “Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas – foram tais ‘coronéis’ os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente



na atividade partidária dos municípios brasileiros” (FAORO, 1987, p. 622). Sendo um sujeito considerado rico, recebe apelações do trabalhador quando sua situação não é das melhores “[...] comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades” (LEAL, 1997, p. 43). Nestes casos, quando o trabalhador colhia sua plantação e ia pagar sua dívida, muitas vezes não lhe sobrava nada para passar o restante do ano, pois o preço pela compra era cobrado conforme a tabela do dia do pagamento, o que acarretava juros. É essa realidade que fez com que o trabalhador rural passasse a lhe dever favor, pois, afinal, era o ‘coronel’ quem o socorria em períodos de miséria. Isso foi criando no Brasil uma sólida cultura de tutela e favor, que favoreceu e explicou o motivo do *voto de cabresto* supramencionado, pois “[...] o coronelismo se manifesta num ‘compromisso’, numa ‘troca de proveitos’ entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural” (FAORO, 1979, p. 631).

Quando chegava o dia da eleição, o principal interessado usava de artimanhas para induzir as pessoas a votarem nele em nome da solidariedade para com a miséria em que viviam e por isso eram quem custeavam as despesas do alistamento e da eleição. “Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e ter roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento” (LEAL, 1997, p. 57).

Percebemos, dessa forma, que o voto de cabresto estava vinculado às situações econômicas e sociais de uma população, onde os chefes locais, ou ‘coronéis’, se utilizam dessas situações para satisfazer a interesses particulares. Os favores públicos vão desde arranjar empregos até oferecer suprimentos à população. Assim, entendemos o coronelismo como um sistema de “[...] reciprocidade: de um lado os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça” (LEAL, 1986, p. 63-64). Nesse sentido, Leal (1997) afirma que o coronelismo está presente no cotidiano da política do interior do Brasil e, ao mesmo tempo, está entrelaçado às relações municipais. Mesmo com as variações regionais, é possível dizer que existem alguns traços gerais a respeito deste fenômeno, pois “Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado [...]. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 1997, 40).

O coronel tinha o papel de “[...] resolver questões referentes a limites de propriedades, a herança, a pagamentos atrasados, a venda de animais, a casamentos complicados, a educação de crianças, e tantas outras que lhe aparecessem” (JANOTTI, 1992, p. 59). O coronel possuía o controle direto e indireto dos eleitores, fosse pessoalmente, ou na pessoa de algum cabo eleitoral que repassava as suas ordens (JANOTTI, 1992). Com o domínio da política e conseqüentemente das questões econômicas, aos poucos os grandes proprietários coronéis iam formando, no Brasil independente, a futura classe dominante, pois “O poder colonial não tinha braços suficientes para administrar e delegava aos chefes locais tarefas de governo ou simplesmente deixava que mandassem como bem entendessem” (CARVALHO, s/d, p.1).

Todo o interior do país possui resquícios de relações coronelistas. O Paraná é um estado onde se pode perceber isso com frequência. O coronel é uma figura que está colocada entre o governo estadual e o setor privado por uma relação política que parte desde o trabalhador rural até o



Presidente da República. Garantir votos é uma forma de perpetuação do poder dos coronéis. Eles também têm o poder de repartir os cargos públicos e os votos entre os candidatos que faziam parte da parentela, pois com isso estaria seguro e teria estabilidade na chefia política. Sob este mesmo prisma conceitual, Carvalho (1997, p. 7) menciona que “[...] os cargos eletivos de juiz de paz, vereador e senador estavam nas mãos de uma só família”. Isso pode ser verificado na trajetória histórica da política em vários municípios do estado do Paraná, inclusive Guarapuava, onde desde a época da Ditadura Militar, os ‘donos’ da política advém do mesmo grupo dominante.

De acordo com Goulart (s/d, p. 01), “[...] os coronéis paranaenses deste período controlavam os diretórios municipais pessoalmente na grande maioria das vezes, sendo seus presidentes, ou através da representação de amigos ou familiares”. No período da transição da Monarquia para a República, no Paraná, vários municípios mantiveram no poder o mesmo prefeito por vários mandatos ou familiar deste que ocupava posições de lideranças na câmara municipal bem como presidente, camaristas, chefes do diretório e também deputados. Portanto, nos municípios, onde o número de famílias se concentrava o poder econômico e o poder político, encontravam-se assim a distribuição de cargos mais elevados e, portanto, se estabelecia, assim, uma divisão poder. Havia uma organização para que fosse garantida a rotatividade no poder em prol da garantia de prestígio e “[...] ao controle das eleições, pois se houvesse algum problema local, logo o governo poderia lançar mão de outro grupo para garantia do voto dos eleitores” (GOULART, s/d, p.2). Percebe-se assim que no Paraná, ainda prevalecia o poder econômico, onde o coronel para ter prestígio no poder público precisava garantir as eleições. Fora isso poderia ser trocado pelo outro grupo, pois o que importava para o governo era a garantia de voto. Nesse enfoque ainda prevalecia a grande massa, de trabalhadores da área rural, pois ele manipulava, os votos, na garantia de se estabelecer no poder para então participarem da função do Estado Burguês, promovendo então a manutenção dos donos do poder.

A grande depressão de 1929 colocou em crise o sistema coronelístico, pois até então esse fenômeno era fortalecido pela relação entre os políticos e os grandes proprietários de terra. A partir de 1930, isso mudou, pois a economia brasileira já não era essencialmente rural, mas urbana e a industrialização deu andamento a um significativo êxodo rural (LEAL, 1997). Mas, Santos e Capparelli (2005) afirmam que o coronelismo mesmo no Governo de Vargas, quando o voto ainda era secreto não deu fim ao coronelismo político, pois este existe até os dias de hoje, mas com outro formato, um novo modelo no Brasil, o qual pode adentrar todos os espaços do país. Esta configuração política se dá no cenário das comunicações, o chamado coronelismo eletrônico, usando a estratégia da televisão. “Através dela os antigos coronéis políticos transformaram se coronéis eletrônicos que, em lugar da propriedade rural, usam agora a propriedade de estações geradoras e retransmissoras como forma de extensão dos seus poderes” (SANTOS e CAPPARELLI, 2005, p.1-2). Os chamados grandes coronéis de hoje, como cita os autores, não detém o poder por ser o grande proprietário de terra e sim detém o poder na mídia, pois estes são os proprietários de empresas de comunicação como a televisão, rádio, etc... Não sendo diferente da República Velha, pois como grandes empresários, possuem o poder econômico e, portanto dominante.

No contexto de coronelismo atual, desde o início do processo televisivo, que deu início pelo governo militar, também houve um grande fortalecimento do Estado sendo que os canais televisivos dependiam ainda do apoio e poder do governo. O coronelismo eletrônico, por não se definir como sistema político, está diretamente relacionado a compromissos recíprocos e barganhas entre os coronéis eletrônicos e os poderes federal, estadual e municipal (GARCIA, s/d). Os meios de



comunicação de massa exercem importante influência na opinião pública e isso constitui-se instrumento poderoso nas mãos daqueles que querem manter o poder. Na República Velha o voto era chamado de voto cabresto, sendo o coronel o seu controlador. Além de divulgarem os seus candidatos, também exerciam controle e apuração destes votos, e frequentemente alcançavam os resultados esperados. O coronelismo de hoje vem se mostrar, um novo modelo de influência, as câmeras e microfones, a mídia prevalecendo, a televisão e rádio “[...] onde quase que a totalidade das emissoras e retransmissoras televisivas se encontram em mãos de grandes conglomerados fortemente amarrados aos interesses do poder dominante, as informações divulgadas acabam, muitas vezes, se tornando acintosamente tendenciosas” (GARCIA, s/d,p.14). Como os meios de comunicação alcançam a maioria da população, eles “[...] apoiam candidatos específicos, divulgando sua candidatura de forma ostensiva dentro de seus veículos de comunicação e obtendo com esse apoio favoritismo em relação à concessão canais televisivos ou de rádio, preferência em momentos de inserção de anúncios pagos e, também, por que não dizer, ‘perseguição aos adversários’” (GARCIA, s/d, p.2). Essa perseguição na República Velha se dava por conta do coronel apoiar o seu candidato e por ter influência sobre a sua candidatura. Em troca deste apoio, os fazendeiros eram beneficiados pelo governo, com perseguição aos adversários e demais favoritismo que se dava nas trocas de favores políticos e barganhas, entre os fazendeiros e governo. Hoje a influência da televisão sobre a sociedade, por ser um veículo de comunicação que atinge a maioria, podemos perceber o quanto isto, ajuda a divulgar de certa forma os candidatos de sua preferência. “É de conhecimento comum, a influência que certos canais televisivos exercem sobre a sociedade brasileira e como todas as informações por essa emissora divulgadas transformam-se, rapidamente, em verdade absoluta. Sendo assim, não é difícil imaginar o poder que uma emissora TV possui para eleger ou derrubar um presidente” (GARCIA, s/d, p.2). A mídia pode eleger ou atrapalhar, depende do montante de recursos que cada candidato possui para realizar sua campanha.

As relações coronelísticas e clientelistas fazem com que as ações estatais sejam executadas de forma assistencialista. O clientelismo é um fenômeno relacionado ao coronelismo, que cria clientes, donde vem toda a dependência e o uso disso para fins particulares. Para Andrade (2005), o termo clientelismo está relacionado ao aspecto de cliente, ou seja, aquele que depende de alguém, ou também lhe obedece. É a orientação ideológico-política que determinará se uma prática é ou não assistencialista. “Se acreditamos que a simples implementação de algumas atividades de bem-estar social, sem considerar a erradicação das causas profundas do atraso e da dependência, é a fórmula e a panacéia para solucionar os problemas sociais, estaremos sem dúvida, imersos no cretinismo do assistencialismo” (ALAYÓN, 1992, p. 53-54). Se pensarmos que com ações pontuais e emergenciais poderemos mexer na raiz dos problemas sociais, estaremos ideologicamente fazendo assistencialismo vestido de emancipação. Para ele, essa forma de atuar é tipicamente dos governos que trabalham para a classe dominante e que não têm interesse em modificar as estruturas sociais excludentes. “Mas, se ao contrário, a atividade assistencial é assumida como direito inalienável da população explorada, interpretada na perspectiva da igualdade e da justiça social e, ao mesmo tempo, se atua contra as grandes causas geradoras da exploração e da miséria, obviamente não se pode falar de assistencialismo” (ALAYÓN, 1992, p. 54). Práticas assistenciais barganhadas em troca de votos, cargos públicos, benesses para entidades, *status* sociais etc, que são próprias das relações de coronelistas e de clientelismo, continuam o que a literatura em questão chama de assistencialismo. A relação coronelista cria clientes em vez de sujeitos de direitos, a qual é fortalecida pelas práticas assistencialistas. O assistencialismo enxerga a pessoa como menor, como dependente, como incapaz de construir sua história e emancipar-se. Não trabalha com a perspectiva



da cidadania e do protagonismo, cuja principal consequência é tornar o sujeito dependente eternamente. E um sujeito dependente faz o que se par requer.

2 Considerações finais

À época de sua existência, o coronelismo possuía instrumentos de manutenção do poder, que eram o voto, a enchada e a urna. Na atualidade eles são o voto, as urnas, as câmeras e os microfones, pois muitos políticos são donos de empresas de telecomunicação, falada ou escrita. Os neo-coronéis possuem instrumentos sofisticados para continuar mantendo o seu curral eleitoral, embora a legislação eleitoral tenha sido inovada até então. Assim, entre o lícito e o ilícito existente na política ‘só há uma vergonha: perder’” (LEAL, 1997).

Como em fins do século XIX e início do XX, atualmente o coronel busca manter o seu poder. Para isso pensa estratégias diferenciadas, como o voto de cabresto, o controle dos eleitores através de serviços assistencialistas etc... Mas, a prática coronelista não é apenas visualizada através da ação de políticos. Os cidadãos brasileiros também aprenderam a exercê-la em seu cotidiano. Uma das principais estratégias para manter os desmandos é a criação de uma relação de dependência para com os seus pares, a qual cria clientes. Essa relação é fortalecida pela troca de favores das mais variadas formas. Para expandir seu poderio, o coronel espalha filhotes na extensão de sua região. Esse filhote deve-lhe algum favor e será grato a este por todo o sempre. Com isso, o coronel expande a sua dominação e seu controle para além do horizonte que seus olhos enxergam. O novo coronel (filhote de coronel) reproduz a mesma prática em seu território. Desta maneira, o coronelismo é uma forma de relação de poder que pode perdurar se não for desmantelada.

3 Referências

- ALAYÓN, N. *Assistência e assistencialismo- controle dos pobres ou erradicação da pobreza?* São Paulo: Cortez, 1992.
- ANDRADE, E.T.de. *Democracia, Orçamento Participativo e clientelismo: um estudo comparativo das experiências de Porto Alegre/RS e Blumenau/SC*. Tese (Programa de Pós Graduação em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.
- CARVALHO, J.M.de. *Metamorfose do coronel*. Disponível em http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/carvalho_metarmorfoses_coronel Acessado em 20/04/2011. Publicado no Jornal do Brasil em 06/05/2001).
- CARVALHO, J.M. de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. In.: Revista Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 40. nº 2, 1997; Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext Acessado em 27/04/2011.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1979.
- _____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. v.2.. 7.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- GARCIA, M.T. *Do coronelismo de enxada ao coronelismo das câmeras e microfones: a influência do voto nas mãos dos latifundiários e empresários*. Disponível em <http://www.mercadoideias.com.br/mercado/artigos/coronelismo.pdf> Acesso em: 17 ago. 2012.
- GOULART, M.H.H.S. *O coronelismo e a transição republicana no Paraná*. Disponível em



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/ Mesa_debates/art24.pdf . Acesso em: 22 ago. 2012.

JANOTTI, M. de L.M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEAL, V.N. *Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LIMA, T.C.S. De; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In.: *Revista Katálysis*. v.10. Disponível em <http://www.scielo.br> . Acesso em: 5 out. 2009.

MINAYO, M.C. de S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, H.M.José de. *Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais*. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, S.; CAPPARELLI, S. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito In: BRITTOS, V.C.; BOLAÑO, C.R.S. (org.). São Paulo, 2005, v.1, p. 77101.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ST Gênero no Brasil: perspectivas históricas



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

“O QUE É NORMAL E O QUE NÃO É”: UM GUIA SEXUAL PARA AS MULHERES: Corpo E Sexualidade: Discursos Constituidores Nas Revistas Nova Cosmopolitan E Playboy – Anos 1970

Patrícia Carla Mucelin

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE. E-mail: patty_cmucelin@yahoo.com.br

Resumo: Partindo das análises do nosso projeto de pesquisa para o mestrado em história, que tem como proposta estudar a Nova Cosmopolitan e a Playboy como fonte e objeto da pesquisa, este artigo discorre sobre a análise de uma reportagem presente na revista Nova Cosmopolitan, na edição número 5 do ano de 1974 e leva o título “O que é normal... ..e o que não é”. Procuramos entender como esta revista dimensionava seus discursos sobre sexualidade para mulheres, como uma forma de informá-las e educá-las sobre o assunto. Pretendemos também perceber como o artigo construiu uma identidade feminina na qual as leitoras pudessem se identificar e que possuísse os atributos da mulher ideal de Nova Cosmopolitan. Baseamos a análise através da categoria gênero para compreendermos como ocorre a relação de poder entre homens e mulheres dentro desses discursos normativos e para que a mulher seja pensada como identidade construída social e culturalmente na dinâmica das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos instituintes. A revista procura desvendar o que ela chama de “mitos”, combatendo-os com as verdades de psicólogos, médicos, psiquiatras e outros especialistas no assunto. Estes possuíam o poder de ditar condutas consideradas normais para a vida sexual das mulheres. Através da nossa análise percebemos que a reportagem está estruturada como um guia para que as mulheres possam seguir uma determinada conduta que as posicione dentro de um padrão de normatividade, instituído pela revista como pertencente a uma identidade determinada. Palavras-chave: Identidade; comportamento; sexualidade; discurso.

Partindo das análises do nosso projeto de pesquisa para o mestrado em história, que tem como proposta estudar duas publicações mensais como fonte e objeto de pesquisa, sendo elas a Nova Cosmopolitan e a Playboy, este artigo discorre sobre a análise de uma reportagem da revista Nova Cosmopolitan, com a denominação “O que é normal... ..e o que não é”, para que possamos entender como esta revista dimensionava seus discursos sobre sexualidade para mulheres, como uma forma de informá-las e educá-las sobre o assunto.

A nossa pesquisa do mestrado tenciona analisar os discursos produzidos por essas duas revistas na década de 1970, período em que elas começaram a ser publicadas no Brasil, para entendermos qual é a identidade masculina e feminina construída pela Nova e pela Playboy para ser incorporada pelo seu público leitor. Baseamos a análise através da categoria gênero para compreendermos como ocorre a relação de poder entre homens e mulheres dentro desses discursos normativos.

As revistas Nova Cosmopolitan e Playboy ao tratarem da sexualidade nesses discursos, estão dimensionando as identidades que assumem posições do que as revistas consideram ser o ideal de mulheres e de homens. Percebemos a imagem construída pela Nova da mulher moderna, que trabalha fora, mas ao mesmo tempo é casada, uma boa dona de casa, dedicando-se ao marido e aos filhos.

Carolina Becker Lamounier realizou levantamentos relevantes sobre a Revista Nova Cosmopolitan em sua dissertação de mestrado. A autora nos diz que a revista foi lançada no Brasil em setembro de 1973 pela Editora Abril S.A. como resultado de uma demanda social de informação sobre sexo para um público feminino. É, de acordo com Iria Catarina Queiroz Baptista, mestre em Ciências da Linguagem, uma revista voltada para o público feminino, solteiro, com idade entre 20 e



35 anos. Dolores Galindo, doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, constatou que a revista foi criada visando atingir a mulher de camada média, e é uma revista de comportamento composta por novidades. Seus assuntos centrais são o sexo, o amor e a beleza e em menor escala os temas sobre mercado de trabalho e atualidades. Já assuntos domésticos estão relacionados a aspectos da vida a dois.

Através das análises realizadas com exemplares da década de 1970 da revista, constatamos que é constante nas suas publicações, um ou mais artigos voltados para educarem as mulheres sexualmente, ou seja, esses artigos falam sobre prazer, saúde e comportamento sexual como uma maneira de informar a leitora, procurando desvendar o que a revista chama de “mitos”, através do conhecimento científico de psicólogos, médicos, psiquiatras e outros especialistas no assunto, que eram detentores do poder de verdade, podendo ditar condutas consideradas normais para a vida sexual das mulheres.

Para tecer a análise aqui proposta, deve-se atentar para as concepções e construções de gênero, para se perceber como são concebidas as identidades das mulheres e dos homens dentro da revista Nova Cosmopolitan. Lia Zanotta Machado (1992, p. 24), doutora em Ciências Humanas que estuda gênero, família, violência, práticas judiciais e estudos feministas aponta que os estudos de gênero pretendem valorizar a diferença, apontar os poderes das mulheres, ainda que sejam “menores” e não “sobreenfatizar o poder masculino (...)” (MACHADO, 1992, p. 24).

A autora acredita em um conceito exclusivamente cultural de sistema de gêneros. Os sistemas de relações de gênero estão fundados na constituição simbólica de uma rede de significados que estabelecem relações com elementos do universo. Embora a categoria gênero esteja se referindo sempre à diferença biológica de sexo, esta diferença biológica estaria constituída no simbólico, mas não seria facultativa. Assim a autora nos diz que:

O gênero é constituído simbolicamente, tem uma configuração histórica, mas tem uma dimensão universal, faz parte da história humana, assim como o nascimento, a morte, a finitude. Contudo, a formulação do que sejam estas diferenças biológicas já é cultural (MACHADO, 1992, p. 32).

Eni de Mesquita Sâmara, pesquisadora da história das mulheres e da família, afirma que para se discutir gênero e identidade conjuntamente é necessário o seu entendimento em vários níveis de conhecimento, pois pressupõe uma reflexão sobre a diferença, nas práticas cotidianas, na elaboração do discurso e na construção da identidade social de gênero. As relações entre os sexos são formas de representação cultural do nosso processo de socialização.

Neste sentido, Luzia Margareth Rago, historiadora que estuda o feminismo, subjetividade, gênero e anarquismo, aponta a proposta das teóricas feministas de que o sujeito, ao invés de ser tomado como ponto de partida, fosse considerado como efeito das dimensões culturais, inserido em complexas relações sociais, sexuais e étnicas. A mulher deveria ser pensada, então, como identidade construída social e culturalmente na dinâmica das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos instituintes, e não mais como essência pré-determinada biologicamente (RAGO, 1998, p. 27).

Pensando nestas questões, selecionamos uma matéria para análise, presente na edição número 5 de Nova Cosmopolitan, do mês de fevereiro de 1973. A matéria se encontra disposta nas páginas 81, 82 e 83 e leva o título O que é normal... ..e o que não é, com autoria de Volia Balbini. A



reportagem está estruturada como um guia para que as mulheres saibam como seguir uma determinada conduta que as posicione dentro de um padrão de normatividade, instituído pela revista como pertencente a uma identidade determinada.

Já na introdução, a repórter fala que a intenção do artigo é fazer uma espécie de guia para o comportamento moral e sexual da mulher com apoio de médicos, psiquiatras, psicanalistas, dentre outros. Ela se refere à mulher direita, no singular, perguntando quais coisas ela está proibida de fazer em relação à prática sexual. Quem seria essa mulher direita? Ao se questionar se a mulher poderia se despir na frente do marido, cremos que esse artigo se volta, provavelmente, às mulheres casadas. Podemos constatar que a categoria do gênero desnaturaliza as identidades sexuais e afirma a dimensão relacional do movimento das diferenças sexuais. As diferenças sexuais presentes nas práticas, são construídas pelos discursos que as fundam e legitimam (RAGO, 1998, p. 27).

A teoria feminista veio propor que a construção cultural das diferenças sexuais fosse pensada, ao invés de tratar o determinismo biológico. São priorizados a dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos sentidos e interpretações no interior de determinada cultura, em detrimento das explicações econômicas ou políticas, concepções que se aproximam da História Cultural (RAGO, 1998, p. 37). O artigo constrói um imaginário social apoiado nas concepções da repórter que leva a sua autoria, através de vários exemplos práticos que ela oferece às leitoras. Mas também é autenticado por um psiquiatra que ajuda a construir o discurso sobre a normalidade ou desvio da conduta sexual das mulheres.

O artigo constitui um guia para que as leitoras possam se enquadrar no padrão desta identidade, da mulher direita de Nova Cosmopolitan. Para compreender essa construção, o texto de Kathryn Woodward, professora da Open University e autora do livro *Identidade e Diferença*, levanta algumas questões e esclarecimentos. Procurando conceituar as identidades e tratá-las teoricamente. Para ela a identidade é relacional e marcada pela diferença. Para que exista, é necessário que exista outra, fora dela. A identidade é, para a autora, tanto simbólica quanto social (WOODWARD, 2000, p. 09).

Woodward (2000, p. 14) considera a identidade como sendo relacional e afirma que a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica em relação a outras identidades. Para se investigar porque as pessoas investem nas posições que os discursos de identidade lhes oferecem, deve-se levar em conta, também o nível psíquico, juntamente com a dimensão simbólica e social.

A reportagem analisada propõe algumas posições de identidade através do seu discurso. Afirma que a educação dos anos 1970 não responde aos questionamentos dos jovens com relação ao sexo e que eles acabam sendo reprimidos e suas emoções são envolvidas pelo sentimento de culpa. Apesar de considerar aquela época como um momento em que se podia falar mais livremente de sexo, Volia afirma que os tabus continuam a existir. Percebemos que através da matéria a revista traz a concepção de que naquele momento haviam censuras que não permitiam o acesso dos jovens à temas como o sexo, mais especificamente, das mulheres para quem o artigo estava se dirigindo, e a sua intenção é esclarecer essas dúvidas.

A revista formula, então, um guia educativo, no qual as mulheres podem se basear para exercer suas atividades sexuais dentro de determinada conduta: conduta essa construída pela edição da revista Nova Cosmopolitan. A revista se coloca, neste artigo, como a detentora desse saber, que é afirmado pelos especialistas anteriormente citados, e o deposita nas mãos das leitoras. A introdução desse artigo nos faz pensar que provavelmente, a Nova se posiciona aí como pioneira em relação



aos conhecimentos sobre comportamento sexual, pois tem a pretensão de esclarecer tais assuntos para as leitoras que são consideradas, neste contexto, mal informadas.

O corpo está envolvido no estabelecimento de fronteiras que servem de fundamento para as identidades, dentre elas, a identidade sexual (WOODWARD, 2000, p. 15). A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência, e ao possibilitar que se opte entre várias identidades possíveis. Por existir, na vida moderna, uma diversidade de posições que estão disponíveis, fica difícil separar essas identidades e estabelecer fronteiras entre elas, pois podem, até mesmo, ter mudado ao longo do tempo. No artigo de Nova a repórter responsável por ele, afirma que há uma luta entre o que as pessoas querem e o que elas devem ou não fazer. No final da introdução ela enfatiza que o artigo se destina à quem “deseja uma expressão mais livre do amor” e que não evolua para uma tortura física ou mental.

Podemos perceber que o artigo já faz um julgamento inicial das leitoras, considerando-as normais quando seus desejos sexuais não beiram atividades como tortura física ou mental, que possam vir a machucar elas mesmas ou outras pessoas. Se as leitoras não se encontram neste padrão, então os desejos que elas possuem, quaisquer que sejam, fazem delas pessoas normais.

Após a introdução, com o título Ela queria variar, o artigo se utiliza de um exemplo, através da narrativa de uma história para as leitoras, sobre um casal, Ana e Alberto. Na história os dois não praticavam atividades sexuais, pois Ana estava sempre dando desculpas para não transar com o marido, enquanto para Alberto a relação com outras mulheres além de sua esposa concedia-lhe alguns direitos, diferentemente da intimidade com a esposa. O artigo aponta que a “falsa aprendizagem” que os dois receberam governava suas decisões e atitudes, mais do que seus desejos. Ao final da história os dois se separam e chegam à conclusão que era normal que desejassem ver e tocar o corpo um do outro, o que é considerado pela reportagem como um impulso natural.

Nesta história percebemos que a revista condena a falsa e dupla moral, que rege as práticas sexuais dos casais como Ana e Alberto, considerando esses valores como os responsáveis pela infelicidade do casal, levando-os à separação. Possivelmente a história foi levantada (não se especifica neste artigo se se trata de uma história fictícia ou verdadeira) para colocar em pauta que a questão da falta de informação, por parte da educação moral tradicional e patriarca, implica nos casais a infelicidade conjugal e a separação. Assim, a reportagem de Volia Balbini surge como iluminadora destas questões, permitindo às suas leitoras que evitassem àqueles erros e pudessem seguir a conduta sugerida pela matéria, de “normalidade” da revista Nova.

O próximo subtítulo se chama: o que é anormal? E faz um questionamento sobre o que seriam os padrões normais de expressão sexual e porque essa expressão seria anormal fora desses padrões. Quem responde é o Dr. Anthony Storr, psiquiatra, analista e pesquisador inglês que defende que o desvio implica a existência de um padrão de normalidade, embora ele não seja absoluto, pois diverge conforme a cultura e o lugar. Entretanto, logo após essa definição, o psiquiatra estabelece um padrão de desvio para o seu tempo: seriam desviantes as pessoas que são incapazes de se relacionar com o sexo oposto “em termos de igualdade”, o desvio para ele é um fator psicológico. Ocorre quando a pessoa não tem condições de amadurecer emocionalmente e finaliza dizendo que os nossos impulsos e desejos sexuais são impulsos naturais.

Esse trecho nos leva a pensar na questão do natural versus o não-natural. O especialista define que os padrões de moralidade e conduta divergem conforme a sociedade que os proclama, e ao mesmo tempo, estabelece o seu padrão, o qual ele está autorizado por ser um psiquiatra detentor



do saber científico que define aquela verdade. Neste padrão normativo, as pessoas que não se encaixam são aquelas que possuem dificuldade de relacionar-se com a outra (ou melhor, com o sexo oposto) enquadrando-as no padrão de anormalidade das práticas sexuais. Notamos que se enquadra o casal da história mencionada anteriormente, que possui dificuldades de se relacionar e mesmo conversar sobre sexo. O artigo promete que as leitoras que se adequarem ao padrão por ele estabelecido, poderiam alcançar a considerada felicidade conjugal e sexual.

O próximo subtítulo, *E um certo masoquismo?*, a autora Volia Balbini coloca em poucas linhas que quando se sente prazer em atos mais extremos de violência, é necessário que se procure um especialista para descobrir as suas causas, mas que gostar de carinhos mais “vibrantes” é passível de ser praticado, exceto se o parceiro for absolutamente contra qualquer tipo de violência. Aqui, o artigo estabelece, novamente um padrão: gostar de violência em demasia é um desvio que deve ser tratado por uma pessoa qualificada para tanto.

No subtítulo *Fantasia e fantasias*, o Dr. Storr reaparece para afirmar que o preconceito gerado pelos valores morais, é um dos motivos que contribuem para a culpa sexual, pois a criança aprende desde cedo a condenar os seus impulsos sexuais. Como é o caso da história relatada a seguir, sobre Marta e Paulo que tinham uma crise na sua rotina sexual. Enquanto Paulo tentava estimular Marta a se soltar e sentir prazer, ela permanecia indiferente, até que ela confessou ao marido que precisava de um estímulo vindo de uma fantasia sexual, mas com o tempo já não conseguia mais idealizar suas fantasias. A autora vê a história como um caso que pode caminhar para o desvio, pois, para ela, a fantasia de Marta era uma maneira de recusar o ato sexual, e o fato de ela desejar ser outra pessoa era uma espécie de fuga da culpa pelo ato sexual considerado digno de punição. Quando Marta deixou de vincular a atividade sexual como indecente conseguiu enquadrar a sua sexualidade como “normal”.

O artigo coloca a culpa do fracasso sexual do casal nas fantasias sexuais de Marta, que deveriam servir como uma maneira de evitar a culpa, advinda de uma educação rígida, pela prática sexual. A partir do momento em que esta personalidade deixa a fantasia e a culpabilidade de lado, ela entra no sistema de normalidade defendido pela Nova, podendo alcançar a promessa de felicidade, de amor e vida conjugal realizada. Nota-se, também que a culpada pelo fracasso é necessariamente, a mulher, ficando o homem, isento dessa responsabilidade.

No subtítulo *Certas coisas não se dizem*, a reportagem segue afirmando que tudo que se deseja pode ser dito por um casal no momento em que estão na intimidade, e que isso se enquadra em um padrão de normalidade. A história de Mirna ilustra essa afirmação. Ela veio de uma família tradicional, com namoro supervisionado e vocabulário controlado. Ao casar-se ela se depara com o marido falando palavras vulgares, mas logo aprendeu a dizê-las também, atraindo a atenção dele, que achou excitante vê-la se comportando de maneira mais espontânea, o que gerou um casamento bem sucedido.

Percebemos que para a repórter, o comportamento feminino na intimidade com o marido dá às mulheres a possibilidade de fazerem ou dizerem coisas consideradas então imorais, para atrair a atenção do parceiro. Entretanto, entendemos que, talvez, os homens dentro deste discurso, tenham o privilégio de ditarem as regras da prática sexual. Afinal, a esposaalaria palavrões e palavras ousadas para seguirem os atos do marido, mas não para se pronunciarem, sem que eles o tenham feito.

No tópico *Certas coisas não são sujas*, Volia Balbini, com o exemplo de uma conhecida que



considerava que o sexo era desempenhado pelas “partes mais sujas do corpo”, e por causa dessa crença, criou o hábito de lavar-se com vigor após o ato sexual com marido, que não se sentia bem com a situação, deixando de procurá-la. Por fim, ela recorreu ao aconselhamento de um psiquiatra, que a libertou dessas preocupações, afirmando que os órgãos sexuais eram fonte de prazer e possibilitava aos seres humanos se completarem e reproduzirem, após o que ela passou a atingir um “prazer total”.

Notamos novamente a culpabilidade do fracasso da relação sexual do casal marido e mulher, depositada novamente na figura feminina. A procura do psiquiatra que “cura” esta personagem, nos leva a acreditar que ela era considerada como desviante do padrão. Após romper com o pensamento que negatizava o corpo, seus órgãos e desempenho, ela atinge o prazer total, mas o que seria esse prazer total? Podemos sugerir que para a Nova tratava-se de uma mulher completamente realizada sexualmente, por não possuir mais as barreiras morais que lhe levavam a lavar-se freneticamente, ou pressupor que o marido é quem estava realizado por não ter de conviver mais com as práticas anormais da esposa.

Em Um gosto mais exótico, próximo tópico, temos a história de Isabel e Maurício para ilustrar que a vontade de variar se encaixa na normalidade. O casal em questão decorou o quarto com espelhos e lençóis coloridos, e trajavam fantasias antes do ato sexual, o que poderia ser considerado estranho, mas acaba sendo validado pela autora, pois viver essas fantasias possibilitava ao casal vivenciar suas práticas sexuais de maneira mais livre. Podemos constatar neste trecho que as identidades sexuais estão mudando, sendo mais questionadas e ambíguas, o que sugere mudanças em termos de uma crise de identidade. (WOODWARD, 2000, p. 31-32).

Por fim, o último tópico O amor é mais que um ato, não?, é colocada a questão do porque pôr grilhões no amor, quando o que ele deseja é se expressar, e para as pessoas poderem vivê-lo e expressá-lo têm de largar os tabus e preconceitos, sendo que o que é considerado bom e normal para o casal, é ele mesmo quem determina. O segredo, segundo Volia Balbini é libertar a si mesmo e ao parceiro para conseguir alcançar os “verdadeiros desejos”. O que é considerado “normal, bom, belo e natural” pelos psiquiatras é obter gratificação pelo sexo.

Considerações finais

As identidades sexuais construídas dentro da reportagem analisada são mediadas pelos significados culturais sobre a sexualidade que são produzidos pelos sistemas de representação dominantes (WOODWARD, 2000, p. 31-32). Ou seja, pela própria revista Nova Cosmopolitan e pelo psiquiatra que enfatizou sua posição frente à normalidade e desvio.

No texto enfatiza-se que a liberdade é a chave para se obter a normalidade, enquadrar-se no padrão elaborado pela sociedade e defendido pelos psiquiatras. E essa liberdade é descrita como as possibilidades que um casal heterossexual pode criar para obter satisfação sexual, e também satisfação no amor. Ainda assim, o artigo cria ou cita casos de desvios por parte das mulheres, que impedem o bom desempenho sexual e satisfação na relação marido e mulher. Percebemos, também, que todos os casos citados tratavam de pessoas casadas, o que nos leva a cogitar que o padrão de normalidade é estabelecido, inicialmente, pelas relações conjugais. Relações não conjugais, casuais, entre apenas namorados ou entre indivíduos do mesmo sexo sequer são mencionadas.

As identidades são fabricadas pela marcação da diferença que ocorre por meio de sistemas



simbólicos de representação e formas de exclusão social. A identidade depende da diferença, não é o seu oposto. Essas diferenças são estabelecidas nas relações sociais por meios de sistemas classificatórios que são capazes de dividir uma população, pelo menos em dois grupos opostos. São os sistemas de classificação que dão ordem à vida social (WOODWARD, 2000, p. 40). As relações de poder entre homens e mulheres, nesta matéria agregam a culpabilidade pelos fracassos nas relações descritas sempre às mulheres, que devem procurar ajuda através de um profissional como o psiquiatra, que é representado pela figura masculina, e é detentor da solução para o problema. Todos os casos que levam ao fracasso no desempenho sexual do casal, tratam necessariamente, de um desvio de comportamento, que na maioria das vezes é apontado como inibições, tabus e medos com relação ao sexo por parte das mulheres, geralmente possuem uma solução que é advinda do conhecimento científico dos psiquiatras.

Referências

- BAPTISTA, I.C.Q. *Retratos de Mulher: Análise da representação do corpo feminino nas capas das revistas mensais brasileiras Playboy e NOVA no ano de 2005*. Palhoça, 2007. Dissertação. Mestrado em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina.
- GALINDO, D. Pedagogia dos Corpos Excitáveis e Moduláveis: Sexo, amor e insatisfações aos vinte cinco anos da revista NOVA Cosmopolitan. *Revista Pedagógica*. UNOCHAPECÓ. Ano 11, n. 22. Jan/Jun. p. 133-154, 2009.
- LAMOUNIER, C.B. *A Sedução nos anúncios da revista NOVA / Cosmopolitan sob a ótica da pós-modernidade*. Marília, 2008. Dissertação. Faculdade de Comunicação, Educação e Turismo - Pós-Graduação em Comunicação. Universidade de Marília.
- MACHADO, L.Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.) *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.24-38.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.M.; GROSSI, M.P. (orgs.) *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p.21-41.
- SAMARA, E. de M. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: _____; SOLER, M.A. (orgs.) *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. P. 13-51
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart, *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.7-72.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ST Perspectivas do Ensino de História



APRENDENDO E ENSINANDO HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DAS DIRETRIZES CURRICULARES DE HISTÓRIA DO ESTADO DO PARANÁ

Maria Paula Costa*

Professora do Departamento de História da UNICENTRO-Guarapuava. E-mail: paulaaccosta@gmail.com

Resumo: Sabemos que o Ensino de História no final do século XX sofreu um processo de repensar dentro da academia, passando a questionar sobre a formação de seus professores. Neste sentido indagações foram explicitadas no interior da disciplina de História, exemplo disto foi o reconhecimento do papel do professor como mediador do conhecimento e dos bens culturais fundamentais para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem. O presente trabalho terá como principal objetivo analisar as propostas das Diretrizes Curriculares da Educação Básica de História do Estado do Paraná (2008) e a implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) no Paraná.

Palavras-chave: Professores, Diretrizes Curriculares, Ensino de História.

Sabemos que o Ensino de História no final do século XX sofreu um processo de repensar dentro da academia, passando a questionar sobre a formação de seus professores. Neste sentido indagações foram explicitadas no interior da disciplina de História, exemplo disto foi o reconhecimento do papel do professor como mediador do conhecimento e dos bens culturais fundamentais para que ocorra o processo de ensino e aprendizagem. Entretanto tais mudanças não aconteceram de forma imediata, mas sim revelaram as especificidades das políticas educacionais que constroem o currículo.

Destarte o presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir as propostas das Diretrizes Curriculares da Educação Básica de História do Estado do Paraná (2008) e do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).**

Para compreendermos as práticas instituídas no interior da realidade escolar para analisarmos debater os resultados positivos e negativos para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem - essencial para a produção do conhecimento histórico escolar - dois elementos são fundamentais: analisar a elaboração da proposta das Diretrizes no âmbito Estadual e a implantação do Programa de Formação Continuada dos professores, uma vez que estes constituíram a fonte para essa análise.

A elaboração de Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná foi uma proposta da Secretaria de Estado da Educação (SEED) como parte do seu plano de reestruturação curricular. Tal política iniciou a partir da mudança de governo, em 2003. Segundo Cerri,

A necessidade de Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Fundamental parte, em termos legais, da abertura posta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Parecer CNE/CEB n. 4 de 29 de Janeiro de 1998 e Resolução CNE n. 2 de 7 de Abril de 1998) para que os sistemas de ensino articulem diretrizes para as realidades

* Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). Na UNICENTRO é professora da disciplina de Estágio Supervisionado e desenvolve pesquisas na área do Ensino de História.

**Esse trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida na Universidade Estadual do Centro-Oeste (PqI) que tem como objetivo final analisar como tais políticas são efetivadas no cotidiano das aulas pelos professores da rede pública Estadual do Paraná que participaram do programa (PDE). Para tanto foi aplicado questionário (que neste artigo não será explorado) na perspectiva de analisar como os professores percebem em sua prática e no cotidiano das aulas de História tais propostas, nos permitindo articular a utilização e as dificuldades de pensar um documento oficial, os saberes escolares com a prática docente.



loais ou regionais que atendem. Para além dos diplomas legais, consideramos que a iniciativa de elaboração das Diretrizes Estaduais respondem a uma vontade política de delimitar a política atual em relação às políticas anteriores e de rever o centralismo que marcou a produção curricular do MEC nos anos do governo FHC. Nesse sentido, o chamado à elaboração das Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Básica (DCEEB) sustenta-se primeiramente na recuperação do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, publicado em 1990, mas gestado durante os anos 80, no bojo do processo de reconstrução democrática da escola e do debate curricular, pautado por sua vez na conquista paulatina do poder (no caso, dos Estados) pela oposição ao regime militar. Em termos regionais, a delimitação em relação ao período anterior está colocada pela discordância com os efeitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre o sistema estadual de Educação e com os resultados da obrigatoriedade da elaboração de projetos pedagógicos pelas escolas, sem diretriz estadual explicitada. (CERRI, 2007, p.29)

Este processo pautou-se em questões políticas que entendiam a necessidade de mudanças educacionais urgentes no que tange ao currículo, assim como vislumbravam o diálogo entre o Estado e os sujeitos da prática escolar, os professores. A proposta foi entendida como uma política pública de educação e foram estabelecidas fases para sua construção, onde o encaminhamento das discussões procurou privilegiar e unir os Núcleos Regionais de Educação (NRE), com seus representantes e os professores de cada disciplina em todos os níveis da educação. Via-se como prioridade debater e sistematizar um novo currículo para o Estado de forma coletiva.

A ideia de um pensar coletivo sobre o imperativo de mudança estava posto, no entanto, os caminhos a seguir para essa efetivação se mostraram já nos primeiros encontros, repletos de entraves e limites que deveriam ser superados. Uma série de fatores, desde a formação do professor à sua prática nas escolas, com problemas estruturais e as condições de trabalho deste profissional indicaram que a construção coletiva deste documento ocorreria por fases, ao longo de anos.

Segundo Arco-Verde, superintendente da Educação da SEED na época, para se compreender a política pública de educação como um efetivo processo coletivo de construção, foram estabelecidas seis fases que seriam necessárias para a reformulação da proposta curricular. Essas fases abarcaram atividades, eventos que procuraram relacionar debates teóricos e articulá-los com a prática e as necessidades de mudança para a educação pública do Estado. Nesses encontros primou-se pela presença e o diálogo dos professores das escolas paranaenses e das Instituições de Ensino Superior.

A 1ª fase, ocorrida em 2003, foi à discussão do estado d'arte das Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino do Paraná, na qual, a partir de Seminários com produção, publicação e distribuição de documentos referenciais [...]. Na 2ª fase, ocorrida em 2003 e 2004 foram discutidas as Diretrizes da proposta pedagógica das disciplinas da Educação Básica, por meio de diversos cursos, eventos e reuniões técnicas com o coletivo dos professores [...] Concomitantemente, ocorre a 3ª fase, em 2004 e na continuidade de 2005, com um processo coletivo de discussão curricular, a partir das bases escolares, em que os protagonistas, das reflexões e encaminhamentos, foram os professores da rede estadual. [...] A 4ª fase que também se iniciou em 2004 e se concretizou em 2005 foi a sistematização das diretrizes curriculares por disciplina, níveis e modalidades de ensino. Os documentos encaminhados pela SEED foram enriquecidos com a contribuição dos professores das disciplinas, níveis e modalidades, dos diferentes municípios, em todos os NREs, para congregar a visão do que se esperava das diretrizes curriculares do Estado do Paraná. A partir desse conjunto de contribuições, das diferentes regiões do Estado, deu-se início à 5ª



fase do processo com a sistematização das propostas em um texto preliminar, sob a responsabilidade dos técnicos das equipes de ensino da SEED. [...] Por fim, a 6ª fase, permanente e contínua, é a de avaliação e acompanhamento das propostas de reformulação curricular, quer pelos NREs, quer pela SEED, no sentido de manter a unidade de trabalho e estar auxiliando as escolas que mais necessitarem de ajuda. (ARCO-VERDE, 2007, p.24)

Todas essas fases revelaram as tensões e contradições entre os sujeitos envolvidos, que questionaram vários aspectos que abrangia tal elaboração, desde a própria legitimidade do processo, que partiu do Estado e não dos professores, como também a expectativa democrática atribuída a essa construção coletiva, já que para sua efetivação, necessitaria da participação da comunidade educacional. Outros elementos foram levantados já nos primeiros encontros e no decorrer dos debates. (CERRI, 2007, p.29)

Este processo permitiu que, em 2006, a primeira versão das Diretrizes Curriculares para o Ensino de História fosse divulgada para os NREs e conseqüentemente para as escolas, todavia ainda em 2007 e 2008 essa versão passou por leituras críticas de especialistas, de acordo com Hutner, “tais leitores, vinculados a diferentes universidades brasileiras, participaram, também, de debates presenciais com as equipes disciplinares do DEB, com vistas aos necessários ajustes finais dos textos.” (PARANÁ, 2008, p.10)

Desta forma em 2008 foi publicada a versão atual, objeto desta análise. É importante explicitar que esta encontra-se dividida em duas grandes partes, sendo que a primeira expõe uma discussão sobre a “*Educação Básica e a opção pelo currículo disciplinar*” e faz-se presente nas diretrizes de todas as disciplinas. A segunda parte é responsável pelas especificidades das disciplinas, intitulada no caso da História de, “*Diretrizes Curriculares da Disciplina de História*”.

As DCEs de História estão divididas da seguinte forma: 1º) A Dimensão Histórica da Disciplina; 2º) Fundamentos Teórico-Metodológicos; 3º) Os Conteúdos Estruturantes (Relações de Trabalho, Poder e Culturais), 4º) Encaminhamentos Metodológicos, o 5º) Avaliação, 6ª) Referências Bibliográficas e também constam em anexo, os conteúdos básicos da disciplina de História.

As Diretrizes Curriculares para a História do Estado do Paraná refletem as discussões que estão postas para o Ensino de História na contemporaneidade. É importante compreender tais discussões. Neste ponto, precisamos ressaltar que as perspectivas apresentadas a partir desse momento fazem parte de um processo presente dentro da academia, com a ampliação dos cursos de pós-graduação, desde os finais dos anos 70, que causaram um repensar na própria forma de investigação histórica e levaram ao aumento de publicações, e também um crescimento por parte das pesquisas sobre o conhecimento histórico escolar e uma preocupação de professores nos cursos de licenciaturas de olhar para a formação dos futuros professores e dialogar com as experiências destes profissionais que estão atuando neste universo, articulados há uma série de reformas educacionais no Brasil.

Deste modo as linhas de investigação procuraram enfatizar a aprendizagem histórica oferecendo a possibilidade de verificar a escola, a sala de aula, levando em consideração os múltiplos sujeitos presentes neste espaço e perceber como estes constroem conhecimentos sobre o passado a partir das referências do presente.

Pelo menos duas linhas de investigação, segundo Caimi, são identificadas para a compreensão do fenômeno da aprendizagem histórica, sendo estas: os Estudos da Cognição e a Educação Histórica. As duas linhas apresentam pontos muito próximos já que ambas procuram compreender o



pensamento histórico de crianças e jovens na educação básica, entretanto, para tal possuem caminhos que acabam se diferenciando. (CAIMI, 2009, p.68) Pautaremos-nos na Educação Histórica, uma vez que os autores que trabalham nessa área de investigação estão presentes nas DCEs de História, (2008). Assim,

A vertente denominada educação histórica é fundamentada, predominantemente, em referenciais da epistemologia da história, mas mantém diálogo com a metodologia de investigação em ciências sociais. Especialmente apoiada em autores como Jörn Rüsen, Isabel Barca, Peter Lee, Rosalyn Ashby, Joaquín Prats, Maria Auxiliadora Schmidt, entre outros busca as idéias históricas de alunos e professores, centrando a atenção “nos princípios, fontes, tipologias e estratégias de aprendizagem em história”. Tais estudos não procuram desvendar os processos universais da cognição, nem estabelecer padrões gerais de funcionamento e regulação do pensamento histórico, mas sim focalizar, prioritariamente, as idéias históricas que os sujeitos constroem a partir das suas interações sociais, o que leva os pesquisadores a ressaltar a natureza situada dessa construção e a relevância do contexto social nos percursos de aprendizagem. (CAIMI, 2009, p.70)

Esse campo de investigação procura perceber como ocorre a aprendizagem da História, e para tanto busca apreender as ideias prévias que os sujeitos (aqui podemos dizer que este campo de investigação se abre no âmbito escolar para professores e alunos) possuem sobre as ideias substantivas (estas estão ligadas aos conteúdos históricos tais como: Idade Média, Renascimento, Democracia, Revolução, Escravidão) e sobre os conceitos históricos, ou categorias ligadas à epistemologia da História, também chamados de ideias de segunda ordem (como: temporalidade, explicação, evidência, objetividade, narrativas históricas).

As propostas presentes nas DCEs do Paraná encontra fundamentação principalmente nessas pesquisas, pois entendem que esse é um caminho possível para o Ensino de História, uma vez que possibilita aos alunos compreenderem as experiências e os sentidos que os sujeitos dão a elas. (PARANÁ, 2008, p.56)

Podemos redimensionar que a proposta deste documento e os estudos no campo do Ensino de História procuram enfatizar o próprio espaço da sala de aula, como um espaço privilegiado para os papéis dos sujeitos presentes neste ambiente, pois o aluno assumiu um novo papel neste processo, possibilitando assim que ocorra a produção do conhecimento histórico, ou seja, do encontro do conhecimento que o professor possui e pela sua ação mediadora (SIMAN, 2004, p.80), este partirá dos conhecimentos prévios de seus alunos, por meio do diálogo com os mesmos e construirão um conhecimento diferente daquele que ambos tinham antes desse encontro.

Tal articulação contribui para o aprendizado do aluno, já que possibilita a estes produzirem conhecimento histórico em sala de aula e assim desenvolvam o que Jörn Rüsen chamou de Consciência Histórica. Para este autor: “Consciência histórica é uma categoria geral que não apenas tem relação com o aprendizado e o ensino de história, mas cobre todas as formas de pensamento histórico; através dela se experiencia o passado e se interpreta como história.” (RÜSEN, 2010. p.36)

Cabe ao professor dialogar com seus alunos para que a aprendizagem histórica ocorra nas dimensões e manifestações da consciência histórica, ou seja, este ensino deve fazer sentido para estes sujeitos, para que se sintam parte do processo e, por conseguinte, participantes do processo histórico. A compreensão do passado deve envolver diferentes visões de mundo e concepções de História.



Isto forneceria temporalidades diversas e para tanto existe a necessidade de utilização de fontes históricas na sala de aula com o objetivo de problematizar, indagar os objetos de estudos e fazer com que as crianças e jovens passem a compreender o passado a partir da articulação com as múltiplas experiências sociais, pois isto permitiria orientarem o presente e constituírem uma identidade a partir do outro.

Entretanto, não podemos perder a dimensão que engloba este documento, pois os currículos e programas das escolas públicas sofrem interferência de diversos sujeitos até chegar ao aluno, estando assim impregnado de instâncias de saberes, uma vez que os programas curriculares sofrem intervenções, como por exemplo: do interior da própria disciplina; do Estado (ao definir os documentos oficiais, como vimos); da escola; do professor e do aluno, que se apropria do conhecimento da forma que o concebe. Segundo Katia Abud:

Através dos programas divulgam-se as concepções científicas de cada disciplina, o estado de desenvolvimento em que as ciências de referência se encontram, ainda, que direção devem tomar ao se transformar em saber escolar. Nesse processo, o discurso do poder se pronuncia sobre a educação e define seu sentido, forma, finalidade e conteúdo e estabelece, sobre cada disciplina, o controle da informação a ser transmitida e da formação pretendida. Assim, a burocracia estatal legalista, regulamenta e controla o trabalho pedagógico. (ABUD, 2008, p.28)

Sobre essa mesma égide o Ensino de História sofre suas modificações, amplia seus espaços, conquista seus lugares e procura avançar nas discussões, busca investigar a escola, a sala de aula na ótica do aluno, de como este sujeito aprende, para que realmente ocorra uma aprendizagem e o desenvolvimento do pensamento histórico. Neste sentido existe um campo de investigação, de pesquisas sobre o Ensino de História onde historiadores estão repensando alguns caminhos, refazendo outros, com o objetivo de compreender as mudanças e continuidades do conhecimento histórico escolar.

Conhecer tais debates permite entender que o professor é fruto da sua formação e que a disciplina possui finalidades múltiplas na sociedade, onde o profissional tem um papel central,

Por intermédio da concepção de disciplina escolar podemos identificar o papel do professor em sua elaboração e prática efetiva. Cabe então indagar sobre a ação e o poder dele nesse processo, uma vez que há vários sujeitos na constituição da disciplina escolar: desde o Estado e suas determinações curriculares até os intelectuais universitários e técnicos educacionais, passando pela comunidade escolar composta de diretores, inspetores e supervisores escolares e pelos pais de alunos que, muitas vezes, se rebelam contra determinados conteúdos e métodos dos professores, forçando-os a recuar em suas propostas inovadoras. O papel do professor na constituição das disciplinas merece destaque. Sua ação nessa direção tem sido muito analisada, sendo ele o sujeito principal dos estudos sobre *currículo real*, ou seja, o que efetivamente acontece nas escolas e se pratica nas salas de aula. O professor é quem transforma o *saber a ser ensinado* em *saber apreendido*, ação fundamental no processo de produção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído, e a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico ou a de um “reprodutor” de um saber produzido externamente. “Dar aula” é uma ação complexa



que exige domínio de vários saberes característicos e heterogêneos. (BITTENCOURT, 2008, p.50)

Podemos perceber a responsabilidade do professor que desde sua formação é chamado a assumir seu papel na ação de ensinar para que aos alunos seja fornecida a possibilidade de aprender e produzir o conhecimento histórico. Embora possamos identificar os diversos interesses que moldam e tecem a elaboração dos documentos oficiais, a própria dinâmica das disciplinas, com seus embates teóricos entre os pares, é preciso considerar que a relação professor-aluno precisa ser analisada como o ápice da construção do conhecimento. Identificar, problematizar e oportunizar essa relação para que essa possa ocorrer com qualidade é cada vez mais presente nos estudos e análises sobre ensino e aprendizagem.

Neste sentido o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) no Paraná estabeleceu como uma política educacional de formação continuada de professores, a parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior com o intuito de articular as Escolas Públicas Estaduais de Educação Básica e as Instituições de Ensino Superior (IES).

Este programa, de acordo com seus eixos norteadores, procura proporcionar ao professor condições de atualização e aprofundamento na sua área de formação, dialogando a partir da sua prática com os pressupostos teóricos da sua disciplina. Uma série de condições foi e é ofertada ao professor que participa deste programa, como o afastamento (sendo este integral no primeiro ano e 25% no segundo ano) para que possa desenvolver suas atividades junto as IES. Segundo os objetivos estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação em conjunto com a coordenação do PDE, “[...] são asseguradas aos participantes do PDE a infraestrutura, as ferramentas tecnológicas, principalmente, o afastamento remunerado de suas atividades regulares, necessário para o bom aproveitamento no PDE.” (PARANÁ, 2012, p.4)

Fruto de longas discussões entre a SEED e os representantes do Sindicato dos Professores – APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná sobre a elaboração do Plano de Carreira (Lei Complementar n.103, de 15 de março de 2004), gestou-se a possibilidade de criar este programa. Entretanto, somente em 2005 e 2006 ocorreu a aprovação deste vinculado à ascensão na carreira de magistério e em 2007 iniciaram as atividades com as primeiras turmas.

As atividades foram divididas em três grandes eixos: atividades de integração teórico-práticas, atividades de aprofundamento teórico e atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico. Tais atividades foram distribuídas em quatro períodos semestrais, ao longo de dois anos. Assim o primeiro eixo prioriza as seguintes fases: Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola; Orientação nas IES; Produção didático-pedagógica; Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola e o Trabalho Final (Artigo Científico). O segundo eixo abarca: cursos nas IES; Inserções Acadêmicas; Encontros de Área; Seminários Integradores PDE e Webconferências. Já o último eixo engloba atividades de: Cursos de Informática básica; Tutoria em Ensino à Distância (EAD) e ambientação em SACIR E MOODLE. Esta terceira fase tem como finalidade fornecer ao professor PDE o suporte tecnológico para que este tenha condições de interagir com os demais professores no que denominaram de Grupos de Trabalho em Rede (GTR). (PARANÁ, 2012)

Este programa possui aspectos positivos e também limites que não serão alvo de discussão e análise neste texto, todavia cabe destacar a iniciativa de aproximar dois lugares de saberes, o escolar e o acadêmico. Estes lugares são instâncias complexas de produção do conhecimento, que



necessitam de um diálogo constante e que muitas vezes não ocorre, instituindo acusações mútuas do papel de ambos no Ensino Brasileiro.

Desta forma este programa proporciona colocar frente a frente os sujeitos (professor PDE e Orientador da IES) provocando uma reflexão sobre o papel destes e incitando durante todo o processo um diálogo constante entre ambos, marcado de avanços, lutas e negociações. Alertamos que não se trata apenas de uma interação simplista em que um se “alimenta” do outro, como algo automático e progressivo, há uma cultura escolar que se modifica e que diz respeito às especificidades de cada escola, envolvendo os vários atores sociais presentes no processo educacional (professores, alunos, diretores, pedagogos, agentes educacionais etc.) e na academia também não temos um cenário diferente. Dessa forma é preciso compreender que o conhecimento histórico produzido na academia não é reproduzido na sala de aula das escolas, há a necessidade de uma problematização dos conteúdos, dos métodos, da escolha da fonte e principalmente é preciso que se estabeleça um diálogo que considere a teia de valores e conhecimentos dos sujeitos envolvidos neste processo de ensino-aprendizagem: professor e aluno. Nesta perspectiva o programa atende a ambas as partes.

A necessidade de formação contínua e continuada é apontada por Tardif, pois segundo este, “[...] os profissionais devem, assim autoformar-se e reciclar-se através de diferentes meios, após seus estudos universitários iniciais”. (TARDIF, 2002, p.7)

Nossa investigação consiste em analisar a proposta das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná para a disciplina de História (2008), percebendo o diálogo existente entre a teoria e a prática. A análise busca embasamento nos autores que as Diretrizes trabalham, verificando e problematizando como tal proposta encontra-se (ou não) no interior da escola. Foi aplicado um instrumento investigativo em 23 professores de História, no ano de 2010 que participavam na ocasião do Programa de Desenvolvimento da Educação, o PDE.

Desta forma, apesar de ter como objeto de análise as DCEs de História e seus pressupostos, procuramos privilegiar o que Barca chamou de agentes diretos da aprendizagem e do ensino, deixando em segundo plano os documentos (BARCA, 2011, p.25) e priorizando a recepção deste documento associada a sua prática em sala de aula. Essas duas fontes de pesquisa nos proporcionaram compreender como a proposta encontra-se na prática do professor.

Neste sentido é fundamental ressaltar que a elaboração de políticas educacionais, como as DCEs e o PDE, contribuiu para o início de um processo que proporciona um repensar no ambiente escolar, pois procura unir instâncias importantes de saberes (Governo, Universidade e Escola) em busca de uma educação com qualidade. Todavia, seria fundamental que este documento e o próprio programa de formação continuada, fossem discutidos e debatidos para uma inclusão de todos os sujeitos envolvidos neste processo.

Referências

- ABUB, K. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: *O saber histórico na sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- ARCO-VERDE, Y.F. de S. Introdução às Diretrizes curriculares. Disponível em: http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/OTP/texto_yvelise.pdf. Acesso em 09 jun. 2012.
- BARCA, I. O Papel da Educação Histórica no Desenvolvimento Social. In: CAINELLI, Marlene;



- SCHMIDT, M.A. *Educação Histórica: Teoria e Pesquisa*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p.21-48.
- BITTENCOURT, C.M.F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- CAIMI, F.E. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? In: CONTIJO, R.; ROCHA, H.; MAGALHÃES, M. (orgs.) *A Escrita da História escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 65-79.
- CERRI, L.F. Construção curricular como educação de professores – o caso das diretrizes curriculares estaduais de História no Paraná. In: CERRI, Luis Fernando (org.). *Ensino de História e educação: olhares em convergências*. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p.27-43.
- PARANÁ. *Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná- SEED, 2012.
- PARANÁ. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná- SEED. História. 2008.
- SIMAN, L.M. de C. O papel dos mediadores culturais e da ação mediadora do professor no processo de construção do conhecimento histórico pelos alunos. In: ZARTH, Paulo e outros (orgs.) *Ensino de História e Educação*. Ijuí: UNIJU, 2004.
- TARDIF, M. “Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério”. In: *Revista Brasileira de Educação*, no. 13, Jan/fev/mar/abr/, 2000.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

O ENSINO RURAL: MEDIDAS PARA O CAMPO PARANAENSE (1946-1960)

Rodrigo dos Santos

Graduando do 4º de História da UNICENTRO-Guarapuava. E-mail: digao_santos9@hotmail.com

Resumo: A pesquisa pretende analisar a modalidade de ensino: Educação Rural, nas duas gestões do governador do Paraná, Moysés Lupion. Identifica-se que, nos anos 1946-1950 e 1956-1960, períodos em que se instalou um programa educacional denominado desenvolvimento da comunidade, tendo como um dos principais componentes a educação rural. No período, havia uma preocupação com o campo, que se intensificou nos mandatos de Lupion. As fontes para compreender o período estudado e o objeto em evidência, a Educação Rural, são diversas: como o Jornal Folha do Oeste que mostra indícios de uma política educacional para a população rural de Guarapuava. Documentos online do Arquivo Público do Paraná, onde se encontram as mensagens dos governadores relatando suas gestões para a Assembléia Legislativa. O método empregado é o materialista histórico dialético, mais especificamente na categoria “totalidade” para captar as relações entre o econômico, o político e o educacional. Utilizamos o Econômico e o Político como ponto de partida para chegarmos ao social e no setor educacional. Tentamos uma análise teórica do contexto social, econômico político e cultural do período. A Educação rural independente do local de fixação, seja na administração federal, estadual ou municipal, surgiu como uma necessidade. Necessidade essa também pertinente aos nos dias de hoje com a emergência e a consolidação de novos mecanismos para o campo brasileiro como a modalidade de ensino: Educação do Campo.

Palavras-chave: desenvolvimentismo; Mensagens Assembleia; História da Educação; Políticas Educacionais; Políticas Públicas.

A pesquisa analisa a constituição dos fundamentos educacionais para a área rural nas gestões (1946-1950 e 1956-1960) de Moysés Lupion, como governador do Estado do Paraná. O trabalho é parte integrante do trabalho de Conclusão de Curso denominado: *Educação Rural: análise nas gestões de Moysés Lupion (1946-1960)*. Não tem-se a pretensão de analisar apenas se houve aumento ou retrocesso na criação destas instituições de ensino, simplificariamos nossa análise. Torna-se necessário analisar a estrutura existente no Brasil e no Paraná para compreendermos como se deu o processo. Quais eram os elementos políticos e econômicos a partir de 1930? Quais os programas para a população rural? Com base nas perguntas teceremos nosso trabalho.

Pretendia-se com Educação Rural promover nas áreas rurais/ agrícolas do país, a formação de sujeitos com uma mentalidade voltada para a participação produtiva e social, dentro dos limites do modo de produção capitalista.

No final da Segunda Guerra Mundial, 1945, com a declaração da Guerra Fria (1945-1991) a Organização das Nações Unidas, criou programas de auxílio aos países pobres: “os povos famintos têm mais receptividade à propaganda comunista”. (AMMANN, 1997, p. 30). Para tanto, o Estados Unidos sobressaiu conseguindo fortalecimento político e econômico, como potência hegemônica. Tinha obrigação de auxiliar financeiramente os países pobres, em especial pela proximidade, os da América Latina.

Com base em Ammann (1997) constatamos vários acordos firmados com o princípio de evitar os êxodos rurais da população. A educação da população rural foi considerada como uma solução aos problemas de desigualdade social. O analfabetismo do campo representava um fator de atraso do país. O mínimo de instrução melhoraria a população que precisava de noções de higiene, trabalho e saúde. A preparação para o trabalho viria com a qualificação técnica.



O modelo adotado no Brasil e em outros países visava ações como semanas ruralistas, dispondo de centros de treinamentos para professores rurais, além de Clubes Agrícolas e Conselhos Comunitários. No Brasil o programa foi denominado de extensão rural: “implementa-se no Brasil, a assistência técnica com o nome de extensão rural ou assistência técnica educativa. [...] regulamentados pela Comissão Brasileira Americana de Educação de Populações Rurais – CBCAR. (BARREIRO, 2007, p. 26). Celani Leite aponta os propósitos imediatistas deste novo programa: “O objetivo imediato da Extensão Rural foi o combate à carência, à subnutrição e às doenças, bem como a ignorância e a outros fatores negativos dos grupos empobrecidos no Brasil.”. (LEITE, 2002, p. 34)

As medidas para combater as rebeliões na área rural e suprir a carência na alfabetização brasileira foram muitas. Entre elas a Campanha Nacional de Educação Rural de 1950 à 1963, em que temos o auge da modalidade de ensino Educação Rural no país. Paralelamente se desenvolveu o Serviço Rural: “desenvolveram projetos para a preparação de técnicos destinados à educação de base rural e programas de melhoria de vida dos rurícolas”. (LEITE, 2002, p. 36). Estes projetos também se preocupavam em trazer atrativos para as áreas agrícolas como televisão, cinema, teatro, esporte.

A Campanha Nacional da Educação Rural deu origem a outros projetos, como a Campanha de alfabetização de adultos. O novo projeto de alfabetização de adultos na área rural atendeu em seu primórdio o município de Itaperuna em Minas Gerais alastrando-se para todo o Brasil. As finalidades dos projetos foram: “atender a momentos de crises como o êxodo rural nas décadas de 1930, 1940 e 1950, altos índices de analfabetismo no campo brasileiro, modernização a agricultura” (BARREIRO, 2007, p. 11)

O Paraná, desde 1930 procurou se consolidar como um Estado próspero frente aos demais do Brasil desvinculando sua imagem de frágil e dependente economicamente. O Estado inicialmente ficou conhecido como problemático, onde imperava a violência, e a discórdia: “Todas as questões eram resolvidas à bala – lá como cá-.” (HELLER; DUARTE, 2000, p. 33). O Paraná foi palco de conflitos de terras, disputas políticas, acusações de corrupção.

Com estudo não temos a intenção de tratar Moysés Wille Lupion como um herói, ou um ser destacado frente aos demais. Há muito tempo, desde o século XIX, a História aboliu a prática de idolatria com Marc Bloch (2001) representante da primeira geração dos *Annales*. Porém não conseguimos desvincular Lupion e as iniciativas de cunhagem da educação rural, não se tem como negar que no seu governo houve um impulso desenvolvimentista com a construção de escolas e estradas, “Em qualquer cidade ou vila, eis que se erguem prédios para escolas, eis que uma estrada rasga uma mata e corta uma campina... Aqui está a maior preocupação de nosso grande Governo: *estradas e escolas*.” (FOLHA DO OESTE, 1950). As escolas dariam o mínimo de instrução para essa população, mão-de-obra barata. As estradas tinham a finalidade de interligar as regiões do Estado facilitando o escoamento da produção.

Moysés Wille Lupion de Tróia, não promoveu todas as mudanças políticas e econômicas sozinho, teve além do governo federal, a ajuda de um grande número de colaboradores. Erasmus Pilotto secretário de governo foi quem comandou os programas de expansão educacional para a área rural no Paraná.

O sucessor de Lupion, o governador Ney de Barros Braga, foi eleito para 1961 com um discurso criticando todas as obras do governo anterior:



Não usaremos o ensino como arma política, não construiremos prédios apenas para inaugurar-los. O Departamento de Edificações e a Secretaria de Educação passaram a trabalhar em conjunto, para evitar o que era freqüente na administração anterior, em que a S.E.C. nem ao menos sabia a quantas escolas estavam sendo construídas, nem aonde. (PARANÁ, 1961, p. 35)

Ney Braga afirmou que não se sabiam quantas escolas foram criadas. Para o governador de 1961 as escolas foram uma artimanha política de Lupion para inaugurar-las a favor de uma nova eleição como percebe-se na citação acima.

A grande meta do Governo Lupion no primeiro mandato foi a colonização de Terras: “foram criados a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização (1947) e o departamento Administrativo do Oeste (1948) – depois transformado em Departamento de Fronteira, ligado diretamente ao Palácio do Governo.” (IPARDES, 2006, p. 63-64). O segundo mandato foi marcado pela fixação da população oriunda do primeiro mandato, através das medidas destinadas a população do campo como veremos adiante no texto.

Outra crítica feita à Lupion foi a de Bento Munhoz declarando que o Paraná com a divisão de glebas virou um *balcão de vendas*. Segue-se trecho da mensagem do Governador: “pode ser definidos sem receio de exagero [...] como de verdadeira liquidação do patrimônio territorial do Estado [...] todo se convertido aquele setor administrativo em balcão de vendas de terras.” (PARANÁ, 1951, p. 61). O próprio Departamento de Terras é fechado por Bento como aparece em outro trecho da mensagem: “o Departamento de Terras de portas fechadas, tal a necessidade de reorganização dos serviços internos e externos, encontrados em verdadeiro tumulto.” (PARANÁ, 1951, p.61)

Bento Munhoz e Ney Braga apontaram que a administração de Lupion foi desorganizada trazendo consequências maléficas para o Estado. Para Ney Braga os problemas foram as doenças vindas com essa população fixada no interior do Estado. Este problema o mesmo da colonização portuguesa no Brasil: as doenças que vieram com essa nova população que se assentou no interior do Estado: “Além disso, diversas doenças antes desconhecidas no território paranaense, aqui surgiram trazidas pela imigração.” (PARANÁ, 1961, p. 35).

Nas mensagens analisadas dos governadores não constatamos a menção do nome deste ou a outro candidato. Os nomes dos governadores, com exceção do atual, não aparecem. O que dá clareza para sabermos para quem são as críticas são as citações dos *governos anteriores*. O termo *governo anterior* é comumente apresentado nas críticas para designar Lupion. Bento Munhoz ainda afirma que Moysés Lupion tinha participação nos conflitos territoriais do Estado:

A tal ponto chegou a imoralidade permitida pelo Governo anterior, senão por ele próprio fomentada, que se encontrou no assoalho do Departamento de Terras uma letra de Cr\$ 500.000,00 assinada por um grande magnata na aquisição de terras devolutas em favor de um funcionário do referido Departamento.(PARANÁ, 1961, p. 64).

Neste trecho da mensagem o Governador Bento Munhoz supõe corrupção no Departamento de Terras com conivência do governo, como relatado em momento anterior seu fechamento. Porém não podemos certamente confirmação do fato pela ausência de documentos que possam comprovar a tese de Ney Braga. O governador Bento Munhoz e Ney Braga ganharam as eleições discursando sobre as ações desenvolvidas por Lupion.



O Governo Munhoz, opositor de Lupion, propunha mudar radicalmente a conduta de seu antecessor, não conseguiu, continuou com as mesmas medidas *Lupiônicas*, apenas centralizando suas obras na Capital: “Bento, da mesma forma, volta-se para a questão da colonização, tendo, por meio de um programa específico coordenado pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.” (IPARDES, 2006, p. 63). Apesar das críticas ao programa de colonização de Lupion, o governador Bento Munhoz também cria mecanismos específicos para a povoação e fixação da população rural, mudando apenas o enfoque para outro aparelho estatal. O Departamento de Terras da administração de Lupion cede espaço para a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração do governo Munhoz.

A característica do governo Bento Munhoz foi centralizar as obras na Capital, não assistindo com essa política as regiões longínquas do Estado: “Veio Bento Munhoz da Rocha Netto e aproveitou as riquezas geradas naqueles confins para realizar grandes obras na capital, como o Teatro Guairá, a Biblioteca Pública e o centro Cívico, e para os festejos do Centenário da Emancipação Política do Paraná em 1953.” (HELLER; DUARTE, 2000, p. 33) Munhoz da Rocha ao centralizar as obras na Capital diferenciou-se do Lupion. O governo Lupion descentralizou as obras, e não esqueceu as regiões distantes do Paraná, bem como o município de Guarapuava.

No segundo mandato do Governador Lupion em 1956 foram dadas novas ordens aos aparelhos estatais para evitar um êxodo desta população camponesa para a cidade: “O Departamento de Geografia, Terras e Colonização recebe de Lupion, no seu segundo governo, instruções precisas de fixação do homem no campo.” (HELLER; DUARTE, p. 86). O Departamento de Terras fechado por Bento Munhoz é reativado por Lupion com o objetivo de promover novos atrativos para fixar a população trazida no seu primeiro mandato. Os atrativos podem ser definidos como métodos de trabalho, e o próprio modelo diferenciado de ensino para o rural.

Por falta de recursos próprios para colonizar as terras, os governos federal e estadual designaram à iniciativa privada as terras devolutas do país. A responsabilidade pelo loteamento de terras foi dada ao capital privado atendendo principalmente interesses políticos. Criou-se para a divisão de terras no Estado do Paraná Companhias Colonizadoras: “para o desenvolvimento de projetos de colonização que passariam a serem executados pelo próprio Estado (os projetos de colonização oficial) e pela iniciativa privada (os projetos de colonização empresarial privada).” (SERRA, 2010, p. 138). As Companhias de Terras agiam com predominância nas áreas do sudoeste e norte do Estado onde ocorreram os principais conflitos por posse de terras no Paraná.

Pela precária divisão de terras das empresas da iniciativa privada, eclodiu em 1940 a Revolta de Porecatu envolvendo posseiros e fazendeiros da região. A Guerrilha de Porecatu eclodiu na margem esquerda do rio Paranapanema, divisa de São Paulo com o Paraná: “Originou-se de um processo de litígios sangrentos entre os posseiros e latifundiários, que disputavam vastas áreas de novas fronteiras agrícolas do Norte do Paraná, penetradas por imigrantes gaúchos e nordestinos.” (MORAIS, 2006, p. 25) Os grandes proprietários almejavam incorporar as terras dos pequenos que ali viviam. Para combater os latifundiários foi montada uma guerrilha com apoio do Partido Comunista Brasileiro. Antigos núcleos do partido comunista, abasteciam os revoltosos com munições, armamentos e dinheiros. A revolta se dissolveu pelo próprio PCB que não encontrou condições de lutar na região.

Em 1957 eclodiu o Levante dos Posseiros do Sudoeste. Denominação pelo fato desses pequenos agricultores estarem na região sem um documento legitimador da posse de suas terras. Os



posseiros entraram em litígio com as companhias de terras por causa das glebas de Chopim e Missões. Como o governo do Paraná tinha dado a iniciativa privada a colonização de terras naquele local, estas foram vendidas a novas pessoas: “os posseiros queriam a expulsão das colonizadoras que fomentavam o banditismo, para viver e trabalhar em paz.” (HELLER; DUARTE, 2000, p. 40). Para expulsar os *invasores* foi criado um governo paralelo ao do Estado, tornando-se uma região independente: “em setembro e outubro de 1957 em Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema, Dois Vizinhos e Barracão. Cerca de seis mil posseiros resolveram fazer justiça com as próprias mãos, destituindo e prendendo as autoridades.” (HELLER; DUARTE, 2000, p. 34-35). A situação de um governo paralelo é interessante, pois remonta a importância da organização de trabalhadores. O conflito foi solucionado por Ney Braga em 1962 que recebeu o presidente da república João Goulart. Foi feito um depósito como indenização aos colonos e desapropriado as terras para os posseiros.

Com a incidência de conflitos, a Educação teve papel fundamental na administração estadual. Forma de atrair novos recursos para a população não promover revoltas. Isso pode ser um dos fatores da Educação para a área rural apenas ser mencionada nas Mensagens da Assembléia destacadas por Lupion. Foram criados programas específicos para atender as deficiências do ensino e as demandas da população dos locais mais longínquos do Estado, como a criação de 500 escolas primárias através de convênios com as prefeituras do interior, e solicitações de construção e manutenção de escolas próprias. (IPARDES, 2006, p. 88). Com isso percebemos a consonância da política não apenas do governo federal e do estadual, mas também das prefeituras como poder local. O termo prefeituras do interior demonstra a construção de escolas longe do eixo Curitiba-Paranaguá.

Além dessas medidas, foram criados cursos para formação de professores, Lupion pretendia descentralizar a formação de professores da Capital para formar profissionais em um curto espaço de tempo:

Precisamos formar o mestre de cada região em sua própria região (sic!) -redução da evasão escolar, fundação de Associação de Amigos das Escolas, criação de Cursos Normais regionais e das “Missões Culturais”, já referidas, que visam [...] destruir a ignorância. (IPARDES, 2006, p. 88).

Ney Braga ao assumir o governo do Estado, questionou a qualidade desses profissionais, segundo o novo governador qualquer pessoa na gestão de Lupion poderia ser professor, sem uma instrução precisa: “Milhares de pessoas sem habilitação foram nomeadas para o magistério.” (PARANÁ, 1961, p. 34). Ney Braga desacreditava a gestão anterior, que tanto quis construir escolas para inaugurá-las, esquecendo-se de investir em *capital humano*. O governo Ney Braga acreditava que as escolas construídas foram apenas uma manobra de campanha eleitoral para angariar votos.

Em suma percebemos características comuns entre os governantes mencionados: todos pensavam em um progresso, desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo econômico sem medir consequências. Não há como negar que houve um surto de progresso no período, os governadores preocuparam-se em trazer novos atrativos para o Paraná que teve grande crescimento populacional no período: “A população paranaense cresceu de 1.236.000 habitantes em 1940, para 2.129.000 em 1950, e para 4.200.000 em 1960 [...] quase três vezes maior que a do Brasil, que é de 2,7%.” (PARANÁ, 1961, p. 4). Os aumentos populações provavelmente foram decorrentes do processo de imigração e migração no Estado.



Considerações finais

Como na vivência humana o passado só tem significância quando responde as perguntas atuais. A pertinência deste trabalho se faz com a emergência a partir da década de 1990 da Educação do Campo como política pública específica para as populações agrícolas e confirmamos a importância da Educação Rural na trajetória do campo brasileiro.

É importante frisar que tivemos no Brasil e no Paraná medidas governamentais diferenciadas para a população do Campo e da Cidade desde a década de 1930. Não é inédito o sistema de políticas públicas para a área rural. Retirar da trajetória da Educação do Campo a Educação Rural é negar uma permanência de um ensino voltado para o rural, e uma política específica para determinados sujeitos históricos. Os dois modelos educacionais nasceram como necessidade para apaziguar o campo brasileiro. Para tanto neste trabalhos os termos rural e campo são citados como sinônimos, apesar de termos clareza da discussão profunda nos ramos pedagógico e geográfico gerada por eles.

Entendemos o Estado na concepção de Poulantzas (2000) como dispositivo de poder numa condensação material de uma relação, ou seja, luta de classes entre as várias frações de detém o poder institucionalizado. Percebemos tendo por base a análise dos vários projetos e medidas para o campo, que a luta entre os aparelhos é desigual: “Ela resulta também de sua estrutura de condensação de uma relação de forças, logo do lugar preponderante em seu seio da classe ou fração hegemônica sobre as outras classes e frações do bloco no poder” (POULANTZAS, 2000, p.139). A burguesia nesta disputa geralmente é quem tem em seu poderio nos aparelhos mais importantes e que vai promover as medidas definitivamente importantes.

As relações entre as muitas classes que compõem qualquer Estado e tantas outras subdivisões, não ocorrem da mesma forma. O Estado tem a capacidade de absorver os conflitos pela diversidade das classes que o compõem, e muitas vezes de aproximar-se das forças que detém o poder econômico, no caso a burguesia que detém o poder dos aparelhos.

Muitos conflitos ainda ocorrerão nos dias atuais por melhores condições dentro de seus aparelhos, pois para evitar revoltas e para o bem de todos dentro do Estado a classe dominante concede através das lutas populares pequenos atributos às classes dominadas, forma de apaziguar a relação tensa estabelecida entre o campo e a cidade.

Isso não ocorre apenas com países ditos desenvolvidos como os Estados Unidos, mas também com os ditos subdesenvolvidos como o Brasil. Os subdesenvolvidos possuem maior preocupação em controlar a população temendo o alastramento de conflitos. O Estado não utiliza de repressão porque é necessário aparentar uma situação de tranquilidade para atrair novos investimentos com convênios internacionais como foi o modelo de Ensino: Educação Rural.

Agradecimentos

Os agradecimentos para o desenvolvimento desta pesquisa são destinados a minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso: Angela Hidalgo, sem sua contribuição seria difícil a viabilização desta pesquisa.

Referências



Fontes

Folha do Oeste, 26 de fevereiro de 1950.

PARANÁ *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Sessão Ordinária da 2ª. Legislatura pelo Senhor Bento Munhoz, Governador do Paraná*, em 01/05/1951. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1951_MFN_944.pdf> Acessado em: 11 jan 2012.

PARANÁ. *Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª. Sessão Ordinária da 4ª. Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado*, em 01/05/1961. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MFN_1663.pdf> Acessado em 13 dez 2011.

Bibliográficas

AMMANN, S.B. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

BARREIRO, E. *Políticas Educacionais e escolas rurais no Paraná 1930-2005*. Maringá: UEM, 2007. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá.

BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2001.

HELLER, M.I.; DUARTE, M. de L.A.G. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (IPARDES). *O Paraná reinventado: politica e governo*. Curitiba: IPARDES, 2006.

LEITE, S.C. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. Editora Cortez. São Paulo: 2002.

MORAIS, C.S. de. I- História das Ligas Camponesas do Brasil- 1969. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. Expressão Popular.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SERRA, E. A posse da Terra e os Conflitos Rurais no Paraná. In: SAQUET, Aurélio; SANTOS, R. A. dos (org.) *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. Expressão Popular. São Paulo: 2010.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ST Diálogos entre História e Arte



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

O CIRCO NO BRASIL: A ARTE POPULAR NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Gláucia Andreza Kronbauer

Departamento de Educação Física, UNICENTRO-Irati. E-mail: gkgglau@yahoo.com.br

Resumo: As artes circenses chegaram ao Brasil a partir do século XVIII e se espalharam pelo território nacional com pequenas apresentações nas comunidades rurais e vilarejos. As companhias circenses com lona e picadeiro se estruturaram no século XIX, o *período dourado* do circo, impulsionadas, em grande medida, pelos ciclos econômicos que financiavam parte da vida cultural brasileira. Os números circenses trazidos da Europa começam a incorporar dramas e apresentações musicais típicas do Brasil, formando um novo tipo de espetáculo conhecido como Circo-Teatro. Mas a partir do século XX os espetáculos circenses voltam a ocupar seu espaço à margem da vida cultural das classes dominantes – cabe destacar que as artes cênicas não tiveram espaço nas discussões da Semana da Arte Moderna, em 1922. Ao longo do processo de modernização do país os circos familiares foram perdendo espaço nos centros urbanos, cada vez mais industrializados, e se refugiaram nas periferias e zonas rurais, onde até hoje podem ser encontradas pequenas companhias que lutam para sobreviver à explosão das grandes empresas do entretenimento. Ou seja, a capitalização dos espetáculos acabou marginalizando aqueles que vivem no/do circo, acentuando as diferenças sociais. O presente estudo pretende elucidar questões referentes à trajetória do circo no século XX no Brasil, acompanhando o processo de estruturação do capitalismo no país. Sendo uma manifestação da cultura popular, a desvalorização dessa arte certamente nos leva a refletir sobre os valores sociais que têm sido construídos e a forma com que temos lidado com nossa memória e nossa história.

Palavras-chave: Arte Circense; História; Capitalismo.

Introdução

As artes circenses começaram a chegar ao Brasil no século XVIII, na bagagem de alguns imigrantes Europeus, principalmente vindos de Portugal e da Espanha. Eles se apresentavam em festas populares, nas feiras, nas praças, em qualquer lugar onde existisse concentração de pessoas para assistirem suas excentricidades. Ao mesmo tempo, surgia na Europa uma nova formação de espetáculo, que conhecemos hoje como o Circo Moderno, cuja primeira apresentação data do ano de 1770. Elaborado por Philip Astley, em Londres e posteriormente em Paris, o circo passou a ser um espetáculo que agregava acrobatas, malabaristas, palhaços, peças teatrais – pantomimas e hipodramas – e, como destaque, habilidades sobre o cavalo (BOLOGNESI, 2006; TORRES, 1998).

A partir do século XIX algumas famílias de acrobatas, funâmbulos, saltimbancos, cavaleiros, desembarcam junto com outros tantos grupos que fugiam de uma Europa hostil, que pregava a “limpeza” da sociedade e condenava os excessos do corpo, a fantasia...

As exibições de rua, os circos, libertavam o espontâneo que fora aprisionado pelo saber científico, faziam renascer formas esquecidas da inteireza humana. Exibiam o que se desejava ocultar e despertavam imagens adormecidas no coração dos homens. Eram dissonantes à sociedade que se afirmava no século XIX. (SOARES, 2002, p. 28).

Esses grupos percorreram diferentes espaços do território nacional, incorporando características locais aos seus espetáculos. Podemos citar, por exemplo, números musicais de artistas de cada região, peças de teatro, o palhaço caipira, entre outros (SILVA E ABREU, 2009). Essa mixórdia de tradições e influências regionais, aliada a criação do circo sob a lona, nos Estados



Unidos – que permitiu que o circense assumisse seu caráter nômade, levou o circo brasileiro a seguir caminhos bastante distintos no século XX: as grandes empresas circenses que se consolidaram como forma de entretenimento nos grandes centros urbanos, e os pequenos circos de variedades, ou circos-teatro, que percorreram e ainda percorrem as regiões rurais e a periferia das grandes cidades.

Essas diferenças não aparecem apenas no espetáculo, mas também nas relações de trabalho estabelecidas dentro das companhias circenses, na quantidade de capital acumulado, nas características profissionais dos artistas e, certamente, nas condições sociais dos espectadores. De certa forma, a organização desses grupos de artistas e empresários acompanhou o processo de expansão do capitalismo no Brasil do século XX; enquanto as grandes companhias se integraram ao sistema e alcançaram seu espaço junto à classe média/alta, os circos pequenos se tornaram ainda menores e mais pobres, e se estabeleceram como uma manifestação e expressão cultural das classes sociais menos favorecidas.

O presente estudo pretende elucidar questões referentes à trajetória do circo no século XX no Brasil, das grandes empresas e dos pequenos grupos, acompanhando esse processo de estruturação do capitalismo no país, fundamentado pelo materialismo histórico. Este se apresenta como possibilidade de análise da história com base nas condições materiais concretas para a produção dos modos de vida, ou seja, o trabalho. Especificamente, a realidade é construída a partir das contradições existentes entre os agentes do trabalho, e um período histórico é definido pelas características dos meios de produção: “*a compreensão última dos processos históricos deve ser buscada na forma pela qual os homens produzem os meios materiais*” (HARNECKER, 1983, p. 31).

Para tanto, nos apoiaremos, em grande medida, em obras literárias daqueles indivíduos que não constam nas estatísticas da Capes ou do CNPq, que não possuem *Curriculum Lattes*, rigor metodológico e formatação acadêmica em seus textos, mas que apresentam uma história riquíssima junto ao circo. Podemos citar as biografias dos palhaços Arrelia e Piolim, de Ruy Bartholo, Tito Neto, relatos de Antolin Garcia sobre a turnê do Circo Garcia pela África, o livro de Gary Jennings sobre um circo que viaja pela Europa no século XIX, a história de Lyn Heward contada por John Bacon sobre sua experiência com o Cirque Du Soleil, entre outras obras de pouca repercussão, mas com informações sobre o cotidiano da lona. Merecem destaque a obra de Alice Viveiros de Castro (2005), que remonta a trajetória de diversos palhaços brasileiros, Roberto Ruiz (1987) e Antônio Torres, mas também as produções acadêmicas de Erminia Silva (2003). Por lentes maravilhadas pela magia dos circos e a liberdade da lona, esses artistas-escritores buscam reconstruir a história do Circo no Brasil por meio de personagens, datas e fatos que marcaram sua trajetória ou a daqueles que lhes deram histórias para contar.

Certamente é preciso mais do que isso para se compreender a história do Circo na ótica do materialismo histórico; é preciso buscar a essência a partir da sua manifestação, o fenômeno, entendendo que este representa apenas parte da coisa em si e na basta para a compreensão da realidade social. Como afirma Cury (1989) a realidade é a unidade do fenômeno e da essência, e não sua coincidência. Ou seja, a realidade social se constrói pela relação dialética entre essência e fenômeno e cabe ao pesquisador analisar criticamente tais obras. Ademais, um dos pilares de sustentação do materialismo histórico é a premissa de que “*não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência*” (MARX e ENGELS, 1989, p. 37). Se, talvez nos dias de hoje, seja imprudente afirmar que as condições materiais sejam as únicas determinantes na



construção dos modos de vida, seria da mesma forma imprudente ignorá-las. Neste caso, buscar essas condições a partir da história dos diferentes grupos sociais no Brasil permite compreender a vida e a obra desses sujeitos e utilizar determinadas informações como fonte.

As classes sociais no circo: do artista ao espectador

O Circo chegou ao Brasil no século XIX, acompanhando o processo de imigração, juntamente com famílias e pequenas Trupes. Espalhou-se pelo território nacional apresentando suas variedades nas comunidades rurais, nas pequenas vilas e fazendas e se mantém até hoje nas periferias dos centros urbanos e no interior do país. A organização social dessas pequenas companhias circenses familiares possui, em certa medida, proximidade com a organização social camponesa, em que os meios de subsistência são produzidos e consumidos de forma comunitária (IANNI, 1988). Apesar de o circo familiar ter um dono, ele é ao mesmo tempo o chefe da família que não encontrará grande vantagem em explorar a força de trabalho dos seus na produção da para acumular capital isoladamente.

Ruy Bartholo, artista circense que nasceu em um pequeno circo, comenta que o circo-teatro chagava na cidade com muita festa, mas saía endividado. O lema era “*se Deus deu para hoje, dará para amanhã também*” (1999, p. 28). Além disso, parte da arrecadação era destinada para o pagamento da moradia dos artistas, de roupas e materiais para o espetáculo. Destaca-se ainda que a lona desses circos era feita de pano costurado a mão e impermeabilizado com gordura animal e cera, altamente inflamável. Era comum que os circos pegassem fogo, e o pouco dinheiro que conseguiam juntar acabava sendo usado para confeccionar uma lona nova.

O circo-teatro caracterizava-se por sua organização familiar, com alguns poucos artistas contratados, muitos dos quais não deixavam suas casas para acompanhar o grupo quando o circo partia – assim, cada nova cidade trazia novas atrações. Por ser constituído de um pequeno número de pessoas, todos participavam de todas as etapas, desde a montagem da estrutura, até os ensaios e a elaboração do espetáculo:

Por exemplo, eu enripava o circo nos locais onde o pano era preso, montava o palco com a ajuda de dois auxiliares e cooperava na descarga dos caminhões.

No picadeiro, eu fazia parada, rola-rola, acrobacias, barreira e já começava com a locução. Nos shows fazia esquetes; no teatro, maquinista, montava os cenários, tinha participação em quase todo o repertório e ainda fazia papéis secundários. (1999, p. 40).

Segundo Marx (1980) quando não há interesse de agenciadores/empresários o trabalho artístico não se enquadra no sistema capitalista. Neste sentido, se o capitalismo passou a determinar as relações sociais e as relações de produção ainda no século XIX, a estrutura familiar circense conseguiu sobreviver e manteve, em certa medida, sua relação de produção comunitária até o final do século XX.

Em contrapartida, quando voltamos nosso olhar para as grandes companhias circenses, a realidade se apresenta de maneira distinta. Por exemplo, sobre a organização do Circo Romano, um dos grandes circos de 1950, Ruy aponta que “*Tinha artistas estrangeiros, animais amestrados, capatazes exclusivamente voltados para a montagem e desmontagem da tenda, e secretários que*



tinham por única incumbência preparar a praça para a chegada do circo.” (1999, p. 39-40).

Essas grandes companhias circenses que ascenderam a partir da segunda metade do século XX, acompanhando o crescimento dos meios de comunicação e das grandes empresas do entretenimento, apresentam uma realidade completamente diferente daquele circo pequeno. Talvez o exemplo mais claro e característico seja o surgimento do famoso Cirque du Soleil, em 1984 em Quebec, uma empresa que conta atualmente com diversos espetáculos ao redor do mundo. Seus fundadores são ex-artistas de rua que receberam uma doação de US\$1,5 milhão do Governo do Canadá para organizar uma produção para as comemorações dos 450 anos de Quebec. No ano 2000 a companhia já contava com 3500 funcionários – em 2012 alcançou mais de 5000 – grande parte destes são artistas que frequentaram escolas de circo, ex-atletas e bailarinos, em mais de 40 países, com lucro anual de aproximadamente US\$600 milhões. Neste caso, a estrutura empresarial permite ao capitalista acumular lucros – o diretor do grupo Cirque du Soleil, proprietário de 95% do patrimônio, aparece com frequência na lista dos grandes bilionários do mundo.

No Brasil, o circo bem sucedido não manteve suas atividades exclusivamente embaixo da lona. Foram criados parques temáticos, grupos de teatro que incorporaram características circenses, palhaços na televisão, etc. Podemos citar o Circo Tihany e o Circo Orlando Orfei, como companhias que se mantiveram sob a lona, mas temos ainda a Intrépida Trupe, o Circo Voador, o Parque Beto Carrero World, o palhaço Carequinha, entre outros (TORRES, 1998). Até mesmo Mazzaropi, artista de formação circense, alcançou grande destaque no cinema nacional, criando um personagem carregado de características regionais, assim como o palhaço caipira/camponês.

Entendendo atualmente o espetáculo como um produto a ser consumido, resultado do trabalho de proprietários da empresa e daqueles que vendem sua força de trabalho, torna-se importante discutir o processo de construção do que Marx denomina de *mais-valia*, e que motivou em grande parte a evolução tecnológica nos meios de produção. Para Marx (1980), o valor de uso de um produto está associado a sua capacidade de atender as necessidades humanas de subsistência, destacando que também os desejos e fantasias são necessidades humanas estéticas. Talvez esse seja o momento oportuno para o diálogo com o conceito de *capital simbólico*, proposto por Bourdieu. Se o valor de uso de um produto está associado a sua funcionalidade para oferecer condições materiais de subsistência, o capital simbólico pode ser compreendido como um valor estético, determinado por sua representação social. Esse capital simbólico pode ser convertido em capital financeiro quando, ao valor de uso de um produto, é adicionado o seu valor simbólico, gerando um novo valor de troca na comercialização.

Nesse sentido, os diferentes valores de um espetáculo e sua capacidade de produção de *mais-valia* podem ser determinados a partir da tecnologia envolvida na sua produção, do tempo de treinamento/trabalho do artista, mas também a partir do capital simbólico que ele carrega. Enquanto as pequenas companhias de circo cobram entre R\$5,00 e R\$20,00 reais e estão falindo, os ingressos do Cirque du Soleil no Brasil custam entre R\$150,00 e R\$395,00 e se realizam com lotação máxima. Certamente, com tamanha discrepância entre os valores dos ingressos, há também diferenças entre os espectadores.

Segundo Magnani (2003), no Brasil existiram e ainda existem circos de grandes dimensões, luxuosos e com infraestrutura e meios técnicos sofisticados para apresentar números complexos e espetáculos variados. Ao mesmo tempo, a maioria dos grupos circenses se caracteriza pelos circos-teatros ou de variedades; são pequenos, pobres, compostos basicamente por membros de uma família e se situam entre “*as múltiplas formas de entretenimento existentes nos bairros populares*



dos grandes centros urbanos [...] muito difundida também nas pequenas cidades do interior” (p. 31).

A burocratização do circo e a institucionalização dos saberes

Uma vez que os espetáculos circenses assumiram uma estrutura empresarial e as relações sociais de produção se tornaram mais complexas, surgiu a necessidade de regulamentação da profissão do artista. Em 24 de maio de 1978 foi aprovada a Lei Federal n. 6.533 (Brasil, 1978), que dispunha sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões. Foi, da mesma forma necessário, determinar aqueles que poderiam, por direito, exercer a profissão, como consta no Artigo 2º e no Artigo 7º da referida Lei:

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, é considerado:

I - Artista, o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública;

Art 7º - Para registro do Artista ou do Técnico em Espetáculos de Diversões, é necessário a apresentação de:

I - diploma de curso superior de Diretor de Teatro, Coreógrafo, Professor de Arte Dramática, ou outros cursos semelhantes, reconhecidos na forma da Lei; ou

II - diploma ou certificado correspondentes às habilitações profissionais de 2º Grau de Ator, Contra-regra, Cenotécnico, Sonoplasta, ou outras semelhantes, reconhecidas na forma da Lei; ou

III - atestado de capacitação profissional fornecido pelo Sindicato representativo das categorias profissionais e, subsidiariamente, pela Federação respectiva.

Podemos observar que a profissionalização do artista, de acordo com o disposto, exigia a formação em escolas específicas do ramo, provocando uma demanda por tais instituições de ensino. Ao mesmo tempo, artistas que já atuavam em espetáculos, que passaram a vida no circo aprendendo com o convívio familiar e acumularam uma grande riqueza cultural e de saberes circenses foram ignorados. Percebe-se ainda outra contradição entre o que define a legislação e as ações que aconteceram a partir de sua aprovação, principalmente no que diz respeito à formação profissional dos artistas em escolas e cursos técnicos específicos.

Cabe destacar que no mesmo ano de aprovação da referida lei, surgiu a primeira escola de circo, a Academia Piolin de Artes Circenses, em São Paulo. Quatro anos depois, em 1982, foi fundada a Escola Nacional do Circo, no Rio de Janeiro, única instituição até hoje mantida pelo Governo Federal através da FUNARTE (Fundação Nacional de Artes).

Lembremo-nos que a educação institucionalizada aparece na história da humanidade na medida em que surge a propriedade privada e a separação entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção (SAVIANI, 2007). Neste caso, os processos educacionais seriam as formas pelas quais os indivíduos aprendem a reproduzir ou questionar/revolucionar os meios de produção e as relações sociais neles implícitas. Como afirma Cury (1989), a classe dominante busca a manutenção da estrutura por meio do consenso de sua visão de mundo e a educação institucionalizada seria um aparelho para difundir sua ideologia na busca da aceitação ou passividade por parte da classe dominada.



Percebemos que a burocratização da profissão do artista e a institucionalização dos saberes circenses provocou um movimento de reconhecimento e valorização do trabalho do artista. Contudo, compreendemos que a realidade é dialética, ou seja, ela se constitui a partir da contradição. Neste caso, se por um lado a formação institucionalizada e a regulamentação da profissão do artista agregam valor ao seu trabalho, garante direitos trabalhistas, vagas em escolas públicas para as crianças do circo, etc., por outro lado integram o circo de forma passiva ao sistema capitalista, realçam as diferenças socioeconômicas entre o artista profissional e o artista da lona e dispersam a força desse grupo social na luta contra a dominação. Se a superação de uma realidade depende do nível de desenvolvimento das contradições das relações sociais, neste caso a classe dominante amortiza a força da contradição e mantém a realidade como está.

Considerações finais

Certamente o que move um artista não é apenas o dinheiro, são também as necessidades estéticas, tanto suas, quanto as da plateia que se retroalimentam – o encantamento do público e suas palmas alimentam o trabalho do artista, enquanto este, com suas performances, alimenta as emoções do público. Como afirma Silva (1996, p. 24): “*Há algo no modo de construção do circense, das famílias circenses e de seu saber, na forma como se relacionam com esta arte que não se explica simplesmente pelo movimento do capital.*”

Contudo, desconsiderar as questões econômicas seria, ao mesmo tempo, ignorar as desigualdades sociais; ignorar que as condições sociais, em certa medida, acabam por interferir na criação dos modos de vida do circense. As grandes empresas hegemônicas são capazes de acumular capital, enquanto pequenas companhias sobrevivem na busca diária por melhores condições de vida.

Essas diferenças acarretam também diferentes reconhecimentos do espetáculo circense pelo público. Sendo uma manifestação da cultura popular, a desvalorização dessa arte – quando expressa pelos descendentes de famílias circenses que ocupam os circos menores nos espaços periféricos da sociedade – certamente nos leva a refletir sobre os valores sociais que têm sido construídos e a forma com que temos lidado com nossa memória e nossa história.

Referências

- BARTHOLO, R. *Respeitável Público: os bastidores do fascinante mundo do circo*. Rio de Janeiro: Letras e Expressões; São Paulo: Elevação, 1999.
- BOLOGNESI, M.F. Circo e teatro: aproximações e conflitos. *Revista Sala Preta (USP)*, v. 6, p. 9-19, 2006.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. *Lei Federal 6.533*, de 24 de maio de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências
- CURY, C.R.J. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.



- IANNI, O. *Dialética e Capitalismo* – ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- HARNECKER, M. *Conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global, 1983.
- MAGNANI, J.G.C. *Festa no Pedacão: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: EDUNESP/HUCITEC, 2003.
- MARX, K. Introdução à crítica da economia política In: *Para a crítica da economia política*: São Paulo: Abril, 1974. [Coleção Os Pensadores].
- MARX, K. *Teorias da mais valia*: Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. *O Capital*. Edição Resumida por Julian Borchardt. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, 12(34): 152-165, 2007.
- SILVA, E. *O Circo, sua arte e seus saberes: o circo no Brasil no final do século XIX e meados do XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UNICAMP, 1996.
- SILVA, E.; ABREU, L.A. *Respeitável Público... O circo em cena*. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.
- SOARES, C.L. *Imagens da educação no corpo*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- TORRES, A. *O Circo no Brasil*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1998.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ST Fontes: metodologias e conceitos



FONTES PAROQUIAIS NA ESCRITA DA HISTÓRIA: O ROL DE MEMBROS DA COMUNIDADE LUTERANA DE IMBITUVA

Janaina Cristiane da Silva Helfenstein

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR (Bolsista CNPq).
E-mail: janaina_helfenstein@yahoo.com.br.

Resumo: O presente trabalho tem como propósito apresentar algumas questões metodológicas acerca das fontes que integram o projeto de pesquisa “A composição das famílias luteranas de Imbituva, PR (1940-1959)” que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O corpus documental da pesquisa foi construído a partir dos registros paroquiais contidos no livro de Rol de Membros da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição do município já mencionado. O foco principal do projeto incide sobre o estudo de famílias e do compadrio, cuja identidade está relacionada à prática do luteranismo. Além disso, a pesquisa visa compreender o fenômeno social e cultural da reprodução da comunidade como um grupo etno-religioso considerando que a célula fundamental do grupo constituir-se-ia na família conjugal. Assim, pretende-se verificar, como se caracterizaria o “mercado matrimonial” que determinaria, em grande parte, as escolhas dos cônjuges na comunidade, bem como verificar também a existência de um “mercado” de testemunhas de casamento, de onde os noivos ou pais dos noivos escolheriam seus padrinhos, possibilitando assim, a percepção dos espaços de sociabilidade desses casais. Dessa forma, o trabalho ora proposto, além de pretender a execução de um estudo pormenorizado das famílias pertencentes à Igreja Evangélica Luterana no Brasil numa região ainda não privilegiada por estudos que utilizam os métodos da Demografia Histórica, justifica-se também pela necessidade de ampliação de estudos historiográficos que contemplem a análise da “vertente IELB” do luteranismo, vertente esta menos privilegiada nos estudos até aqui realizados pela historiografia especializada.

Palavras-chave: Registros Paroquiais; História da Família; Luteranismo.

A tipologia das fontes

Dentre os mais diversos tipos de fontes utilizadas para o trabalho historiográfico, podemos considerar que os registros paroquiais se constituem como fonte privilegiada para as pesquisas na área de Demografia Histórica e História das Famílias. De acordo com Maria Luiza Marcílio, “a demografia histórica inaugura o uso de fontes seriais e de métodos rigorosos na análise histórica brasileira” (MARCÍLIO, 1997, p. 127) com a utilização de listas nominativas de habitantes e principalmente com os registros paroquiais, que antes da década de 1960 eram utilizados apenas por genealogistas.

Marcílio assevera ainda, que

As características únicas transformaram os Registros Paroquiais em fontes de primeira linha para se chegar as populações e às sociedades do passado, passando por seus traços culturais particulares. Estas séries documentais, com acuidade especial podem ser fontes inestimáveis para o conhecimento das mentalidades, dos comportamentos, das sensibilidades de sociedades do passado. (MARCÍLIO, 2004, p. 17)

Podemos perceber, assim, o quão importante se mostra esse tipo de documentação para o trabalho do historiador, principalmente pelo fato de possibilitar análises de períodos pré-estatísticos, ou seja, anterior aos primeiros censos nacionais e listas nominativas de habitantes, de meados do século XVIII. Desta forma, as fontes paroquiais são fundamentais para os estudos desses períodos.



O Brasil, durante os períodos Colonial e Imperial, teve a religião católica como oficial. Cada indivíduo nascido nesse país deveria ter seu nascimento, batismo, casamento e óbito registrados por uma paróquia. Ou seja, nesse período a Igreja revestia-se também de um caráter civil, tendo em vista que estes eram os únicos registros existentes (BACELLAR, 2010). Maria Silvia Bassanesi destaca que a Igreja Católica “instituiu formas para conhecer e controlar a população católica; fixou, regulamentou e generalizou a prática do registro nas paróquias de toda a Catolicidade (no que foi seguida por algumas igrejas reformistas, como a luterana, por exemplo).” (BASSANESI, 2009, p. 146) Dessa forma, grande parte dos trabalhos empreendidos por pesquisadores da Demografia Histórica se utiliza de fontes paroquiais advindas da Igreja Católica.

E quanto às denominações religiosas de matriz protestante? Tendo em vista que a presença destas no Brasil remete-se apenas a meados do século XIX, é possível afirmar que estes registros são mais recentes, como destaca Carlos Bacellar (2010, p. 42), recuando aos séculos XIX e XX, e na maioria das vezes não se encontram abertos a consultas públicas, sendo permitidas consultas apenas por seus pares.

Levando em consideração estas questões, o *corpus* documental que integra a pesquisa foi construído a partir dos registros contidos nos Livros de Rol de Membros da Comunidade Evangélica Luterana *Ressurreição*, de Imbituva. A Igreja Luterana de Imbituva foi fundada no ano de 1892 por imigrantes alemães oriundos da região do Volga, e inicialmente era atendida, por pastores alemães filiados a Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina e Paraná (BAADE, 2007). A congregação de Imbituva filia-se ao Sínodo Evangélico Luterano do Brasil – atual IELB – apenas em 1943*. A partir de então, contando com um pastor brasileiro para atender a comunidade, a Igreja Luterana do Brasil localizada no município de Imbituva criou condições para estender o seu trabalho a outros municípios próximos.

Desta maneira, a proposta de pesquisa visa compreender o fenômeno social e cultural da reprodução da comunidade como um grupo etno-religioso, considerando que a célula fundamental do grupo constituir-se-ia na família conjugal. Assim, pretendemos verificar na formação desse tipo de família formada pelos pais e seus filhos, como se caracterizaria o “mercado matrimonial” que determinaria, em grande parte, as escolhas dos cônjuges na comunidade. Além disso, será possível verificar também a existência de um “mercado” de testemunhas de casamento, de onde os noivos ou pais dos noivos escolheriam seus padrinhos, possibilitando-nos assim, a percepção dos espaços de sociabilidade desses casais dentro e talvez também fora da comunidade luterana a que pertenciam.

Além dessas questões, pretendemos também adentrar um pouco na intimidade desses jovens casais que contraíram matrimônio da comunidade. Esses casais provavelmente tiveram filhos, e assim nosso interesse seria saber em que momento do ano, mais ou menos, as crianças eram concebidas. Isso pode ser verificado traçando-se a distribuição sazonal dos nascimentos, retroagindo nove meses. Esses dados são interessantes do ponto de vista de que podemos assim compreender melhor a comunidade em questão. Da vida íntima, passamos novamente à vida comunitária. Os filhos deviam ser batizados. Quando, em que momento do ano? Havia uma determinada idade para batizá-los? Considerando, aqui também, a existência de um mercado de padrinhos de batismo, como se determinariam as características desse mercado? Quais as diferenças do mercado de padrinhos de casamento e de padrinhos de batismo? Finalmente, como os pais escolhiam os nomes para os seus filhos? Os critérios de escolha seriam diferentes, considerando

* Conforme ata n. 07 da Assembléia Extraordinária realizada no dia 18 de junho de 1943. Livro Ata n.01 da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição de Imbituva.



meninos e meninas?

O rol de membros

Para que possamos responder a todas essas questões os registros paroquiais serão imprescindíveis. Pois, assim como já dito anteriormente, esse tipo de fonte permite que o pesquisador tenha acesso a todos os momentos primordiais dos indivíduos pertencentes àquela comunidade. Uma vez que os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos são uma documentação que permite, além da recuperação genealógica, o trabalho de reconstituição de famílias e, conseqüentemente, o estudo dos padrões de fecundidade, nupcialidade e mortalidade de uma dada população. (TEIXEIRA, 2004, p. 130)

Não podemos deixar de destacar que assim como qualquer outro tipo de fonte, essa documentação também é excludente, uma vez que traz as informações de apenas uma parcela da população, ou seja, apenas dos membros da Comunidade a ser estudada. Outra questão importante a se destacar, é o fato de que cada fonte possui características próprias, e mesmo que se trate de uma mesma tipologia de fontes, o conteúdo e até a mesma a forma destas podem variar. Por exemplo, quando falamos de registros paroquiais da Igreja Católica, há uma norma estabelecida pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:

[...] ordena o Sagrado Concílio Tridentino, que em um livro se escrevam seus nomes, e de seus pais, e mães, e dos padrinhos. Pelo que conformando-nos com a sua disposição, mandamos que em cada Igreja de nosso Arcebispado haja um livro encadernado e feito às custas da fabrica da Igreja. (VIDE, 2007, p. 28-29)

Além de estabelecer que cada Igreja tivesse o seu livro de registros, as Constituições Primeiras também davam instruções quanto à forma do registro. Assim, todas as paróquias deveriam registrar batismos, casamentos e óbitos seguindo uma mesma fórmula. Simplificando, o registro de batismo, por exemplo, era basicamente uma ata, onde constavam, além do nome, data de nascimento e batismo da criança, os nomes de seus pais e padrinhos. Todavia, outros elementos também poderiam ser mencionados nesse registro, como por exemplo a condição de legitimidade da criança, se esta era legítima ou exposta, como também trazia a condição social (livres, forros ou escravos) de todos os mencionados, pais e padrinhos inclusive.

Para que possamos compreender melhor como esses registros eram feitos, tomemos como exemplo, um batismo realizado na Paróquia Nossa Senhora de Belém da cidade de Guarapuava, Paraná no ano de 1907:

Aos vinte de Maio de mil novecentos e sete nesta Paróquia de Guarapuava o rev. Padre Nicolau Simon batizou solenemente à Odília, nascida a oito de Dezembro do ano passado, filha legítima de Francisco Evaristo Ventura e Maria Gonçalves Carneiro. Foram padrinhos Gonçalves Carneiro e Francisca Gonçalves Carneiro. Todos paroquianos. O Padre Mathias Esser (Livro 18 de assentamentos, 2012).

Como vimos, para a Igreja Católica há uma norma para seus registros, no entanto, quando nos referimos ao luteranismo não podemos afirmar categoricamente se há uma normatização específica para os registros em suas comunidades. Acredita-se que a Igreja Luterana simplesmente continuou com as práticas católicas nesse sentido. No entanto, no que diz respeito à forma dos registros, essa difere e muito dos registros católicos. Inicialmente, todos os registros da comunidade



eram feitos em um único livro, o Rol de Membros, e este possuía capítulos distintos para cada ocasião (batismo, confirmação, casamento e óbito). Na Comunidade Evangélica Ressurreição de Imbituva, somente a partir da década de 1980 que foram adotados livros de registros separados por ocasião.

A primeira parte do livro também denominada de “Rol de Membros” contém os registros de todas as famílias pertencentes à comunidade, separadas por domicílio, constam nestes registros o nome e a data de nascimento de todos os membros da família. Essa é uma parte peculiar do livro, pois nos traz informações muito relevantes, uma vez que nos dá acesso à composição dos domicílios pertencentes à comunidade. Não podemos deixar de destacar que tanto esse quanto os outros registros estão submetidos a quem os escreve, assim, a fonte também está limitada ao seu produtor.

Com relação aos registros de batismos, o livro traz o nome da criança, nome dos pais, local e data de nascimento e de batismo e o nome dos padrinhos. Basicamente os mesmos dados que fazem parte do registro de batismo na Igreja Católica, contudo, com uma diferença muito importante, o registro luterano é realizado como se fosse uma ficha, uma espécie de formulário, ou seja, existem campos específicos a serem preenchidos. Dessa forma, essa fonte contém dados muito mais restritos, uma vez que somente os dados solicitados são preenchidos, ao contrário do registro católico, que por se tratar de uma ata, permite que mais informações sejam extraídas. No entanto, por mais que a fonte seja um pouco “engessada” é possível extrair dela elementos relevantes para a compreensão da comunidade a ser estudada, uma vez que nas páginas dos livros de registros estão contidos os momentos mais importantes – do ponto de vista da religião – da vida de cada membro.

Quanto aos registros de confirmações, consta o nome do confirmando, nome dos pais, local e data de nascimento, batismo e confirmação. Na Igreja Luterana existem somente dois sacramentos, o batismo e a santa ceia, e o membro só poderá receber este segundo sacramento se for confirmado, ou no caso da religião católica se fizer a primeira comunhão. Assim, a confirmação, do ponto de vista da vida religiosa é o segundo momento mais importante na vida da criança, pois é o momento da confirmação do voto batismal e este não necessita mais da presença de padrinhos para responder por ela frente à comunidade. Apesar destes registros não serem fundamentais para os estudos demográficos, como batismos, casamentos e óbitos, estes registros permitem-nos analisar a permanência ou não do membro nos rituais obrigatórios da religião da qual faz parte.

A quarta parte do livro de Rol de Membros traz os registros de casamentos. Assim, como os de batismo e de confirmação, este também é um formulário onde constam o nome, data e local de nascimento dos noivos, nome e residência dos pais dos noivos, data e local dos casamentos civil e religioso, nome das testemunhas dos casamentos civil e religioso. Esses dados, por exemplo, permitem-nos analisar qual a média de idade dos noivos ao contraírem matrimônio e quais as redes de sociabilidade estabelecidas no interior dessa comunidade. Além disso, cruzando os dados dos registros de casamentos com o “Rol de Membros”, é possível também, verificar questões pertinentes a endogamia do grupo. Ou seja, se os membros da comunidade casavam-se com pessoas pertencentes a outra religião. Elementos estes, muito importantes para que possamos conhecer os comportamentos desse grupo a ser analisado.

No que diz respeito aos registros de óbitos, estes trazem as seguintes informações: nome e residência do falecido, data e local do nascimento e falecimento, causa da morte, nome dos pais ou “sobreviventes”, nesse caso se o falecido (a) possuía esposa (o) e/ou filhos, estes constam nesse campo do registro. Para os estudos demográficos, os registros de óbitos também são fundamentais,



pois são eles que estabelecem o final da análise. Por exemplo, ao fazer uma análise demográfica a partir do “ciclo vital”, o pesquisador acompanha a vida de um determinado indivíduo desde o seu nascimento até o momento de sua morte. Ao traçar uma análise a partir do “ciclo matrimonial”, a trajetória se inicia no momento que um casal contrai matrimônio e se finda com o falecimento de um dos cônjuges.

Diante disso, e levando em consideração o exposto acima, pretende-se realizar uma análise dos comportamentos da comunidade luterana de Imbituva, a partir dos ciclos matrimoniais, assim, a partir do recorte temporal estabelecido para a pesquisa (1940 e 1959), analisaremos todas as uniões formadas no período compreendido, bem como os nascimentos oriundos desses matrimônios. Dessa forma, para que se tenha uma melhor compreensão das fontes e também um melhor andamento do trabalho, as informações obtidas nos registros contidos nos Livros de Rol de Membros serão sistematizadas. Para isso, foi elaborada uma ficha padrão para a coleta de dados seriados a respeito das famílias estudadas. Em um segundo momento, estes dados alimentarão um banco de dados eletrônico, construído por meio de um *software* específico, neste caso, será utilizado o programa Excel, o qual permitirá a elaboração de projeções quantitativas (gráficos, tabelas, dentre outros) oriundos da serialização e do cruzamento dos dados coletados.

Sendo assim, o trabalho ora proposto, além de pretender a execução de um estudo pormenorizado das famílias pertencentes à Igreja Evangélica Luterana no Brasil numa região ainda não privilegiada por estudos que utilizam os métodos da Demografia Histórica, justifica-se também pela necessidade de ampliação de estudos historiográficos que contemplem a análise da “vertente IELB” do luteranismo, vertente esta menos privilegiada nos estudos até aqui realizados pela historiografia especializada.

Referências

- BAADE, J.H. *Da guerra à união: uma abordagem histórica da caminhada da Associação Evangélica de Comunidades e do Sínodo Evangélico-Luterano até sua fusão e formação do Sínodo Evangélico Luterano Unido*. Dissertação (Mestrado em Teologia). EST, São Leopoldo, 2007.
- BACELLAR, C. de A.P. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C.B (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 23-79.
- BASSANESI, M.S. Registros Paroquiais e Civis. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, C.; DE LUCA, T.R(orgs). *Os historiadores e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.
- MARCILIO, M.L. Os Registros Paroquiais e a História do Brasil. *Revista Varia História*, n. 31, jan.2004, p. 13-20.
- _____. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, 14 (1/2), 1997. p. 125-143.
- SCHWAB, C.A. *Resumo Histórico e Genealogia dos Alemães do Volga*. Campo Largo/PR: Editora Paranaense, 1997.
- SCOTT, A.S.V.; SCOTT, D. *Cruzamento Nominativo de Fontes: desafios, problemas e algumas reflexões para a utilização dos registros paroquiais*. XV Encontro Nacional de Estudos de População. Caxambu – MG. Setembro 2006.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

TEIXEIRA, P.E. Fontes para uma História da Família. *Revista MÉTIS: história & cultura*, v. 3, n. 5, jan./jun. 2004, p. 129-141.

VIDE, S.M. da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasília: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ST Culturas, Etnias e Identificações



A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA EM UMA PARÓQUIA DE ORIGEM ITALIANA

Fábio Augusto Scarpim

Mestre em História pela UFPR

Resumo: O presente artigo analisa a associação religiosa Pia União das Filhas de Maria em uma paróquia formada por imigrantes italianos e descendentes no município de Campo Largo – PR, no período de 1937 a 1965. Utiliza como fonte as atas da referida associação no contexto de romanização do catolicismo brasileiro. Procura enfatizar os modelos de virtude, valores morais e comportamento que a Igreja Católica buscou impor para um grupo de moças que serviriam de espelho para as demais.

Palavras chave: valores morais, comportamento, Igreja Católica, Campo Largo, imigrantes italianos.

Igreja e imigração

Este artigo tem por objetivo analisar como se deu as ações da Igreja Católica nas áreas de colonização italiana no Paraná para implantar padrões e modelos de conduta e comportamento nas famílias católicas. Dessa maneira, escolhemos como objeto de investigação a associação religiosa **Pia União das Filhas de Maria** em uma paróquia formada por imigrantes italianos, situada no município de Campo Largo (Paraná) no período de 1937 a 1965.

A paróquia de São Sebastião foi criada oficialmente no ano de 1937 na colônia de Rondinha. Antes ela existia sob a forma de curato (desde 1906), e congregava os núcleos coloniais criados para alojar os imigrantes europeus (na sua grande maioria, italianos oriundos da região Norte, especialmente o Vêneto) que chegaram no município nas décadas finais do século XIX. No processo de inserção dos imigrantes italianos e seus descendentes na sociedade de adoção, os principais signos acionados pelo grupo para a construção da identidade coletiva foram a família e a religião (ou melhor as práticas religiosas) (SCARPIM, 2010). Em especial, a religião que foi um elemento de suma importância para a organização sócio-cultural das comunidades recém instaladas. Essa condição foi favorecida pela situação de estranhamento - entre italianos e brasileiros - provocada pela imigração.

Ao serem instalados nas colônias, uma de suas primeiras preocupações foi construir suas capelas. Surgindo como organizações espontâneas, derivada da própria forma de organização a que estavam habituados na Itália, a capela acabou por se tornar o local de destaque da colônia. Ela funcionava como um espaço de intensa sociabilidade, uma referência indispensável ao grupo, pois era ao seu redor que as pessoas se encontravam aos domingos e assim exibiam o seu pertencimento. Também era um dos espaços que os imigrantes e descendentes rememoravam a vida na terra de origem. Portanto, a sociedade organizada em torno da capela foi uma marca característica da forma de ser desses camponeses, do que para eles era ser italiano, ou melhor, da italianidade.

Entre o final do século XIX e o início do século XX houve o deslocamento de grandes contingentes populacionais da Europa para o Brasil. Junto com esses milhares de estrangeiros, muitos religiosos acompanharam seus fiéis. Aliás, a própria Igreja via com bons olhos a imigração, uma vez que enxergava nos imigrantes uma excelente estratégia para a renovação do catolicismo e do clero brasileiro, ou seja, a efetivação do projeto de romanização. É importante lembrar que esse movimento pretendia fortalecer a hierarquia da Igreja e a autoridade do papa. Conforme destaca Riolando Azzi, o *catolicismo de imigração* seria implantado no Brasil em duas fases sucessivas. Em



uma primeira etapa seria promovida pelos próprios colonos e em uma segunda fase orientada pelos múltiplos clérigos vindos da Europa para o atendimento religioso dos imigrantes (AZZI, 1993: 70-73).

Em muitos casos a vinda de sacerdotes era uma reivindicação dos próprios colonos que estavam habituados a uma vivência religiosa totalmente vinculada a presença clerical (AZZI, 1993 ; 70-73). Segundo Peter Berger, a religião é por excelência legitimadora da sociedade, porque oculta a fabricação histórica dos arranjos sociais. É um instrumento de legitimação tão eficaz porque situa a instituição numa instância sagrada, num quadro cósmico, imprimindo-lhe um caráter ontológico (BERGER, 1985 : 17-43). Nas comunidades coloniais a Igreja se tornou na referência mais importante para a legitimação e conservação de todo um universo simbólico.

É inegável a importância que a religião assumiu como forma de construção da identidade étnica do grupo e até mesmo para superar o *corte* provocado pela imigração. Construídas as capelas nas colônias, escolhido o local para a sede do curato e depois a definitiva transformação em paróquia (processos bastante complexos que foram marcados por intensas disputas entre colonos e autoridades eclesiais) surgiram as primeiras associações na comunidade. Durante a trajetória da paróquia as principais associações existentes estiveram sempre vinculadas a Igreja.

A criação da referida Associação Religiosa na paróquia em estudo se insere dentro de um complexo quadro de mudanças na história da Igreja, que buscava a renovação de suas práticas: o chamado *catolicismo ultramontano*. As comunidades imigrantes eram peças-chaves no processo de romanização do catolicismo brasileiro, uma vez que este se apresentava de maneira diversa daquele trazido pelos imigrantes. Na realidade, buscava-se afastar o fantasma da modernidade que desde o início da Idade Moderna vinha afrouxando a autoridade da Igreja Católica sobre seus fieis. O papado passou a ver na América Latina o último continente onde o regime de cristandade ainda parecia possível de ser preservado, em virtude do decréscimo da influência política da Igreja na Europa (POSSAMAI, 2005 : 55). Os imigrantes e seus descendentes, por serem a maioria de origem camponesa, eram vistos pelo discurso católico como mais “dóceis” para a implementação das propostas ultramontanas no Brasil. Aliás, a Itália foi o berço do ultramontanismo do qual se expandiu para a América, em certa medida, por meio dos imigrantes. As comunidades coloniais italianas do Brasil eram vistas como importantes irradiadoras do projeto da Igreja.

O fenômeno da clericalização do catolicismo visava aprofundar a divisão entre o sagrado e o profano e colocar as atividades leigas (tão comuns no catolicismo brasileiro) sobre controle direto dos padres. A figura do sacerdote foi exaltada como guardião da fé, imagem sagrada e um intermediário de Deus. Um outro aspecto bastante importante do catolicismo ultramontano foi uma ênfase nos preceitos morais, visando sobretudo impor às mulheres padrões mais rígidos de comportamento. Nesse sentido, a Pia União das Filhas de Maria cumpriria, entre tantos outros, esse propósito.

A pia união das filhas de Maria na paróquia de São Sebastião

A relação entre Igreja Católica e as mulheres ao longo da história foi pautada por ambigüidades (GUARIZA, 2009 : 11). De um lado as ideias religiosas reconheciam nas mulheres uma “fé comunicativa” importante para a conversão dos familiares, por outro lado, elas carregavam uma grande carga de culpa pela desobediência de Eva no mito do Jardim do Éden. As propostas do catolicismo ultramontano para as mulheres enfatizaram as suas ações evangelizadoras no lar e na



sociedade pautada nos parâmetros tradicionais de esposa e mãe. Segundo Maria José Rosado Nunes, o processo de clericalização significava a feminização da Igreja, uma vez que incorporava as mulheres na religião, com o intuito de anular o poder laico. Dentro da hierarquia católica, investir nas congregações femininas significava utilizar a subordinação delas para combater a influência das irmandades lideradas por leigos (NUNES, 1997 : 491).

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX a Igreja possibilitou a formação de diversas associações para leigos, seminários, escolas paroquiais e colégios. No meio imigrante essa situação foi bastante recorrente. Segundo os propósitos dos romanizadores o objetivo era formar clérigos e fieis submissos a hierarquia de Roma e também difundir padrões de moral, conduta e o que seria a “vivência correta” da religião. É nesse contexto que se espalham por todo o Brasil a Pia União das Filhas de Maria.

A Pia União das Filhas de Maria teve origem na Ordem dos Cônegos Regulares, no início do século XII, quando o beato Pedro de Honestis instituiu, na Igreja de Santa Maria, em Ravena na Itália, a Pia União das Filhas e Filhos de Maria, que além da medalha pendente do pescoço trazia a fita azul (SILVA, 2007 : 82-83). O pleno desenvolvimento dessa associação ocorreu em 1864 quando ela foi canonicamente estabelecida, com regras e manual aprovados pelas autoridades eclesiásticas com o novo nome Pia União das Filhas de Maria, sob o patrocínio da Imaculada Virgem e de Santa Inês (SILVA, 2007 : 82-83). No Brasil, suas primeiras associações foram organizadas em Minas Gerais, sendo a primeira em Mariana no ano de 1853, cujo objetivo era atender as alunas internas do Colégio Providência de Mariana (OLIVEIRA, 2009 : 248). Na paróquia em estudo a referida associação foi criada juntamente com a Associação dos Congregados Marianos (associação masculina) em 1937, ano em que é oficializada a criação da paróquia.

As associações leigas estabelecidas no contexto de romanização do catolicismo brasileiro, como aquela citada acima, tinham por objetivo inculcar nos fieis modelos de valores morais a serem seguidos pelos demais. Entretanto, não serviam apenas para transmitir os ensinamentos católicos ou para a vivência da religião, serviam também para controlar a impetuosidade juvenil que tanto preocupava a Igreja. Eram espaços de vigilância e controle dos jovens que geralmente ficavam sob a supervisão do pároco que exercia função de padre diretor. Portanto, as associações eram uma das formas encontradas pela Igreja para normatizar o comportamento dos jovens que iniciavam um contato maior com o mundo exterior, (GUARIZA, 2009 : 47), inclusive fora do âmbito da paróquia. A preocupação maior era principalmente com a sexualidade, mas também com o contato com novas crenças e ideias contrárias aquelas pregadas pela Igreja (especialmente o comunismo e o espiritismo). A vigilância maior era sobre as moças, tanto que eram estimuladas desde cedo a entrar na Associação, sendo um dos pré-requisitos a castidade. Das associadas era cobrado um comportamento rígido que ia desde o vestuário até o gestual. Segundo a historiografia, nas comunidades coloniais italianas, foi sobretudo sobre o corpo da mulher que o controle era mais forte, visto ser considerado *locus* do pecado (VANINI, 2003 : 149).

Para se adentrar a congregação a moça deveria ser indicada e passava por um processo. Primeiramente era admitida como aspirante e só depois de apresentar os requisitos necessários, passava a condição de Congregada recebendo o “distintivo azul” que simbolizava o pertencimento ao grupo e era uma marca identitária. É importante destacar que pertencer a Associação, mais que uma influência normatizadora da Igreja que tentava impor modelos de comportamento, era também um elemento de status perante os demais. A fita azul era um símbolo muito importante, pois atribuía a integrante uma identidade de moça respeitável, devota, pura, e que tinha um papel de destaque na



Igreja (ANDRADE, 2007 : 1-2).

As reuniões eram realizadas mensalmente, geralmente aos domingos e compreendia atividades que duravam praticamente o dia inteiro. Geralmente as seis ou sete horas tinha início a preparação para a comunhão, às oito horas a celebração da missa, às duas horas da tarde tinha início a reunião, onde era feita a chamada de todas as associadas. Na sequência haviam procissões, conforme a data festiva e também rezas de terço e das ladainhas. As associações eram organizadas com vários cargos, sendo sempre o pároco o diretor (principal responsável). Na associação existiam as seguintes funções: diretor (geralmente o pároco), presidente, vice-presidente, secretárias, tesoureira, auxiliares, mestre de novças, conselheiras, bibliotecárias, porta-bandeira e zeladoras. Alguns cargos forma sendo criados ao longo da existência da associação. As eleições eram feitas anualmente, geralmente nos últimos dias do ano. Ao longo das atas percebe-se que muitas vezes eram as moças que participavam das lideranças, somente revezando os cargos.

É importante destacar que apesar da paróquia ser composta majoritariamente por famílias de origem italiana, existiam também “brasileiras”. Entretanto, percebe-se que durante o período em estudo, não foi verificada a presença de “brasileiras” na associação. Embora a população tenha crescido e a participação na paróquia não fosse exclusiva dos descendentes de italianos, nota-se a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras daquilo que o grupo tinha em comum, além de marcar barreiras para manter o “outro” afastado.

As moças que integravam a Associação deveriam ser recatadas, obedientes e puras sexualmente, era vedado as jovem qualquer comportamento que pudesse colocar em risco a sua honra de donzela. Elas poderiam permanecer na associação até o matrimônio; no ato do casamento deveria entregar a fita de associada, sendo assim, a pureza sexual era um pré-requisito para participar da União Pia das Filhas de Maria (GUARIZA, 2009: 47).

Pertencer a congregação exigia disciplina e muita dedicação. Conforme apontam as regras contidas no manual, todos os passos da integrante deveriam ser rigidamente calculados: o que falar e como falar, os gestos, as roupas, as leituras permitidas, a maneira de se portar na Igreja, perante o padre e os demais paroquianos. O que se esperava da jovem congregada estava ancorado no tripé: obediência, pureza/castidade e humildade/devoção. Conforme consta nas atas da referida associação, para que fosse atingida a integralidade desse tripé, eram constantes as cobranças e não raras as censuras as atitudes das congregadas. Entretanto, existiam momentos que demonstram que nem tudo fluía conforme esperado. Apesar do controle que se tentava impor sobre as moças, elas utilizavam brechas que demonstram que o manto vigilante da Igreja nem sempre conseguia cooptar todos os indivíduos.

Ao analisar o conteúdo das atas da congregação percebemos no discurso da Igreja, sendo o pároco o seu porta-voz, a insistência em alguns pontos relativos ao comportamento das associadas. Podemos destacar basicamente três pontos: as vestimentas, a frequência nas atividades e as atitudes das moças dentro e fora da Igreja.

O primeiro aspecto a ser destacado é aquele referente às vestimentas. O traje feminino era cuidadosamente vigiado para que não ficasse exposto nenhum detalhe de um dos principais objetos de temor da Igreja: o corpo feminino. O vestido branco de mangas longas e sem decotes e o uso do véu eram aparatos indispensáveis do vestuário de uma Filha de Maria e constantemente reiterados pelo olhar vigilante do padre diretor conforme registra a Filha de Maria Alice Cunico:

Disse que devemos ser modestas no vestir, não usar mangas nem vestidos demasiados



curtos e nunca admitir no traje certas modas ridículas e exageradas que ofenda a honestidade, que devemos esforçarmos para crescer na piedade, e assim tornar-nos modelos da virtude cristã, imitando S. Terezinha na sua humildade, obediência e sobretudo na sua pureza virginal.¹

Todas as filhas de Maria se apresentaram na meza da comunhão, na totalidade cuja alvura das vestes queriam simbolizar a pureza das almas, ao se aproximarem de Jesus Hostia. S. Inez que desde menina soube praticar as belas virtudes da obediência e humildade.²

Uma das formas de uma Filha de Maria representar sua pureza, obediência e humildade era através da roupa. Vestir-se respeitosamente era uma forma de provar o respeito a moral e aos bons costumes e era o comportamento esperado pela Igreja e pela comunidade paroquial. A visão negativa do corpo estava presente há séculos nos discursos eclesiásticos. Entretanto, recebeu um esforço nesse período, por conta da difusão das ideias ultramontanas que combatiam as práticas liberalizantes, especialmente femininas. Conforme aponta Riolando Azzi, entre 1930 e 1964, a Igreja Católica orientava os pais e os educadores a formar os jovens pelos moldes tradicionais, “aprendendo a considerar o corpo como um elemento negativo, devendo, na medida do possível, ser ocultado e até mesmo negado” (AZZI, 1993). Dessa maneira a valorização da pureza foi um elemento bastante enfatizado nas palavras do padre diretor que incentivava as moças a se inspirarem no exemplo de Santa Inez, padroeira da associação, celebrada como modelo de virtude, obediência e pureza.

Além do vestuário branco, comprido e *sem enfeites* (conforme sempre enfatizava o padre Francisco Corso) toda Filha de Maria deveria deixar a mostra a Fita azul, símbolo máximo do pertencimento a Congregação. Era muito mais que um simples pedaço de pano com uma medalha prateada que reluzia em meio às vestes brancas. Era a fita azul que conferia a moça uma identidade própria que a diferenciava das demais e que lhe conferia um status de pura, obediente e respeitável.

Um outro ponto importante a ser destacado refere-se ao comportamento esperado de uma Filha de Maria, tanto nos espaços da Igreja como fora dela. Nas missas e demais atividades da associação uma congregada deveria demonstrar comportamento exemplar. (...) *o padre nos recomendou em particular, para sermos fervorosas nas orações, devotas na audição da S. Missa e sempre prontas na recepção dos S. Sacramentos, cumprir fielmente todos os deveres religiosos, ser obediente em tudo no que diz respeito a S. Igreja, ao lar e a sociedade.*³ Deveria fazer a confissão como se fosse a última de sua vida, nunca faltar as missas nos domingos e dias santos e sempre participar ativamente das atividades da associação (procissões, novenas, ladainhas, terços etc). Mas não era apenas dentro dos espaços sagrados que a preocupação era grande. Nas atividades cotidianas a preocupação era ainda maior, especialmente com as influências “vindas de fora” e aos divertimentos considerados proibidos. No caso da paróquia em estudo, os bailes eram atacados pelos padres por ser considerados perigosos e uma ameaça as virtudes de uma Filha de Maria.

O padre diretor nos fez uma explicação sobre como devemos evitar o pecado. Deu-nos também uns avisos sobre os bailes, pedindo-nos a não irmos a este divertimento, que para nós filhas de Maria, a divertimentos mais modestos. Dizendo que o baile é o mais terrível inimigo da virtude, que só corrompem os bons costumes, alimentam os vícios, e mancham a consciência. E se alguém ao voltar do baile nos afirma que não pecou, teremos muita dificuldade em acreditá-la. (...) Falou também sobre os divertimentos proibidos,

1 Livro Acta da Pia União das Filhas de Maria. Ata do dia 07 de dezembro de 1947.

2 Livro Acta da Pia União das Filhas de Maria. Ata do dia 03 de janeiro de 1948.

3 Livro Acta da Pia União das Filhas de Maria. Ata do dia 04 de abril de 1948.



particularmente os dias de carnaval, que é para nós jovens evitar todos os espetáculos e divertimentos perigosos, principalmente o baile que é o mais terrível inimigo da virtude. Disse que uma pessoas que entra no baile embora possa permanecer pura de corpo e de vontade sai culpada, porque aos olhos, dos ouvidos e da língua já sofreram. E só será permitido as danças respeitadas onde á modéstia e dignidade e dançar muito pouco porque fazendo diversamente podemos cairmos no perigo de habituarmos a dança .⁴

Essas ocasiões de festas e divertimentos eram censuradas pelos padres, justamente porque eram estes os principais espaços onde os jovens podiam se libertar da vigilância e da observação da família ou da Igreja. Os próprios dias de carnaval eram utilizados pela Igreja para a realização de retiros espirituais, uma tentativa para evitar que as congregadas e demais paroquianas participassem de danças e outros divertimentos.

O terceiro elemento a ser destacado é aquele referente a frequência tanto nas reuniões como nas missas. O livro de Chamadas era uma forma de controle e dominação da Igreja sobre as congregadas. Nos registros das atas da associação, verifica-se algumas reuniões em que houve falta de quase metade das congregadas. As faltas frequentes e injustificadas, tanto nas reuniões como na comunhão geral, eram punidas com a exclusão. Aos olhos da comunidade, a exclusão, pelo qual motivo fosse, podia ser sinônimo de vergonha ou até mesmo de estigma na comunidade.

Apesar de toda a vigilância e das normatizações impostas pelo clero no meio colonial italiano é possível notar momentos que algumas moças burlavam as normas. Ao longo das atas os indícios de desobediência e transgressões são recorrentes. As moças que usavam enfeites nas roupas brancas, que abusavam do comprimento das vestes, que discutiam com as colegas, que faltavam as missas ou reuniões pelos mais diferentes motivos, que participavam dos bailes ou até mesmo aquelas que desafiavam a autoridade do padre são exemplos de que as estratégias de dominação e controle da Igreja acontecia de modo incompleto. Nessa direção nos apropriando do conceito de estratégias e táticas de Michel de Certau segundo o qual “(...) a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder (...)” (CERTEAU, 2007 : 100). A tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” e no espaço por ele controlado (CERTEAU, 2007 100-101). Os indivíduos que compunham o referido grupo não podem ser vistos como meros expectadores submissos às normatizações aplicadas pela Igreja, mas como sujeitos que se apropriavam dos espaços, invertiam objetos e códigos, usando-os a sua maneira (PRIORE, 2002 : 273). Se existia uma série de ações para construir uma tradição devocional, dos códigos religiosos e morais, também existiam aqueles indivíduos que tentavam fugir as regras, seja de maneira velada ou explícita.

Fontes

Livros de Atas da Pia União das Filhas de Maria (Paróquia de São Sebastião, Campo Largo PR), 1967-1965.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M.L. “O Encanto da fita azul: memórias trajadas das Filhas de Maria”. In. *IV Simpósio Nacional Estado e poder: intelectuais*. São Luís : UEMA, 2007.

AZZI, R. “O catolicismo de Imigração” In DHERER, M.N. (org) *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida : Editora Santuário, 1993.

4 Livro de Atas, Filhas de Maria, Paróquia Rondinha, folha 3 e 22.



- AZZI, R. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, M.L. (org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- BERGER, P. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo : Paulus, 1985.
- BOSCHILIA, R. *Modelando Condutas: a educação católica em colégios religiosos (Curitiba 1925-1965)*. UFPR : Curitiba, 2002. Tese (Doutorado em História).
- GUARIZA, N.M. *Incorporação e (Re) criação nas margens: trajetórias femininas no catolicismo*. UFPR: Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em História).
- NUNES, M.J.R. “Freiras no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- POSSAMAI, P. “*Dall’Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*”. Passo Fundo : UPF, 2004.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PRIORE, Mary Del. “História da vida privada”. In VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História*. Rio de Janeiro : Campus, 2002.
- SILVA, M. de F.S. *A Pia União das Filhas de Maria da cidade de Goiana (1906-1920)*. Mestrado em Ciências da Religião : Universidade Católica de Pernambuco, 2007.
- VANINI, I.A. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970)*. Passo Fundo : UPF, 2003.

EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA O PARAGUAI – 1954-1975

Fernanda C. Cruzetta

Graduada em História pela UFPR. E-mail: fernanda.cruzetta@gmail.com

Resumo: A década de 1970 foi marcada por um grande afluxo de brasileiros para os departamentos paraguaios que fazem fronteira com o Brasil. No entanto, essa movimentação já havia se iniciado em meados da década de 1950; mais precisamente, após o general Alfredo Stroessner assumir a presidência no Paraguai, em 1954. Neste artigo são demonstrados, através de matérias do jornal *Gazeta do Povo* e de dados levantados pelo Centro Paraguai de Estudos Sociológicos, os motivos que impulsionaram a emigração de centenas de famílias brasileiras para o Paraguai, no período entre 1954 e 1975. Ao final, busca-se traçar uma relação entre o tema proposto e os conflitos atuais entre brasiguaios e *carperos*.

Palavras-chave: *Brasiguaios; Alfredo Stroessner; Itaipu.*

Introdução

Recentemente, o tema que envolve a presença de imigrantes brasileiros no Paraguai (chamados *brasiguaios*) ganhou destaque na mídia por conta dos conflitos entre os sem-terra paraguaios (*carperos*) e os brasileiros que possuem fazendas nas regiões próximas à fronteira com o Brasil (departamentos do Alto Paraguai e de Canindeyú).

Segundo Vitor Pieri e Mohamed Viana, esses conflitos começaram a se agravar, de fato, a partir de 2008, quando Fernando Lugo, um ex-bispo adepto da Teologia da Libertação e ligado aos movimentos camponeses e indígenas, tornou-se presidente, após quase 60 anos de domínio do Partido Colorado (PIERI, VIANA, 2011).

De acordo com autores que trabalham questões envolvendo os brasiguaios, como Alfredo da Mota Menezes (1987) e Marta Izabel Fiorentin (2010), a emigração desses brasileiros para o Paraguai já teria se iniciado ao final da década de 1950, quando do golpe do General Alfredo Stroessner. A princípio, os primeiros imigrantes eram cafeicultores – atraídos pela fertilidade das terras paraguaias na fronteira com o Brasil – e também outros brasileiros que buscavam enriquecer com a exploração de madeira na região, dada a falta de fiscalização e a alta rentabilidade que havia sobre essa atividade. Contudo, o grande impulso para a emigração dos brasileiros se deu ao final da década de 1960, quando começaram os acordos para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que seria compartilhada entre Brasil e Paraguai (MENEZES, 1987).

No presente artigo, pretende-se compreender por que centenas de famílias brasileiras deixaram sua pátria para viver no Paraguai e se havia algum incentivo por parte dos governos paraguaio e/ou brasileiro para que isso ocorresse. Primeiramente, é apresentada uma breve análise histórica sobre os movimentos migratórios na contemporaneidade. Em seguida, faz-se uma contextualização histórica sobre o Paraguai e o Brasil no recorte temporal proposto. Por fim, são analisadas e discutidas, por intermédio das fontes e com o auxílio da bibliografia selecionada, as motivações da emigração dos brasileiros para o Paraguai, a partir da segunda metade da década de 1950, bem como a relação entre o tema proposto e os conflitos atuais, buscando compreender se existem consequências dessa emigração nas relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai atualmente.



Migrações internacionais contemporâneas

Com base em consultas feitas a consulados e embaixadas do Brasil no exterior, no final de 2010, o Ministério das Relações Exteriores produziu o documento *Brasileiros no Mundo*. De acordo com essa publicação, existem, atualmente, 3.122.813 de brasileiros vivendo fora do país. O maior receptor desses brasileiros emigrantes são os Estados Unidos, com quase 1.400.000 de brasileiros. O Paraguai – país que nos interessa no presente artigo – não possui tantos brasileiros imigrantes como os Estados Unidos, mas conta com um número significativo de, aproximadamente, 200.000 (BRASIL, 2011).

A emigração para o Paraguai se insere em um momento bastante recente dos movimentos migratórios contemporâneos. De acordo com Herbert Klein, esses movimentos teriam se iniciado no início do século XIX e passaram por quatro fases distintas, sendo aquela que se inicia na década de 1970 a última delas. Segundo Klein, a partir dos anos 1970, teve início a migração asiática (Sul, Sudeste e Extremo Oriente asiáticos) em direção à América (sobretudo, América do Norte) e o movimento de “migração interamericana” (de latino-americanos para a América do Norte). De acordo com Silvana Ramos, nas últimas décadas do século XX (e, por que não, nessa primeira década do século XXI), ocorreu uma mudança de direção dos fluxos migratórios: do século XVI até o século XIX, os movimentos migratórios direcionavam-se ao Novo Mundo; já nesse período final do século XX, esses movimentos mudaram sua direção, das “ex-colônias pobres do hemisfério sul do planeta para os países ricos” (RAMOS, 2003, p.23).

No caso dos emigrantes brasileiros que foram para o Paraguai, veremos que se trata de um caso bastante específico. Ao mesmo tempo em que se encaixa nesse contexto de inversão do fluxo migratório – visto que o recorte temporal proposto se estende até 1975, momento em que a afluência de brasileiros para o Paraguai é intensa –, o movimento migratório desses brasileiros não foi de um país pobre para um país rico, mas sim de um país que começava a se configurar como nação em desenvolvimento para um país menos desenvolvido, mas, que naquele contexto histórico específico (e dada as condições de atração do Paraguai naquele momento), oferecia melhores oportunidades.

Paraguai na Era Stroessner

Para compreender a questão da emigração de brasileiros para o Paraguai entre 1954 e 1975 é essencial compreender a situação política do Paraguai no período mencionado.

No texto *El régimen de Stroessner (1954-1989)*, Andrew Nickson divide o governo do Alfredo Stroessner, um dos mais longos na América Latina, em três momentos: a fase de consolidação (1954-1967); a fase de expansão (1968-1981) e a fase de decomposição (1982-1989) (2011, p.267). Serão contempladas a primeira e a segunda fase desse governo ditatorial, com maior destaque para a segunda, visto que, como será demonstrado posteriormente, é também o momento em que se observa a presença maciça de brasileiros no Paraguai.

Fase de consolidação do regime de Stroessner (1954-1967)

Alfredo Stroessner Matiauda nasceu na cidade de Encarnación, em 3 de novembro de 1912, filho de mãe paraguaia e pai imigrante alemão. Stroessner lutou na Guerra do Chaco (1932-1935),



porém só entrou, de fato, na cena política paraguaia em 1947, quando participou da Guerra Civil Paraguai, ainda como tenente coronel. Stroessner teve papel importante na vitória do Partido Colorado, sendo condecorado coronel no ano seguinte (NICKSON, 2011, p.265). Ainda que o Partido Colorado tenha vencido a guerra, os conflitos continuaram – dentro do partido surgiram grupos que passaram a disputar o poder. Stroessner se aliou à seção mais conservadora do partido (*democratas*), tendo participado de uma série de golpes e levantes.

Já no início da década de 1950, os *democratas* mostravam-se contrários às estreitas relações entre o governo de Federico Chaves e Juan Perón, da Argentina. Stroessner passou a fomentar disputas dentro do governo de Chaves e, entre 3 a 8 de maio de 1954, organizou levantes militares em Assunção. No mês seguinte, Stroessner se candidatou para as eleições presidenciais, sendo o único candidato. Sem surpresas, o então general foi eleito presidente, em 11 de julho de 1954, assumindo o cargo em agosto e mantendo o posto de chefe das Forças Armadas (p.266).

Os primeiros anos de *stronato* (como ficou conhecido o governo de Alfredo Stroessner) caracterizaram-se pela estabilização econômica, alcançada através de empréstimos do FMI, do congelamento de salários e dos cortes com gastos públicos. É nessa primeira fase também que o setor agroexportador começa a demonstrar seu apoio ao regime ditatorial. Ao final da década de 1960, o *stronato* controlava totalmente o Partido Colorado; as figuras mais importantes da oposição haviam sido exiladas. Oficialmente, o Paraguai era uma democracia parlamentar, porém, segundo Nickson, essa democracia era fachada, visto que Stroessner conseguia se reeleger continuamente (p.267-8).

Ao final desta primeira fase do governo de Stroessner (1967) a situação econômica, que já estava relativamente estabilizada, começou a melhorar, sobretudo com a ajuda estrangeira. Contudo, ainda era preciso fazer uma reforma agrária e fomentar a indústria, além de acabar com a corrupção desenfreada dos governantes. Segundo Nickson, o que retardava a industrialização e modernização do Paraguai eram as oligarquias rurais latifundiárias (representadas pela *Asociación Rural de Paraguay* – ARP), maiores aliadas da ditadura de Stroessner (p.269). E o poder dessas oligarquias só cresceu na segunda fase do *stronato*, a fase de expansão.

Fase de expansão do regime de Stroessner (1968-1981)

A fase de expansão (1968-1981) foi marcada pelo alto índice de crescimento econômico do Paraguai. No livro *Cien Años de Nacionalismo Republicano*, Ugarte Centurión, que fora ministro da indústria e do comércio de Stroessner, afirmava que, na década de 1970 (que compreende a maior parte da fase expansão), as taxas de desemprego eram baixas, bem como a taxa de inflação; havia superávit da balança de pagamentos e o PIB paraguaio crescia 8,6% ao ano (enquanto que na Europa crescia 2,5%) (CENTURIÓN, 1987). Obviamente, deve-se levar em consideração que, por Centurión ter sido ministro de Stroessner, talvez esses dados sejam exagerados, até porque o autor não menciona a fonte de suas informações. Mas, ainda assim, uma bibliografia mais atualizada e menos comprometida também relata certo crescimento econômico. Segundo Fabio Goiris, nesse período de crescimento econômico houve um investimento maciço na construção de estradas que interligassem as regiões rurais do país aos centros urbanos (GOIRIS, p.59). Visto que o Paraguai era um país de economia agrícola, a construção dessas estradas tinha como finalidade expandir a produção. Como consequência, houve um aumento expressivo da produção de soja e de algodão no período (CENTURIÓN, 1987, p.147).



Nesse contexto de desenvolvimento, foi dada pouca atenção à industrialização. O poder da elite rural foi, portanto, hegemônico nesse período: focou-se ainda mais na agroexportação ao se empreender um programa de colonização. Em meados da década de 1960 foi criada a *Región de la Frontera Este*, a qual foi desmatada, no início da década de 1970, para a chegada de brasileiros, que vieram plantar soja e algodão para exportação. Segundo Nickson, “Los nuevos intereses económicos asociados con este *boom* de los cultivos (granjeiros brasileños y corporaciones agrointernacionales) fortalecieron el bloque agroexportador, cuyos intereses fueron crecientemente representados por el régimen de Stroessner” (NICKSON, 2011, p.270).

Em relação ao contexto internacional, a imagem do Paraguai diante do mundo, durante o *stronato*, é a de uma nação com um governo corrupto. De acordo com Andrew Nickson, diversas atitudes de Stroessner e de seus partidários contribuíram para que a corrupção fosse institucionalizada durante o regime. Segundo Nickson, durante os 35 anos da ditadura de Stroessner, houve diversos casos de utilização de recursos públicos para uso particular de membros do Partido Colorado e aliados. Esses mesmo indivíduos ainda podiam utilizar equipamentos e insumos das Forças Armadas para fins particulares. Além disso, as práticas de contrabando e tráfico de narcóticos e de armas pareciam ter o aval do governo (p.283-4).

As práticas de corrupção estiveram presentes também na reforma agrária pela qual o Paraguai passou nesse período. Como mencionado anteriormente, foram criadas áreas (colônias agrícolas) que, ao invés de abrigarem famílias paraguaias, receberam agricultores brasileiros. Além disso, Nickson afirma que a entidade encarregada de promover a reforma agrária, o *Instituto de Bienestar Rural* (IBR), concedeu terrenos públicos a elementos das Forças Armadas e do Partido Colorado a preços baixos (p.285).

A corrupção institucionalizada marcou profundamente o regime militar de Alfredo Stroessner, tendo ainda continuidade nos governos que se seguiram após 1989. Em 2008, com a eleição de Fernando Lugo, rompeu-se, aparentemente, com o passado dominado pelo partido Colorado e suas marcas de corrupção, repressão e censura.

Situação política do Brasil ao final da década de 1950 e primeira metade da década de 1970

Em relação ao Brasil no recorte temporal proposto (1954-1975), observamos uma reviravolta no cenário político – a transição de um governo democrático para uma ditadura militar, em 1964.

O final da década de 1950 é marcado pelo governo de Juscelino Kubitschek, que ascendeu à presidência, em 1956, e deu continuidade ao alinhamento com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma abertura ao capital internacional de outros países (VIZENTINI, 2003, p.20). Com o Plano de Metas, JK retomou o projeto de industrialização. Segundo Henrique Oliveira, esses primeiros movimentos do governo de Kubitschek evidenciavam a “necessidade de desenvolvimento acelerado” e, para isso, era preciso capital estrangeiro (OLIVEIRA, 2005, p.76).

Nos anos seguintes, com os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), observou-se uma proposta de política externa independente, o que, naquele contexto histórico, não agradou às camadas mais conservadoras da sociedade brasileira e às Forças Armadas, levando, conseqüentemente, ao Golpe Militar de 1964.



Nos primeiros anos do regime militar no Brasil, retomou-se a política de alinhamento ao bloco capitalista. Porém, a partir do governo de Costa e Silva (1967-1969), nota-se que o conflito Leste-Oeste, que marcava a Guerra Fria, deslocou-se no sentido centro-periferia. Nesse contexto, os países Sul, dentre eles o Brasil, buscaram uma maior aproximação entre si, com o intuito de se fortalecerem. Essa política de buscar fortalecimento econômico e político e acabar com a forte dependência dos países desenvolvidos continuou durante o governo Médici (1969-1974) (CERVO, 2011, p.429).

Nota-se, portanto, que no auge do governo de Stroessner no Paraguai, uma ditadura, também há um regime ditatorial em vigor no Brasil. Além disso, a partir de 1967, a política externa brasileira se desligou, em parte, das relações com os países desenvolvidos para se alinhar a países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, inclusive seu vizinho, o Paraguai. É nesse mesmo período – final da década de 1960 – que começam as negociações para a construção da hidrelétrica de Itaipu, compartilhada entre os dois países.

Brasileiros imigrantes no Paraguai

Em julho de 1954, o jornal paranaense Gazeta do Povo apresentou uma série de reportagens sobre questões envolvendo terras na fronteira com o Paraguai. As matérias, que circularam entre 4 e 8 de julho de 1954, intitulavam-se “A quem pertencem as terras de fronteira”. Os artigos fazem referência a certa inconsistência nos limites entre Brasil, Paraguai e Argentina, mas focam-se, de fato, nas terras do lado brasileiro, as quais estavam sendo ‘invadidas’ para a exploração de madeira e para o plantio de trigo e de café (GAZETA DO POVO, 1954).

Sobre a questão do plantio de café, Sylvain Souchaud aborda que, ao final dos anos 1960, observou-se um monopólio brasileiro sobre a posse de terras paraguaias na fronteira com Brasil, e grande parte dessas terras estava sendo ocupada por cafezais. Souchaud cita, inclusive, diversas companhias agrícolas brasileiras possuíam terras na região, como a Alves & Co., do “rei do café”, Jeremias Lunardelli. Em uma nota intitulada “Capitais para o Paraguai”, publicada pela Gazeta do Povo, em 1966, percebe-se que adquirir terras no Paraguai era, de fato, algo bastante rentável à época. Tem-se, inclusive, o nome de Lunardelli citado na nota:

Os empresários paranaenses sobretudo cafeicultores do leste do Estado, estão descobrindo o Paraguai como boa fonte de rendimento e de investimentos. Está havendo verdadeiro êxodo de capitais para aquele país vizinho, destinados principalmente ao plantio do café, cuja terra se igual à existente na região norte. Sábado passado um deputado declarou, em programa de televisão, que muitos cafeicultores possuem plantação ali, inclusive o sr. Lunardelli, que está com 4 milhões de pés plantados (GAZETA DO POVO, 1966).

E o artigo continua, mostrando que a venda dessas terras era feita por uma companhia paulista, na cidade de Londrina. Segundo o artigo, a única dificuldade que esses empresários tinham era a de encontrar mão-de-obra, pois se afirma que a população paraguaia era pequena. Percebe-se, portanto, que, neste momento, não emigravam somente os que tinham dinheiro para comprar terras e investir na cultura do café, mas também os trabalhadores rurais, visto que, aparentemente, não se contratavam empregados paraguaios.



De acordo com Alfredo Menezes, a presença de brasileiros na agricultura paraguaia se deu por conta da “riqueza” e do “conhecimento sobre agricultura”, por parte dos brasileiros e, por parte do governo paraguaio, pretendia-se “iniciar uma produção agrícola diferente e colonizar uma região rica em terra e pobre em habitantes” (MENEZES, p.133).

Como mencionado, já se observava a presença de brasileiros em departamentos paraguaios fronteiriços ao Brasil, desde meados dos anos 1950. Contudo, é com a construção da usina de Itaipu, em 1975, que se tem a emigração maciça de famílias brasileiras para o Paraguai.

A agricultura não deixou de ser fator de atração para esses brasileiros que visavam emigrar para o Paraguai. Segundo Alfredo Menezes, nessa primeira metade da década de 1970, o preço da soja movimentava as migrações e, como era muito custoso plantar soja no Paraná (por conta do preço das terras e do uso de máquinas), buscavam-se as terras paraguaias.

Do ponto de vista paraguaio, também foi percebido o aumento da população nos departamentos que fazem fronteira com o Brasil, sobretudo no início da década de 1970, como foi demonstrado no documento produzido pelo Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos, em 1974, *La población de Paraguay*. Esse documento se traduz em um diagnóstico sobre a população paraguaia, levantando aspectos como a evolução e a composição da população; a maior parte dos dados apresentados refere-se ao recorte temporal de 1950 a 1972. De acordo com essa documentação, as migrações, tanto internas quanto externas, se intensificaram de tal forma ao longo da década de 1960 que se fez necessário, em 1973, criar outro departamento na região oriental do Paraguai – o departamento de Canindeyú. Além de Canindeyú, os departamentos vizinhos (Alto Paraguai, Anambay, San Pedro e Caaguazú) foram regiões onde se promoveram importantes programas de colonização e, além disso, por conta da construção da hidrelétrica de Itaipu, tornaram-se centros de “una massiva corriente de migración desde regiones interiores del país y desde el exterior.” Como se observa, essa região de fronteira não era atrativa somente para os brasileiros, mas também para os próprios paraguaios.

Outro dado interessante levantado pelo documento do Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos é que, nessa mesma região oriental do Paraguai, ocorreu um aumento da população rural que, de 77,97%, em 1950, foi para 79,21%, em 1972. De forma geral, as localidades tendem a se urbanizar, porém a facilidade em obter um pedaço de terra e ter lucro com a agricultura foram fatores que contribuíram para que essa região paraguaia se ruralizasse e fosse ocupada, sobretudo, por aqueles que vieram a ser chamados de brasiguaios.

Considerações finais

Como se observou ao longo deste artigo, o movimento migratório de brasileiros para o Paraguai esteve intrinsecamente ligado a outros dois acontecimentos do período: a consolidação da ditadura de Alfredo Stroessner e a construção da usina de Itaipu.

Com a eleição de Fernando Lugo, grande parte da população paraguaia que esperava uma reforma agrária justa ficou esperançosa. Contudo, o suposto golpe de estado, realizado em junho deste ano, fez ruir as esperanças de dezenas de famílias *carperas*, porém garantiu a posse de terra aos ricos brasiguaios plantadores de soja.



Referências

- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Brasileiros no mundo*. Estimativas. 3 ed. Junho de 2011. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2012.
- GAZETA DO POVO. A quem pertencem as terras de fronteiras. Curitiba, 4 a 8 jul.1954, pp. 4 e 8.
- _____. Capitais para o Paraguai. Curitiba, 28 jun. 1966, p.4.
- LA POBLACIÓN de Paraguay. CICREDI Series. Assunción: Talleres Gráficos de la Escuela Técnica Salesiana, 1974. Disponível em: <www.cicred.org> Acesso em: 9 fev. 2012.
- CENTURIÓN, D.U. *Cien Años de Nacionalismo Republicano*. s.e. Assunção: 1987.
- CERVO, A.L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.
- FIORENTIN, M.I. *A experiência da imigração de brasileiros no Paraguai (1970-2010)*. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.
- GOIRIS, F.A.Jara. *Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- KLEIN, H.S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, B. (org.). *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.13-31.
- MENEZES, A. da M. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.
- NADALIN, S.O. *Paraná: Ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.
- NICKSON, A. El régimen de Stroessner (1954-1989). In: TELESCA, I (coord.). *Historia del Paraguay*. 3 ed. Asunción: Taurus Historia, 2011, p.265-294.
- OLIVEIRA, H.A. *Política Exterior Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PIERI, V.S.G. de; VIANA, M.K. Os acordos migratórios no Mercosul e os brasiguaios: solução para o problema?. Disponível em: <www.mundorama.net>. Acesso em: 7 dez. 2011.
- RAMOS, S.P. *Hospitalidade e migrações internacionais: o bem receber e o ser bem recebido*. São Paulo: Aleph, 2003.
- SOUCHAUD, S. *Geografía de la migración brasileña en Paraguay*. Series Investigaciones – Población y Desarrollo. Assunción, 2007.
- VIZENTINI, P.F. *Relações Internacionais do Brasil – de Vargas a Lula*. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.



LOURENÇA JUQUIÁ: UMA ÍNDIA DE TRÊS MUNDOS

Marilda Alves de Campos

Graduanda do 4º ano de História da UNICENTRO-Guarapuava. E-mail: marildacacum@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que abordou a criminalidade contra o indígena objetivando contribuir por meio da reflexão histórica com os estudos das relações sociais, culturais e interétnicas na Vila de Guarapuava. Do crime ocorrido num fandango contra Lourença Juquiá ora citada como cabocla, ora como índia foi acusado e condenado a galés perpétua o baiano Manoel Maria, analfabeto, 22 anos, soldado da Guarda Fixa do Paraná. Para compreensão das relações interétnicas havidas nesse espaço se buscou primeiramente identificar a vítima, quanto origem, etnia, filiação e parentela, para numa escala microscópica tecer um panorama das relações estabelecidas entre indígenas e a povoação livre e pobre da vila, na temporalidade delimitada pela documentação. Por meio de um estudo documental e a historiografia do processo de colonização de Guarapuava ocorrida no século XIX partiu-se do pressuposto que os indivíduos nos contatos cotidianos criaram de forma improvisada estratégias de socialização para melhorar suas vidas. A fonte de pesquisa basicamente se constitui no processo crime instaurado 1856, nos registros de batismos, casamentos e óbitos do arquivo da Diocese da igreja Nossa Senhora de Belém. Com uma abordagem microhistórica, nos parâmetros da mesma, ancorada nas fontes selecionadas, no entrelaçamento dos dados conclui-se que esses indivíduos, excluídos da vila por normas impostas pela classe dominante vivendo no rocío construíam ambientes de socialização para um bem viver. Nesses encontros, apesar dos confrontos promoveram circularidade cultural, miscigenação, e aos seus moldes formaram famílias estendidas para além da nuclear, muitas vezes além da consanguinidade.

Palavras-chave: Crime; galés; Guarapuava; indígenas; soldado.

O texto é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (T.C.C.): Lourença Juquiá: uma índia de três mundos, resultado da análise do processo crime do assassinato da índia Lourença Juquiá ocorrido na Vila de Guarapuava em um folguedo de fandango.

Os indígenas que habitavam a região de Guarapuava no século XIX, segundo historiografia do processo de ocupação e colonização compunham a população Jê Meridional, conhecidos por Botocudos, Coroados, Xoclan, Camés, Dorins e Votorons. Grupo exogâmico, patrilinear e hierarquizado, habitantes da região dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Província de Misiones na Argentina.

Na reconstrução da trajetória da vítima buscou compreender pelos contatos o mundo e a visão do mundo onde Lourença buscava se inserir. O acusado pelo assassinato de Lourença foi o militar Manoel Maria, baiano de 22 anos, preto, analfabeto soldado da Guarda Fixa da Província do Paraná destacado na recém criada Vila. Manoel Maria foi condenado pelo Código Criminal de 1830 no artigo 193 no grau máximo de galés perpétua.

Esses poucos dados, e a escassez de detalhes levaram ao questionamento da identidade, vivência, trajetória e relações sociais, o mundo da vítima. Nesses porquês mora a sedução citada por Fernando Moraes na declaração [...] um personagem me seduz quando, além de ter tido uma vida rica e interessante, permite que por intermédio de sua trajetória, seja possível recontar um pouco da história não oficial, da história que não nos contaram nos bancos da escola (BENCHIMOL, 1995, p. 100)

Na construção do processo, o fato crime evidenciado se sobressai a vítima que é silenciada; a índia Juquiá ainda hoje seduz mais pelo acontecimento constantemente citado nos trabalhos



acadêmicos, principalmente no fragmento do processo cuja narrativa relata que estando a mesma em um fandango, na madrugada de três para quatro de maio de 1856 envolveu-se num “barulho”, uma discussão com a mulata Edeovirgem que em voz alta ofendia a índia acertando-lhe uma tamancada na cabeça vindo a mesma cair no chão, quando não se sabe se propositalmente ou não a luz da vela apagou-se.

Segundo testemunhas na tentativa de apaziguar as mulheres os soldados Manoel Maria e Manoel João se desentenderam e foram acalmados pelo comandante o Cadete Egas Muniz da Silva que portando uma espada ergueu-a para o alto pedindo calma.

Acalmados os ânimos, ao acenderem a luz Lourença Juquiá agonizava no chão vítima de duas canivetadas, uma no peito do lado esquerdo e outra na “boca” do estomago. A mulata Edeovirgem declarou a justiça que indagando de quem lhe havia ofendido, Lourença por três vezes respondeu: Manoel Maria.

No crime cometido as escuras, e sem testemunha, teve peso para a condenação, a declaração da mulata e o fato do canivete, arma do crime, ser reconhecidamente de propriedade de Manoel Maria que alegando inocência, falta de testemunha, e a dureza da aplicabilidade da pena apelou para comutação da sentença, de grau máximo para mínimo, pedido negado pelo poder moderador na pessoa de D. Pedro II.

Fato narrado e oficializado nos autos para se dar o cumprimento da lei; E os personagens envolvidos, quem seriam essas vítimas? E a vítima fatal? Simplesmente índia Lourença com o termo “Juquiá” salientado pelas aspas na capa do processo levando a crer ser da etnia Guarani, cujo termo Juquiá significa rio sujo, covão armadilha de pegar peixe.

Seria esse mundo Guarani o de pertencimento de Lourença?

Roger Chartier ao traçar um panorama da historiografia da história afirma “o objeto da história [...] não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos” (CHARTIER, 1994, p.102.). Nessa afirmação e na busca conclui-se que numa abordagem microhistórica entrelaçando dados se possa identificar Lourença, suas origens, parentela, relações sociais, seu mundo, e por fragmentos reconstruir sua trajetória na Vila onde pela exclusão e as normas impostas pela classe dominante haviam sido proibidos de circular, a não ser para a realização de trabalhos de edificação da vila.

Analisando os primeiros livros de nascimento, casamento e óbito do Arquivo da Diocese da cidade, localizou-se o óbito de Lourença que permitiu conhecer seu segundo nome Maria, onde consta Lourença Maria Juquiá de quase cinquenta anos casada com José Ignácio de Oliveira. O processo e os registros dos livros levaram a identificar Lourença como nascida no aldeamento do Forte Atalaia, quarta filha do índio Engreyê batizado Antonio José Pahy de Azevedo e Rita de Oliveira Faixó e Pá, casados em maio de 1814⁵.

A historiografia da colonização de Guarapuava é unânime na importância da participação e colaboração de Pahy Engrayê nos primeiros contatos e no aldeamento. Batizado e casado na capela de Atalaia, Pahy por suas habilidades recebeu do Comandante Diogo o cargo de Capitão de índios. Foi nesse contexto de contato, interação, colaboração e inserção que em 1818 nasceu no Forte,

5 Os dados e datas de batismos, casamentos e óbitos citados neste trabalho constam nos primeiros livros do Arquivo da Diocese de Guarapuava.



Lourença a segunda filha do casal batizada em fevereiro de 1819. Num passado não distante em janeiro de 1812 o pai de Lourença, seus meios irmãos Netxian e Gatán filhos de Maria Coyan/Pirexó e dois primos que conforme batismo haviam sido aprendidos nas vertentes do Rio Cavernoso, próximo às terras cortadas pelo rio Juquiá⁶, território de pertencimento Kaingang do clã do grupo autodeclarado Votoron.

A denominação geográfica Juquiá do rio e do território do clã foi herança dos Guaranis que anteriormente habitavam a região, e foi dada a Lourença em ritual às escondidas do padre que proibia rituais e nomes não portugueses. A denominação usada em ritual, os Kaingang hoje se referem como “nome de mato”.

Com a captura, o pertencimento a região, e a autodeclaração desvendou-se o mistério da denominação Guarani como sendo sua etnia de pertencimento, e comprovou-se ser ela Kaingang pela cultura da patrilinearidade e a declaração do pai como Kaingang Votoron.

O grupo aprisionado foi conduzido ao Forte onde Netxian e Gatán justificados por risco de morte foram pelo pároco Chagas sem catequese batizados como Francisco e Bárbara primeiros indígenas batizados na região nesse processo de “catequese”. Liberto Pahy foi ao seu território e trouxe mais ou menos 312 índios, colaborando com os dominadores no início do aldeamento do Forte de Atalaia. Salientando que no período este número de indígenas era superior aos atalaiados da expedição.(FRANCO, 1943, p. 265)

A colonização que iniciada em 1810 por determinação das Cartas Régias de 1808 e 1809 foi conturbada pelas desavenças e a disputa de poder entre o Comandante da expedição Diogo Pinto de Azevedo Portugal e o Reverendo Francisco das Chagas Lima.

A discórdia envolvia a escolha do local de edificação da Vila que se denominaria Real João, e a questão dos indígenas aldeados em Atalaia permanecerem ou não próximos aos colonizadores; discórdias que geraram duas devassas, um plebiscito para escolha do lugar da vila, e o afastamento do Capitão Diogo do comando da expedição, assumindo seu lugar o subcomandante Tenente Antonio da Rocha Loures, sobrinho de Chagas Lima. (FRANCO, 1943, p.106,161,162)

A morte de José Pahy Capitão índios, ocorrida em 1819 conforme óbito assassinado pelos índios Tactáias agravou as estruturas da colonização. Com a morte Pahy, as órfãs Lourença de seis meses e a irmã mais velha Margarida Ignivé ficaram na companhia da mãe Rita Faixó e dos meio irmãos Francisco Netxiam e Bárbara Gatán.

O afastamento de Diogo Pinto do comando e a morte de Pahy propiciaram a Chagas Lima e ao sobrinho Rocha Loures aos seus moldes normatizarem as vivências fora e dentro do aldeamento ocasionando desgosto para os indígenas que empreenderam inúmeras fugas. Entre tantos fugitivos Rita Faixó que em fevereiro de 1820 havia se casado com Fuoc-xó índio que discordava do padre e da igreja sobre a poligamia acompanharam um grupo. A fuga foi oficiada pelo padre como sendo eles, miseráveis seduzidos pela perversão.

[...]este miserável cedeu a sedução, levando consigo não somente sua mulher legítima, com dois índios Camés já batizados e casados, um de nome Nicoláo Hereibanc, e outro de nome Miguel Endará, que ambos deixaram suas mulheres legítimas em Atalaia. Segundo as notícias que correm, e tem muita probabilidade todos aqueles três índios se perverteram nos sertões: Vitorino Fuoc-xó associou a sua mulher legítima outra mulher de nome Ignivé;

6 Atualmente terras pertencentes ao município de Goioxim.



Nicoláo Hereibanc e Miguel Enderá tomaram novamente por esposas, ou por suas concubinas duas mulheres pagãs como eles bem entendem cada um dias mulheres pagãs, ou mais como bem lhe pareceo. (FRANCO, 1943, p. 181)

Portanto na fuga Rita Faixó acompanhou o marido deixando as filhas Margarida Ignivé e Lourença Juquiá no aldeamento aos cuidados do meio irmão Francisco Netxian que cuidava de Bárbara Gatán; juntos os irmãos moravam em uma das casas do aldeamento. A respeito dessas fugas e o tratamento do padre para com o indígena foi oficiado.

[...] huma Nação que nunca conheceu subordinação não crível que de repente se sujeite a huma Escravidão, tal qual o Reverendo Chagas lhe ministra, pois athé chega a fazer com que os índios durmam fexados a baixo de chave e lhe prohihe hir aos mattos, perto do Acampamento projectando futuros, com o que muito os desgosta e já humas baptizadas e muitos índios tem fugido, mas não tem voltado, enquanto este dito Reverendo estiver na Expedição (FRANCO, 1943, p. 221.)

Na denuncia ficam claras as ações do padre quanto dominação, e o poder de mando que exercia no aldeamento, acima do próprio comandante, demonstrando sua influencia aos demais a ponto de fechar a chave os índios como se prisioneiros fossem.

No início de 1822 chegou a Atalaia um grupo de degredados para cumprir penas, entre eles José Gomes, ex-soldado do Regimento de Santos condenado a 20 anos pela participação da sublevação de 1821, (PONTAROLO, 2010 p.70.) e logo nos meados do ano os colonizadores foram transferidos para onde se encontra a cidade lugar escolhido pelo padre, ficando em Atalaia excluídos dos demais, índios, degredados e portugueses casados com índias.

O apenado José Gomes que chegara constando como livre e com ofício de carpinteiro em 1823 menos de um após ter chegado se casou com Bárbara Gatán. O termo livre indica o ex-soldado ser ex-escravo, portanto negro ou mulato.

Nesse período citado substituindo Pahy no cargo de Capitão de índios estava Luiz Tigre Gacon, índio que não era bem visto entre os não aldeados que ameaçavam atacar e destruir o aldeamento. Ameaças cumpridas, em abril de 1825 os Dorins incendiaram o aldeamento, e conforme óbitos assassinaram 22 indígenas entre homens mulheres e crianças. (FRANCO, 1943, p. 208). Dias antes do ataque, com a irmã Bárbara casada, Francisco Netxian casou-se com a índia Clemência Ca-Hó.

A família de Lourença salva da tragédia como os demais, instalou-se no rocio da Freguesia da futura vila de Guarapuava (LEITE, 2006, p.57) onde Lourença aos quinze anos, em outubro de 1834 se casou com o mestiço José Ignácio de Oliveira filho da índia Rosa Maria Cacúm e do português Salvador Ignácio.

Segundo registros, Lourença nasceu em 1818 e quando assassinada em 1856 tinha 38 anos de idade, e não quase 50 como consta no óbito. Pelos referidos documentos identificou-se a vitima como sendo Lourença Maria Juquiá de Oliveira, índia Kaingang Votoron nascida no aldeamento de Atalaia, filha de Antonio José Pahy de Azevedo e Rita de Oliveira Faixó e Pá, casada com José Ignácio de Oliveira. Dentre os filhos desta união miscigenada o casal teve Joaquina Maria de Souza que se casou com o mulato Manoel Caetano de Oliveira filho da mulata Edvirgem, mulher que foi pivô do assassinato de Lourença.



A morte de Lourença por assassinato no fandango da vila foi fruto das danças proibidas por lei colonial, e provincial, danças que Chagas declarou como obscenas.

Segundo Michel de Certeau, a análise do cotidiano e as parentelas revelam que as práticas individuais são frutos da relação social que seus praticantes mantêm na conjuntura na qual estão inseridos e que [...] Estudar esta prática não resume, não isola o indivíduo do restante da sociedade em que convive. (CERTEAU, 1994. p. 37- 38.)

O estudo aponta a miscigenação iniciada no aldeamento, a diversidade étnica, e a circularidade cultural propiciada nesses ambientes de contatos, e relações sociais. Nele Lourença aparece permeando o mundo do índio, do negro do branco, e outros mais, como dos miscigenados, degredados, e do militarizado do forte.

Lourença pela sua trágica morte pelos estudos permeia o mundo acadêmico que busca nas relações citadas por Chartier compreender com Lourença essas visões, construções de mundos históricos, mundos de ancestrais.

No confronto do mundo indígena como o mundo do outro, a reelaboração é natural, mas não indolor, nele se ganha, mas também se perde, o resultado é a soma do que sobrou, com ela fazem um novo mundo, a vivência e a história de cada um. Pela pesquisa buscou-se o que sobrou dos mundos de Lourença, nos fragmentos, sua trajetória de vida, costumes, na soma o mundo produzido pela circularidade cultural.

A convivência e o cotidiano propiciam construções que são nada mais que adaptações que ainda hoje são feitas por indígenas, miscigenados ou não, uma reelaboração em busca do seu mundo, e do seu lugar no mundo do outro.

Na tradição, e pela ótica do mundo mítico indígena, vida e a morte se encontram, e se explicam; norteados na cultura buscam explicar as origens nos elementos da natureza para explicar que:

A tradição dos Kaingang afirma que os primeiros da sua nação saíram do solo, por isso são cor de terra. Numa serra não sei bem onde, no sudoeste do estado do Paraná, dizem eles que até hoje podem ser vistos os buracos pelos quais subiram. Uma parte deles permaneceu subterrânea, essa parte se conserva lá até hoje e a ela vão se reunir às almas dos que morrem aqui em cima.(NIMUENDAJU, 1986, p. 87)

Nos rituais fúnebres Kaingang, as últimas palavras ditas são de orientação, e aconselhamentos que vão para além da morte, numa outra dimensão para que nela se façam presentes e vivam bem com os outros ao dizerem: Passe pela ponte do rio grande aonde teus parentes virão te encontrar, viva bem com os outros que se encontram no grande campo e lhes diga: EU ESTOU AQUI. (FERNANDES, 1969, p.366)

Estes versos foram citados em rito fúnebre por ocasião da morte de um membro do grupo das margens do rio Ivaí junto à colônia Tereza Cristina, ouvidos e decorados por seu diretor Gustavo Rumbelsberger, provavelmente foram ditos silenciosamente a Lourença por um dos seus.

Pelo exposto compreende-se que as variadas relações interétnicas, provindas do contato do princípio do empreendimento de colonização, apesar dos confrontos os indivíduos involuntariamente criaram estratégias, meios e ambientes de socialização. Portador de um pensamento mítico o indígena pela sua lógica procura explicar a si próprio, o mundo, e o viver nele.



Essa tentativa de explicar e entender o inexplicável são próprios da sua tradição de reinventar. Nos contatos havidos pelas relações sociais da Vila e a intensa circularidade cultural, diferentemente do passado onde se originaram suas tradições, na junção das estruturas, ocorreram mudanças que interferiram no seu mundo, gerando estratégias voluntárias ou não, os indígenas reconstruíram um novo, outro mundo, formulando visões, buscaram a compreensão do diferente.

Esses mundos confrontados por vezes geraram discórdias como a que resultou na morte da índia Lourença Juquiá. Por toda essa parentela pluriétnica e pluricultural de Lourença constatam-se as estratégias de socialização, de bem viver com o outro nesse novo modo de viver que a eles se apresentava. Lourença nasceu com seu mundo indígena dividido, num forte militarizado dividiu com o não índio, a mãe e o pai como “colaborador” do “branco”.

Lourença cresceu e conviveu toda a sua vida com “brancos”, negros e miscigenados, entre culturas diferentes elaborou seu modo de viver com os mesmos, foi tolerante, aceitou, sujeitou-se ao novo, buscou pela convivência estruturar sua vida em meio a diversidade. Entre as constantes idas e vindas da mãe e do padrasto na povoação Lourença compreendeu a resistência e a não sujeição deles; Lourença fez sua escolha de permanecer entre os diferentes, aceitou as normas impostas pelo dominador, talvez por ter perdido parte do mundo de suas origens. Pelo pesquisado e exposto podemos inferir que colonizadores povoadores interferiram no mundo indígena Kaingang.

A formação familiar indígena aos moldes do “branco” e a miscigenação foram fortemente imposta no aldeamento pela catequese, pela legalização dos casamentos, e pelos arranjos. Os casamentos e compadrios tanto na etnia indígena como entre interétnicos apontam para esses arranjos do dominador que exerceu influência no agrupamento familiar Kaingang.

Por outro lado, ainda assim a extensa rede de parentesco, a família indígena estendida permite visualizar suas estratégias de resistência, e as estratégias do não índio no intuito de pela miscigenação fixar o índio a terra e no aldeamento para liberar extensas áreas de terras para apropriação. Essas visões de mundo são pequenos fragmentos do mundo de Lourença que permite vislumbrar o mundo indígena e aqueles que permearam e permeiam para se reinventarem. Ao deixar o mundo Lourença deixou rastro de mundos a serem trilhados.

Agradecimentos:

Os agradecimentos para o desenvolvimento desta pesquisa são destinados a minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso Walderez Pohl da Silva pela sua preocupação aos detalhes.

Referências

Fontes

Processo crime nº 857.2.19 - caixa 01 Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.

Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos. Livros nº 1 A e B, século XIX.

Listas Nominativas, cópias - Arquivo Histórico Benjamim Teixeira, Guarapuava.

Bibliográficas

AMOROSO, M.R. Guerra e mercadorias: os Kaingang nas cenas da Conquista de Guarapuava. In:



- SEVCENKO, N. *et al.* *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo, BNP Paribas, 2003.
- BENCHIMOL, J. (org.). Narrativa documental e literária nas biografias. *História, ciência, saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. II, n. 2, jul.-out. 1995.
- CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano*. 11ed. Rio de Janeiro: ED. Petrópolis, 1994.
- CHARTIER, R. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. p.102.
- FERNANDES, J.C. *Saga da Esperança*. Ponta Grossa: Planeta Ltda, 1969.
- FRANCO, A.M. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Tipografia João Haupt & CIA, 1943.
- LEITE, R.F. *Nos limites da Colonização. Ocupação territorial, organização econômica e população livres pobres (Guarapuava 1808-1878)*. Tese de defendida na USP, 2006.
- NIMUENDAJU, C. 104 mitos nunca publicados. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n.21. Rio de Janeiro, 1986. p. 87.
- MOTA, L.T. *As Guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994.
- PONTAROLO, F. *Homens de ínfima plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

A INTERDIÇÃO GANHA VOLUME: O SISTEMA DE JUSTIÇA CIVIL EM GUARAPUAVA ENTRE 1940 E 1950

Abigail Duarte Petrini

Mestranda no Programa de Pós-Graduação de História da UNIOESTE. E-mail: abigail_petrini@hotmail.com

Yonissa Marmitt Wadi

Pesquisadora produtividade CNPq, professora no programa de Pós-Graduação de História da UNIOESTE. E-mail: yonissa@cnpq.com.br

Resumo: Este trabalho esboça algumas preocupações relativas à Comarca de Guarapuava, especificamente com relação à Vara Cível e aos processos de interdição que nela circularam nas décadas de 1940 e 1950. Em 1940, na Comarca de Guarapuava quatro processos de interdição foram constituídos, e em 1950 esse número dobrou, alcançando oito processos de interdição. Percebo os processos civis de interdição, que avaliam a capacidade do sujeito de reger sua pessoa e administrar seus bens e que tem a loucura como tônica, como uma prática cultural que teve espaço dentro de um quadro com referências à modernidade. A curatela à qual a pessoa interdita estava sujeita era uma prática legal institucionalizada, que rompia com quaisquer outras formas de relação do sujeito julgado incapaz com a sociedade e com seus bens. Se por um lado o sistema de justiça detinha uma ordem organizacional, material e de recursos humanos para efetivar o exercício do poder do Estado tal como estabelecido em códigos e leis, por outro lado os sujeitos que foram requerentes ou requeridos nos processos buscaram através de táticas diversas alcançar seus objetivos dentro dessa ordenação. Neste trabalho, objetivo traçar uma panorâmica sobre como estava constituída e dinamizada a organização jurídica da Comarca de Guarapuava, também focando os sujeitos que participaram dessa organização e que, em última instância, puderam ser compreendidos como participantes e exemplares das normas e das leis. Problematizo quais elementos e dinâmicas socioculturais estiveram mobilizadas para que fosse efetivada uma maior adesão das práticas jurídicas de interdição junto àquela população.

Palavras-chave: Processos Cíveis de Interdição; Comarca de Guarapuava; Práticas Socioculturais.

Numa palavra: uma sociedade inteiramente perpassada de
relações guerreiras foi sendo substituída aos poucos por um
Estado dotado de instituições militares.
Michel Foucault, Em defesa da sociedade

Introdução

A interdição consiste em uma ação que limita os direitos civis do sujeito justificada por sua incapacidade. O Código Civil de 1916, Lei nº 3.071, era o Código que vigorava sobre as pessoas, as propriedades e os contratos e suas respectivas relações nas décadas de 1940 e 1950, sendo que atualmente encontra-se em vigor o Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406 de 2002. De acordo com o estabelecido no Código de 1916, embora todos os indivíduos fossem capazes “de direitos e obrigações na ordem da vida civil” (LEVENHAGEN, 1978, p.24), a capacidade de fato diferenciava-se da capacidade de direito – todos detinham o direito da capacidade, mas nem todos a exerciam pessoalmente. A incapacidade civil, ou seja, a incapacidade para reger a própria pessoa e administrar seus próprios bens, seria absoluta nos casos de menoridade de dezesseis anos, loucura, surdo-mudez com dependência, e ausência (p.28). Os processos civis de interdição que pesquisei, como um todo, apresentam por motivação a loucura.

A incapacidade civil era declarada após o processo de interdição, que compreende quatro



fases, sendo elas a petição inicial, a perícia, os interrogatórios e a conclusão. Após a afirmação de incapacidade, o sujeito seria declarado interdito e sujeitado a uma curatela, que consistiria na administração dos bens do interdito e nos cuidados de sua pessoa. Trata-se do poder de controle sobre o outro, seus bens e suas ações públicas, numa prática institucionalizada de dominação. Esse controle sobrepujaria quaisquer outras formas de relação entre o sujeito e a sociedade ou seus bens, deslegitimando suas ações e sujeitando-as à autoridade do curador.

O grupo de documentação desta pesquisa, disponível no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, perfaz um total de doze processos divididos entre as décadas de 1940 e 1950, todos circunscritos à Comarca de Guarapuava, na Vara Cível. Destes, quatro processos foram iniciados na década de 1940, e oito na de 1950. Foi essa diferença na quantidade dos processos, que de uma década para a outra saltou para o seu dobro, que motivou neste trabalho o questionamento sobre a prática jurídica da interdição.

Panorama da organização judicial de Guarapuava entre 1940 e 1950

A Comarca de Guarapuava, quarta Comarca a ser constituída no Paraná, contava com oitenta e um anos de exercício do poder judiciário em 1940. A população de Guarapuava, município sede da Comarca, entre 1940 e 1950 oscilava fortemente em decorrência de alterações como os desmembramentos de território, que incluíram vastas regiões rurais, onde àquela época concentrava-se a população, e o crescimento populacional fortalecido pela economia regional voltada para a madeira, com a confluência de migrantes e aumento da taxa de natalidade. Assim, na década de 1940 a população caiu de mais de noventa mil habitantes para aproximadamente setenta mil habitantes; em meados de 1950, voltou a crescer, alcançando os cem mil habitantes durante os anos 1960 (FERNANDES, 2010, p.61).

Quanto a sua infraestrutura física, a Comarca era caracterizada por conter um Fórum, cartórios e tabelionatos. O Fórum em Guarapuava no início de 1940 estava estabelecido no prédio da intendência municipal (MARCONDES, 2010, p.359), sendo que a partir de 1944 o Fórum passou a ocupar o prédio outrora atribuído ao Grupo Escolar Número 4, onde encontra-se instalado até hoje.

Apesar disso, nos processos, evidenciou-se que o uso dessa estrutura nem sempre fez parte dos costumes daqueles que foram envolvidos pelos processos. Quando da petição inicial para iniciar os processos, eram anexados documentos comprobatórios de parentesco – vínculo necessário para constituir parte legítima no processo. Observou-se que documentos como certidões de nascimento ou de casamento expedidos em datas condizentes com a época dos efetivos nascimentos e casamentos são incomuns, tendo sido emitidos em geral na época do processo de interdição.

É possível perceber através desses dados que as formalidades do sistema judiciário foram cumpridas unicamente quando houve a busca deste mesmo sistema para mover o processo de interdição. Apesar de haver uma estrutura disponível para todos os atos e registros necessários ao exercício da vida cível, esta estrutura foi usada apenas quando os sujeitos buscaram um procedimento formal específico, que neste caso era a interdição civil, ou em relações que envolviam propriedade, como foi possível perceber nessas documentações anexadas aos processos. O sistema jurídico e a vida cível formal não estavam solidamente estabelecidos como participantes do cotidiano da maior parte dessas pessoas, embora elas os procurassem para resolver seus impasses e seus negócios. Não estava interiorizada nas práticas cotidianas dos sujeitos dos processos a necessidade de sua própria inserção e de seus pares em uma organização de registros relativos à pessoa, seu nascimento e sua relação conjugal.



Os juízes de direito que ocuparam a 1ª Vara Cível, entre 1937 e 1955, foram Lauro Fabrício de Mello Pinto (tendo assumido o posto em 01 de junho de 1937, o nono juiz a fazê-lo), Theobaldo Ciocci Navolar (assumiu em 14 de dezembro de 1949, em sequência a Lauro Fabrício de Mello Pinto) e Armando Jorge Carneiro (assumiu em 22 de julho de 1955, décimo primeiro juiz de direito da 1ª Vara Cível, sendo substituído a partir de 1962). A 2ª Vara Cível foi constituída em 1962.

Os juízes que participaram dos processos de interdição em 1940 foram Lauro Fabrício de Melo Pinto (responsável por três dos quatro processos) e Marças Justen (um processo em quatro). Em 1950, Armando Jorge Carneiro (três dos oito processos) e Francisco Tibúrcio da Silva Brasil Filho (um processo, juiz da 1ª Vara Criminal). Ressalto que nos processos de 1950 ainda foi impossível avaliar com precisão todos juizes envolvidos, visto que a caligrafia não o permitiu. É possível deduzir apenas que dentre os outros quatro processos, pelo período em que transcorreram suas ações, três tenham sido regidos pela autoridade do juiz Theobaldo C. Navolar, e o último restante também tenha sido arbitrado pelo juiz Armando Jorge Carneiro.

Como representantes do Ministério Público, atuou nos processos o promotor Edie dos Santos Ribas, sendo que em um dos processos este mesmo promotor foi peticionário da ação de interdição. Como curador à lide (caso em que o promotor oficial era o requerente do processo, sendo nomeado outro promotor para atuar como curador daquele processo) Wladislaw Jaworski Junior e Arthur Scheidt em 1940. Em 1950 atuaram os promotores Luciano P. de Paula e Athos de Santa Thereza Abilhoa, e curadores à lide Antonio Dorigon e Antenor Lisbôa Sprenger. Revezavam-se como escrivães nos processos de 1950 Odilon Durski e Francisco C. Teixeira, e nos de 1940 Altino Borba, Heitor de Alencar Guimarães Filho e Adeodato Torres Nogueira.

Estes sujeitos eram todos homens, todos alfabetizados, e supõe-se que detinham algum grau de treinamento ou especialização para exercer as funções que desempenhavam. A eles coube, em diferentes proporções e momentos, tecer avaliações sobre outras pessoas, sobre as proximidades ou distanciamentos que outros apresentassem quanto às normas e às leis. Coube a eles exercer o papel de sujeitos participantes da organização jurídica e formal da vida de uma determinada população, a da Comarca de Guarapuava. Tanto eles quanto suas práticas foram a materialização de determinadas posturas do Estado e do sistema de justiça, tornando-os representantes do conjunto estratégico de normatização, legislação e arbitramento da vida.

Perícias e interrogatórios: as alterações nos processos de interdição

A interdição estabeleceu-se na relação entre os poderes jurídicos e os saberes médicos e psiquiátricos sobre a loucura; esta última e sua decorrente incapacidade civil eram periciadas e comprovadas por especialistas (LEVENHAGEN, 1978, p.303) para que ocorresse a efetivação da interdição e a submissão à curatela. Como o sistema jurídico corresponde à ordem das estratégia (CERTEAU, 1998) – por sua formalidade, sua infraestrutura, seus conjuntos de leis – esse mesmo tipo de ordenação se tornaria correspondente nas áreas que com ele atuassem e legitimassem suas práticas. Os saberes psiquiátricos, que buscavam legitimidade e oficialidade, bem como a própria psiquiatria e a medicina (FERLA, 2009), constituíram em seus vínculos com a justiça e na medicina legal um espaço profícuo para seu estabelecimento e distinção enquanto ciências.

A perícia era o momento do processo em que os especialistas sobre a loucura se manifestavam, avaliando a loucura do sujeito interditando. Em todos os processos foram requisitados dois profissionais para cada perícia. Esses peritos na Comarca de Guarapuava nos processos de interdição de 1940, em que todos os requeridos foram interditados efetivamente, foram os médicos João Ferreira Neves (três processos dentre os quatro), Cassio Virmond (dois processos), e Raul Pilloto (um processo); destaca-se que um dos processos foi periciado pelos médicos Aló



Guimarães e Otávio da Silveira, residentes no Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz. Em 1950, de todos os oito processos apenas um não teve peritos nomeados; dos demais foram médicos os peritos Eloy Pimentel (cinco dos oito processos), Leszek Duszcak (dois processos), Lery Ribas, Willian Buffara, João Fleury da Rocha Junior, Otto Rickli e Odilon Mello de Freitas (cada um destes cinco peritos atuando em um único processo). Exceto no caso dos médicos vinculados ao Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz, não havia nenhuma especificidade nos processos para que a nomeação dos demais peritos atendesse a um critério de especialização em psiquiatria, embora todos fossem médicos formados, alguns tendo mantido o cargo de direção da Unidade de Saúde do município.

As práticas desses médicos, entretanto, sofreram diferenciações, para além das características individuais que se poderia esperar em se tratando de diferentes profissionais realizando uma mesma tarefa com relação a pacientes distintos. Os laudos (FOUCAULT, 2001, p.17) periciais da década de 1940 diferenciam-se dos laudos periciais da década de 1950. Nos primeiros, não havia um roteiro inerente aos laudos, e eram distintos no modo de operacionalização e registro da avaliação de loucura do suposto incapaz. Já nos segundos, os da década de 1950, pode ser percebida uma gradativa padronização da prática pericial.

Os comentários e observações, que constituíam o corpo do texto nos laudos da década de 1940, estavam presentes num primeiro momento, mas na sequência constavam as respostas a um questionário. Este questionário enfatizava, com perguntas diretas que deveriam ser respondidas com assertivas ou negativas, a existência de alguma anormalidade, loucura, “demência” ou “imbecilidade”, o histórico dessa anormalidade, a possibilidade de cura, e a incapacidade de reger pessoa e administrar bens em decorrência da anormalidade. Ao longo desse período, os laudos passam a se tornar cada vez mais enxutos, com a seção de comentários e observações sendo minimizada, centralizando a operação pericial na resposta ao questionário quando houvesse seu requisito.

Esses questionários eram encaminhados aos peritos pelos juízes, na maior parte dos processos. Entretanto, em alguns casos, houve abertura para que as partes envolvidas no processo – principalmente a do requerente na causa, ou seja, aquele que desejava interditar seu parente ou cônjuge – ou ainda o Ministério Público enviassem perguntas para a composição do referido questionário.

Quanto a prática dos peritos em fazer uso dos questionários, pode-se perceber uma gradativa formalização de sua conduta. Essa formalidade conferia ao ato pericial noções de objetividade, autoridade, cientificidade, e mesmo posicionamentos fechados e lógicos como os dos cálculos matemáticos. A cientificidade, almejada pela área psiquiátrica, era alcançada assim pela correlação de forças com o sistema de justiça.

Além disso, os laudos tratados através de questionários também produziram na pessoa do médico perito um dobramento (FOUCAULT, 2001), em que este foi instado a produzir posicionamentos e avaliações distintas daquelas desenvolvidas na perícia que não usava questionários. Sem os questionários, o perito deveria avaliar a loucura do periciado. Com os questionários, o perito deveria avaliar a capacidade ou a incapacidade civil do periciado. E avaliar a capacidade ou incapacidade civil do interditado era uma função delegada à autoridade do juiz, e não do perito.

Da mesma forma, quem organizava as perguntas do questionário era o juiz. Este, embora em alguns momentos tivesse aceitado a colaboração das partes envolvidas no processo, foi o responsável por inquirir os peritos sobre questões específicas e fechadas. E nessas perguntas, por diversas vezes, fez-se diretamente o questionamento sobre a “imbecilidade”, a “alienação mental”, a



“psicose” ou a “demência” dos interditandos, termos que não são da alçada da justiça, antes pertencendo às distinções próprias da nosografia psiquiátrica.

No caso do juiz, o dobramento ocorreu também, da mesma forma mas ao contrário do que se efetivou com os peritos: para o juiz, um dobramento entre o juiz e o perito, o médico; para o perito, o dobramento de médico para com o juiz. Esse dobramento de ambas as posições médico/juiz também pode ser interpretado como um indício de uma formação discursiva exclusiva, decorrente da interdição. A interdição, enquanto acontecimento de encontro de saberes médico-psiquiátricos sobre a loucura e a normatividade da loucura pelo sistema jurídico, produziu discursos únicos, e estes só puderam ter existência em decorrência da especificidade de seu próprio processo de produção, o da interdição.

Quanto às modificações dos procedimentos do processo de interdição, outra observação colabora para perceber a historicidade das práticas que caminham nesse interstício entre medicina e justiça. Nos processos da década de 1940, foi frequente a convocação de testemunhas para o interrogatório sobre a loucura do interditando. Entretanto, nos processos de 1950 essa frequência cai, e quando ela surgia era para resolver questões condizentes mais à curatela que à própria interdição em si ou à averiguação de loucura do interditando. Os interrogatórios de testemunhas tinham a função justamente de construir um testemunho sobre a loucura do outro, o interditando. Eram convocadas pessoas das relações deste, que conhecessem ou tivessem interagido minimamente em sua vida, para informar e atestar eventos em que a loucura teria surgido, se tornado evidente, danosa ou mesmo perigosa.

Em 1950 ocorre uma escassez dessas testemunhas; elas não são convocadas. Não são, portanto, necessárias. O testemunho sobre o outro e sua loucura deixa de ser integrante do processo, talvez percebido como prescindível frente à potência que o questionário representa. Mais significativo que a prova por depoimento que as testemunhas representavam, o questionário, elaborado por juízes e respondido por médicos, se traduzia em uma prova mais consistente. Os valores associados ao questionário estavam com mais relevo que os dos depoimentos. Esses valores eram os da cientificidade, da objetividade e da lógica, e que não deixavam espaço para posicionamentos e avaliações de pessoas sem autoridade para se pronunciar. Valores que, como já foi mencionado, estavam em pauta na busca de legitimidade de determinados saberes.

O relevo alcançado por esses valores também é sintomático sobre seu lugar de produção, e neste momento me dirijo novamente à Comarca de Guarapuava. Que seus profissionais autorizados da medicina e da justiça tecessem esforços na busca de parâmetros de objetividade, cientificidade e lógica, é significativo para pensar a própria Comarca e suas dinâmicas socioculturais. As formas de controle estrategicamente mobilizadas para aplicação sobre aquela população buscavam um distanciamento de saberes subjetivos e de testemunhos, numa espécie de destituição e, em última análise, um rompimento. Tratava-se de uma nova tecnologia de poder, baseada na colaboração entre medicina e justiça, fechada, rigidamente alicerçada. Aos sujeitos caberia mobilizar-se dentro dessa estrutura, “sob as vistas do inimigo”, em formas táticas de reação e busca por objetivos.

Apontamentos finais

A Comarca de Guarapuava dispunha, entre as décadas de 1940 e 1950, de uma infraestrutura com recursos materiais e humanos para exercer as disposições legais da vida civil. Entretanto, essa estrutura era buscada apenas em momentos que exigissem uma oficialização, como as ações de crise ou de negociação. Para que a população aderisse a outras práticas jurídicas, como a de interdição, buscaram-se elementos de cientificidade e objetividade, e dinâmicas de exclusão e delimitação, resultantes em organização e condensação crescentes da tecnologia do poder jurídico.



À população que estivesse excluída do exercício do poder jurídico e de seus colaboradores – a medicina e a psiquiatria, estas também beneficiadas pela ordenação e padronização das formas jurídicas –, não caberia mais dar embasamento para posições, como os depoimentos anteriormente faziam. Sua desvalorização concentrava o poder, constituindo uma potência em decorrência da exclusão e limitação dos participantes.

Este trabalho buscou ampliar a discussão sobre práticas jurídicas de interdição, especialmente as da Comarca de Guarapuava. A interdição, apesar da riqueza das fontes que os processos caracterizam, ainda encontra-se em uma fase inicial de tema em pesquisas acadêmicas. Quanto à Comarca de Guarapuava, também ela não tem recebido um tratamento mais apurado por parte das pesquisas, que se debruçam na maioria das vezes sobre ações jurídicas específicas, não aprofundando quanto ao desenvolvimento da organização judicial em si. Abrem-se ambos – a interdição civil e a Comarca de Guarapuava, como objetos relevantes para a construção de pesquisas das formas de controle legitimadas, estudos da soberania e das biopolíticas.

Agradecimentos

Agradeço à CAPES, pelo apoio financeiro que parcialmente viabilizou este trabalho, ao Programa de Pós Graduação em História da UNIOESTE, que lhe conferiu enriquecimento, ao Centro de Documentação e Memória e Arquivo Histórico da UNICENTRO, cujas fontes sustentam minha pesquisa, e à minha orientadora Yonissa Marmitt Wadi, pela profundidade e complexidade de sua orientação.

Referências

- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- FERLA, L. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo*. São Paulo (1920-1945). São Paulo: Alameda, 2009.
- FOUCAULT, M. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FERNANDES, M. A. M. *Poder & comércio: a associação comercial e industrial de Guarapuava (1955-1970)*. Curitiba: Editora CRV, 2010.
- LEVENHAGEN, A. J. S. *Código Civil: comentários didáticos*. São Paulo: Atlas, 1978.
- LEVENHAGEN, A. J. S. *Código Civil: comentários didáticos*. Volume 2: direito de família. São Paulo: Atlas, 1978.
- MARCONDES, G. G. *200 anos de uma caminhada histórica: 1810-2010*. Guarapuava: O Autor, 2010.



CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PIRATARIA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS ORIENTAL

Victor Oliveira Puchalski

UFPR. E-mail: victor.puchalski@gmail.com

Resumo: Ao inaugurar a rota do cabo, no século XV, Portugal elevou o comércio marítimo a uma escala continental e, como consequência, iniciou conturbadas relações com os povos que entrou em contato. A exclusividade do comércio português, garantida pelas bulas papais, impulsionava calorosos discursos sobre direito internacional entre as nações europeias, porém tais discursos nunca mencionavam os povos orientais. A historiografia atual sobre o oriente português – como Geneviève Buchon e Luiz Filipe Thomas – afirma que as dinâmicas orientais devem ser entendidas em seus devidos contextos, pela própria idiossincrasia de seus contextos sócio-culturais. As produções documentais derivadas dos conflitos entre portugueses e muçulmanos no oriente, por outro lado, mostram-se naturalmente tendenciosas, julgando aqueles que se opunham às pretensões imperiais portuguesas como piratas ou infratores. O presente trabalho busca explicar sobre o conceito de pirataria no Império Português Oriental, especificamente na região do Malabar, na Índia.

Palavras-chave: Império Português; Pirataria; Alteridade.

Alguns meses atrás, a mídia jornalística de todo o mundo focou seus olhos sobre o caso do roubo de um superpetroleiro internacional por piratas muçulmanos atuantes na costa da Somália. O choque e a repercussão dessa notícia em todo o mundo revelou uma certa ignorância mundial sobre a existência de tais práticas de rapina no oriente, sobre a sua história e suas transformações. No entanto, o senso comum nos permite saber que a prática da pirataria não é nova. Em grande medida, o tema sempre nos aparece como pano de fundo para romances e aventuras literárias.

Da Odisséia de Homero até as produções cinematográficas como *Os Piratas do Caribe*, vemos o tema ser abordado de maneira simplória e maniqueísta, sem contextualizar suas raízes sociais ou problematizar os conflitos diplomáticos dos quais provém. É um dos objetivos deste trabalho ampliar a discussão sobre a temática apresentando e problematizando a visão de alguns cronistas portugueses sobre como a questão das rapinas nos mares era vista no Império Português Asiático do século XVI.

Entretanto, antes de aprofundar-se sobre esse contexto, sente-se necessário construir uma breve história da pirataria. Não dos feitos e grandes nomes, mas sim da evolução da historiografia sobre o tema, buscando analisar a construção do termo e do conceito de pirataria. Antes de nos atermos a particularidade do Império Português, devemos antes compreender o significado de pirataria moderna, para então compreendermos a singularidade das rapinas no oriente.

É no século XVII, com a grande afluência de pessoas para a América, que se inicia uma grande exploração do tema náutico para a produção de romances de viagens. Dentre esses romances, a temática em destaque é a pirataria. O primeiro livro que gostaria de destacar é *Os Bucaneiros da América*, escrito por Alexander Exquemilin, em 1678. Neste livro a abordagem do tema da pirataria se foca na questão caribenha. Na forma de relato, EXQUEMELIN nos explica o funcionamento dessas práticas de rapina no Caribe. Parte dele, portanto, a primeira definição de



navegadores adjetivados de pirata, que nada mais eram que “[...] homens que conduziam suas ações e negócios sem buscar nem acatar aprovação ou restrições impostas por leis de qualquer príncipe ou soberano” (EXQUEMELIN, 2007). É sobre esta definição que irá se apoiar grande parte dos romances de pirataria, abundantes no período. É importante destacar que não era o objetivo de EXQUEMILIN, ou de outros autores como Daniel Defoe, construir uma análise sobre a temática, mas sim utilizá-la simplesmente como pano de fundo para suas histórias ficcionais.

Em 1724 surgiu uma primeira literatura que almejava a pesquisa das práticas piráticas, chamada História Geral dos Roubos e Assassínios e dos mais Notórios Piratas [...]. Esta obra, assinada por Charles Jonhson (possível pseudônimo de Daniel Defoe), apesar de somente se referir à região do Caribe, marca o início de uma produção historiográfica a respeito do tema, que irá se repetir em larga escala durante todo o século XVIII e XIX.

Já no século XX, percebe-se um maior cuidado quanto à temática visando a construção de uma verdadeira análise sobre o assunto. É neste período que se identifica, pela primeira vez, a problematização principal sobre a questão das rapinas nos mares: a diferenciação entre pirataria e corso. Philip Gosse, na introdução de seu livro A História da Pirataria, coloca o problema sobre a figura de Francis Drake, famoso corsário inglês (GOSSE, 1954, p.6). Gosse expõe que este personagem era dotado de atitudes ambíguas no que concerne a diferenciação entre pirataria e corso: apesar de ser qualificado como corsário, Drake, nas suas primeiras viagens à América, praticava atitudes piráticas.

Mas qual é então a diferenciação entre pirataria e corso? A resposta para tal questão é delicada e variável quanto ao período e à região. Grosso modo, a diferenciação se refere à legitimação dos ataques. Segundo Jean-Pierre Moreau, o termo corso nos remete à baixa Idade Média, quando houve uma regulamentação das práticas de rapina. Nesse período, o aspecto de *Vendetta* (vingança) seria o ponto central para a constituição de uma “pirataria legal” (MOREAU, 2007, p.23) – baseava-se em se vingar daqueles que furtaram mercadorias nos mares. Tal prática era compreendida por Moreau como uma “lei de Talião”, pela forma endêmica de violência que era gerada.

Essa forma legal de rapina se materializava na forma de uma carta de marca, que era autorizada pelo soberano e tida também como forma de renda pelo Estado, pois a cada represália o corsário deveria dar ao seu Estado de origem a quinta parte de todas suas presas. A pirataria, ao contrário do corso, era motivada em exclusivo por prementes necessidades materiais, ou movido por um furor aquisitivo raramente limitado por qualquer espécie de consideração ética, atacando indiscriminadamente as vítimas, sem atender a sua naturalidade, condição ou religião (GUERREIRO, 1997, p.6).

A prática do corso, assim como as legislações que a legitimavam, era filha de uma genealogia de construções legais que foram se desenvolvendo ao longo do período medieval europeu e adaptando-se ao universo mediterrânico, evoluindo juntamente com a criação dos Estados Nacionais. Essa prática – assim como suas legitimações – foi, ao longo dos séculos XVI e XVII, transferida para os diversos territórios europeus que, paulatinamente, iam sendo colonizados na América. A questão idiossincrática acerca das práticas de rapina na região do Caribe – assim como em toda a América – é que ela se realizava entre europeus, ou seja, participava de um mesmo passado legal construído a partir de uma mesma tradição mediterrânico-medieval, possuindo uma lógica própria e perfeitamente adaptável em outros ambientes.



O caso ibérico, especialmente o português, se diferencia das outras potências européias por uma série de razões: em primeiro lugar, quanto ao inimigo – que no caso ibérico era, desde as guerras de reconquista, os muçulmanos; em segundo lugar, quanto às legitimações – no caso português seriam derivadas de razões político-religiosas, como o combate ao inimigo da fé e o trânsito de especiarias; e, em terceiro, quanto ao ambiente – o universo oriental se distancia da lógica ocidental, possuindo uma dinâmica própria, diferente da européia (BOUCHON, 1990, p.71). Esse argumento de diferenciação entre os universos ocidental e oriental exposto principalmente por Geniviève Bouchon, que busca reconhecer as práticas de rapina da Índia como únicas em si mesmas, possuidoras de uma lógica própria e, portanto, intransferíveis a qualquer outro universo.

Segundo Luis Filipe Thomaz, a prática de corso entre cristãos e muçulmanos não necessitava de legitimações expressas, como por exemplo uma carta de marca. Ela se dava *ipso facto*, causada pelos ideais cruzadísticos herdados da reconquista ibérica (THOMAZ, 1993, p.540). THOMAZ aponta que essas questões ideológicas formavam o pano de fundo para grande parte das conquistas portuguesas, mesmo que muitas vezes fossem estimuladas por elites mercantis.

Essa noção de legitimidade de “guerra santa” era também estimulada pelas diversas bulas papais que acompanhavam os progressos portugueses, dando-lhes todos os direitos sobre os territórios e povos descobertos. Charles Boxer destaca a bula Romanus Pontifex, de 8 de junho de 1455, a qual dava aos portugueses jurisdição sobre os territórios conquistados e “[...] também a quaisquer outras descobertas que possam ocorrer no futuro, ao sul do Bojador e [cabo] Não, e até as Índias. A legitimidade de quaisquer medidas tomadas pela Coroa portuguesa para salvaguardar o monopólio é explicitamente reconhecida pelo papa” (BOXER, 2006, p.38).

Essa legitimidade jurídico-religiosa exposta por BOXER afeta não somente as relações entre portugueses e muçulmanos, mas também causa efeitos sobre as relações diplomáticas entre as potências européias que ficaram excluídas dos acordos clericais.

A questão oriental é estabelecida a partir dos preceitos imperiais de D. Manuel I (1495-1521) que em seu governo oficializou os contatos com o Oriente, construindo, portanto, as primeiras diretrizes da chamada “política-oriental”. Essa política amalgamava principalmente dois aspectos presentes na evolução das conquistas portuguesas: a ânsia pela conquista do Oriente próximo e o monopólio comercial das especiarias asiáticas. Segundo THOMAZ, o projeto português no oriente consistia em monopolizar o comércio das especiarias e, concomitantemente, aniquilar o comércio muçulmano. A solução encontrada foi o bloqueio militar do mar Vermelho. Essa tática possibilitava a garantia do monopólio português das especiarias e ao mesmo tempo estrangulava o comércio do Oriente próximo, desmobilizando a presença muçulmana. Para THOMAZ,

[...] desse mecanismo era peça essencial o corso. Não controlando a produção de especiaria, restava aos Portugueses como único meio de impedir o seu escoamento para o Estreito era interceptá-la no mar; e a violência tinha aí o seu papel, já que o exemplo de má fortuna de uns podia dissuadir os demais (THOMAZ, 1993, P.18).

Após as primeiras vitórias dos portugueses no Oriente e uma relativa dominação militar do Índico, foi exposto que a extinção do comércio muçulmano era impossível, visto a grande quantidade de mercadores mouros que circulavam na região. Foi adotado, desde 1505, um sistema de salva-condutos – chamados cartazes – que possibilitava a circulação de determinadas



mercadorias pelos Índico. Esses salva-condutos eram emitidos por autoridades portuguesas e serviam como uma tática de controle sobre a circulação de mercadorias no oriente.

Os cartazes além de obter um controle sobre a circulação de mercadorias, serviam também de carta de barganha diplomática entre portugueses e os líderes asiáticos. Sendo assim, a prática de cartazes, se por um lado buscava realçar as atitudes diplomáticas entre portugueses e os potentados asiáticos, ela consentia em mais uma legitimação legal para a pilhagem e o roubo de mercadorias. A questão do corso no império português é de tamanha importância que é citado por diversos cronistas do período. Diogo do Couto, um dos redatores das *Décadas da Ásia*, coloca em sua obra crítica *O Soldado Prático* a importância que as práticas de rapinas tinham para o império português:

E depois que el-rei D.Manuel tratou de mandar fazer assento na Índia, que tomaram os nossos pé nela, e começaram a fundar fortalezas, não tinha o visor-rei, que a isso veio, mais rendimento que as presas do estreito de Meca, aonde todos os iam nossos galeões. E depois D.João, de gloriosa memória, mandou a seus governadores que continuassem esta guarda do estreito do Mar Roxo, tanto em vitupério e afronta da lei de Mafamede, quanto para proveito e rendimento do Estado da Índia, que sempre (té que perdeu este bom costume) sustentou suas armadas destas presas, porque a Índia não tinha outro rendimento (couto, 1980).

Sendo assim, o corso praticado por portugueses na região do Índico representava a convergência de diversas perspectivas das “políticas orientais” em uma mesma metodologia. No entanto, essa prática nem sempre era comumente aceita pelas lideranças locais na Ásia. Vale lembrar que o sudeste asiático assim como a Índia, era infestado de diversas comunidades espalhados em todo o litoral. Segundo Geniviève Bouchon, nas águas do oceano Índico, os portugueses adentraram num mundo marítimo organizado já há muitos séculos, e nos tráficos desenvolvidos num espaço gigantesco, perfeitamente dominados por sociedades mercantis fortemente estruturadas (BOUCHON, 1990, p.71).

Esse mundo citado por BOUCHON é também reverenciado pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, que demonstra que o mundo asiático não era um mundo estático, mas sim um mundo complexo dotado de dinâmica própria. Segundo SUBRAHMANYAM para compreender as atitudes portuguesas é necessário mais do que descrever o “palco asiático”, é necessário compreendê-las em suas próprias relações (SUBRAHMANYAM, 1995, p.14). Eram comuns, em diversos reinos da região do Malabar, a separação política entre comerciantes e chefes políticos. Nesta medida, grande parte dos conflitos tidos como prejudiciais ao comércio, era de responsabilidade dos comerciantes, que na sua maioria muçulmanos (BOUCHON in BARRETO, 1986-7, p.139-149).

Quanto a existência dos muçulmanos na região do Malabar, BOUCHON coloca que existiam duas comunidades, os Mappila (ou mouros da terra) e os Padexis (mouros de meca). Dentre esses somente os últimos eram tidos como nocivos a presença portuguesa (id, p.140).

A questão final diz respeito à visão portuguesa sobre um personagem específico chamado Kunjali Marakkar, compreendido pelas fontes portuguesas como um pirata inimigo do Império. A empresa da caça ao Cunhale – como era grafado seu nome pelos cronistas portugueses – foi descrito em quatro dos cinco livros disponíveis das *Décadas XII* da história da presença portuguesa no Oriente, redigidos por Diogo do Couto no final do século XVI. As *Décadas da Ásia* era um projeto iniciado por João de Barros, a mando do rei D.Manuel I, a fim de escrever a história da presença



portuguesa no Oriente. Diogo do Couto, a mando do rei Filipe II de Portugal, se torna chefe mor da torre do tombo, em 1595, ficando assim responsável por toda a documentação do Império Português Asiático e pela continuação do trabalho de João de Barros (COUTO, p.5).

A análise desses discursos oficiais portugueses sobre as práticas de rapinas em torno de um personagem, captaram diferenciações ou oscilações de trato conforme as mudanças conjunturais. Seguindo o raciocínio de BOUCHON – onde a lógica oriental é única em si mesma – foi possível considerar que a passagem da nomenclatura corsário/pirata detinha-se mais sobre a forma de discurso que sobre uma mudança na ordem social.

Apesar da trajetória deste personagem –“a empresa do Cunhale” – ser narrada somente por Diogo do Couto, o cronista João de Barros em diversas passagens relata sobre a existência de um grande poderio “cossario” em Calicute (BARROS). Este personagem, compreendido por João de Barros como um corsário do Samorim –líder político de Calicute – representava uma ameaça aos navegadores portugueses, mas era defendido e legitimado pela liderança de Calicute.

Entretanto este personagem citado por BARROS não é o nosso personagem em questão. Segundo o autor indiano K. M. Panikkar, existia em Calicute, uma dinastia mercantil que desde os primórdios da presença portuguesa no oriente detinha todo o poder naval e comercial da cidade. Era a dinastia dos Kunjalis (PANIKKAR, 1997, p145). Estes eram citados em quase todos os relatos de diversas épocas da presença portuguesa na região do Malabar.

O personagem em questão seria o último Kunjali (ou Kunjali IV) presente na região do Malabar – em Calicute - no final do século XVI. Esse fora um dos mais poderosos da dinastia, que após romper a aliança com o Samorin de Calicute, em 1595, resolve autoproclamar-se chefe do Malabar e líder dos muçulmanos, sendo compreendido por ambas forças – asiáticas e portuguesas – como uma significativa ameaça. Diogo do Couto revela os motivos das desavenças entre o Cunhale e o Samorin de calicute:

Já ElRey, seu tio a quem o Çamorin succedeo, estava tão escandalizado das coisas do Cunhale que, antes que moresse lhe disse que se queria reinar em paz, havia de fazer duas cousas: a primeira era ser sempre amigo dos Portugueses; e a outra era destruir o Cunhale, porque por tempos não lhe viesse a tomar o reino, a se fazer senhor do Malabar.[...] Succederam este ano estas duas cosas: huma cortar este tyranno o rabo ou a orelha a num elefante, em que ElRey costumava cavalgar [...] a outra foi cortarem huns Mouros o membro genital a hum Naire, e metterem-lho na boca, que he a maior abominação que se podia fazer a esta casta. [...] E juntou-se mais a isto, haver anos que não lhe pagava os quintos das presas que suas armadas faziam[...] E sobre tudo ter tomado tamanho brio, que se intitulava Rey dos Mouros do Malabar, e Senhor de toda o mar da Índia [...] (COUTO, 1789).

É neste momento que Kunjali Marakkar – ou simplesmente Cunhale – passa da categoria de “cossário” do Samorin, para pirata. No relato da condenação de Cunhale, COUTO coloca: “Cunhale Marcá, que era traidor a seu Rey, e senhor natural, e por pirata, e cossario, e grande perseguidor de Christãos [...] logo foi posto no cepo, até onde chegou com muito acordo e cortaram-lhe a cabeça fôra dos hombros como traidor” (ibid.).

Sendo assim, podemos compreender que o personagem citado, que não era definido previamente como um pirata – mas sim um corsário de Calicute – passa a ser denominado como tal,



pois perde sua legitimação ao virar-se contra o Samorim.

Kunjali se torna então um simples bandido no mar, conduzindo seus negócios sem dar satisfação a qualquer soberano, característica singular de um pirata. Apesar de todos os esforços portugueses em manter uma dominação no Malabar, a insurgência de elementos de resistência a essa dominação foi, como no caso de Kunjali, possível. Segundo BOUCHON, após as guerras do Malabar na segunda metade do século XVI, formava-se um ambiente propício para o avanço dos chefes Mapilla, como Kunjali, para o confronto contra a dominação portuguesa (BOUCHON, 1990).

Por seu lado, os cronistas lusitanos qualificaram de acto de pirataria qualquer operação dirigida contra os portugueses [...]. Ao disputar aos portugueses o domínio do oceano Índico, os chefes Mapilla encontravam ocasião para emanciparem da tutela dos reis. As tentativas de independência são bastante significativas sob este ponto de vista (ibid.).

Sendo assim, devido à falta de outras fontes que possam comprovar ou auxiliar um melhor conhecimento do personagem, caracterizá-lo como pirata ou corsário seria no mínimo impróprio. Se pelas fontes portuguesas esse personagem se caracteriza como um traidor, ou um pirata, uma bibliografia indiana, como por exemplo PANIKKAR o enxerga como um herói nacional contra a tirania portuguesa: “Não há dúvidas que as vidas destes Chefes refletem a glória e a honra de todo o Malabar; suas memórias contra a tirânica frota naval Portuguesa, marcam sem dúvida uma grande capítulo na história do Malabar” (PANIKKAR, 1997, p.146).

Posto isto, a discussão sobre a temática e a problematização da questão das rapinas nos mares, se torna, uma discussão sobre pontos de vistas, seja católica ou muçulmana, cada qual com suas respectivas legitimações, econômicas, políticas e religiosas. Assim, o caso de Kunjali Marakkar se torna um objeto de como um discurso pode ser modulado de acordo com as prerrogativas conjunturais do período e plenamente transformáveis de acordo com os interesses, de quem as escreve. Neste caso, português.

Referências

- BARROS, J. de. *Décadas da Ásia*. Década IV, Livro IV Capítulo XXV. Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses. CD-ROM, Ophit. 19__.
- BOUCHON, G. L’Ocean Indien à l’époque de Vasco da Gama. In: *Maré Liberum*, 1, 1990
- BOUCHON, G, Reis e piratas do Malabar: o jogo da guerra marítima nas vésperas da segunda expansão europeia In: BARRETO, Luis Filipe (org). *Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*. 2 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1986-1987, 2º vol.
- BOXER, C. *O Império Marítimo Português 1415 - 1825*. Cia das Letras. São Paulo, SP. 2006
- COUTO, D. do. *O Soldado Prático*. Lisboa: Ed. Coleção Sá da Costa, 1980.
- COUTO, D. *Décadas da Ásia*. Década Duodécima, Livro I, Capítulo XVIII. Lisboa: Lisboa: Régia Oficina Typografica, 1789.
- EXQUEMELIN, A.O. *Os Bucaneiros da América*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2007. Primeira edição: EXQUEMELIN, Alexander Oliver. *Der Americaensche Zeerovers*, 1678
- GOSSE, P. *Histoire de la Piraterie*. Paris, Payot. 1954



GUERREIRO, L.R. *O Grande Livro da Pirataria e do Corso*. Lisboa, Temas e Debates, 1997

MOREAU, J.-P. *Une Histoire des Pirates: de mer du sud à Hollywood*. Points, Paris. 2007.

SUBRAHMANYAM, S. *Império Português Asiático 1500-1700*. Uma História Política e Econômica. Lisboa, DIFEL, 1995

PANIKKAR, K. M. *Malabar and The Portuguese*. New Delhi: Ed. Voice of Índia, 1997.

THOMAZ, L.F.F.R. Do cabo Espichel a Macau: vicissitudes do curso Português. In: As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. 1993

_____. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL, 1994

_____. A Idéia Imperial Manuelina. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luis Filipe S.; SILVA, Luis Geraldo. *Facetas do Império na História*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild ; Brasília, DF : Capes, 2008.

_____. Do cabo Espichel a Macau: vicissitudes do curso português In: As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. 1993

_____. *Precedents and Parallels of the Portuguese Cartaz System*. In: *The Portuguese, Indian Ocean and European Bridgeheads 1500-1800*. Editado por

Pius Maleskandafil e Jamal Mohammed. 19__



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ST História Ambiental, História Rural e da Ciência



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICOS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SUÁBIA EM GUARAPUAVA

Monique Gärtner

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO. E-mail: monique_gartner@hotmail.com

Jó Klanovicz

Professor no Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO.
Professor do Departamento de História. E-mail: klanov@gmail.com

Resumo: Esta comunicação refere-se à pesquisa que está sendo desenvolvida no mestrado em História da UNICENTRO. O objetivo é discutir algumas percepções elaboradas na região de Entre Rios, distrito do município de Guarapuava/PR, a partir de correspondências trocadas entre imigrantes de origem germânica, que vieram a se instalar naquela localidade, estabelecendo uma colônia agrícola baseada na agricultura convencional de grande porte desde 1951. Estes imigrantes, conhecidos como "suábios do Danúbio", são oriundos da Iugoslávia e chegaram ao Brasil na condição de refugiados de guerra. Entre os discursos favorecedores de sua instalação na localidade de Entre Rios, estiveram presentes algumas construções discursivas, tais como a ideia de justificar a permanência e a ocupação da área devido à semelhança do território à Europa, a partir do clima propício ao plantio de culturas igualmente "europeias", como o trigo e a cevada. Outro discurso emergente na colônia era o de que era possível "europeizar" a paisagem local, partindo-se das características de laboriosidade dos imigrantes. Como resultado, além de um desenvolvimento socioeconômico peculiar da colônia, hoje bem sucedida do ponto de vista econômico, a escolha realizada no passado em termos de agricultura reverbera no presente sob a forma de consequências socioambientais específicas, especialmente na consolidação de uma agricultura em regime de *plantation*. Para esta comunicação buscarei discutir os discursos sobre a natureza e o ambiente elaborados em correspondências sobre a colônia, emitidas nos anos 1970, quando ela comemorava 20 anos de existência.

Palavras-chave: Imigração; Discursos; Meio Ambiente.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Mestrado em História da UNICENTRO e trata de alguns discursos proferidos à Cooperativa Agrária em decorrência da comemoração dos então 20 anos de chegada dos imigrantes suábios ao Brasil, em 1951 (ELFES, 1971). Os Suábios do Danúbio – localizados no distrito de Entre Rios, no município de Guarapuava/PR são oriundos da antiga Iugoslávia, da Hungria e da Romênia e chegaram ao Brasil, especificamente ao Paraná, em 1951 na condição de refugiados de guerra. Segundo o historiador Marcos Nestor Stein, “trata-se de um processo de diáspora que trouxe cerca de quinhentas famílias de refugiados para o Paraná por meio de instituições de ajuda humanitária, principalmente a *Schweizer Europahilfe* (Ajuda Suíça à Europa), com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), e o governo paranaense” (STEIN, 2011).

De acordo com o memorialista Albert Elfes, no livro intitulado *Suábios no Paraná*, durante a Segunda Guerra Mundial com o avanço do exército russo e a retirada das tropas do Terceiro Reich, grande parte da população suábia abandonou as suas terras com medo da vingança do exército vermelho e do regime comunista. Mais tarde os que continuaram nas aldeias foram expulsos permitidos levar somente o que pudessem carregar nos ombros (ELFES, 1971).



Muitos acabaram radicando-se na própria Áustria, mas para os Suábios do Danúbio a reintegração tornou-se muito mais difícil devido à predominância de agricultores sem quaisquer conhecimentos de outras profissões. Além disso, segundo Stein, a Áustria também não se encontrava numa situação favorável economicamente para estabelecer os refugiados no país. Então, a solução inicial encontrada era a emigração para os Estados Unidos e para a Argentina, especialmente para os agricultores.

Mas antes disso, ainda em 1949, a “Ajuda Suíça” enviou ao Brasil uma comissão de estudos, a fim de localizar terras próprias para a colonização. Inicialmente a maior parte dos estudos de planejamento realizava-se no Estado de Goiás, no entanto, numa conferência realizada em junho de 1950, pelos representantes de vários comitês de socorro, resolveu-se desistir do projeto de Goiás. A principal causa de desistência foi o fato da grande distância do mercado consumidor (ELFES, 1971).

Além do projeto em Goiás, havia também planos de colonização em São Paulo e no Paraná. Prevaleceu este último Estado, especialmente em Guarapuava, pelos seguintes motivos apontados por Elfes:

Clima favorável, mais parecido com o da Europa; as análises do solo demonstraram que o solo era ácido e pobre em matéria orgânica, porém relativamente rico em minerais nutritivos; vantajosas ofertas para compra de um total de 22.000 hectares de terras de campo e floresta; boa localização, devido a já existente ferrovia em Guarapuava; boa vontade do Governo Estadual, bem como da administração municipal de Guarapuava (ELFES, 1971, p. 45).

Por iniciativa do engenheiro agrônomo Michael Moor, reuniu-se nos campos de refugiados um grupo de 500 famílias. Para a seleção dessas 500 famílias foram adotados os seguintes critérios:

Consideravam-se, em primeiro lugar, camponeses e artesãos. Dava-se preferência às famílias numerosas, também posteriormente, por ocasião da distribuição das terras. Não se aceitavam candidatos envolvidos em delitos políticos ou de guerra. A homogeneidade do grupo limitava-se, portanto, à sua procedência comum (pertenciam todos ao grupo alemão dos suábios do Danúbio) e ao seu status de refugiados e expulsos (ELFES, 1971, p. 47).

Segundo Elfes, o período foi muito relevante para o desenvolvimento econômico da região de Guarapuava e do Paraná, porque naquela época muito se investia na colonização de estrangeiros e o povoamento da região de Entre Rios apenas se deu depois de várias tentativas frustradas de colonizações. “Por ocasião da fundação da colônia de Entre Rios, o Estado do Paraná encontrava-se em franco desenvolvimento, ainda acelerado nos dois decênios seguintes e acompanhado de profundas modificações econômicas e culturais” (ELFES, 1971). Conforme o autor, “Entre Rios, em Guarapuava, pelo número de componentes do grupo, foi o núcleo mais importante e de repercussão decisiva para o futuro de uma grande região do Paraná” (ELFES, 1971).

Sob o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto surgiram então as três mais importantes colônias do pós-guerra: a de Witmarsum, a colônia menonita que contava inicialmente com 150 famílias, localizada em Palmeira/PR, a de Castrolanda, composta de mais ou menos 50 camponeses holandeses produtores de laticínio em Carambeí/PR e a de Entre Rios, a colônia de refugiados.



Nesta época, Munhoz da Rocha Neto e seu secretário da Agricultura, Lacerda Werneck, tinham interesse em tornar o Estado autossuficiente na produção de trigo. É importante frisar que o trigo era o produto agrícola que o Brasil mais importava na época.

Então, segundo o engenheiro agrônomo Anton Gora, o governo – juntamente com a comitiva que estudava os lugares onde os refugiados poderiam ser instalados - começa a procura por um local que fosse apropriado ao cultivo.

A comitiva seguiu em busca de uma terra mais adequada e foi em direção ao município de Pinhão. Ao passar pela região de Guarapuava, pela localidade onde estão as colônias, parou para analisar as condições existentes de estrutura física do solo, localização, entre outros requisitos e decidiu que aquele seria o local. [...] O engenheiro agrônomo sabia que estava procurando: uma terra relativamente plana e solo profundo, com poucas perdas. Os campos nativos, limpos, sem extensas florestas não exigiam a derrubada de mata fechada (GORA, 2010).

Elfes, entretanto, afirma haver um empecilho na região de Entre Rios: o solo não oferecia condições ideais para agricultura, por ser muito ácido. “Todavia, com a implantação posterior de tecnologias, aliada ao trabalho efetivo dos imigrantes, foi possível transformar as referidas áreas em terras produtivas” (ELFES, 1971).

Coube então ao governo estadual do Paraná fazer o loteamento das terras, a construção de estradas entre a cidade de Guarapuava e o distrito, o transporte dos colonos e seus pertences, desde o porto até a área a ser ocupada e o fornecimento de sementes e mudas, entre outras providências práticas (ELFES, 1971).

Havia na região 22 fazendas e, de acordo com Stein, a área totalizava 22.000 hectares, sendo aproximadamente 10.000 hectares de campo e 12.000 hectares de floresta de araucárias e imbuías. O contrato de venda das terras foi assinado em 29 de maio de 1951 (STEIN, 2011).

Analisando alguns dos discursos presentes no relatório de Elfes que foram enunciados na ocasião da comemoração dos vinte anos da chegada dos imigrantes, pode-se perceber que a maioria deles tece considerações a respeito de alguns fatores que teriam favorecido o trabalho dos imigrantes. Termos como ‘amor ao trabalho’, ‘laboriosa comunidade’ e ‘espírito cooperativista’ são recorrentes nos discursos. Assim escreve o Secretário de Estado Carlos A. Meissner Osório:

Há duas décadas, os campos de Guarapuava ganhavam uma nova população, o Paraná recebia como prêmio o esforço dessa nova gente, que iria em pouco tempo modificar o panorama agrícola do nosso Estado. [...] E aqui no dia a dia de trabalho honesto, o povo suábio soube conquistar a confiança e admiração de todos, transformando imensos campos vazios numa fonte de recursos mais rentáveis [...] (OSÓRIO apud ELFES, 1971).

Ao analisar os discursos proferidos na ocasião dos 20 anos de imigração suábica – contextualizando-os com o processo imigratório ocorrido, pode-se observar que as relações políticas sempre são incorporadas a um artifício que exclui pontos “fracos” do objeto de estudo. Ou seja, aqui nos deparamos com discursos que marcam uma posição e que se assemelham dentro do jogo de interesses.

Esses 22.000 hectares de terras foram, nos primeiros anos, cultivados de forma comunitária e



distribuídos, depois, através de sorteio. Cada família recebeu de 25 a 30 hectares. Embora existissem os que desacreditavam no projeto de colonização, muitos dos discursos intensificam dois aspectos principais: a inteligência do imigrante europeu e a modernização do setor agrícola. Cito Haroldo Leon Peres, Governador do Paraná:

Com a certeza dos que sabem que “estê é o lugar”, os suábios de etnia alemã, que da Iugoslávia aqui chegaram em 1951, operaram uma excepcional revolução agrária nos Campos Gerais. E o trigo floresceu graças à inteligência do homem afeito ao trato da terra, disposto a recorrer à tecnologia para que o pão chegasse abundantemente às nossas mesas. E o milagre gerado pela inteligência e pelo amor ao trabalho está aqui projetado [...] (PERES apud ELFES, 1971).

Segundo o historiador Inácio Schneiders, apenas um grupo de agricultores mais empreendedores conseguiu prosperar, através do arrendamento de terras para o cultivo de arroz. Entretanto, como de início eram muito reduzidos os conhecimentos sobre as condições do solo e do clima, houve frustrações nas colheitas de trigo. Não se sabia que, as terras de campo nativo somente após 2 ou 3 anos de cultivo de arroz estão em condições de produzir trigo, pois no solo havia um composto considerável de alumínio nocivo. Além deste fator, também houve ocorrências de geadas tardias e inesperadas (SCHNEIDERS, s/d).

O meio ambiente também foi um tema abordado. Segundo Elfes, o clima subtropical úmido mesotérmico também foi um fator importante na vinda para esta região. O autor conta que o clima da região de Guarapuava era mais ameno, servindo aos propósitos dos colonos de plantar trigo. Pesaram nesta escolha ainda a boa estrutura física do solo e a profundidade (ELFES, 1971). Nivaldo Kruger, prefeito de Guarapuava, pronunciou:

Desde as condições naturais do solo e do clima até as características de nossa gente que se evidencia pela nobreza dos sentimentos, aliados à disposição sincera dos emigrantes de se fixarem e de fazer sua esta terra e deste povo os seus irmãos, tudo enfim concorrendo para ser esse um acontecimento feliz (KRUGER apud ELFES, 1971).

Em relação à questão ambiental, o historiador Jó Klonovicz explica que,

Numa visão macroexplicativa, entende-se a região de Guarapuava e sua história não como a sucessão de ciclos econômicos ou de regimes políticos, mas sim como um espaço no qual a relação de diversas sociedades humanas foi construída e construiu paisagens, que geraram inúmeros tipos de documentos. Tais documentos, não só escritos, que vão desde as paisagens diversas de pequenas e grandes propriedades rurais, ao *continuum* urbano-não-urbano, passando pelos discursos desenvolvimentistas do poder público, o manejo de recursos naturais, a fisionomia urbana, as monoculturas e suas relações com grupos sociais diversos (KLANOVICZ, 2011).

Como a colonização foi programada para o cultivo de trigo, a Agrária recebeu especialmente do governo alemão, caminhões, tratores e modernas máquinas agrícolas que foram colocados a serviço de todos os cooperados (SCHNEIDERS, s/d). De acordo com o autor, tanto o fortalecimento do cooperado quanto sua capacitação técnica permitiu o início de um processo de diversificação produtiva (suinocultura e gado vacum). Schneiders afirma ainda que, as realizações mencionadas



não poderiam ser feitas sem o auxílio da República Federal da Alemanha através do ‘Acordo Básico de Cooperação Técnica’ (assinada pela República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha em 30/11/1963) que forneceu, durante os anos de 1968-70, adubos, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas e equipamentos para Entre Rios.

Mas, nem tudo foram flores nos primeiros anos. Apesar dos colonos assumirem créditos de financiamento das lavouras, eles não conseguiram mais manter seu ritmo de produção agrícola. “A rentabilidade dos empreendimentos era tão baixa, que mal dava para o sustento das famílias, sem se poder cogitar em expansão ou maior mecanização” (SCHNEIDERS, s/d). Todas essas incumbências ultrapassaram a capacidade da Cooperativa, por isso ela se viu diante de dificuldade de crédito junto aos bancos e, portanto, de mãos atadas para ajudar os cooperados.

O então assessor jurídico e de imprensa da Agrária, Eugênio Leonhardt alega que,

o planejamento da colônia deixou de levar em conta uma estrutura fundiária adequada às condições locais, a distribuição das áreas foi feita mediante critérios europeus. A baixa fertilidade do solo, chuvas e geadas tardias proporcionaram frustrações das já pequenas safras. Somaram-se às dificuldades crescentes, o sistema de ensino e o conseqüente nível tecnológico deficiente [...] além da falta de mercados, de um precário sistema viário e obstáculos sérios, decorrentes do desconhecido, [...], sobretudo do idioma local, o português (LEONHARDT, 13 mai. 2008).

De acordo com o entrevistado, tais problemas foram de tal relevância, que levaram à evasão de 50% das famílias, na década de 1960, que acabaram retornando para a Europa ou procuraram outras chances nas cidades brasileiras em processo de industrialização e absorção de mão de obra. Enfraquecida, a Cooperativa desenvolveu uma estratégia para fugir da estagnação e um retrocesso social e econômico – aplicou em Entre Rios uma Reforma Agrária Interna, “cujo objetivo era criar condições de viabilização do projeto imigratório, através de uma infraestrutura fundiária e produtiva, capaz de dar sustentação econômica e social à comunidade” (LEONHARDT, 25 abr. 2008).

Em 1966 foi eleita uma nova direção para a Cooperativa Agrária, dirigida por Mathias Leh. Essa nova diretoria, segundo Leonhardt, já conhecia a fundo a realidade brasileira. Ela possuía noções claras das reformas que deveriam ser feitas e começou uma reorganização fundiária na região da Cooperativa.

O Conselho de Administração da Agrária convenceu seus cooperados a comprarem dela fertilizantes com um acréscimo de 10% sobre o preço. O superávit obtido possibilitou a aquisição de 2.000 hectares de terras, área essa que seria destinada para uma reforma agrária interna. Leonhardt relata que, nos anos seguintes a Cooperativa continuou financiando projetos dessa natureza, adquirindo mais 14.000 hectares para serem arrendadas e, até compradas pelos seus associados. “Desta forma foi criada em Entre Rios uma classe média economicamente sadia”.

A Agrária possuía também áreas de florestas das quais extraía árvores que eram beneficiadas pela serraria da própria Cooperativa, transformando-as em tábuas que eram vendidas para o estado de São Paulo. Essa era uma das fontes de renda para o pagamento dos funcionários, que eram cerca de 70 a 80. Outra fonte de renda era a produção de trigo que era vendida, bem como, a farinha produzida pelo moinho de trigo (ELFES, 1971).



A capitalização da Cooperativa e de seus associados ocorreu basicamente em consequência dos efeitos positivos da reforma fundiária e da aplicação de novas técnicas de produção. Francisco de Assis Leutner afirma:

A inclusão do cultivo da soja como cultura de verão, que possibilitou a realização de duas colheitas por ano. Houve, em decorrência, aumento considerável de área cultivada e, conseqüentemente, dos rendimentos. Os esforços desenvolvidos deste modo contribuíram para a consolidação do projeto (LEUTNER, 1990, p. 19).

Depois de superados os problemas iniciais, os Suábios do Danúbio ergueram sua economia e, segundo Elfes, ajudaram no desenvolvimento regional, através da formação de uma classe média agrícola. O autor apresenta ainda a colônia como um modelo exemplar para o Brasil, um projeto que serviria como referência para outras partes do país.

Assim sendo, Entre Rios está por tudo isso, dentro do movimento desenvolvimentista geral do país, do Estado do Paraná e do Município de Guarapuava. Demonstrou ser umas das pedras com as quais se edificou o Brasil e, especialmente, o Paraná, no sentido étnico, cultural e econômico. Além das contribuições econômicas e técnicas, constatam-se influências especiais dos Suábios do Danúbio, na modificação da estrutura social regional. Uma vez que a sociedade agrária tradicional se compunha, principalmente, de duas camadas – os latifundiários e o proletariado agrícola – os agricultores de Entre Rios contribuíram na formação da classe média agrícola, a classe mais importante e decisiva para o desenvolvimento de um povo. Em conexão com outros grupos colonizadores dos Campos Gerais, eles ajudaram a vencer o tradicional modo de pensar, que conduz à estagnação econômica e social, indicando novos caminhos no cultivo do solo (ELFES, 1992, p. 111).

Corroborando com este discurso, Bento Munhoz da Rocha, governador do Paraná, referindo-se a Entre Rios disse: “A grande importância de Entre Rios está no exemplo e na imitação deste exemplo”. Um discurso semelhante é do senador João de Mattos Leão:

A obra realizada, em favor da laboriosa e admirável comunidade de Entre Rios, formada por colonos suábios do Danúbio, operou verdadeira revolução na paisagem no Município de Guarapuava, como modelo de organização agrária e exemplo de produtividade agrícola, a ser seguido no Brasil (LEÃO apud ELFES, 1971).

Talvez, os meios próprios tivessem sido insuficientes para a concretização das reformas e melhorias preconizadas pela Cooperativa. Então, podemos dizer que, foi graças ao governo alemão, através do “Acordo Básico de Cooperação Técnica” e ajuda do governo brasileiro que se obteve resultados muito significativo o que tornaria Entre Rios o produtor de soja de maior relevância da região alguns anos mais tarde.

É partindo destes discursos que pretendo continuar minha pesquisa, por enquanto apenas iniciada, verificando qual era a visão de importantes figuras políticas sobre a vinda dos imigrantes Suábios do Danúbio à região de Guarapuava/PR. De como, depois de expulsos de sua antiga pátria, os Suábios do Danúbio vieram a Entre Rios e fizeram do solo, até então considerado pobre, uma fonte geradora de desenvolvimento econômico para a região.



Referências

- ELFES, A. *Suábios no Paraná*. Curitiba. Banco Lar Brasileiro S.A., 1971.
- GORA, A. *Dos campos nativos ao agronegócio: a contribuição suábica em Guarapuava (1951-2009) nos relatos de Anton Gora*. Guarapuava: UNICENTRO, 2010.
- KLANOVICZ, J. *História e educação ambiental*. In: KATAOKA, A; CARVALHO, M (orgs.) *O ambiente é o meio*. Guarapuava: UNICENTRO, 2011. (p. 49-60)
- LEONHARDT, E. *Entrevista concedida a Monique Gärtner*. Guarapuava, 25 abr. 2008.
- _____. *Entrevista concedida a Monique Gärtner*. Guarapuava, 13 mai. 2008.
- SCHNEIDERS, I. *Os Suábios do Danúbio*. Artigo. Colégio Imperatriz Dona Leopoldina, s/d.
- STEIN, M.N. *“O oitavo dia”*: *Produção de sentidos identitários na Colônia de Entre Rios – PR (segunda metade do século XX)*. Guarapuava: UNICENTRO, 2011.



O CASO RHODIA E A CONTAMINAÇÃO DE CUBATÃO/SP NOS ANOS 1980

Clayton Barbosa Ferreira Filho

Graduando do 4º ano do curso de História da UNICENTRO-Guarapuava. E-mail: claytonpoppeye@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa as questões relativas à poluição industrial no município de Cubatão/SP, discutidas pela mídia impressa regional entre o final dos anos 1980 e início da década de 1990. Cubatão/SP tornou-se importante pólo industrial brasileiro na segunda metade do século 20 e ficou famoso na imprensa nacional e internacional em razão de sua pesada poluição industrial. Ao partir das denúncias de poluição industrial em rios da região da baixada santista, a mídia impressa seria o grande vetor do debate sobre a questão ambiental no país, e construiria um discurso sobre o perigo tóxico que não estava somente ligado à opinião pública e à problemática ambiental em escala global, mas também à redemocratização do país. Com base na análise de matérias do Jornal A Tribuna, pretende-se compreender a representação dos discursos produzidos pelo jornal.

Palavras-chave: História Ambiental, Industrialização, Poluição.

Destrua os caçadores! No forest, no animals, no ocean, no air!
Who can live in this world?
Cólera (1989)

É durante a década de 1980 que a banda paulistana Cólera começou a explorar em suas músicas os assuntos citados como mostrado na epígrafe o trecho da música “Dont’ Waste”, quando no Brasil germinavam movimentos ambientalistas. O que ficou conhecido como o alarme ambientalista no mundo contemporâneo surgiu nos anos de 1960, com a publicação nos Estados Unidos de Primavera Silenciosa pela bióloga Rachel Carson, onde a autora denunciava os usos de pesticidas em plantações nos Estados Unidos, o que gerou uma ampla discussão sobre o uso de agrotóxicos no país.

A História Ambiental surge como resposta a esse contexto sócio-ambiental, mantendo uma preocupação com as causas ambientais, onde historiadores pegam carona nesta “maré montante da opinião pública” como afirmou Donald Worster, e desenvolvem uma nova narrativa histórica voltada para as relações que as sociedades mantiveram até o momento com a natureza (WORSTER, 1991, p.199).

Este artigo explora o Caso Rhodia, um polêmico episódio ocorrido no município de Cubatão/SP, onde dezenas de trabalhadores e centenas de pessoas da região metropolitana foram intoxicadas por resíduos químicos oriundos do pólo industrial da cidade entre os anos de 1970 e 1990.

Partindo do interesse por essas questões que relacionam o meio ambiente e as ações humanas, iniciou-se essa pesquisa. As informações encontradas na busca por um melhor recorte temático da pesquisa diziam respeito a problemas ambientais decorrentes da poluição naquela área anterior que eu tinha elegido como prioritária em termos de investigação. Como o recorte espacial da pesquisa se tratava do litoral paulista, especificamente da Baixada Santista, muitas informações sobre a poluição do manguezal surgiram. Encontrou-se então o Caso Rhodia e a pesquisa toma a direção para aspectos relacionados à poluição industrial entre os anos de 1970 e 1990.



Durante a coleta de documentação para este artigo foi encontrado um acervo catalogado como “Produtos Perigosos” na Hemeroteca Municipal de Santos/SP, com 89 edições do Jornal *A Tribuna* de Santos/SP. As matérias encontradas foram publicadas entre a edição de 1º de março de 1986 até a de 26 de janeiro de 2011, e tratam de assuntos relacionados à poluição ambiental por resíduos industriais classificados como tóxicos.

Estes resíduos industriais foram designados como tóxicos em 1985 com uma análise feita pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), após uma denúncia feita por moradores do bairro Quarentenário em São Vicente /SP, ao jornal *A Tribuna* de Santos/SP. De acordo com os denunciantes, um produto químico foi encontrado em quantidade e procedência desconhecida pelos moradores, e que depois de analisados pelos agentes da CETESB, descobriram se tratar de resíduos industriais organoclorados, que trariam risco à saúde e ao meio ambiente em função de suas características tóxicas e de difícil dispersão no meio ambiente (NORI; VALENTE; 1990, p. 147).

A cidade de Cubatão/SP está situada no litoral paulista, na região metropolitana conhecida como Baixada Santista, que segundo o ecólogo Samuel Murgel Branco (1984), é uma região de planície encostada a Serra do Mar, possuindo toda uma geografia que contribuiu com a instalação do Pólo Industrial, possuindo uma boa bacia hidrográfica favorável às indústrias e principalmente: a proximidade com o interior favorecida pelo transporte rodo-ferroviário e também o transporte marítimo com o Porto de Santos/SP, abriria as portas de Cubatão/SP para a instalação de um pólo industrial com a fundação da Refinaria Presidente Bernardes (Petrobrás), COSIPA (hoje Usiminas), além de grandes multinacionais como a Rhodia.

“Preservar a Natureza. Uma idéia antiga”

Nos anos 1990, Cubatão/SP ainda seria sinônimo de poluição e contribuiria para discursos envolvendo personagens como o homem e a natureza; a natureza como uma entidade violada pelo progresso humano, e o homem como grande responsável pela ação violadora. Em meio a isso, com o Caso Rhodia em circulação na imprensa nacional, o jornal *A Tribuna* de Santos/SP publicaria uma matéria no dia 21 de outubro de 1990 onde além da matéria colocaria um anúncio da empresa Carbocloro S/A, divulgando a Semana do Meio Ambiente que foi realizada entre os dias 22 a 26 de outubro de 1990.

Segundo o anúncio, ocorreram algumas palestras que tinham temas direcionados para um foco ecológico, mas o que realmente chama atenção é o caráter bíblico produzido pelo anúncio com o slogan “PRESERVAR A NATUREZA”, seguido de uma gravura contendo casais de animais como elefante, zebra, girafa, leão, avestruz, entre outros. Todos os animais em uma floresta se dirigindo em direção a uma embarcação, com uma frase abaixo da gravura completando o slogan da propaganda da Semana do Meio Ambiente “UMA IDÉIA ANTIGA”, onde fica explícita no anúncio a referência à Arca de Noé, como sendo a natureza uma dádiva divina e que deve ser preservada.

Apesar do anúncio ter sido um sinal positivo para as indústrias, a matéria do dia 21 de outubro de 1990 vinha com a seguinte manchete: “Destino do lixo das indústrias é desconhecido”, onde aponta agora não diretamente para os lixões da Rhodia S/A, mas para os lixões das outras indústrias do Pólo Industrial de Cubatão/SP. Dentre elas estaria a própria Carbocloro S/A, responsável pela propaganda sobre a Semana do Meio Ambiente. Na matéria, o vereador de Cubatão/SP Romeu Magalhães lança o questionamento: “Onde estão os lixões provocados pela



Refinaria Presidente Bernardes, Copebrás, Ultrafertil, Carbocloro e Casa Bernardo?”, e reafirma,

“A Rhodia herdeira do passivo da Clorogil, assumiu a responsabilidade pela contaminação das áreas onde seus produtos foram encontrados, e o vem fazendo de maneira profissional, procurando fazer o que lhe é sugerido pelas autoridades de controle ambiental. Mas, e as outras empresas?”(A Tribuna, 21 de outubro de 1990).

A matéria de dia 21 de outubro de 1990 traria a seguinte manchete em outra página: “Lixões químicos, uma grave ameaça à Baixada”, contendo a matéria e um mapa representando a região metropolitana da Baixada Santista com os lixões químicos que se tinha encontrado até o momento. O mapa localizava os lixões químicos do Rio Perêquê em Cubatão/SP, três lixões no distrito de Samaritá em São Vicente/SP (este ainda com uma foto na matéria), e confirmaria as suspeitas de dois novos lixões, dessa vez no município de Itanhaém/SP (50 km de distância de Cubatão/SP), somando no total seis lixões químicos. Interessante notar nesta matéria que os lixões são representados por tonéis com uma caveira que simboliza perigo tóxico. Vale destacar também o conteúdo de aviso na matéria que descreve os resíduos presentes nos lixões como cancerígenos, com alto potencial de risco à saúde e, não menos importante, a cobrança das autoridades para resolver a situação referente à dispersão dos resíduos no ecossistema da região.

As matérias envolvendo as buscas e descobertas de novos lixões se estenderam durante os primeiros anos da década de 1990, sempre pondo em dúvida a quantidade de lixões existentes e a extensão da dispersão desses, uma vez que muitos deles foram descobertos em diferentes pontos da Baixada Santista como comentando no parágrafo anterior. Essas descobertas são comprovadas através da matéria publicada no dia 22 de maio de 1993 sob o título “Rhodia localiza mais dois depósitos de lixo tóxico”, contendo também uma foto da risoflora, a vegetação comum no manguezal, junto ao bairro Quarentenário em São Vicente/SP. Esta descoberta foi possível devido há um levantamento aerofotográfico feito pela Rhodia entre Bertioga/SP e Itariri/SP (uma distância de aproximadamente 150 km percorrendo todas as cidades da Baixada Santista), onde foram descartadas as chances de existirem lixões nas proximidades destes municípios.

Notadamente, o jornal *A Tribuna* de Santos/SP criou um discurso ecológico ligado aos discursos ambientalistas da época que vigoram até hoje com algumas permanências e rupturas, e que foi responsável pelo fechamento e paralisação da produção na Unidade Química da Rhodia em Cubatão (U.Q.C.). No dia 5 de junho de 1993 – Dia Mundial do Meio Ambiente - foi organizado pelo Greenpeace um protesto no município de Cubatão/SP, onde os manifestantes reivindicavam o fechamento imediato da fábrica da Rhodia em Cubatão/SP, a remoção dos lixões e tratamento dos locais afetados pelos resíduos e também tratamento médico aos funcionários e pessoas contaminadas que tiveram contato com os resíduos químicos.

Este protesto organizado pelo Greenpeace e também sindicalistas saiu na edição do dia seguinte ao protesto, no dia 6 de junho de 1993, com a seguinte manchete “Greenpeace protesta contra a Rhodia em Cubatão” trazendo logo abaixo da manchete uma foto de manifestantes trazendo consigo cartazes escrito “NÃO COMA, NÃO BEBA, NÃO RESPIRE. VENENOS RHODIA”, “NÃO AO INCINERADOR DA RHODIA”, este segundo cartaz exclamando contra a incineração dos resíduos removidos dos lixões químicos, ambos assinados Greenpeace embaixo. Esta matéria mostra que já estaria chegando ao fim das atividades da Rhodia em Cubatão/SP,



sobretudo por apontar para uma ONG de nome internacional envolvida nas reivindicações locais.

Pastoral, Mundo Natural e Apocalipse

Se levarmos em conta que o Brasil é um país com uma população majoritariamente cristã, é possível inferir que esses discursos estão vinculados a um discurso pastoral, neste caso à pastoral idílica (como mostrado o anúncio fazendo referência a Arca de Noé) e são carregados de um saudosismo bucólico, de como já dito antes, de uma concepção de natureza violada pelo homem.

Fica claro o caráter bíblico nos discursos produzidos pelo jornal e cabe fazer uma comparação com o livro Gênesis da Bíblia, que é dividido em três tempos, assim como se pode observar, o jornal *A Tribuna* de Santos/SP compartilhou dessa concepção de um passado distante harmônico entre a natureza e humanos, saudoso; um passado recente perturbado devido ao progresso industrial; o presente generoso se vê junto as tentativas de correção da poluição por meio das palestras oferecidas na Semana do Meio Ambiente; e a utopia de um futuro melhor se corrigido esse presente, marcando assim os três tempos do Gênesis.

Assim como a pastoral, os discursos do jornal *A Tribuna* de Santos/SP exploraram outra ferramenta bíblica que tornou possível o impacto das matérias: o mundo natural. Diferente da visão da pastoral que teve destaque na antiguidade e medievo, a concepção de mundo natural se desenrola no século 18, e tendo suas raízes no mundo judaico-cristão, a natureza é algo externo a humanidade. O mundo natural é representado pela paisagem selvagem, as regiões habitadas por animais selvagens, como os sertões brasileiros, o oeste dos Estados Unidos no século 19 e regiões onde o ser humano não costuma habitar. Esta idéia é disseminada a partir do século 18, com a valorização do selvagem como o sublime, o belo.

Podemos ainda relacionar a idéia de mundo natural com uma concepção mais contemporânea, ligada ao processo de identidade nacional no início do século 20 onde se dá ênfase a natureza do Brasil e sua tropicalidade, com clima agradável, belas paisagens litorâneas por toda a costa e valorização da fauna e flora brasileira e que são destruídas primeiro com a colonização e depois com o desenvolvimento urbano-industrial. Esta percepção de mundo natural, de uma natureza corrompida pela humanidade fica evidente na matéria da edição de 1º de março de 1986 com a foto do rio Mariana em São Vicente/SP, aparentemente distante de qualquer vestígio humano e que com a legenda “a conclusão do perito foi dramática: o solo e cursos d’água estão irremediavelmente comprometidos” denuncia o envolvimento do ser humano na contaminação das águas e margens do rio. A foto da risoflora publicada na edição de 22 de maio de 1993 também possui a mesma entonação ao mundo natural afetado pela ação humana com a legenda “Manguezal junto ao Quarentenário está afetado pelos resíduos industriais, que causam sérios danos”.

Ferramentas como a pastoral e o mundo natural como afirma Garrard (2006), são muito usadas para diferentes fins políticos e encaixam perfeitamente no discurso ambientalista, tornando suas palavras como uma verdade absoluta. Se levarmos em consideração que essa lógica afeta diretamente o Brasil por ser um país católico, podemos perceber outra ferramenta bíblica utilizada pelo jornal *A Tribuna* de Santos/SP e pelas grandes publicações ligadas às causas ambientais: o Apocalipse.

Mais do que a pastoral ou o mundo natural, o apocalipse e as narrativas de fim do mundo são em alguns casos a hipérbole perfeita para os discursos ambientalistas, pois seu alarme é trágico e



absoluto: as narrativas que a mídia impressa e digital apresenta manchetes a população de catástrofes, desastres naturais, maremotos, terremotos, vazamento de substâncias tóxicas que são pragmáticas, como a da edição de 1º de março de 1986 (“Depósitos da Rhodia tornam solo irre recuperável”).

O apocaliptismo sem dúvida é um gênero (Garrard, 2006) que nasce em momentos de crise e formou o casamento perfeito com o Caso Rhodia, quando o jornal *A Tribuna* de Santos/SP ao descrever os acontecimentos envolvendo a contaminação dos rios da população afetada utilizou de projeções apocalípticas, porque como já mencionado sobre o Brasil ser um país católico, o nível de dramaticidade com a atmosfera apocalíptica do universo judaico-cristão causa um alarme maior à população.

Embora em espaços e temporalidades distintas, assim como *Primavera Silenciosa*, o jornal *A Tribuna* de Santos/SP se tornou o responsável pelo despertar da causa ambiental, pelo fechamento da Rhodia em Cubatão/SP, como também pela formação de uma cultura ambientalista no Brasil.

Agradecimentos:

Ao Prof. Dr. Jó Klanovicz e ao Laboratório de História Ambiental e Gênero do Departamento de História pelo apoio e discussões durante as reuniões.

Referências

Depósitos da Rhodia tornam solo irre recuperável. *Jornal A Tribuna de Santos*. São Vicente, 1º de março de 1986.

Os herdeiros do ‘pó-da-china’. *Jornal A Tribuna de Santos*. Santos, 11 de março de 1986.

Destino do lixo das indústrias é desconhecido. *Jornal A Tribuna de Santos*. 21 de outubro de 1990.

Lixões químicos, uma grave ameaça à Baixada. *Jornal A Tribuna de Santos*. 21 de outubro de 1990.

Rhodia localiza mais dois depósitos e lixo tóxico. *Jornal A Tribuna de Santos*. 22 de maio de 1993.

Greenpeace protesta contra a Rhodia em Cubatão. *Jornal A Tribuna de Santos*. 06 de junho de 1993.

Juiz paralisa atividades da Rhodia em Cubatão. *Jornal A Tribuna de Santos*. 08 de junho de 1986.

BRANCO, S. *O Fenômeno Cubatão na visão do ecólogo Samuel Murgel Branco*. São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1984.

GARRARD, G. *Ecocrítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

VALENTE, C.; NORI, W. *Portas Abertas*. São Paulo: Best Seller, 1990.



AMAZÔNIA: UTILIZAR OU PRESERVAR?

Elisiane Zvir

Graduanda em História na UNICENTRO-Guarapuava. Bolsista PAIC-AF – Fundação Araucária. E-mail:
elisiane07@hotmail.com

Resumo: A expedição Amazônia (1982-1983), projeto organizado pelo oceanógrafo Frances Jacques Yves Cousteau, documentou tanto as “maravilhas” da fauna e da flora como a exploração predatória do bioma amazônico. Ocorreu durante os últimos anos do regime militar que vigorou no Brasil (1964-1985), período em que foram impostos fortes projetos de industrialização que tinham como base o ethos desenvolvimentista e a exploração exacerbada da natureza. Essa expedição foi à maior incursão científica documentada na região até aquele momento, tendo gerado diversos produtos de mídia. Esses adentraram no imaginário de homens e mulheres com diversas formas de discursos, desde a Amazônia como um “mundo desconhecido” até a um ambiente em ameaça e possível de ser utilizado para fins lucrativos. Essa pesquisa de iniciação científica tem buscado discutir dados resultantes da expedição e sua relação com um país envolto pela ideia de desenvolvimentismo, mas que convivia tensamente com concepções conservacionistas sobre a Amazônia. Até o momento, dados da revista *Veja* mostram que a expedição ao revelar a riqueza da Amazônia, também denunciou a exploração predatória do bioma. Ao mesmo tempo há discursos capitaneados pelo regime militar, cujos buscavam conciliar desenvolvimento com preservação.

Palavras-chave: biodiversidade; conservacionismo; exploração; Jacques-Yves Cousteau; mídia.

Expedição Amazônia (1982-1983) de Jacques Yves Cousteau

Em Junho de 1982, o oceanógrafo francês Jacques-Yves Cousteau (com 72 anos de idade), mergulhador e pesquisador renomado da vida marinha, adentrou à Amazônia brasileira para uma expedição que ele mesmo considerou um desafio para sua vida (VEJA, 9 jun. 1982). Jacques Cousteau (1910-1997) foi capitão da Marinha Francesa, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) acabou dedicando-se a pesquisas oceanográficas ao redor do mundo. Ele foi um dos primeiros a documentar o bioma amazônico em filme, foi um dos idealizadores do aqualung, um equipamento de mergulho autônomo que liberou os humanos do uso do escafandro, e que foi responsável pelo rompimento da falta de acesso amplo à pesquisa marinha. (COUSTEAU, Org, 2011).

Cousteau empreenderia sua expedição a bordo do navio Calypso, acompanhado de outra embarcação dotada de um laboratório de fotografia, um hidroavião e um caminhão anfíbio. A Expedição Amazônia (1982-1983) buscou documentar a floresta amazônica, em um vasto território que iria de “Brasil, Peru, Colômbia e Venezuela” (VEJA, 9 jun. 1982). Essa expedição foi à maior incursão científica documentada na região até aquele momento.

A expedição ocorreu durante os últimos anos do regime militar que vigorou no Brasil (1964-1985). Naquele período, a Amazônia foi enquadrada em um projeto de desenvolvimento que fez com que ela recebesse um considerável fluxo migratório o que ocasionou a instalação de indústrias e assim causando danos a floresta Amazônica, durante esse regime foi passada para as pessoas a ideia de que se deveria ocupar a Amazônia para mover a economia no país, temos como exemplo a construção da transamazônica (ANDRADE, 2003 p.200).



Ilustração 1: Transamazônica. Fonte da imagem: <http://veja.abril.com.br/especiais/amazonia/40-anos-poeira-p-54.html>

A transamazônica é um exemplo de devastação, é uma rodovia que percorre uma vasta região da Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Foi construída no período da ditadura militar, ligando as regiões para uso comercial. (VEJA, setembro de 2009).

Durante o governo militar (1969-1985) foram impostos projetos de desenvolvimento que tinham como base a exploração da natureza, isso com intuito de mover a economia no país. Nesse período houve um aumento considerável de indústrias se instalando no Brasil, essas contrapunham às preocupações ambientais. Nesse contexto em que fábricas dominavam a cena, e já estava aparecendo a “terra nua” (DEAN, 1996, p.380) José Sarney, representando o Brasil no cenário internacional sob as questões ambientais chegou a afirmar: “que venha a poluição, desde que as fabricas venham com ela” (DEAN, 1996, p.307).

A partir dos anos 1980 é que começou a ser colocada em prática a ideia de conservação ambiental no Brasil, principalmente a partir da constituição dos grupos de interesse ambientalistas, que mais tarde construiriam as primeiras células dos Partidos Verdes no país. Com isso, havia a busca de obter melhores condições sociais, também estaria em gestação a preocupação em se preservar a natureza, mas buscar preservação com um governo que até o momento só contribuía para a exploração era um desafio.

Parece incoerente um governo com pensamento desenvolvimentista baseado na doutrina militar de máxima exploração da natureza, autorizar uma expedição científica em um ambiente que no momento, não estaria sendo preservado e que mesmo assim era exemplo de “biodiversidade”. Foi nesse contexto que a Expedição de Jacques Cousteau entrou na Amazônia brasileira, uma expedição cara e financiada por vários países.

Pensar em melhores condições sociais envolvendo preservação era um desafio entre o contexto de industrialização, porém havia nesse momento maiores possibilidades de justificar a presença de Jacques Cousteau na região. A presença de Jacques Cousteau pode ser justificada na Amazônia, a partir de sua importância para a comunidade científica (VEJA, 15 set. 1982). É necessário enfatizar, também, que Jacques Cousteau ofereceu uma “visão completa” da natureza (VEJA, 6 out. 1982).

A Expedição Amazônia de Jacques Cousteau teve diversos produtos resultantes, dentre eles:



um grande acervo de fotos, vídeos, matérias de revistas e jornais, guias para professores, tudo com abrangência internacional. A mídia utilizou produtos resultantes da expedição para adentrar no imaginário da população brasileira sobre a Amazônia como um bioma em ameaça. Esses produtos serviram para pensar em preservar, porém em uma era de industrialização e de máxima exploração do mundo natural, considerado em termos desenvolvimentistas, isso não seria tão fácil. Nesse sentido, este artigo busca discutir os dados resultantes da expedição Amazônia como um bioma em ameaça em relação à ideia desenvolvimentista e de máxima exploração da natureza.

História ambiental e sua relação entre ambiente e humanos

A História Ambiental é uma área específica da História. Nessa perspectiva é cabível utilizar o ambiente não só do ponto de vista humano e sim a relação entre ambos. Donald Worster (1991) ressalta que desde o século XIX, a sociedade adentrou uma “Era da Ecologia” (SOUZA, 2011). A natureza “não é criação humana” (PÁDUA, 2010) e sim algo que é modificado pelos humanos, “sua existência, sua forma e seu movimento não surgiram a partir do nosso livre arbítrio” (PADUÁ, 2010). Sendo assim, do ponto de vista da história ambiental, a natureza sempre esteve em movimento, e deve ser visto como algo ativo na história.

Questões referentes ao ambiente estão presentes diariamente na vida das pessoas, e geralmente chegaram aos lares na forma de noticiários na TV, jornais e revistas “cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade” (KELLNER, 2001, p.9).

Ainda em relação aos meios de comunicação, existe a mídia ecológica que nos apresenta noticiários, reportagens, entrevistas, filmes, etc. sobre o ambiente, porém essa segue a lógica do mercado, sempre com objetivos de venda, e para isso se utiliza de “espetáculos” para chamar a atenção do público. Cabe salientar que a expedição de Cousteau resultou em muitos produtos de mídia, pois a

região Amazônica sempre povoou o imaginário da preocupação ecológica no Brasil. Viajantes, expedição científica, pesquisadores, entidades oficiais, artistas e veículos de comunicação já passaram inúmeras vezes por essa localidade contando suas belezas, criando lendas sobre suas qualidades e denunciando sua contínua devastação (ANDRADE, 2003 p.195).

Com isso, cabe ressaltar que a mídia se utilizou de discursos em formas de “espetáculos” sobre Amazônia como um ambiente ora rico em espécies de animais e vegetais, ora parados no tempo. Parece algo contraditório, mas esse foi um dos discursos utilizados pela mídia de comunicação social, temos como exemplo os vídeos da expedição, onde o repórter ressalta que a Amazônia é um lugar parado no tempo; Mas até que ponto é um lugar parado no tempo em plena era de industrialização e indústrias se instalando na Amazônia?

Amazônia: Mundo desconhecido e parado no tempo ou mundo prestes a ser destruído?

Em um dos vídeos apresentado no programa Globo Repórter em 1984, programa veiculado a rede Globo, tendo como repórter: Sérgio Chapelain, a Amazônia é deparada como um lugar onde “tudo parece parado no tempo” (COUSTEAU, 1984), porém nesse período a Amazônia foi marcada



por uma forte ocupação imposta pelo regime militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, a revista *Veja* ressalta muito bem sobre a utilização da região amazônica para fins econômicos, ela apresentou diversas matérias sobre indústrias agrícolas se instalando na Amazônia, e com isso na maioria das vezes como slogan “desenvolvimento da área (...) para servir o progresso”. (VEJA, 18 de Junho de 1980). Nessa perspectiva, o ambiente não está parado no tempo, pois estava em transformações industriais.

Outro exemplo que depara a Amazônia não como um ambiente parado e sim explorado para fins econômicos é uma reportagem que mostra a respeito do governador do Amazonas, na época José Lindoso, que acredita que “o amanhã será melhor”, pois tem “a preocupação com a qualidade de vida do homem” onde ressalta compreender a importância da natureza, porém acredita que a natureza deve ser utilizada pelo homem. Então o discurso político: “Progredir agredindo o mínimo a natureza”. (VEJA, 31 de Dezembro de 1980). De acordo com Thales de Andrade, esse pensamento vem desde os anos 1970 onde era quase que impossível pensar progresso sem poluição (ANDRADE, 2003 p. 122). Pensamento típico do governo militar.

Com isso, cabe aqui perguntar, que discursos sobre Amazônia estariam adentrando no imaginário de homens e mulheres? Era mesmo um mundo parado ou um mundo prestes a ser destruído pelo homem devido a tantas indústrias se instalando na região e devido à grande exploração predatória do bioma?

Expedição Amazônia de Jacques Yves Cousteau na mídia televisiva:

Thales de Andrade, 2003, ressalta que as questões ambientais passaram por mudanças na mídia televisiva, mesmo assim é importante considerar que essa se utiliza de “espetáculos” para ganhar público, tudo isso com objetivo de vendas. Andrade enfatiza que mídia televisiva “além de reproduzir outros modelos de espetáculo a sua própria imagem [...] dispõe de outro recurso talvez mais prazeroso: transformar os mais diversos eventos sociais em espetáculos” (ANDRADE, 2003 p. 39). Pode-se aqui afirmar que vídeos da Expedição Amazônia foram tidos como espetáculos na mídia. Em 1984, a expedição entrou na residência de brasileiros e brasileiras através do programa Globo Repórter, programa apresentado por Sérgio Chapelain, e vinculado a Rede Globo.

Nesse programa aparecem muitos termos de cunho conservacionista ligados à doutrina desenvolvimentista e à ideia de máxima exploração de recursos naturais. Levando em conta que em um dos vídeos, o repórter da Rede Globo renomeia determinado lugar da Amazônia como “parado no tempo” porque era composto por pedras, e que não tinha nada de verde, nada de indústrias, é possível notar que o discurso utilizado era conservacionista. De acordo com Thales de Andrade, termos utilizados para explicar fenômenos ou paisagens naturais sem explicação científica, são termos de cunho conservacionistas, nesse caso não foi explicado que é uma região rochosa.

Há ainda, discursos claros sobre a relação oposta entre humanos e não humanos (DEAN, 2004), como foi o caso do vídeo “Jacques Cousteau na Amazônia Piranhas e Jacarés” (COUSTEAU, 1984) o qual o repórter ressalta que as piranhas são peixes violentos e devoradores e comem até carne humana.

Ainda em relação à oposição entre humanos e mundo natural e a falta de explicações científicas e uso de termos conservacionistas para com a natureza, temos o caso de quando o jipe da equipe Cousteau fica preso na lama durante a expedição, são necessários bois para puxarem o



veículo, após a retirada do jipe, o repórter ressalta “só então a máquina consegue ficar livre da armadilha do pantanal” pois, “a natureza é muito mais forte e traiçoeira que a máquina aprimorada pelo homem” (COUSTEAU, 1984). Sendo assim, aparecem termos diluvianos, as quais denominam a natureza como algo mau e traiçoeiro, explicações sem conotações científicas.

Ha uma transmutação do debate ambiental da TV, Andrade que nos anos 1980 a natureza era descrita sempre distanciada de explicações científicas, isso aproximava as equipes dos cronistas do século XIX, que se utilizavam de explicações genéricas e religiosas. Andrade enfatiza que nos anos de 1970 e 1980, no programa Amaral Neto, O repórter, programa também veiculado a rede Globo, Amaral se utiliza de explicações genéricas, temos como exemplo o fenômeno pororoca pois:

Ao fazer um tratamento genérico da pororoca e da floresta Amazônica, por não incluir em sua equipe uma assistência científica, e por aproximar o fenômeno a um evento monstruoso, diluviano, Amaral Netto remete mais ao trabalho dos cronistas e rejeita o enfoque das ciências naturais. (ANDRADE, p.98)

Como a Expedição Amazônia também ocorreu nesse período citado acima, é também possível visualizar esse mesmo enfoque sobre falta de explicações científicas, pois no próprio fenômeno pororoca, é apresentado como algo belo mas que não deixa de ser um grande “violento encontro das águas” (COUSTEAU, 2004.). Mas porque violento encontro das águas? Isso porque faltaram explicações científicas, pois não há a possibilidade de ser um encontro calmo, portanto faltou a explicação que esse fenômeno se dá porque é o encontro das águas oceânicas com o rio Amazonas, ou seja, águas com afluentes diferentes se encontram e no fenômeno pororoca é o mar que deposita água no rio. O repórter renomeia isso de “enfrentamento das águas” (COUSTEAU, 1984).

Vídeos apresentados no Globo Repórter, não foram somente limitados em utilizar a Amazônia com estilo conservacionista, como também proporcionou espaço para dialogar a “riqueza de um mundo selvagem que esta ameaçada de ser destruída pelo homem”. (COUSTEAU, 1984), como também abriu espaço para exaltar sobre as maravilhas da natureza, temos como exemplo a cena em que notam que Jacques Cousteau descobriu que a floresta é anfíbia e por isso sobrevivem as cheias do rio Amazonas. Eles denominam a Amazônia como um “mundo mágico e incrível” (COUSTEAU, 1984).

Considerações finais

No ano de expedição de Jacques Yves Cousteau, a revista *Veja* trouxe cartas de leitores e leitoras exaltando a natureza apresentada por Cousteau, uma leitora ressalta: “Somente uma expedição como essa do oceanógrafo Jacques Cousteau poderia divulgar com abundância de detalhes as maravilhas e mistérios da espetacular selva Amazônica, com sua flora e fauna riquíssimas” (VEJA, 23 de junho de 1982); Um ano seguinte o discurso seria outro, pois se em 1982, as primeiras matérias sobre Cousteau apresentam dados sobre a biodiversidade da Amazônia, logo no segundo ano da expedição os discursos passaram a ser sobre mover a economia no país e com isso, vem de brinde a poluição.

Mesmo ressaltando sobre devastação, deve-se levar em conta que a imprensa não é neutra, se utiliza de “espetáculos” para conquistar público e assim alcançar suas metas de vendas. Levando em consideração essas questões, é possível verificar que o discurso da época na revista *Veja* era o de



utilizar a natureza para fins econômicos.

Em uma entrevista dada à revista *Veja*, Jacques Cousteau ressalta que a grande diversidade da Amazônia o impressionou, pois há muitas de espécies de árvores e animais, insetos e transparência das águas. Também ressaltou que há destruição, porém se for feita de um modo bem pensado a ameaça não aparece, ele enfatiza: “não se pode preservar a Amazônia para sempre”. (VEJA, 07 de Setembro de 1983) Pode se usar, desde que com moderação. Ou seja, mesmo Jacques Cousteau, um oceanógrafo ambientalista, no seu segundo ano de expedição, acaba por se envolver no discurso da época.

Há ainda, no segundo ano de expedição, uma leitora da revista *Veja*, em outra carta destinada a Jacques Cousteau, parabeniza o novo discurso (o qual foi citado anteriormente) sobre preservar e ao mesmo tempo utilizar, pois nessa carta: “Adorei a entrevista com Jacques Cousteau. Suas ideias de progresso (...) são realmente admiráveis” (VEJA 12 de Outubro de 1983). Ou seja, “não se pode preservar para sempre” e instalar indústrias na Amazônia é um “progresso”.

Sendo assim, a utilização da região amazônica para fins econômicos foi muito bem ressaltada pela imprensa, assim como por Jacques Cousteau, pois em uma era que indústrias agrícolas estavam se instalando, muitas vezes sob o slogan “desenvolvimento da área para servir o progresso” (VEJA, 18 jun. 1980), o próprio ambientalista Cousteau e seus leitores se envolvem nesse discurso.

Portanto foram abundantes os discursos utilizados pela mídia, desde discursos que mesclavam a biodiversidade até a exploração exacerbada da natureza. As formas utilizadas também foram diversas, desde as conservacionistas e desenvolvimentistas, até a exaltação da natureza como um lugar rico em quantidade de espécies de árvores e animais, insetos e transparência das águas, denominado até de o pulmão do mundo.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação Araucária que tem concedido bolsa de iniciação científica, ao orientador Prof. Dr. Jó Klanovicz, e ao suporte dado pelo Laboratório de História Ambiental e Gênero (LHAG), da UNICENTRO.

Referências

ANDRADE, T de. *Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão Brasileira*. SP. Annablume/FAPESP, 2003.

COUSTEAU SOCIETY. Disponível em: «<http://www.cousteau.org>» Acesso em: 14 out. 2011.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: companhia das Letras, 1996.

KELLNER, D. *A cultura da mídia*. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.



- PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da História ambiental*. Estudos avançados 24 (68), 2010
- SOUZA, L.A.de. *Devastação da Mata Atlântica brasileira*. Aedos 8(3):264-268, 2011.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 615, 18 de jun. 1980.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 718, 09 de jun. 1982.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 732, 15 set. 1982.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 735, 6 out. 1982.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 783, 07 de Set.1983.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, set. 2009.
- WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, V. 4, n. 8. 1991, p. 198-215.
- YOUTUBE. A Amazônia por Jacques Cousteau cap. 01. Disponível em: <<<http://www.youtube.com/watch?v=ZR-qQy7c270> Acesso em: 10 dez. 2011.
- YOUTUBE. Jacques Cousteau na Amazônia - Piranhas e Jacarés. Cap. 02. Disponível em: <<<http://www.youtube.com/watch?v=xCVTSC6NP-Q> Acesso em: 10 dez. 2011.
- YOUTUBE. A Amazônia por Jacques Cousteau - A Pororoca e o encontro das águas. Capítulo III. Disponível em: <<<http://www.youtube.com/watch?v=3XdLwx6y0Rs&feature=relmfu> Acesso em: 10 dez. 2011.



A HISTÓRIA AMBIENTAL DA SOJA NAS PÁGINAS DO JORNAL ESQUEMA OESTE (1970-1975)

Lucas Mores

Graduando em História na UNICENTRO-Guarapuava. Pesquisador IC Voluntário.

Resumo: Hoje o Brasil é o segundo maior produtor de soja mundial, e o estado do Paraná ocupa a mesma posição em âmbito nacional. Entretanto a primeira grande expansão da soja em território paranaense ocorreu no início da década de 1970. Este trabalho tem por objetivo problematizar as relações entre humanos e não humanos nas *plantations* de soja neste período, através da metodologia da história ambiental. A fonte utilizada para isto será o jornal Esquema Oeste, sendo este jornal o de maior circulação na cidade de Guarapuava no período. O trabalho aqui apresentado faz parte da pesquisa de iniciação científica em estado inicial “História Ambiental da Introdução das *plantations* de Soja (*Glycine max*) no Paraná, na segunda metade do século 20”. Ao analisar historicamente as relações entre humanos e não-humanos, problematiza-se também o conceito de *plantations* abordado tradicionalmente por visões da história econômica e social, e não pensando nas relações ecológicas ocorridas dentro de populações e comunidades.

Palavras-chave: Paraná; Glycine Max; Plantation.

Introdução

Esta comunicação tem por objetivo apresentar, as primeiras reflexões sobre as fontes já obtidas, durante o processo de meu projeto de iniciação científica. Este projeto está em fase inicial, e tem o nome de “História Ambiental da Introdução das *plantations* de Soja (*Glycine max*) no Paraná, na segunda metade do século 20”, tendo por orientador o professor Jó Klanovicz. O presente projeto traz questões a serem debatidas como: analisar as plantations de soja no Paraná entre as décadas de 60 e 70 do século XX; pensar a relação entre agricultura, imprensa e história ambiental; discutir o papel atribuído aos órgãos de pesquisa durante a expansão da sojicultura e difundir os resultados da pesquisa.

O viés em que foi elaborado este trabalho foi o da história ambiental. A compreensão de história ambiental aqui utilizada, tem a perspectiva de Worster (1991) pensando nas relações entre humanos e não-humanos, agregando ainda a ideia de John McNeil (2003 apud Handenberg, 2006, p. 1), que a história ambiental deve problematizar o mundo natural com todos os seus agentes ecológicos em uma constante dinâmica. Entretanto, diferentemente de várias pesquisas de história ambiental, a ideia é reduzir a escala de leitura para análise, uma vez que os problemas globais têm reações e sentidos locais, que podem oferecer valiosos insights, de como as sociedades e ambientes alteram a si mesmo e entre si (MOSLEY, 2006). R. W. Sandwell (2008) afirma que uma leitura em menor escala proporciona um foco por meio do qual é possível interpretar de maneira mais apropriada a série diária e complexa de relações envolvendo humanos e natureza.

Fazer este descolamento na ciência histórica, mudando o enfoque para uma vertente que pensa as relações ecológicas no mundo natural faz pensar em algumas questões. Uma delas é a resignificação do conceito de plantation, aqui pensado não como um espaço apenas de relações sócio-econômicas, mas de caráter ecológico. Esta mudança de percepção do conceito de plantation visa problematizar um conceito que é visto como cristalizado na historiografia brasileira. Ou seja, a plantation, deixa de ser, simplesmente um motivo de desigualdades na distribuição de terra, de renda e na exploração do trabalho. Mudando este olhar, podemos observar as tensões produzidas historicamente na relação entre insetos, vegetais, humanos, tecnologia e clima, para o sucesso ou



não destas plantations.

As fontes utilizadas para a pesquisa do projeto de iniciação científica são periódicos. Entretanto neste trabalho, a proposta é que se trabalhe exclusivamente com o jornal Esquema Oeste, no recorte temporal de 1970-1975. A escolha deste jornal para se apresentar hoje, é devido a ser o único que no recorte temporal abarcado pela iniciação científica, que tem periodicidade e que se tem mais fácil acesso, por estar no arquivo histórico de Guarapuava. Para pensar o jornal enquanto fonte de pesquisa histórica, utilizarei dos instrumentos metodológicos apresentados por De Luca (2008), ao pensar tanto quem é o autor/editor, de onde ele escreve e para quem ele escreve, além de problematizar questões na macro-esfera, pensando o contexto cultural e social do qual o jornal provém. Há ainda de se pensar que o jornal tem por característica concentrar pensamentos hegemônicos e possui interesses próprios (Silva, 2002).

Podemos problematizar que a imprensa desempenha papel de difusora dos projetos agrícolas modernos em diversos outros estados, como já afirmaram Reinaldo Lohn (1997) e Rogério Luiz de Souza (2001). O que chama a atenção é que a modernização agrícola e a difusão do cultivo de plantas como a soja pela imprensa, era um ponto fundamental de apoio aos órgãos de oferecimento de assistência técnica e extensão rural entre as décadas de 1960 e 1970.

Partindo-se destes pressupostos, podemos observar que o editor do jornal Esquema Oeste é Leonel Julio Farah, faz parte no período analisado de um grupo apoiador da ditadura (Silva, 2005). Sendo assim, casa-se o discurso da ditadura de desenvolvimento da tecnologia do campo. Entretanto como coloca Palmeira (1989) este discurso de modernização pode ser compreendido como uma “modernização conservadora”. Pois mesmo havendo um investimento pesado em novas tecnologias agrárias, não se muda a estrutura das grandes lavouras.

Segundo Kaster e Queiroz (1981), a soja já tinha sua presença no estado do Paraná, desde a década de 50, entretanto sua utilização era para alimentar pequenas quantidades de animais das fazendas. Já o jornal esquema oeste, na sua edição de n. 29 (9-16/12/1970, p. 21), pensa que a soja somente tomou importância no estado a partir de 1961. Neste mesmo artigo, há um guia para o agricultor aprender a plantar soja, contendo alguns passos como, por exemplo, identificando os tipos de herbicidas e fungicidas a ser usados (DDT, Fetanox, Canfeno clorado, Endrose 20, carvin 7,5% ou Rothane, Radiatox, Folidol). Fazendo uso de uma categoria analítica, o conceito de tecnologia de força bruta, entendido como: “à superestimação das tecnologias de grande escala. Isso inclui a busca prematura sobre o desenvolvimento de monoculturas baseadas num conhecimento incompleto das consequências biológicas das atividades humanas” (JOSEPHSON, 2007). Podemos observar que mesmo com a denúncia do uso de DDT, por Rachel Carson em “primavera silenciosa”, em 1963, o DDT ainda é utilizado nas plantations de soja no Paraná, sem nenhum questionamento por parte da imprensa, podendo assim dizer que o movimento ecológico demorou a chegar.

Podemos mapear neste mesmo artigo, ainda outros não-humanos presente no espaço destas plantations. Nesta reportagem vemos a lagarta das folhas (*Hedylepta indicata*), a broca do colo (*Elasmopalpus lignosellus*) e broca de ponta (*Epinotia aporema*). Entretanto em todas as fontes analisadas, silenciam o percevejo (*trissolcus basal*), que segundo Ferreira (2002), que estes são os insetos que mais causam danos sobre as plantações de soja. Outro silêncio observado nas fontes é que em nenhuma delas se cita sobre as “ervas-daninhas” que ocorrem junto as plantations de soja. Podemos citar como exemplo, o capim-de-colchão (*bracharia plantaginea*), capim-marmelada (*bidens pilosa*) e o picão-preto (*richardia brasiliensis*). (MIYASAKA, p. 536).



Dentro da análise documental podemos problematizar o binômio trigo-soja. Esta expressão foi bastante utilizada pelo jornal, como nos apresenta Esquema do Oeste- Ano 1/n.26. 15-21/11/1970; n.27. 22-28/11/1970 e (A conservação do solo no município de Guarapuava 1 e 2), n.44 28-mar-3/4/1971 (Cirne Lima explica a política do trigo); /n. 104. 17-23/maio/ 1972 (Safra deste ano já tem previsões); sendo este outro motivo elaborado para estimular o produtor rural a investir na soja. Como a reportagem acima citada de Cirne Lima, o próprio governo, pensa neste binômio em uma forma positiva, pois produz soja que tinha um bom valor no mercado, e o trigo, que o Brasil deveria produzir em grande escala, ganhando sua autonomia e perder sua dependência da Argentina. Entretanto, o binômio sofre um desuso após 1972, pois há uma grande geadada que destrói cerca de 80% da produção de trigo do estado. Após isso, a soja isoladamente ganha mais destaque, isso está presente na reportagem "Paraná define sua estratégia agrícola", na edição n. 125. 11-17/out/ 1972.

No campo científico, observamos que mesmo antes da implantação da Embrapa-soja, na cidade de Londrina, são feitos alguns testes com variedades da soja em diferentes regiões do estado. Estes testes podem ser compreendidos desde programas de melhoramentos, cruzando espécies, até importando novas espécies antes não produzidas no Paraná. Isto pode ser observado na reportagem do jornal denominada "Acarpa instala campos de demonstração" (n. 157. 23- 29/ Mai/1973, p. 4). Nesta reportagem é demonstrado que serão implantados 60 campos de pesquisa e demonstração, que variavam entre 15 a 60 hectares. Todavia, podemos observar que em um período anterior, aproximadamente 1965-1969, Kaster e Queiroz (1981), que boa parte da tecnologia do Paraná vinha de São Paulo e do Rio Grande do Sul, e que pequenos experimentos realizados pela Secretaria de Agricultura, como é observado também na fonte, na reportagem "Sementes e épocas próprias para plantar soja no Paraná" no152. 18-24/Abril/1973. E os mesmos autores falam que entre 1970 e 71, houve um investimento no campo da ciência agrônômica por parte de empresas privadas. Como não aparecesse este processo em minhas fontes, não há como deixar esta questão mais clara, mas espero que mais a frente eu consiga responder.

Entretanto, apesar de tudo o que foi apresentado, grande parte do que foi apresentado, o maior discurso sobre a soja, é o econômico. Cabe ressaltar que o Brasil, durante o período 70-75 passa a China, e fica em segundo lugar de produção mundial, ficando apenas atrás do EUA, isso aparece na reportagem "Soja tem sementes 20% mais produtiva", n. 183. 21-28/nov/1973. Nesta mesma reportagem aparece que o Paraná, aliado ao Rio Grande do Sul produz cerca de 80% da produção nacional.

Há ainda uma divisão realizada no jornal de como se organizavam as plantations de soja no Paraná. "No Paraná, a cultura do soja pode ser dividida em áreas distintas, conforme as técnicas de plantio aplicadas. A primeira é a chama área dos Campos Gerais, onde existe o plantio industrial, com supertécnicas desde o plantio à colheita. É a região de Guarapuava, Castro, Ponta Grossa, Piraí do Sul, etc. Outra é o plantio do norte cafeeiro, onde a soja vem substituir o café e as pastagens. A terceira compreende a região Oeste e o Sudoeste, onde o soja é produzido em pequenas propriedades, principalmente por tradição, devido à colonização gaúcha na área." (n. 156. 16-22/ Mai/1973, Soja: boa safra, ótimos preços, p. 4). Podemos compreender que segundo as plantations de soja, em um primeiro momento se adaptavam a características culturais humanas, de como utilizavam as plantações de outras culturas.

Observamos que neste período há uma tensão entre agricultores e estado. Isto se dá por instrumentos coercitivos que reprimem a livre plantação de soja por pensar que se deveriam



produzir outras culturas como feijão, arroz e trigo. Algumas medidas como o aumento da burocracia e da dificuldade de se conseguir implementos agrícolas para a plantação de soja são algumas das ações tomadas pelo governo. No jornal pesquisado não é apresentado se há alguma resistências dos agricultores.

Até o momento é possível observar algumas construções discursivas sobre a utilização da soja. Mesmo o discurso do jornal sendo hegemonicamente o do “progresso” econômico, temos a possibilidade de observar algumas tensões apresentadas anteriormente neste texto. O próximo objetivo desta pesquisa é observar as transformações ocorridas entre o período apresentado neste texto e o período posterior.

Referências

- DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.
- HANDERBERG, Wilko Graf Von. Oltre la storia ambientale. Interdisciplinarietà, metodologia, prospettive. *Passato e Presente*, n. 68. 2006.
- JOSEPHSON, P. R. *Industrialized nature*. Boston: Harvard Un. Press, 2007.
- KASTER, Milton; QUEIROZ, Luiz de. A soja no Paraná. In: MIYASAKA, Shiro; MEDINA, Julio. *A soja no Brasil*. 1981.
- LOHN, R. L. Campos do atraso, campos modernos. 1997. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.
- MOSLEY, S. Common Ground: Integrating Social and Environmental History. *Journal of Social History*. v.39, n.3, p.915-933, 2006.
- SANDWELL, R. W. History on the Ground: Microhistory and Environmental History. In: MACEACHERN, A.; TURKEL, W. J. (eds.) *Method and meaning in Canadian environmental history*. Toronto: Nelson Education, 2008. p.126-136.
- SOUZA, R. L. A igreja católica e o novo limiar capitalista. 2001. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.
- WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

ST Poder, Política e Instituições



A BIOGRAFIA HISTÓRICA: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Walderez Pohl da Silva

Professora do Departamento de História da UNICENTRO0-Guarapuava. E-mail: waldepohl@uol.com.br

Resumo: Durante um longo período, a biografia histórica foi vista como modelo de história tradicional, mais propensa à apologia do que à análise, mais preocupada com os fatos do que com as grandes estruturas socioeconômicas, políticas e culturais. Entretanto, nos últimos trinta anos, ela tem retornado com força, ocupando amplos espaços nos meios editoriais e quase sempre aparecendo no topo das listas de livros mais vendidos. Nessa perspectiva, este artigo tem por objetivos discutir as principais motivações que levaram importantes historiadores, tanto nacionais, como estrangeiros, a revalorizar a produção de biografias históricas e as questões teóricas e metodológicas que são suscitadas atualmente, em torno dessa prática de escrita. Para tanto, buscou-se sustentação em autores como Pierre Bourdieu, Giovanni Levi, Benito Bisso Schimdt, entre outros. A partir daí, concluiu-se que o processo de produção biográfica, tão antigo quanto o processo da produção histórica, agora em seu retorno continua a enfrentar problemas antigos e recentes que dizem respeito à construção do saber histórico. Entre esses estão a relação entre indivíduo e sociedade, entre unidade e fragmentação, entre narração e explicação.

Palavras-chave: revalorização; produção biográfica; teoria; metodologia.

A História se cansa de ser sem rosto e sem sabor. Ela volta ao qualitativo e ao singular. E a biografia retoma seu lugar no meio dos gêneros históricos. Não renega, entretanto, os laços que sempre manteve com a moral e com o imaginário.

(Bernard Guénéé – Entre l'Église et l'État)

Há muito tempo que as biografias e as autobiografias têm sido um dos gêneros de leitura prediletos, tanto no Brasil, como em todo mundo. Quase sempre elas estão no topo da lista dos livros campeões de vendas e, também, quase sempre a autoria dessas obras pertencia a membros do círculo jornalístico. A explicação para esse fato pode ser encontrada no longo período em que a biografia foi vista como modelo de história tradicional, mais propensa à apologia do que à análise, mais preocupada com os fatos do que com as grandes estruturas socioeconômicas, políticas e culturais.

Entretanto, nos últimos trinta anos, temos assistido um processo de intensa revalorização desse tipo de escrita, no qual importantes historiadores internacionais e nacionais têm participado intensamente. Assim sendo, esse artigo tem por objetivo discutir as possíveis causas dessa revalorização e as questões teóricas e metodológicas suscitadas em torno dessas atuais biografias históricas.

Nessa perspectiva, Ângela de Castro Gomes, ressalta o fato de que é cada vez maior o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos – uma escrita de si – que, abarca diários, correspondência, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias e entrevistas de história de vida, tratando-se, diz ela, de um novo espaço de investigação histórica – aquele do privado, de onde emergem a presença das mulheres e dos “homens comuns”, sendo possível descortinar novos objetos, metodologias e fontes:

É justamente no espaço privado, que de forma alguma elimina o público, que avultam as práticas de uma escrita em si. Mas, como já se observou, não são muito frequentes



pesquisas históricas que se concentrem na exploração desse tipo de escrita. O que é compreensível, pois embora tal documentação sempre tenha sido usada como fonte, apenas mais recentemente foi considerada fonte privilegiada e, principalmente, tornada ela mesma objeto de pesquisa histórica (2004, p. 7).

Desse modo, evidencia-se cada vez mais, que os estudos biográficos deixaram de exercer, um papel coadjuvante na produção historiográfica, passando a ocupar lugar destacado na historiografia internacional, bem como na historiografia brasileira.

Roger Chartier, ao analisar novas tendências historiográficas, salientou que: “o objeto da história, não são ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades, as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos” (1994, p.102).

Da mesma forma, Philippe Levillain, ao considerar que a biografia histórica, hoje reabilitada, não tem por vocação esgotar o absoluto do “eu” de um personagem, como já se quis e ainda se quer. A biografia, diz ele, se constitui o melhor meio de mostrar os laços entre o passado e o presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida. Pois, ela se constitui “o local por excelência da condição humana em sua diversidade, se ela não isola o homem de seus dessemelhantes ou não o exalta à custa de diminuir esses mesmos dessemelhantes” (2003, p.176).

A tarefa de se debruçar sobre o que significa o percurso de uma vida é um desafio, já apontado por Jacques Le Goff: “A biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de fazer história” (1999, p.20). Referia-se ele, às obras “anacronicamente psicológicas”, ausentes de espírito crítico, que faziam deteriorar levemente a noção de mentalidade, para jogar com o exotismo do passado. Enquanto ele próprio escrevia uma vida de São Luís, ponderava que algumas biografias publicadas nos tempos atuais são uma volta pura e simples ao trabalho tradicional, anedótico, puramente cronológico, que se sacrifica a uma psicologia ultrapassada, incapaz de mostrar significação histórica geral de uma vida individual. Assim, a tarefa mais importante no trabalho de um biógrafo é interpretar o olhar que um personagem lança sobre a época em que viveu:

O indivíduo não existe a não ser numa rede de relações diversificadas, e essa diversidade lhe permite também desenvolver o seu jogo. O conhecimento da sociedade é necessário para ver nela se constituir e nela viver um personagem individual (1999, p.26).

Maria Helena Rolim Capelato, em sua análise do personagem na história, considera uma abertura de perspectiva, a recuperação sujeitos anônimos e a ação de grupos minoritários, desde que essa recuperação dos sujeitos, das individualidades e a valorização dos grupos minoritários que o estudo das classes não leva em conta, não sejam consideradas isoladamente (neles mesmos ou por eles mesmos), afirmando: “É imprescindível recuperá-los num todo em que se integram e os explica. Caso contrário terá uma pulverização da história que não possibilita o conhecimento do passado” (s/d, p.241).

No sucesso das biografias há um grande interesse em se redescobrir o passado de uma determinada época, pelas mãos de alguns de seus personagens mais significativos. Sintoma do individualismo contemporâneo? Ou da privatização da esfera pública? Muitos são os diagnósticos, mas é difícil negar a sua existência.



No âmbito acadêmico, depois de um longo período de ostracismo, os estudos biográficos retornam com intensidade ao campo das ciências humanas. Provavelmente, trata-se de um reflexo da crise dos grandes paradigmas explicativos. O debate a esse respeito é tão antigo, quanto controverso. Entretanto, a biografia promovida e reivindicada por determinadas correntes históricas, como um dos temas fundamentais da investigação historiográfica, é criticada e até mesmo desqualificada radicalmente por outras. Abordar, então, esta problemática envolve analisar as suas dificuldades e os seus caminhos.

Vavy Pacheco Borges, em seu estudo sobre os motivos do atual interesse pela biografia, constatou dois eixos interligados. O primeiro, diz respeito aos movimentos da sociedade, que inicia com a experiência democrática pós 2ª Guerra Mundial, quando ocorreu um importante reforço do individualismo, o homem ocupou seu espaço na sociedade e se deteve cada vez mais em si mesmo. Seguiram-se as desilusões da crise do marxismo e outras utopias. E ainda, a mídia que cada vez mais mantinha e, ainda mantém, uma grande fome de imagens e testemunhos e alimenta uma enorme curiosidade pela vida dos outros e a perda de identidade causada pela massificação e a globalização. O segundo está no destaque das mudanças na forma de se escrever história, derivadas das crises dos paradigmas (marxismo, estruturalismo e o desprestígio da história quantitativa e serial francesa), a reação aos conceitos totalizantes (classe e mentalidades), contra categorias determinadas (como revolução) e um clima favorável que fomentava novas experiência (2001, pp. 288 – 289).

Há, ainda, a ser levada em conta a consideração de Levillain, sobre o triunfo do polimorfismo do homem (vindo da literatura, da psicanálise) (203, p.171). E, da mesma forma, um individualismo metodológico, que pode ser verificado em áreas como o direito, a economia, a sociologia, que explica os fenômenos coletivos pelas estratégias e comportamentos individuais.

A leitura de uma biografia permite a clara percepção de quantas áreas importantes da história se cruzam ou mesmo se confundem com ela, como a micro-história/estudos de caso; autobiografia; prosopografia; história oral/histórias de vida; dicionários biográficos, da mesma forma que os trabalhos sobre a vida cotidiana, sensibilidade e sociabilidade, discussões sobre memória, geração/gênero/família histórias das “minorias”: mulheres, cultura popular, entre outros.

O retorno da biografia no âmbito da história, de acordo com Benito Bisso Schmidt, está longe de significar a simples retomada de um “gênero velho”, mas se insere em um processo de profunda transformação das bases teórico-metodológicas da disciplina, que envolve um consequente repensar de questões clássicas como: a relação indivíduo/sociedade, as formas narrativas do conhecimento histórico, entre outras. Em sua análise, ele aponta algumas características que diferenciam as biografias novas das tradicionais, ressaltando o deslocamento do eixo da escolha dos personagens enfocados, que antigamente privilegiava os “grandes vultos” nos moldes positivistas, engessado pela “verdade” documental e pertencente ao domínio da ideologia e, no contraponto a historiografia atual, que se interessa pelos membros das classes subalternas, pelas pessoas comuns, pela “gente miúda” (2000, pp. 51 – 51).

Além disso, a construção de uma biografia de um cidadão comum permite investigar os espaços de exercício da liberdade possíveis de uma determinada sociedade, como considerou Giovanni Levi:

nenhum sistema normativo é de fato suficientemente estruturado para eliminar toda possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou interpretação das regras, de negociação. Parece-me que a biografia constitui nesse sentido o lugar ideal para se verificar



o caráter intersticial – e ainda assim importante – da liberdade de que as pessoas dispõem, assim como para se observar como funcionam concretamente os sistemas normativos que nunca estão isentos de contradições (2002, p 179 – 180).

No entanto, é importante lembrar, que personagens oficiais da história não possam ser objetos de excelentes biografias. Os historiadores Christopher Hill e Jacques Le Goff, ofereceram exemplo disso. O primeiro, ao realizar uma análise da religião e da estadística de Oliver Cromwell, de vital importância para a compreensão e percepção de um grande homem que viveu no século XVII, desvendando seus problemas e desilusões no poder e o processo revolucionário que resultou na derrocada do direito divino dos reis. O segundo, ao produzir uma biografia de São Luís, obra que se constitui em uma chave mestra para todos aqueles que se propõe trilhar o caminho dessa espécie de produção historiográfica, em especial quando recomenda que ao se construir uma biografia histórica deve-se levar em conta, num certo sentido, como uma narração de vida que se articula em torno de certos acontecimentos individuais ou coletivos, porque uma biografia que não é baseada em acontecimentos não tem sentido.

Exemplo disso é o trabalho do historiador Eric Hobsbawm (2002), que depois de publicar importantes trabalhos para o campo da historiografia, produziu sua autobiografia em “Tempos Interessantes – uma vida no século XX”. Nesse trabalho ele examinou os principais acontecimentos do seu tempo – as crises financeiras e políticas da década de 20, a ascensão de Hitler, a II Guerra Mundial, a Guerra Fria, a rebeldia dos anos 60, a situação política e social na América Latina, o fim do império soviético e o papel dos Estados Unidos como superpotência hegemônica. Ele também reafirmou algumas de suas posições assumidas ao longo de sua trajetória intelectual, além de reconstruir seu passado entre as famílias judias golpeadas pelas crises financeiras na Europa central da década de 20, seu interesse juvenil pelo marxismo, sua militância política na Alemanha ameaçada pelos nazistas e a fuga da família para a Inglaterra.

Na descrição de sua formação acadêmica e do desenvolvimento de suas convicções políticas, Hobsbawm esclarece a constituição de um espírito atento às desigualdades e às injustiças sociais. Nesse trabalho, o historiador nascido em 1917, procurou também compreender o presente. Suas reflexões romperam os limites do século breve e se estenderam até o início do século XXI, que, de acordo com sua visão, começa sob o signo do autoritarismo e da obscuridade.

Por outro lado, em 1986, Pierre Bourdieu em um artigo intitulado “A ilusão biográfica”, fez estremecer o território dos biógrafos de plantão. Tornou-se bastante difícil encontrar algum trabalho que ao abordar o tema biografia, não cite o alerta desse sociólogo, que definiu os acontecimentos biográficos como “alocações” e “deslocamentos” no espaço social, nos diferentes estados sucessivos da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado:

A história de vida leva à construção da noção de trajetória como uma série de posições ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações (1996, p. 81).

Para Bourdieu, expressões como “sempre” ou “desde pequeno” sinalizam a busca de uma



coerência, que se traduzem em linearidade nas histórias de vida. As próprias fontes, sobretudo as de caráter autobiográfico, são arditosas, pois estabelecem uma consciência e uma coerência retrospectivas sobre um passado não tão linear:

Nesse sentido, Carlos Antonio Aguirre Rojas aponta para a necessidade de romper com a ideia linear e simplista que envolve a biografia, onde o resultado final é conhecido desde o princípio da vida do personagem biografado, que avança em seu itinerário como dentro de uma marcha ascendente, sem fissuras, lógica e totalmente coerente que não pode mais do que conduzi-lo até o objetivo predeterminado de antemão. A vida de um indivíduo, diz ele, “é enormemente mais complexa, repleta de encruzilhadas, de contradições, de golpes de sorte e de mudanças súbitas, de pontos abertos que um verdadeiro biógrafo deveria ser sempre capaz de apreender e incorporar em sua análise”.

Ainda nesse ângulo, é importante retomar Benito Bisso Schmidt, que considera que uma biografia não deve se ater em buscar uma coerência linear, enclausurada para a vida de seu personagem, mas sim buscar múltiplas facetas de sua existência, transitando do social ao individual, do público ao privado, do inconsciente ao consciente, do familiar ao político, do pessoal ao profissional, e assim por diante, sem tentar reduzir todos os aspectos da biografia a um denominador comum. Afinal, como afirma o historiador Michel de Certeau, cada homem é “um lócus no qual uma incoerente e frequente pluralidade de determinações relacionais interagem” (1982, p. 40).

Além de que, é possível afirmar que o processo de produção biográfica, tão antigo quanto o processo da produção histórica, agora em seu retorno continua a enfrentar problemas antigos e recentes que dizem respeito à construção do saber histórico, ou seja, “a relação entre indivíduo e sociedade, entre unidade e fragmentação, entre narração e explicação, entre outros” (SCHMIDT, 2012, p. 204).

Cabe ao historiador que se dedica à biografia, o constante e quase sempre árduo trabalho de lidar ao mesmo tempo com uma cronologia linear e um percurso de vida que está muito longe de ser linear. Como pensar diferentes temporalidades de uma vida? Como trabalhar a trajetória de um indivíduo, suas origens, sua personalidade e o seu “contexto”? Antes de tudo, é preciso fugir de idealizações simplistas dos personagens e buscar as “vozes que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais, porque sem documentos não há História” (BORGES, 2005, p.2005).

Cabe também, a esse mesmo historiador dialogar com os debates teóricos, metodológicos e historiográficos a respeito da construção de uma biografia. Do mesmo modo, lhe cabe dialogar com seus limites, possibilidades e, ter em mente que alguns historiadores podem ser grandes escritores. Mas, se a sensibilidade impedir de afirmar de que se é um bom narrador, nenhum historiador deve fugir de tentar sê-lo.

Referências

- BOURDIEU, P. *Razões práticas – sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corea, Campinas, SP: Ed Papyrus, 1996.
- BORGES, V.P. *Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieller, uma vida (1874 – 1940)*. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs). *Memória e (res) sentimento – indagações sobre*



uma questão sensível. São Paulo: Editora UNICAMP, 2001.

BURKE, P. *A invenção da biografia e o individualismo*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 10, n. 19, 1997.

CAPELATO, M.H.R. *O personagem na história – Perón e Eva: Produtos da Sociedade Argentina*. In: BRESCIANI, M.S. (org.). *Jogos da Política – imagens, representações e práticas*. São Paulo: Ed. Marco Zero, s.d. p. 241.

CHARTIER, R. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1994.

DE CERTAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOMES, Â. de C. *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*. In: _____ (Org.) *Escrita de si Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 07.

LE GOFF, J. *São Luís – Biografia*. Trad. Marcos de Castro, Rio de Janeiro: Record, 1999.

HOBSBAWM, E. *Tempos interessantes – Uma vida no século XX*. Trad. S. Duarte, São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LEVILLAIN, P. *Os protagonistas: da biografia*. In: REMOND, René. (Org.) **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROJAS, C.A.A. *La biografía como género historiográfico – Algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales*. In: SCHMIDT, B. *O biográfico – perspectivas interdisciplinares*. (Org), Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SCHMIDT, B. *O biográfico – perspectivas interdisciplinares*. (Organizador), Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SCHMIDT, B.B. *História e Biografia*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.



Anais do Seminário Nacional de História – Brasis: perspectivas históricas/
XX Semana de História da UNICENTRO-Guarapuava
27 a 31 de agosto de 2012 – UNICENTRO, campus Santa Cruz, Guarapuava, Brasil

SÃO SEBASTIÃO: PADROEIRO CONTRA A PESTE, FOME E A GUERRA

Carlos Eduardo Schipanski

Professor Adjunto B, no Departamento de História UNICENTRO/Guarapuava. E-mail:
schips42@yahoo.com.br

RESUMO

Sabemos que as festas religiosas estão presentes em vários momentos da vida dos homens e que sua evolução, foi utilizada pelo homem como um ferramenta para agradecer os resultados positivos das atividades produtivas e de defesa do grupo social a que estava vinculado. Dentro desse contexto de subsistência e de atividade bélica, nasce a festa a partir de culto externo. Além dessas razões para comemorar as divindades e a repetição dos ciclos produtivos, a festa atua como mediadora de tensões no interior dos grupos e ao mesmo tempo permite ao participante deixar de lado a vida “séria” e recuperar as energias através da alegria, para voltar mais animado e desenvolver as atividades do seu cotidiano. Sua realização ajuda os indivíduos a extravasarem o excesso de energias, ameniza a violência e incentiva paixões.